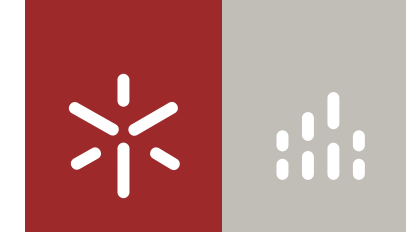




Patrícia Maria Rocha Garcês

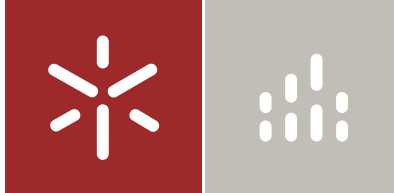
A Honra de Barbosa:  
para uma retrospeção construtiva do seu Solar

Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura









Universidade do Minho  
Escola de Arquitectura

Patrícia Maria Rocha Garcês

A Honra de Barbosa:  
para uma retrospeção construtiva do seu Solar

Dissertação de Mestrado  
Ciclo de Estudos Integrados Conducentes ao  
Grau de Mestre em Arquitectura  
Ramo de conhecimento Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação do  
Professor Doutor Jorge Manuel Simão Alves Correia

junho de 2016

## DECLARAÇÃO

Nome: Patrícia Maria Rocha Garcês

Endereço eletrónico: patriciarochagarces@gmail.com      Telefone: 910641605

Número do Bilhete de Identidade: 14142001

Título da dissertação de mestrado:

*A Honra de Barbosa: para uma retrospeção construtiva do seu Solar*

Orientador: Professor Doutor Jorge Correia

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado ou do Ramo de Conhecimento: Cultura Arquitetónica

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE/TRABALHO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho,

Assinatura:

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Jorge Correia pela forma rigorosa, crítica e constante na orientação e acompanhamento deste trabalho.

Aos proprietários, e às pessoas envolvidas, pela disponibilidade durante as visitas à casa e esclarecimento de todas as informações.

À Joana pela ajuda imprescindível no levantamento.

Aos meus pais, por todos os sacrifícios, à minha irmã pelo apoio incondicional e amizade, e a toda à minha família pela bondade, amparo e carinho.

Ao Sr. Francisco pelo persistente encorajamento, aprendizagem, motivação e lições de vida.

A todos os meus amigos, um especial obrigada, pela partilha de sabedoria, amizade, preocupação e compreensão.



## RESUMO

O presente trabalho consiste numa análise histórica e morfológica ao Solar e *Honra* de Barbosa. Fundado no século XII, na atual freguesia de Rans, Penafiel, o conjunto edificado conheceu uma panóplia de conjunturas ao longo da sua vida secular.

Este complexo é testemunho de diversas evoluções construtivas, tendo passado de torre a casa nobre rural, e tendo ainda desempenhado funções defensivas, administrativas, jurisdicionais e, ainda, religiosas. Extinta como *Honra* desde 1834, a sua propriedade é constituída pela torre e casa, a antiga casa da Câmara, cadeia, pelourinho e a capela do Menino do Deus. A transição da propriedade, desde a família fundadora de Mem Moniz até à atual geração descendente da família Ataíde Brito Malafaia, permitiu a permanência do seu espólio.

A presente dissertação é utilizada como uma ferramenta para a compreensão do conjunto edificado em estudo, tendo como objetivo refletir o seu percurso histórico-construtivo. A escassez de informação histórica sobre o complexo levou à realização do levantamento métrico e fotográfico como auxílio gráfico deste trabalho. A par da análise métrica, a pesquisa bibliográfica permite formar a narrativa evolutiva da casa, reconstituindo os seus estratos arquitetónicos. O processo de cruzamento de informação documental e gráfica possibilita a criação da linha cronológica das diferentes fases. Esta última baseia-se fundamentalmente numa conjugação entre a leitura tipológica e morfológica do edifício e o enquadramento histórico-artístico, através de comparações com casos semelhantes. Por fim, a especulação e interpretação de cada fase do edifício possibilita a reconstituição tipo-morfológica de cada estrato na sua época.

Em suma, através de uma visão retrospectiva do conjunto, pretende-se criar um documento de investigação e análise de um objeto com uma memória coletiva oculta que possa também servir como ferramenta de auxílio a futuras intervenções. Tendo como premissas a história da casa e do lugar, pretende-se não só interpretar e compreender o seu valor patrimonial, como também refletir acerca dos procedimentos atuais de intervenção sobre o património.



## ABSTRACT

This work is a historical and morphological analysis of the Solar e *Honra* de Barbosa. Founded in the twelfth century, in the parish of Rans, Penafiel, it met a wide range of junctures throughout its secular life.

Evolving from a tower to a noble rural house, it was a place with defensive functions, legal and religious operations. Extinct as an *Honra* since 1834, the building complex consists of a tower, a house, an old city hall, a jail, a pillory and a chapel dedicated to Menino de Deus. The ownership transition, since the founding family Mem Moniz until the current generation descendant of the Ataíde Brito Malafaia family, allowed the estate to exist until today.

In order to reflect about its history and construction, this dissertation intends to be a tool to the understanding of the building complex. The lack of historical information about the complex led its metric and photographic survey, contributing to a new graphical base of study. Along with the metric analysis, the bibliographic research enabled the construction of an evolutionary narrative of the house, reconstituting its architectural strata. The combination of the documented and graphic data worked towards the creation of a timeline of the different phases. Such is based primarily on an art-historical framework, simultaneously with the typological and morphological reading, by comparison with similar cases. Lastly, the conjecture and interpretation of each building phase allowed the reconstitution of the morphological-type proposition of each stratum at the time.

In short, through a retrospective point-of-view, it is intended to create a research document and analysis of an object with a hidden collective memory, then also can be a tool to assist future interventions. Using as premises the history of the house and place, it is reflected upon the interpretation as well understanding of their heritage value and the current behaviours in the intervention on this legacy.





## SUMÁRIO

Introdução	3
Metodologia	5
Recursos e Material	9
 PARTE I: <i>Da História do Lugar</i>	 13
De Anégia a Penafiel	14
Do Lugar à Honra	22
Da Propriedade à Implantação	26
 PARTE II: <i>Do Solar e Honra de Barbosa</i>	 33
Dos Proprietários da Casa	36
Da Casa de Barbosa	40
Da Capela do Menino Jesus	46
Do Estado atual da Casa	48
Do Levantamento	50
 PARTE III: <i>Da Análise e Representação Evolutiva</i>	 69
Síntese Cronológica	71
Prólogo às fases	75
Método	77
 FASE 1 – <i>Da Torre</i>	
Do Contexto histórico-artístico	82
Da Análise	88
Da Comparação	94
Da Interpretação	100
 FASE 2 – <i>De Torre a Paço</i>	
Do Contexto histórico-artístico	108
Da Análise	114
Três impulsos construtivos	
Da Comparação	134
Da Interpretação	144
 FASE 3 – <i>De Paço a Solar</i>	
Do Contexto histórico-artístico	152
Da Análise	158
Da Comparação	164
Da Interpretação	172
 PARTE IV: <i>Compreensão do Valor Patrimonial do Edificado</i>	 181
 Conclusão	 201
Bibliografia	205
Anexos	211



## **A *Honra* de Barbosa:**

para uma retrospeção construtiva do seu Solar

*“A habitação é o reflexo mais imediato e extraordinário de cada indivíduo”<sup>1</sup>*

Bruno Taut



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo uma reflexão sobre a *Honra* e Solar de Barbosa, em Rans, Penafiel. Não sendo um designio da linguagem atual acarreta um significado histórico e político. Por *Honra* entende-se uma propriedade independente na qual eram exercidos poderes jurisdicionais e administrativos. Com o termo em desuso, conhece novas distinções como Casa e Solar. Estas estão intimamente relacionadas, visto que, solar é o ex-líbris da habitação nobre.

A descoberta deste caso de estudo suscitou a vontade de compreender a sua narrativa e evolução histórica que aparenta ser um testemunho materializado de sobreposições e realidades temporais. Estas dialogam de forma muito complexa sendo fruto de acontecimentos sociais, políticos, históricos e arquitetónicos de várias épocas. É, porventura, um local de inspiração e sedução pelas suas características morfológicas e por uma etnografia do passado, ainda registada no presente. Traduz-se num lugar peculiar da nobreza e fidalguia, símbolo de prestígio, honra e poder local que descortinou a intenção de compreender a génese da casa nobre rural.

O interesse neste objeto é influenciado pela curiosidade de conhecer as realidades e as memórias coletivas dos antepassados, das vivências e cultura de outrora que permanecem no conjunto edificado da residência nobre. Por estes motivos e por ser um lugar de proximidade tornou-se no impulso primordial para a realização deste trabalho.

Construída como torre de defesa medieval no século XII, evoluiu ao longo dos séculos XV/XVI para habitação nobre, conhecendo várias designações inerentes às distintas atividades exercidas no seu território. A multiplicidade de funções é intrínseca à construção de várias tipologias: desde da antiga Casa da Câmara, da Cadeia e Pelourinho, e à edificação da Capela nos finais do século XVII. Assim, o conjunto conhece funções administrativas, religiosas, político-administrativas e judiciais que traduzem o crescente palimpsesto da casa. Desta forma, um dos objetivos deste estudo é compreender cada uma das “camadas” do seu processo criativo de forma a constituir-se como uma nova e útil ferramenta para o ato de projetar sobre a pré-existência. A sua história é, assim, um processo ininterrupto que permite questionar os pressupostos de uma futura intervenção, dando-lhe continuidade. A partir de um registo analítico, interpretativo e especulativo, pretende-se compreender e formar novos conhecimentos sobre os vários estratos construtivos. Esta ferramenta resulta ainda de um contínuo cruzamento de informação que justificará a simbiose em que a casa se tornou.

Esta investigação tem ainda como propósito interrogar a herança patrimonial e arquitetónica deste conjunto secular, bem como, o modo de atuação na contemporaneidade com este legado. Tendo em conta a sua propriedade privada é importante entender os possíveis novos usos de forma a conservar o seu valor patrimonial, cultural e arquitetónico, no âmbito do território em que se insere.



## METODOLOGIA

A elaboração desta pesquisa faz-se numa primeira abordagem pela recolha de informação de origem direta e indireta: desde registos escritos e visuais a relatos verbais. Estes dois géneros de informação resultam no material imprescindível para a exposição da narrativa evolutiva da casa. O trabalho estrutura-se diacronicamente. Nos diferentes capítulos é considerada a evolução ao longo do tempo. Assim, este - tempo histórico, é adotado como ferramenta e método para compreender a leitura e crescimento do conjunto da casa desde a sua origem medieval.

O primeiro capítulo desta tese, “da História do Lugar”, tem como objetivo apresentar o contexto histórico e social sob o ponto de vista do advento das *honras* em território português, bem como, a leitura interpretativa da implantação da *Honra* de Barbosa.

A segunda parte, intitulada “do Solar e *Honra* de Barbosa”, expõe o caso de estudo na contemporaneidade com o apoio ao desenho de levantamento métrico. O levantamento fotográfico tornou-se também um registo essencial para a apresentação do caso de estudo e dos espaços/elementos particulares da casa. A análise genealógica e tipo-morfológica do conjunto edificado são elementos importantes para a descrição do estado atual de conservação dos vários espaços da propriedade edificada.

“Da Análise e Especulação Evolutiva”, esclarece os dados analisados nos capítulos anteriores através da exposição de uma cronologia síntese sobre os proprietários e o tempo da sua ocupação na casa. À falta de mais relevante documentação escrita, desenhada e fundamentada sobre as épocas construtivas e evolutivas da casa, procurar-se-á evoluir de uma análise especulativa para distintas interpretações e conclusões das fases propostas. O desenho de levantamento resulta como ferramenta para a criação de novos registos visíveis e documentais. Os levantamentos métricos e fotográficos representam o estado atual relativo ao traçado da casa, além de ser o objeto visual que permite mostrar os diferentes estágios de construção que a casa foi alvo, evidenciando a sua evolução histórica e artística. Aliada à cronologia, a leitura arqueológica do levantamento métrico, permite dissecar a informação como método interpretativo de forma a auxiliar o registo de cada fase. Para a justificação da sua narrativa histórica e construtiva foi necessário recorrer ao enquadramento do contexto histórico-artístico na história de Portugal e dos solares portugueses. Os levantamentos métricos e fotográficos foram os suportes para o desenvolvimento de cada estrato. Portanto, simultaneamente à elaboração do desenho de levantamento foi necessário uma constante recolha de informação bibliográfica que apoiasse cada estágio evolutivo. A exposição da





análise faz-se desde o período da fundação da torre, numa sucessão de acontecimentos relativos à administração e funções do solar, até ao conjunto atual.

Por fim, o último capítulo revela um dos propósitos desta investigação sobre a compreensão do valor patrimonial inerente aos elementos do conjunto. Torna-se imperativo a reflexão sobre as práticas de atuação sobre a pré-existência, bem como, a conduta na salvaguarda do que é considerado património. Desta forma, a aproximação ao espólio edificado faz-se por uma análise que parece oportuna na consolidação de informação. Isto serve como apoio na elaboração da “teoria” que acrescenta e identifica os vários significados artísticos, históricos e arquitetónicos do Solar. Tal como, indica as possibilidades de atuação visto que o estado atual é oportuno a ponderar-se como solução a reabilitação.

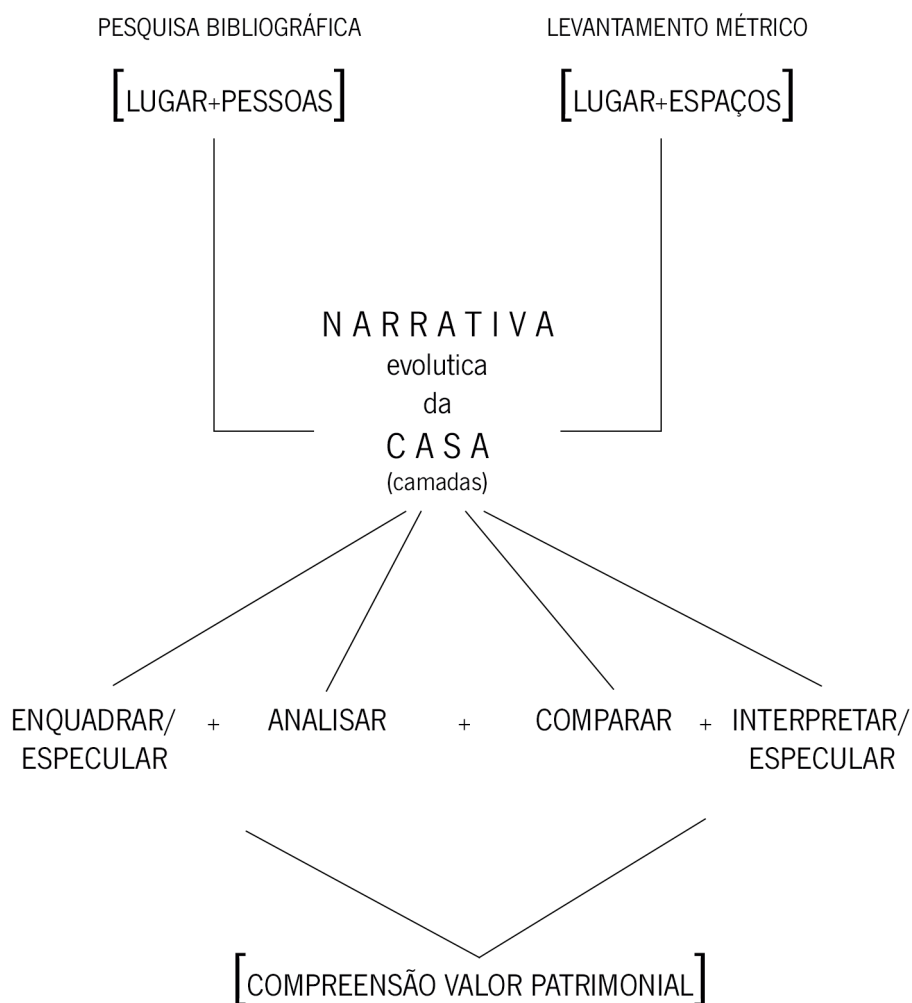


Fig. 1. Esquema do método de trabalho



## RECURSOS E MATERIAL

O Solar e *Honra* de Barbosa acumula um espólio e fonte de informação para a criação de documentação histórica e constitucional. Apesar de existir um arquivo particular da casa, omissos de informação útil sobre construções ou possíveis mandatários, os recursos utilizados encontram-se divididos entre documentos escritos e visuais. As referências disponíveis criam uma linha cronológica dispersa no tempo, pontuada por um amontoado de acontecimentos que ajudarão a narrar, com um fio condutor lógico, uma interpretação histórica do conjunto edificado.

Na análise deste trabalho tem-se em conta todos os documentos disponíveis que variam na sua origem, contribuindo para o maior conhecimento da história deste objeto arquitetónico. Os documentos escritos referem-se ao estado de arte, a fontes manuscritas, monografias e estudos diretos e/ou indiretos sobre o panorama artístico da residência nobre portuguesa. Enquanto os documentos visuais formam a base do material utilizado ao longo desta investigação. Como fonte de informação gráfica recorre-se à cartografia de 1995, ao levantamento métrico existente<sup>2</sup> sobre o objeto de estudo e ao levantamento fotográfico, que são elucidativos da constituição morfológica e territorial. A partir do levantamento existente é feito um novo levantamento sobre a casa e a capela, sendo estes os objetos em estudo. Quanto aos documentos escritos utilizados ao longo deste trabalho contam-se com os seguintes registos:

### **Manuscritos:**

- “As Inquirições de 1258” e as “Inquirições de D. Dinis, em 1307-1311”, onde se destaca a informação relativa à origem da *Honra*, bem como, do domínio do poder régio sobre as terras;

- “Livro do Registo Geral da *Honra* de Barbosa”, documento existente no Arquivo Municipal de Penafiel, balizado entre os finais do século XVIII e inícios do século XIX, compila as várias cartas régias remetidas à honra, incluindo cartas datadas no início do século XVI;

- “Memórias Paroquiais de 1758” é um inquérito de ordem régia, respondido pelo pároco da freguesia, acerca da toponímia, hidrologia e património construído, como também da localização e de todas as atividades exercidas no lugar em questão;

- “Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica”, datado de 1706, refere-se às gentes detentora do Solar e às suas atividades jurisdicionais e territoriais;

---

<sup>2</sup> O levantamento métrico realizado teve como base o levantamento existente disponibilizado pelo autor da tese: “*Agregações de espaço na Habitação Nobre: Solar e Torre da Honra de Barbosa*”, de Alexandre Silva Ferreira, apresentada à Universidade Lusitana do Porto: Faculdade de Arquitetura e Artes, em Maio de 2015

**Monografias:**

- “Honras e Coutos: O contributo do livro do Milhão a Honra de Barbosa e o Couto de Bustelo” é o livro que testemunha as realidades políticas-territoriais da propriedade;

- “A Honra de Barbosa: Subsídios para a sua história constitucional (séc. XII-1834) é o livro mais recente no enquadramento desta tipologia enquanto lugar administrativo, político e judicial;

**Estudos:**

- “Solares Portugueses”, de Carlos Azevedo, é uma publicação acerca da tipologia e dos casos de estudos da origem e da evolução da habitação nobre, no qual o Solar é referenciada em comparação com outros casos de estudo;

- “Paços Medievais Portugueses”, da autoria de José Custódio Vieira da Silva, é um testemunho da evolução da habitação nobre, recorrendo à analogia e paralelismo de casos de estudo idênticos.

Na verdade, ao longo de nove séculos, informação e documentação foi publicada de forma a valorizar a Casa e a demonstrar a permanência do espólio da *Honra*, para o qual este trabalho contribuirá.





## Parte I

### ***Da História do Lugar***

*“Mas o tempo linear é uma invenção do Ocidente  
o tempo não é linear  
é um maravilhoso emaranhado onde, a qualquer instante,  
podem ser escolhidos pontos e inventadas soluções,  
sem começo nem fim.”<sup>3</sup>*  
Lina Bo Bardi

## De ANÉGIA A PENAFIEL

O enquadramento da Casa de Barbosa no seu contexto geográfico é pertinente para o entendimento da ocupação e consolidação do território medievo de Penafiel, através de uma linha cronológica desde o século IX até à atualidade.

Como consequência das invasões muçulmanas em 711, durante o século IX ocorrem significativas ações de repovoamento no vale do Douro. Trata-se de um território fragmentado devido à conquista e reconquista pelas forças cristãs.<sup>4</sup> Em 875 surge a primeira referência documental ao território de Anégia.

A consolidação do território é um processo demorado e complexo mas essencial para o entendimento da realidade política e militar da época de definição do reino de Portugal.<sup>5</sup> A aliança do poder real ao poder condal permitiu, através das presúrias ocorridas, uma definitiva apropriação das terras, pela capacidade de povoamento e administração. Anteriormente a esta época o processo da Reconquista Cristã havia tido como objetivo a pilhagem e o roubo, não mostrando ser eficaz no seu propósito. Com a ação política de Afonso III das Astúrias, na segunda metade do século IX, a Reconquista conhece um novo significado com o objetivo de conquistar e ocupar efetivamente as terras. Teve como finalidade o estabelecimento da linha de fronteira para sul do rio Douro no espaço geográfico que tornar-se-ia o Condado Portucalense.

Durante este novo propósito da reconquista dá-se uma reorganização administrativa dividindo o território em duas tipologias: os *territoria* e as *civitates*. Estas denominações aparecem nos documentos medievais referindo-se a três *territoria*: Braga, Portucale (Porto) e Coimbra, e a duas *civitates*: Anégia e Santa Maria. Estas últimas encontravam-se na periferia do condado portucalense (Fig. 3), estando localizadas em pontos geográficos estratégicos da linha de defesa da fronteira até ao rio Douro. Tornaram-se extensas áreas de importante índole administrativa e militar obedecendo “a um modelo de governo territorial essencialmente condal”.<sup>6</sup> Para uma melhor compreensão da investigação existem vários estudos da autoria de Mário Jorge Barroca, entre o qual se destaca o artigo “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico”.

4 MATTOSO, José - *História de Portugal: Antes de Portugal*, 1994, pág.465

5 “Os séculos medievais são a base cronológica para a obtenção dos limites do território português quer pela ocupação e do ordenamento do território, quer pela ostentação dos ricos homens da nobreza interessados em demonstrar a sua autoridade através da conquista e da definição das suas terras”. ANDRADE, Amélia Aguiar- *A Construção Medieval do Território*, 2001

6 BARROCA, Mário Jorge – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)*, 1990-91, pág.118



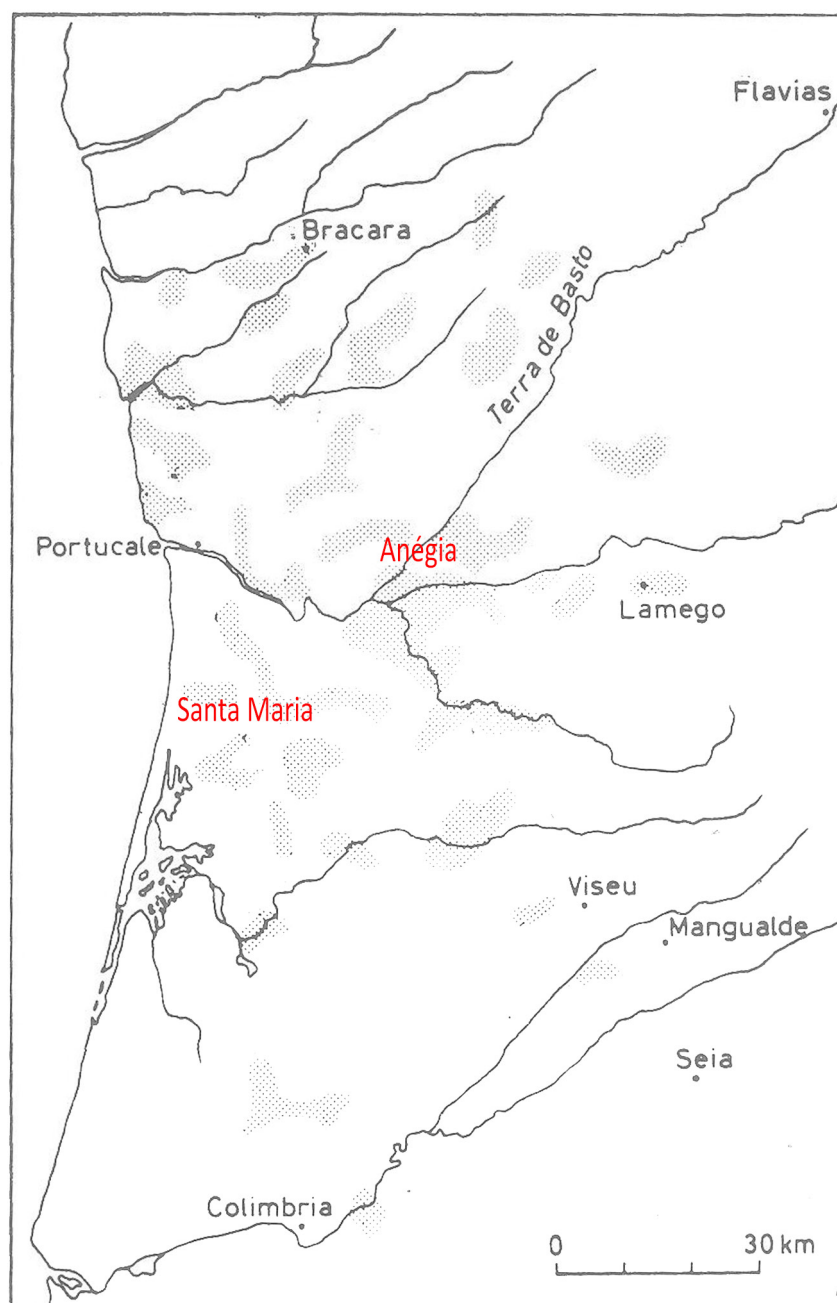


Fig. 3. Imagem adaptada dos *Mapa dos territórios portugueses pelos anos de 1060-1080*, segundo Paulo Merêa e Amorim Girão (SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, pág.74)

Para este estudo interessa a formação e evolução da *civitate* de Anégia que deu origem à terra de Penafiel. A extensão de Anégia (Fig.4) era composta pelo atravessamento das bacias hidrográficas que desaguavam no rio Douro: a norte, as bacias do rio Tâmega, Sousa e Ferreira e a sul as bacias do rio Alarda e Paiva formavam o seu território. A sua localização geográfica aponta para um importante controlo defensivo na linha de fronteira a sul do rio Douro.

Anégia foi o embrião de uma nova organização administrativa e militar que se manteve até à segunda metade do século XI. Após este período surge uma diferente ordenação procedente das *civitates* – as *terras*. No espaço territorial de Anégia nascem quatro terras: Aguiar de Sousa, Paiva, Penafiel e Benviver. A definição e a administração do espaço limítrofe de cada terra tornaram-se um processo longo e descontínuo, visto que a “*própria noção de fronteira entre os diferentes territórios deveria ser um conceito difuso*”.<sup>7</sup> Cada terra possuía estruturas de arquitetura militar, como os castelos cabeça-de-terra, e outras dependências defensivas, as torres, implantadas na sua periferia. As terras eram administradas por um senhor da nobreza, rico-homem, nomeado pelo rei para exercer a tenência da terra.

A primeira referência documental à administração de Penafiel surge em 1047 pela tenência de Garcia Moniz, declarando-se “governador de Penafiel de kanas”.<sup>8</sup> Contudo, só no ano de 1064 surge a referência à terra medieval de Penafiel.<sup>9</sup> O traçado dos cursos de água circundantes à terra elucidava, grosso modo, as linhas limítrofes do seu território. Apesar destas não serem efetivas, poucas alterações conheceram na definição da fronteira até aos dias de hoje. Assim, os seus limites circunscreviam-se numa área geográfica do interflúvio do rio Sousa e Tâmega com o rio Douro (fig.4).

Durante a vigência deste sistema administrativo local surgem outras unidades territoriais - as *honras*. Sendo um termo caído atualmente em desuso, uma “*honra designa terras imunes pertencentes à nobreza, e cuja imunidade lhes vinha directamente da condição social dos seus proprietários*.” As *honras* eram um património favorecido pela condição da sua conceção, adquirido “*algumas vezes por doação régia, outra por usurpação e se foram tornando hereditárias*”.<sup>10</sup>

7 Idem, pág. 115

8 D'ALMEIDA, António - *Descrição Histórica e topográfica da cidade de Penafiel*, 2006 pág. 28

9 AGUIAR, J. P. Monteiro – *A Terra de Penafiel*, 1943

10 ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. VOL 10.

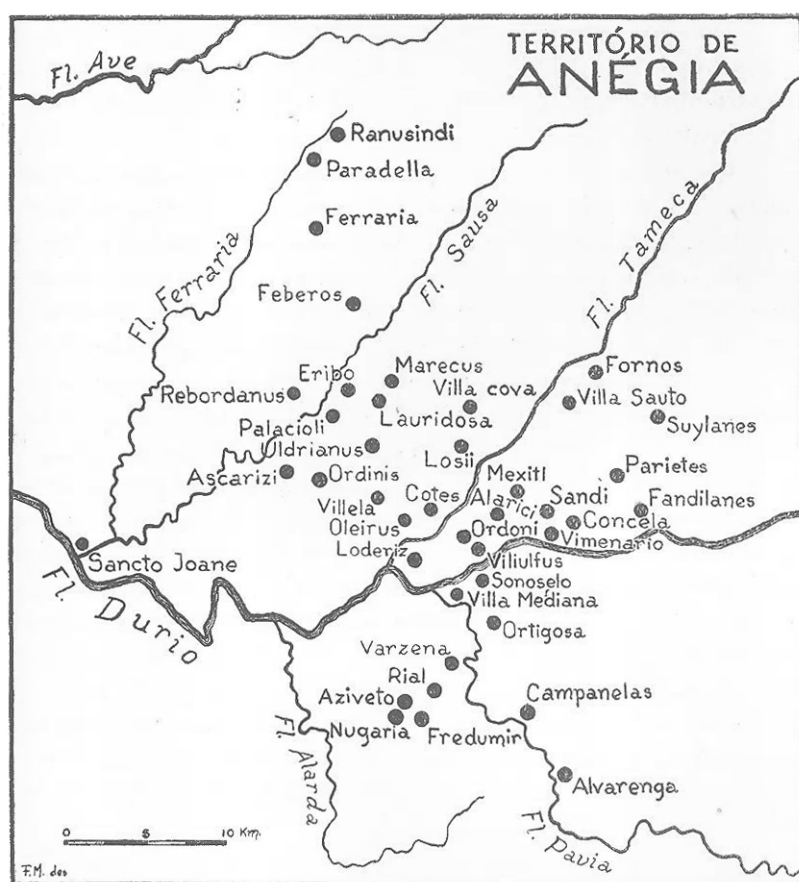


Fig. 4. Território de Anégia, desenho por Fernandes Martins (da "Administração Pública em Portugal: nos séculos XII a XV", BARROS, Henrique Gama, pág.461)

Além de honrar a terra a que pertenciam, eram independentes no exercício do poder jurisdicional, administrativo e civil sob a sua propriedade. Localizavam-se próximo dos concelhos fazendo parte do seu património. O agregado de pessoas que fazia parte da *Honra* beneficiava de isenção de impostos e tributos reais exigidos por *Carta Foral* do concelho<sup>11</sup>. Estas encontravam-se localizadas em circunstâncias territoriais muito específicas: terrenos férteis e próprios para cultivo com a sua quinta destinada ao plantio. A vida senhorial geria o arrendamento destas terras pelos camponeses e pelos seus servos, de modo a sustentar toda a população que a *Honra* defendia.

No decorrer deste sistema administrativo local é fundada a *Honra* de Barbosa com a sua torre pelo tenente da terra de Penafiel no ano de 1139<sup>12</sup>, Mem Moniz<sup>13</sup>, na antiga vila Lauridosa, atual freguesia de Rans, Penafiel. Persistindo nos tempos, a propriedade vinha referenciada pela sua casa e capela, fazendo parte do *“julgado de Penafiel, entre 1384 e 1770, exercida pelo termo da cidade do Porto, fazia parte o mesmo território que atualmente conta, incluídos os coutos de Bustelo, de Paço de Souza e de Entr’ambos os rios; bem como as Honras de Barbosa, e de Gallegos, distribuídos em diferentes freguezias”*.<sup>14</sup>

Paralelamente à mudança de diferentes sistemas político-administrativos territoriais desde a transição de terras em julgados, províncias, comarcas e concelhos a *Honra* manteve a sua independência administrativa e judicial perante tais evoluções.

---

11 A Carta Foral é o documento real onde eram estabelecidas as normas de entendimento entre a população e o seu senhor. É concedida como privilégio em que *“os senhores tinham os seus palácios ou quintas, com jurisdição sobre os moradores, seus vassallos ou colonos, que os reconheciam como a senhores que tinham obrigação de os defender de qualquer violência ou extorsão, pelo que ficavam as honras e os que nela moravam, livres e isentos de impostos e tributos reais”*, SOUSA, António Gomes de; COELHO, Manuel Ferreira – *TEMAS PENAFIDELENSES*, 1996, pág. 93

12 O ano de 1139 é decisivo para a definição do reino de Portugal. Ocorreu a Batalha de Ourique na qual Afonso Henriques ao vencer a batalha assume o título de rei de Portugal. In *HISTÓRIA DE PORTUGAL: DOS TEMPOS PRÉ-HISTÓRICOS AOS NOSSOS DIAS*, 1995, pág. 104

13 Mem Moniz é irmão do célebre aio do rei D. Afonso Henriques, Egaz Moniz. Conhecido por Mem Moniz de «Ribadouro», da estirpe medieval dos Ribadouro, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVII, pág. 634

14 D'ALMEIDA, António – *Descrição Histórica e topográfica da cidade de Penafiel*, 2006, pág. 26

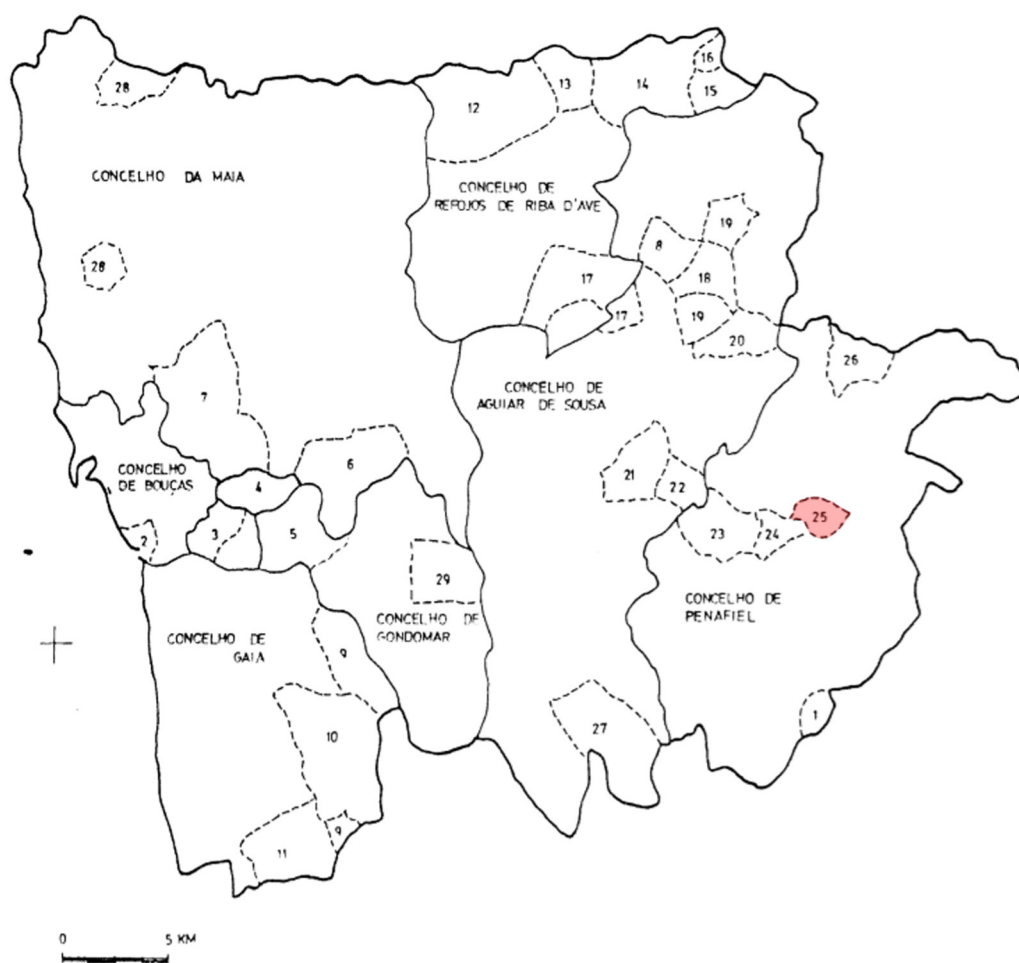


Fig. 5. Localização da Honra de Barbosa face às restantes Honras e Coutos do distrito do Porto, (adaptado de "*Porto e o seu Termo*", SILVA, Francisco Ribeiro, vol. I, pág. 71)

No panorama português havia, no início do século XIX, registo de um total de vinte e seis *Honras*, situando-se quinze na região do Minho, oito em Trás-os-Montes e três nas Beiras.<sup>15</sup>

A decadência do significado administrativo e judicial ocorreu entre o século XVIII e o século seguinte. Contudo, só foram extintas como propriedades privilegiadas pela Constituição, sob as reformas políticas de Mouzinho da Silveira, e na substituição deste por Joaquim António de Aguiar nas pastas da Fazenda e da Justiça em 1832. As ações políticas de Mouzinho da Silveira visaram a abolição dos pequenos morgadios, decretando o fim do poder senhorial e consequentemente a extinção deste género de propriedades.<sup>16</sup>

A *Honra* de Barbosa perdurou até 1834 como organização de carácter político-administrativo, judicial, senhorial e territorial, à sua extinção passou a designar-se por Quinta e Solar de Barbosa.

---

15 SOUSA, Fernando Pereira de – *A População portuguesa nos inícios do século XIX*, 1979, pág. 19

16 MATTOSO, José - *História de Portugal: O LIBERALISMO*. pág.95 e 383

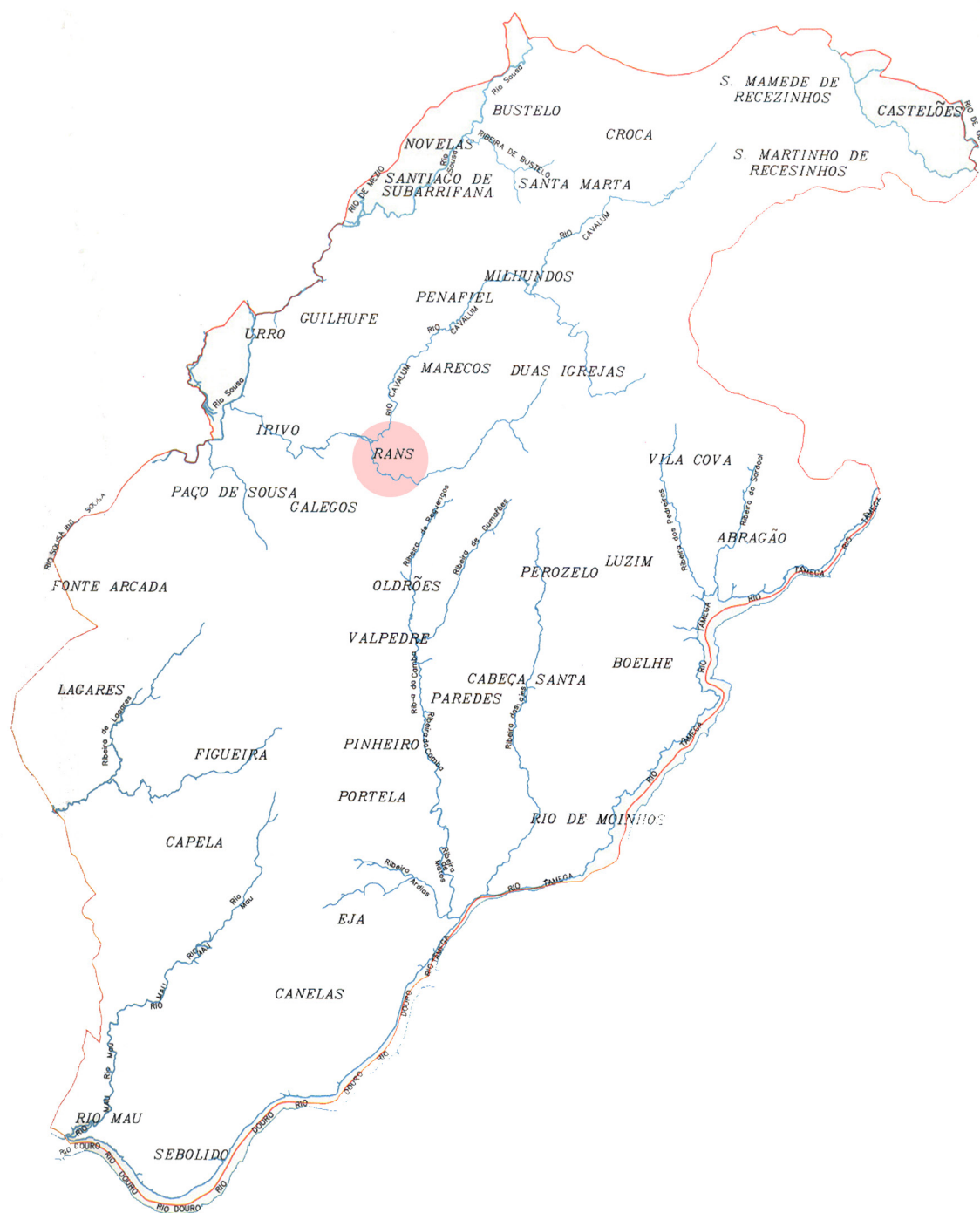


Fig. 6. Rios de Penafiel, (adaptado de "Rios e Ribeiros de Penafiel", FERREIRA, José F. Coelho)

## Do LUGAR À HONRA

Tal como referido anteriormente, a villa Lauridosa fazia parte da terra medieval de Penafiel quando fundada a *Honra* de Barbosa no seu território. Lauridosa, hoje a atual freguesia de Rans, surge no enquadramento geográfico da formação de dois cursos de água, entre os quais o rio Cavalum e um regato que nasce nesta vila. A atual freguesia de Rans dista cinco quilómetros do centro da cidade de Penafiel, ocupando a bacia hidrográfica do rio Cavalum, encontra-se delimitada pela freguesia de Marecos, a norte, Duas Igrejas, a nascente, Oldrões, a sul, Galegos e Irivo, a oeste.

Sabe-se pelas Inquirições de D. Afonso III, em 1258, que Rans era reconhecida por “*S. Miguel de Rans*” ou ainda “*de Lardosa*” ou “*de Barvosa*”. Nas Inquirições realizadas por D. Dinis, em 1307, é referenciada pelo nome de “*Barvosa a Velha*”.<sup>17</sup> A freguesia tem origem anterior à época medieval, sendo das mais antigas do concelho, visto que há menções a uma dependência religiosa nesta vila, em torno do Mosteiro de S. Pedro, hoje em dia desaparecida. Rans conheceu diferentes designações causadas pela fundação da *Honra*, posterior Solar de Barbosa, no seu espaço marcadamente rural, como também Barbosa acaba por dar nome ao lugar onde a propriedade se encontra.

Referenciada nas Memórias Paroquiais, de 1758, a freguesia de S. Miguel de Rans era marcada pela forte produção agrícola. A freguesia ainda vive dessa atividade em pequena e média escala, do pequeno comércio, extração granítica e pelo ofício de calcetaria. A sua paisagem tem sofrido o impacto das ações de urbanização correntes, não deixando de ter uma imagem expressivamente rural.

Outrora, a extensão da propriedade extravasava os limites da freguesia de Rans (fig.7), no lugar de Barbosa, estendendo-se pelas freguesias fronteiriças “*he honra como fica dito, e tem seus sufraganeos como he toda a freguezia de Sam Thome de Canas, e parte da de Paredes e parte da de Galegos, e parte da de Marecos*”.<sup>18</sup>

Com o passar dos anos o espaço territorial da *Honra* foi reduzindo pela dificuldade governativa de áreas tão vastas e, fundamentalmente, pela extinção deste género de propriedades ao longo do século XIX, perdendo o seu significado enquanto lugar político-administrativo e judicial.

17 AGUIAR, op. cit, pág. 61

18 COELHO, Manuel Ferreira – *O Concelho de Penafiel nas “Memórias Paroquiais” de 1758*, 1987-88, pág. 321



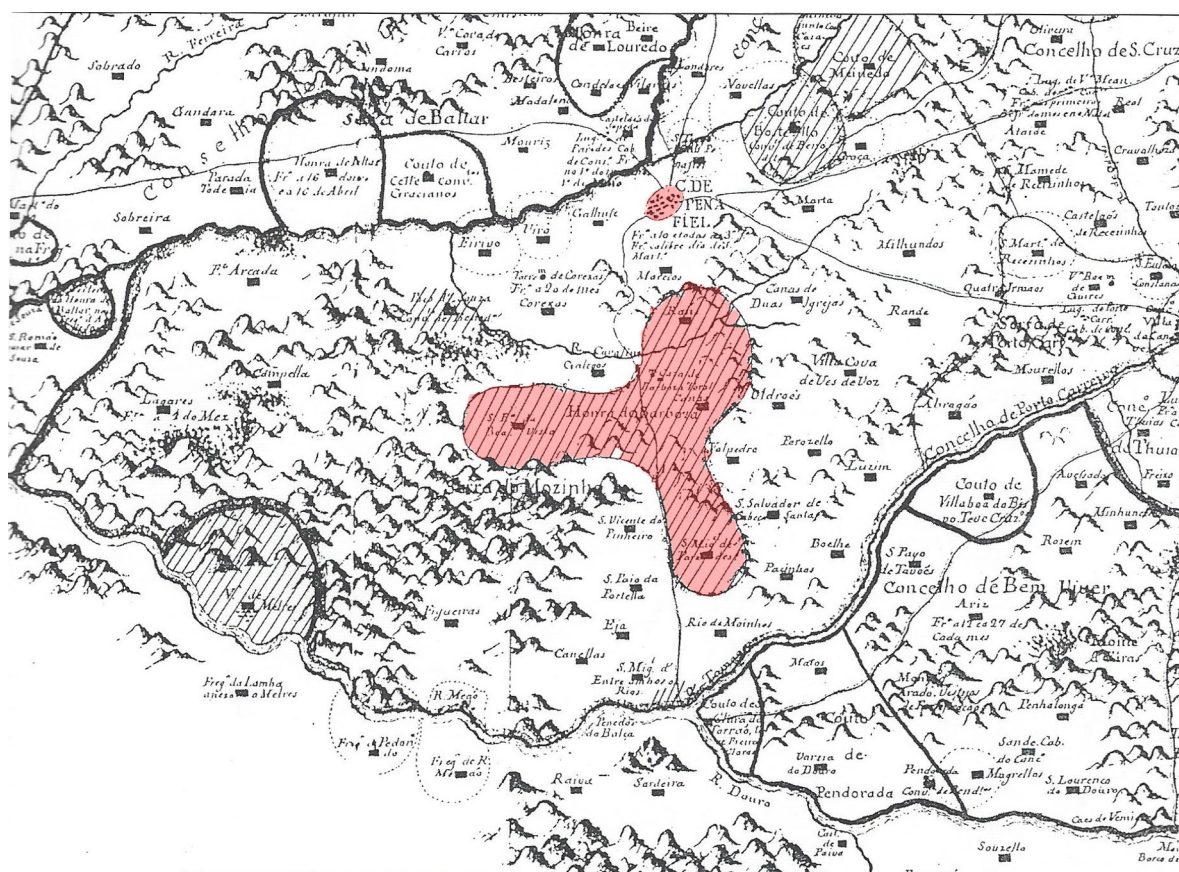
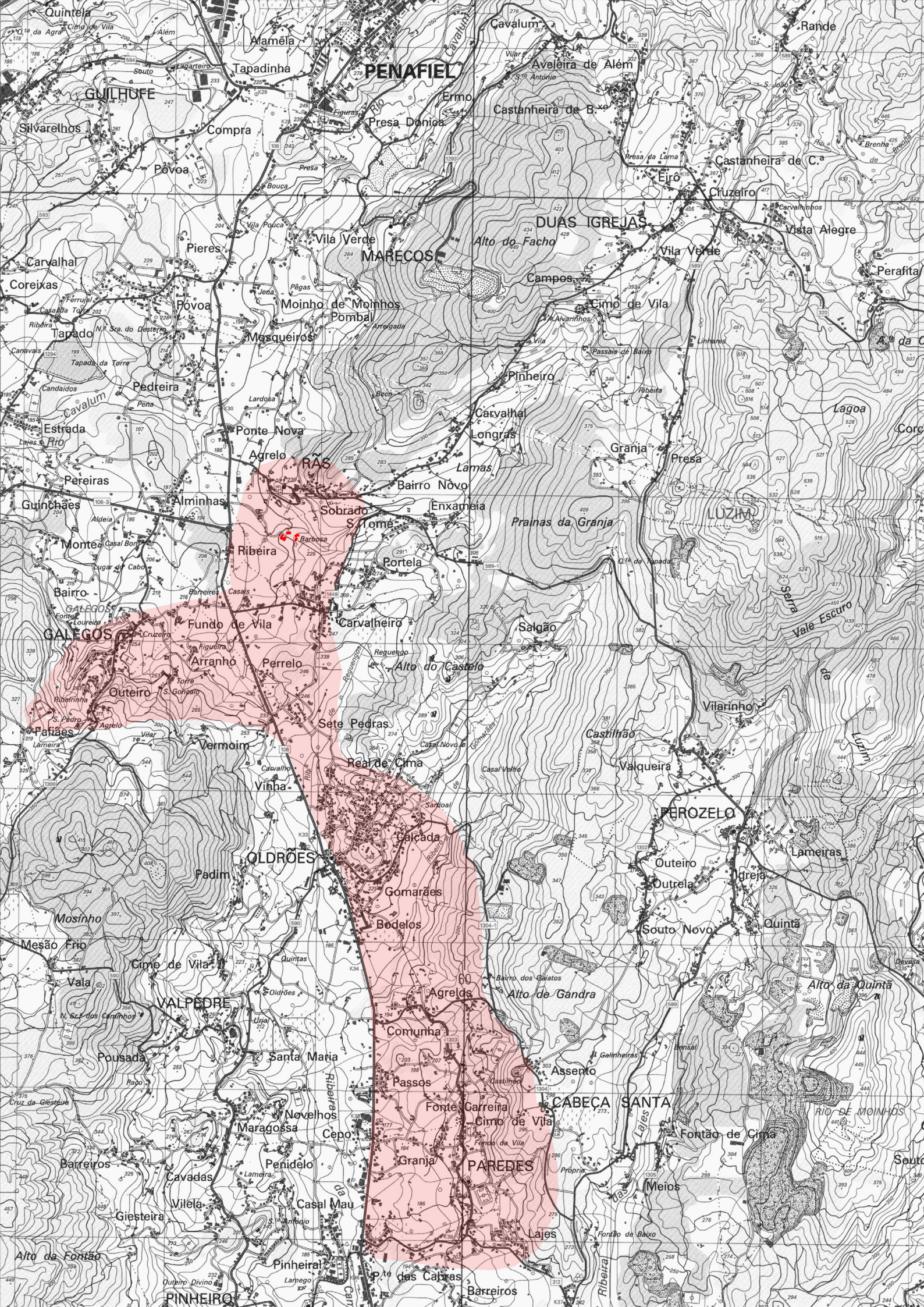


Fig. 7. Mapa da Província Entre Douro e Minho, de Custódio José Vilas-Boas, 1798 (adaptado de PENAFIEL: composição de um espaço administrativo, Teresa Soeiro)

O Solar e *Honra* ou Solar e Torre da *Honra* de Barbosa, como é hoje conhecida, encontra-se localizada à cota intermédia do atual desenvolvimento da freguesia que se estende a cotas mais elevadas. Beneficia de uma posição estratégica de defesa devido à localização isolada à cota alta da encosta, criada por um pequeno vale. Esta condição permite o controlo periférico, num campo de visão de 360 graus, das terras ao seu domínio como de um importante eixo viário, atual estrada nacional EN106, que faz a ligação entre Penafiel e Entre-os-Rios. Segundo as Memórias Paroquias, de 1758, *“avistasse desta freguezia parte da freguezia de Galegos e parte da de Coreyxas, e parte da de Guilhufe, que distam hum coatro de legoa”*.

O seu carácter estratégico é acentuado por uma linha de água, à cota baixa, que contorna de norte a este a propriedade. Além de dificultar o acesso, é a forma de irrigação das terras. Atualmente, o acesso à propriedade faz-se por uma pequena ponte, à cota baixa, e por um percurso íngreme e estreito até à cota alta. A sua periferia é envolvida por manchas verdes e agrícolas, acentuando a paisagem rural onde está inserida.







## **Da PROPRIEDADE À IMPLANTAÇÃO**

Ao longo dos tempos a propriedade conteve uma pluralidade de funções. Além de um conjunto habitacional foi lugar de serviços agrícolas, religiosos, administrativos, judiciais e prisionais. O seu conjunto edificado é constituído pela antiga casa da câmara e cadeia, a casa do lagar, o pelourinho, a capela, as antigas cavalições e, claro, a casa. Encontra-se implantado sob uma plataforma que se eleva a partir do caminho de acesso.

A capela do Menino Jesus, implantada a norte, é o primeiro edifício que se encontra na aproximação à propriedade. Recuada face ao caminho, é envolvida por um pequeno jardim que desenha a entrada na capela. Do lado oposto, a sul, encontra-se a casa circunscrita pelo muro de suporte de terras contínuo que traça o seu perímetro norte. Voltado para um alargamento do caminho acha-se o portal de entrada que conforma o espaço de acesso ao pátio interior da casa. É encimado por um arco abatido em pedra, rematado por uma cornija e duas ameias. Frontalmente à entrada encontra-se o edifício das antigas cavalições, atualmente casa da caseira. O pátio resulta num espaço murado, sendo limitado pela casa a sul e as cavalições a oeste, constituindo um terreiro voltado para o vale.

Continuando o eixo de acesso, que se alarga à cota alta, acham-se a casa do lagar e o pelourinho que antecederam o edifício da antiga câmara e cadeia. O pelourinho em pedra é constituído por três degraus, o último mais alto, onde assenta uma coluna rematada em forma de pinha escamada. Tem por significado a autonomia e jurisdição da *Honra*. Localizado a oeste da propriedade, a antiga câmara e cadeia é o edifício de maior escala, hoje devoluto e sem qualquer tipo de ocupação. Apresenta uma planta em forma de L, com três pisos, onde no seu espaço exterior é articulado um pátio e uma eira. Este edifício encontra-se implantado sob uma plataforma elevada relativamente à casa e à capela.

Separado por um muro alto e com silhares de pedra à vista descobre-se paralelamente ao eixo de acesso, o jardim. Encontra-se voltado para o alçado oeste da casa e para sul da propriedade. O caminho de acesso faz-se em todo o seu perímetro, que se desenha em U e é coberto por uma vinha. É ainda prolongado para uma cota mais elevada, onde ao centro está situada uma fonte circular com pedras em forma de concha, sendo envolvido por árvores centenárias de grande porte. O jardim antecede o acesso à antiga casa de vigia, uma construção pequena, localizada na extremidade oeste deste terreno.



Fig. 9. Planta de Implantação do conjunto edificado e limites da propriedade

A extensão territorial da propriedade ocupa bastante área relativamente ao conjunto edificado. Apesar, de noutros tempos esta ser maior, face à perda do seu significado governativo, ainda apresenta uma área notável (fig.10).

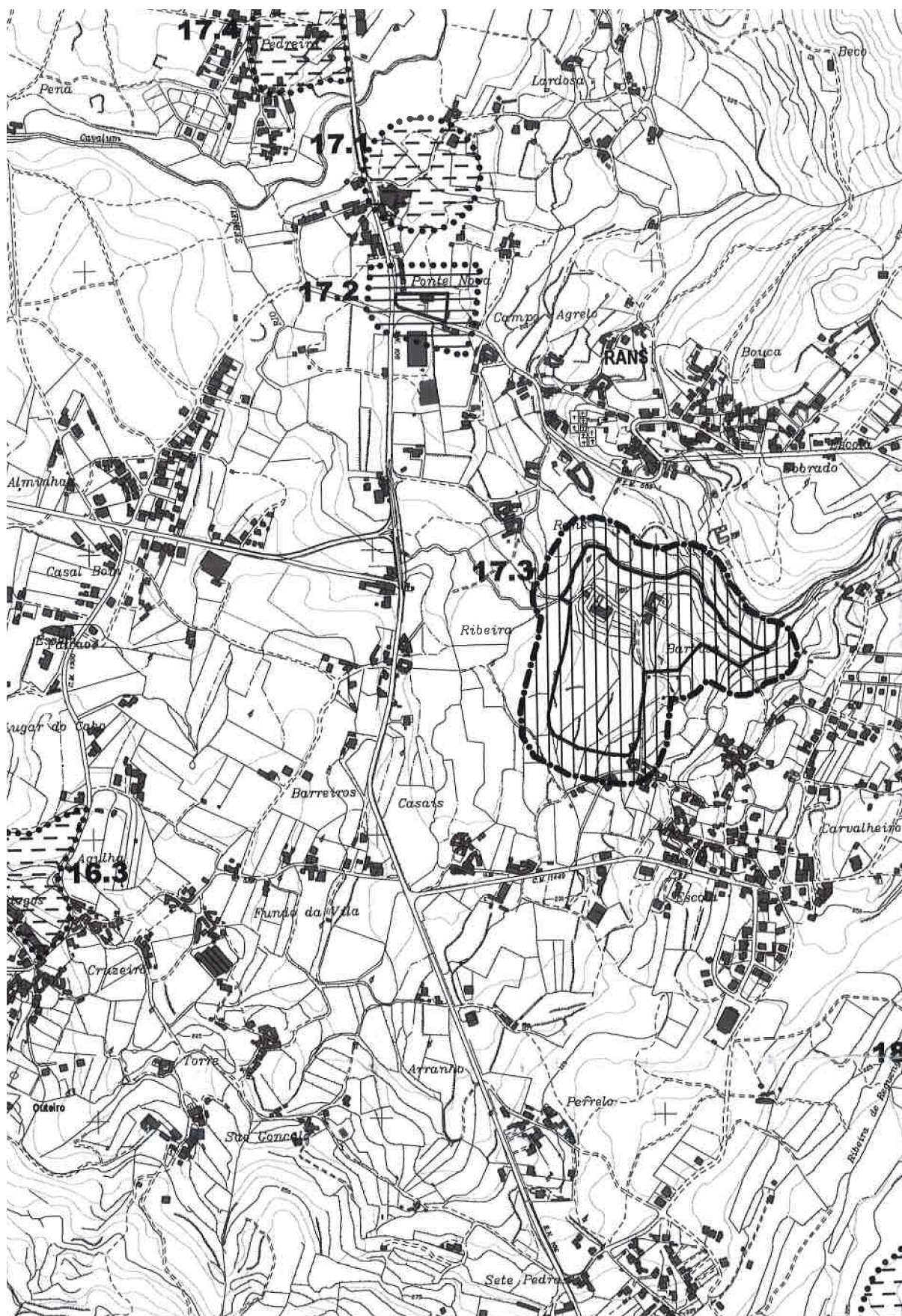
A parte sul da propriedade, envolvida pela sua área agrícola, é composta por socacos de forma a vencer o declive do terreno, e à cota baixa cultiva-se numa planície. A propriedade da *Honra* de Barbosa, ou Solar e Torre da *Honra* de Barbosa, está classificada como Conjunto de Interesse Público (CIP) pelo IGESPAR<sup>19</sup> refletindo o seu valor material, histórico e estético intrínseco à sua conceção arquitetónica e paisagística. O limite da propriedade valorizada está envolvido pela Zona Especial de Proteção (ZEP).

---

19

Decreto-Lei n.º 86-A/2011, Diário da República, 2.ª Série, nº92, 14 de Maio de 2014





Escala 1:10000

Fig. 10. Planta de Localização do Património Classificado da propriedade, envolvido pela Zona Especial de Proteção (ZEP) a tracejado





Fig. 11. Perspectiva fotográfica parte sul da propriedade







## Parte II

### ***Da Honra e Solar de Barbosa***

*"A casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico"*<sup>20</sup>  
Gaston Bachelard



Fig. 12. Fotomontagem panorâmica de 360° da envolvente vista da torre



Fig. 13. Fotografia panorâmica da localização da propriedade vista da freguesia





## Dos PROPRIETÁRIOS da CASA

A permanência desta herança é, em grande parte, da importância da linhagem da família como se pode enunciar de seguida. Do fundador Mem Moniz sucede-lhe a filha D. Teresa Mendes casada com D. Sancho Nunes de Celanova. Deste matrimónio nasce D. Sancho Nunes de Barbosa: “rico-homem, companheiro d’armas e genro d’el-rei D. Affonso Henriques, e o primeiro do apelido Barbosa, que d’aquella honra lhe veio”.<sup>21</sup> Assim, a denominação de Barbosa surge do apelido do neto do criador, dando origem à família medieval dos Barbosa.

Mantendo-se no seio da mesma geração, a *Honra* vem referenciada nas Inquirições de 1258, na posse de D. Urraca Abril “de Lumiares”, trineta de Mem Moniz. Sucedendo-lhe na transmissão o seu filho D. Pedro Anes “de Riba Vizela”, casado com D. Urraca Afonso, filha bastarda do rei D. Afonso III, destacando as gentes protagonistas na corte de D. Afonso III e D. Dinis.

No estudo realizado pelo Dr. Augusto-Pedro Cardoso<sup>22</sup> sabe-se que o regime de transição da *Honra* conheceu uma interrupção num intervalo de um século, havendo registo do seu proprietário apenas na segunda metade do século XV. A transmissão da propriedade esteve sujeita à *Lei Mental* (sucessão para filho homem legítimo) de forma a garantir que o património retornasse ao poder régio. A disputa dos bens entre os proprietários homens e a Coroa finda com a decisão de D. João III. Este suspendeu a lei podendo o património ser conservado no seio da mesma família, quer por filhos varões, quer por filha e filhos bastardos. Com esta decisão, a continuidade dos poderes senhoriais fazia-se de forma plena e extensa sobre a justiça cível e crime, e com todos os direitos inerentes ao poderio senhorial de carácter patrimonial e económico.

Com base na genealogia da família sabe-se que, pelo menos, em 1503<sup>23</sup>, D. Joana de Castro era a primeira senhora da *Honra*. Os documentos da época apontam-na como donatária exercendo abusivos poderes senhoriais e jurisdicionais. Sendo donatária recebia os proveitos e rendimentos oriundos das terras, como uma pensão, o que explica o fundo de riqueza da família. Há ainda registo de uma carta de confirmação outorgada por D. João III, em 1543, a D. Manuel de Azevedo, filho de D. Joana, sendo assegurado como senhor da *Honra* na qual continuavam a ser exercidos restritos poderes judiciais.

21 DOMINGUES, Ernesto – *Barbosas, Azevedos e Beato Inácio*, 1991/92, pág. 18

22 CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes – *A Honra de Barbosa: Subsídios para a sua História Institucional*. Porto, 2005

23 Idem, pág. 26

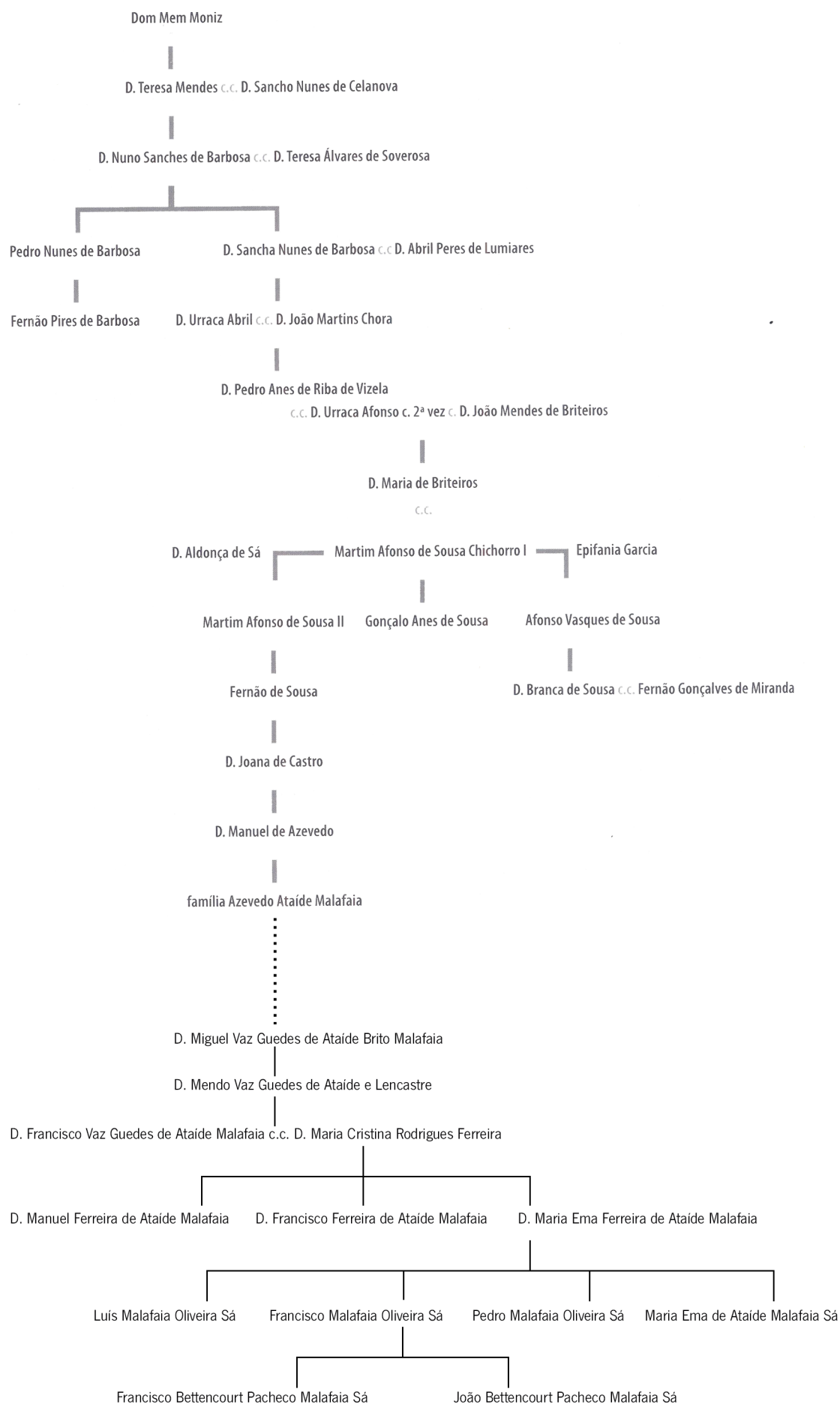


Fig. 14. Adaptação de esquema de transmissão da honra desde a sua fundação até à contemporaneidade

Este senhor foi, ainda, o responsável pela fundação do *Morgadio* de Barbosa<sup>24</sup>, em 1553.

Além destes cargos administrativos, os senhores da *Honra* exerciam o direito judicial, predominantemente relativos à aplicação das leis e justiça reais, quer sobre o crime quer sobre o direito civil. Podiam, sobretudo, nomear juizes e oficiais de justiça, bem como pessoas responsáveis pelos cargos de “juiz ordinário, ouvidor, meirinho, procurador, monteiro-mor, escrivão e vereadores da câmara”.<sup>25</sup> Ao longo dos tempos, com a permanente autonomia da família presente neste território, foi fundada em meados do século XVIII a companhia de ordenanças<sup>26</sup>. Esta instituía o regulamento militar próprio da *Honra*, onde os “oficiais eram eleitos localmente, sujeita embora à capitania-mor de Benviver”.<sup>27</sup>

A família de Azevedo Ataíde Malafaia, descendente de D. Manuel de Azevedo, filho de D. Joana de Castro e do 31º bispo do Porto, D. João de Azevedo, é ainda proprietária da Quinta e Solar de Barbosa. De destacar como último senhor D. Miguel Vaz Guedes de Ataíde e Brito Malafaia (1794-1898) que viveu e ocupou o Solar no tempo da sua extinção, era “administrador do Morgado da Casa do Arco de Vila Real, Moço Fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, Coronel de Milícias de Vila Real”<sup>28</sup>. A família descendente do último senhor ocupou mesmo após a extinção da honra, sendo cenário de nascimentos<sup>29</sup> e casamentos das seguintes gerações. Como o património prevalece no seio desta família, há o interesse na compra dos bens da Casa e Torre de Barbosa, na qual se destaca a compra, em 1924, de D. Francisco Vaz Guedes de Ataíde Malafaia, neto de D. Miguel, a seus primos.

Atualmente, a Casa e Solar de Barbosa está ao cuidado de Francisco Malafaia Oliveira Sá, trineto de D. Miguel Vaz Guedes de Ataíde Malafaia, casado com Dr.<sup>a</sup> Maria Antónia Bettencourt Cirne Pacheco, senhora da Casa do Carreiro de Baixo (Lousada), e com o seu irmão é senhora da Casa dos Costas Morais (Vila Flor).

Na verdade, é portanto possível identificar a origem da linhagem e retratá-la desde a fundação até ao presente, pelo registo do matrimónio entre famílias da alta aristocracia e da nobreza portuguesa. Devido à contínua transmissão de geração em geração, a *Honra* chega aos dias de hoje como um espólio de sucessivas construções e riquezas próprias.

24 Por morgadio entende-se os domínios senhoriais inalienáveis, transmissíveis e indivisíveis de filho primogénito para primogénito, mantendo-se este vínculo como fonte de rendimento e bens sempre no seio administrativo da família. Apenas o poder real podia desvincular este feito.

25 CARDOSO, op. cit, 2005, pág. 15

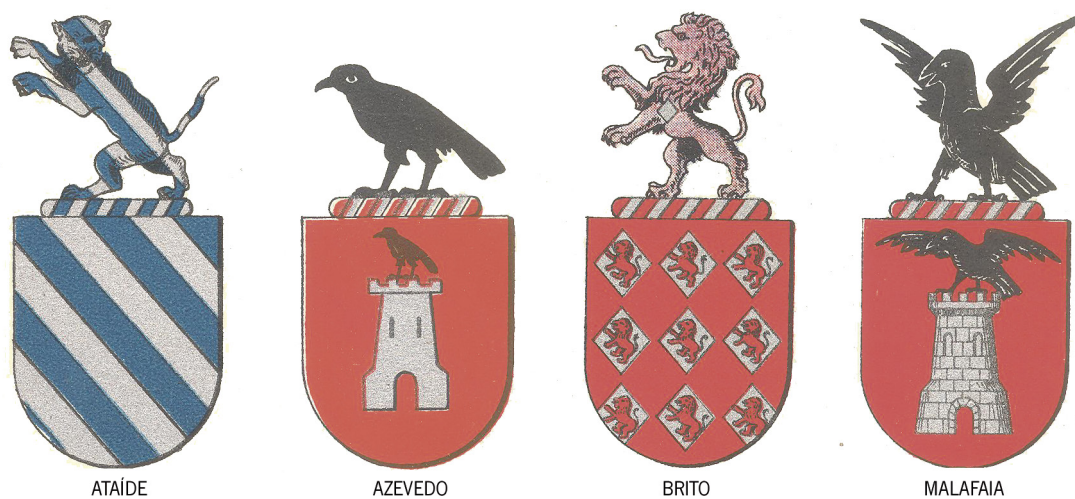
26 Por companhia de ordenanças entende-se o conjunto de normas regulamentares dos procedimentos militares. Em Portugal, as primeiras companhias militares foram constituídas por D. Manuel I.

27 CARDOSO, op. cit, 2005, pág. 15 – o concelho de Benviver é atualmente parte do concelho de Marco de Canaveses

28 Idem, pág. 80

29 D. Mendo Vaz Guedes de Ataíde e Lencastre, filho primogénito de D. Miguel, nasceu na Casa de Barbosa





ATAÍDE

AZEVEDO

BRITO

MALAFAIA

Fig. 15. Brasões da Família, retirado de "Brasonário de Portugal", MATOS, Armando

## Da CASA de BARBOSA

A casa apresenta uma planta disposta em “L” e integra no centro da sua volumetria, alinhada com a fachada principal da casa, uma torre assente sobre um afloramento rochoso. Composta por três pisos e silhares de pedra à vista a torre apresenta uma planta quadrangular. O único acesso ao piso do rés-do-chão faz-se a partir do pátio por uma pequena escadaria em pedra adossada lateralmente à parede frontal. No primeiro e segundo piso da torre descobrem-se seteiras orientadas a sul e a oeste, revelando o eventual carácter defensivo que outrora teve. Ainda no segundo piso, na sala de armas, abrem-se dois grandes vãos orientados a norte e a este. A partir deste piso, o acesso à cobertura faz-se “*por meio de escadas praticadas nas próprias paredes*”.<sup>30</sup> No topo da cobertura um telhado de quatro águas e uma platibanda conformam o atual caminho de ronda. O parapeito da torre é encimado por ameias em pedra e rematada por uma cornija que exhibe em cada esquina uma gárgula em forma de canhão.

O volume da torre destaca-se da restante composição volumétrica do conjunto residencial pela sua prismática altimetria. O corpo principal da casa, adjacente à torre, é criado por dois volumes distintos. Um volume trapezoidal avança sobre o corpo principal da casa, articulando-se com a forma retangular desta. Outro, desenha-se recuado à torre, contrastando pela sua altimetria e volume retangular.

Assim, formada por dois pisos a casa apresenta programas e funções distintas. O rés-do-chão é reservado à adega, arrumos e cozinha enquanto o primeiro piso é destinado à domesticidade. Acessível pelo alçado frontal em vários pontos da casa o rés-do-chão comunica entre si, apesar de ser composto por diferentes níveis.

O acesso ao primeiro piso faz-se por um único lanço de escadas a partir do pátio, sendo o patamar coberto por um alpendre. O espaço de entrada acolhe a sala de visitas que comunica com a sala de estar, a biblioteca e uma arrecadação. Este piso é ainda constituído por um corredor que liga dois quartos, a sala de leitura, as instalações sanitárias e a sala de refeições. A sala de estar comunica diretamente com mais dois quartos da casa e o corredor. Estes quartos são também transitáveis entre si através de uma considerável porta. A copa, o último espaço deste piso, é ligada ao resto da casa através da sala de refeições.

---

30 AZEVEDO, Carlos - *Solares Portugueses*, 1969, pág.24



Fig. 16. Perspectiva fotográfica do conjunto edificado: capela, antiga Casa da Câmara e Cadeia, Pelourinho e caminho de acesso



Fig. 17. Perspectiva panorâmica do conjunto da casa, terreiro e antigas cavaliárias



Fig. 18. Fotografia panorâmica vista da cobertura da torre





É ainda neste piso que se acede ao interior da torre. A partir do corredor um patamar estende-se traçando as escadas em pedra para o primeiro piso da torre. Estas estão dispostas lateralmente à torre e praticam-se na espessura das paredes.

As comunicações verticais no interior da casa fazem-se através de duas escadarias: uma na cozinha que acede diretamente à copa no piso superior, e outra no espaço de entrada do rés-do-chão que liga à sala de visitas. Ambas as escadarias têm a sua estrutura de madeira à vista.

O lanço de escadas e a porta de entrada do primeiro piso constituem o eixo de simetria do alçado norte da casa. Neste, o primeiro piso é composto por janelas em guilhotina e o rés-do-chão por uma porta e por uma janela gradeada. Ainda neste alçado, ao centro da torre apresenta-se a porta de aspeto arcaico no rés-do-chão e o grande vão do segundo piso situado mais à direita. O alçado oeste e sul apresentam pontualmente alinhamentos e simetrias entre vãos. O primeiro piso é fenestrado por janelas, em guilhotina ou de duas folhas, e são relativamente semelhantes nas suas dimensões. As aberturas do rés-do-chão, conforme o programa a que estão destinadas são de pequenas dimensões, protegidas por gradeamentos, e estão por vezes alinhadas com as aberturas do piso superior.

Sendo os pisos bastantes distintos na sua função, o rés-do-chão é pavimentado com grandes pedras na cozinha e no espaço de entrada, provavelmente provenientes do lugar. Enquanto noutros lugares deste piso o chão mostra-se cimentado ou em terra batida. O piso residencial é pavimentado com réguas de soalho exceto nos lugares correspondentes aos vãos, que são revestidos por soleiras em pedra à vista, de grandes dimensões. Os tetos no primeiro piso são todos em madeira, uns emoldurados, outros em masseira, permitindo altear o pé-direito desses espaços.

As paredes exteriores da casa são em alvenaria dupla de granito, provavelmente extraídos do local<sup>31</sup>, à exceção da parede do alçado oeste que ainda se encontra parcialmente caiada. Na casa e na torre os silhares de pedra à vista demonstram métodos construtivos diferentes, correspondendo à evolução de que a casa foi alvo. A cobertura é composta por distintos volumes articulados em telhados de quatro águas.

---

31 Sendo a casa implantada num maciço rochoso, e modificada ao longo do tempo, o mais plausível seria a extração da pedra do local aproveitando a matéria-prima e a alteração do terreno que hoje se encontra regularizado na entrada da casa.



Fig. 20. Escadaria de acesso do rés-do-chão à sala de visitas

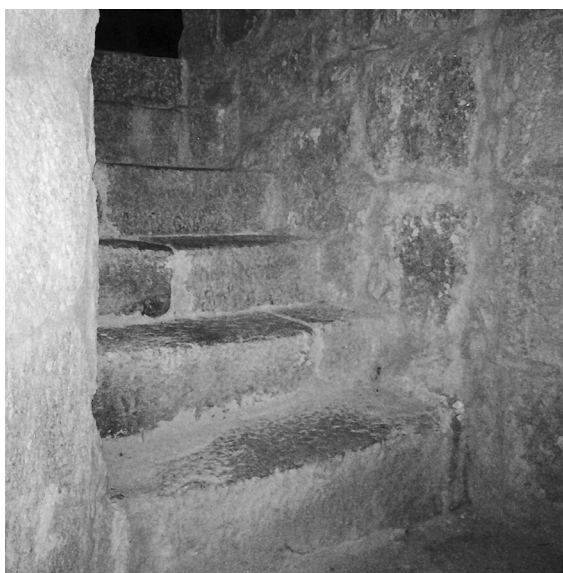


Fig. 21. Escadaria de acesso ao 1º piso da torre



Fig. 19. Escadaria interior de acesso da cozinha à copa

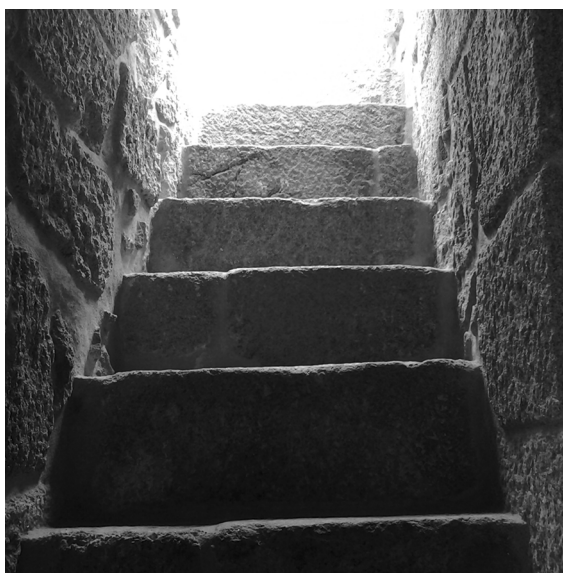


Fig. 22. Escadas praticadas na espessura da parede da torre

## **Da CAPELA do MENINO JESUS**

A Capela do Menino Jesus ou está orientada a nascente e apresenta uma planta retangular. Constituída por três volumes: o nártex (alpendre de entrada), o corpo da capela em nave única e a capela-mor, todos diferenciados pelas suas altimetrias. A cobertura do corpo da nave e da capela-mor é feita por um telhado de duas águas enquanto o alpendre é coberto por um telhado de três águas. Cada volume é ainda encimado ao centro, sobre a parede da sua empena, por uma cruz em pedra, com exceção do alpendre na qual é erguida uma sineira de remate triangular, rematada por uma pequena cruz. Manipulada

A entrada da capela faz-se a eixo pelo alpendre. Este encontra-se coberto por uma estrutura de madeira, apoiado em duas colunas de granito, dispostas nos ângulos da sua extremidade exterior e por pilares de secção quadrangular de madeira. Ambos assentam num murete de granito que circunscreve a entrada no perímetro lateral do alpendre. Na parede da entrada, por cima da porta principal, exhibe-se uma lápide com a seguinte expressão: “INSIGNIA LAPIDE A/ NOSTRAE LATERONEN / SIS – AECCLESIAE PARETE / VIAM DOMINI 1689”<sup>32</sup> (fig.24), encimada por uma pedra avermelhada com um brasão papal saliente. Este brasão é composto pelas chaves de São Pedro, cruzadas e dispostas no fundo do brasão, e por uma tiara papal que enaltece este conjunto. Esta inscrição encontra-se descentrada da porta de entrada. Ainda neste alçado, um púlpito facetado de secção circular, apoiado sobre uma coluna estriada sem base, encontra-se adossado à extremidade esquerda da parede, onde umas escadas laterais de pedra permitem o seu acesso.

No alçado sul situa-se outra entrada, acedida através de dois degraus diretamente à capela-mor. Esta é composta por um altar adossado à parede de talha dourada. A nave da capela, à mesma cota que a entrada e na parede orientada a sul, exhibe uma pia encastrada de pedra com forma circular de pequena dimensão.

Simultaneamente à realização do levantamento métrico, a capela foi sujeita a obras de restauro na qual foram descobertas pinturas na parede que separa a capela-mor do nártex, evidenciando um gosto barroco. Este registo representa figuras de animais e ornamentos em torno do arco triunfal enfatizando o seu traçado com tons quentes.

32 Segundo a interpretação religiosa esta expressão significa: Brasão em pedra da nossa igreja lateranense preparada para o caminho Senhor 1698. A igreja lateranense diz respeito à arquibasilica papal de Roma: a Basilica de San Giovanni in Laterano (São João de Latrão) e a expressão “PARETE VIAM DOMINI” refere-se a uma passagem do Antigo Testamento proferida por Isaías no capítulo 40, versículo 3. No entanto, numa interpretação mais lata, o brasão ostenta-se enquanto detentor da propriedade pela Santa Sé face à capela.





Fig. 24. Inscrição em latim na padieira de entrada



Fig. 25. Percurso exterior em direção à capela-mor



Fig. 23. Alçado oeste



Fig. 26. Localização da capela vista da cobertura da torre

## **Do ESTADO ATUAL da CASA**

Apesar de desabitada, esta casa permanece como casa-memória de vivências de outros tempos. A família tem realizado obras de restauro e reabilitação para manter a casa no estado representativo mais fiel à domesticidade de outrora. Contam-se na torre obras de reabilitação da estrutura através de enchimento em argamassa nas paredes, a substituição do teto de madeira, bem como da estrutura do piso: vigas, ripas e soalho. Na casa, contam-se renovações em determinados espaços do piso em soalho, extração do reboco nas paredes exteriores e limpeza das mesmas.

Porém, são notórias diferenças técnicas e construtivas que permitem avaliar o seu estado atual. A distinção entre pisos é evidente pelos silhares de pedra à vista, sobretudo no alçado sul, que demonstram a diversidade compositiva entre o rés-do-chão e o piso superior. No rés-do-chão as pedras são irregulares enquanto o primeiro piso apresenta fiadas de pedra regulares. No alçado norte, é notória a articulação dos diversos volumes que constituem a casa, correspondendo a cada uma forma construtiva diferente. As paredes estruturais da casa prolongam-se desde o rés-do-chão até ao piso nobre, conformando espaços desafogados. No entanto, o piso habitacional é compartimentado com paredes divisórias de tabique. No rés-do-chão, as paredes de grandes espessuras e vãos de pequena dimensão, sustentam a carga estrutural do primeiro piso e formam espaços amplos. A estrutura do piso também é visível nalguns espaços, onde régua de madeira assentes em vigas compõem o pavimento do primeiro piso. Neste, os grandes vãos permitem aligeirar o peso próprio da parede. Com este propósito construtivo, a cobertura é feita em madeira, estando as ripas assentes sobre barrotes, que se encontram revestidos por tetos em masseira ou por tetos emoldurados.

A torre e a casa não têm nenhum sistema de recuperação e escoamento de águas. Tal, ressentem-se no aspeto exterior, onde o escoamento na pedra é recorrente. O caso mais visível é o escoamento causado pela cornija na torre. No interior da casa a patologia mais significativa é a fissuração dos panos de reboco que mostram a construção original em tabique.

Durante a realização do levantamento, a casa esteve constantemente em obras: a construção de uma casa de máquinas, o restauro do espaço exterior entre as cavalariças e a cozinha para funcionar como cozinha típica da caseira, desocupando a cozinha original da casa.

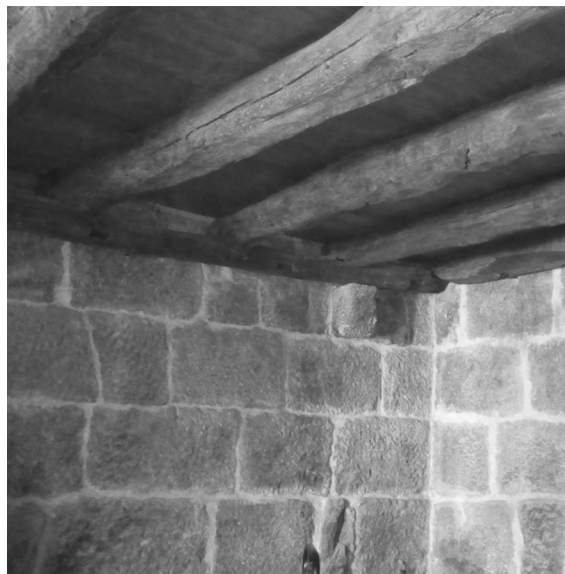


Fig. 28. Estrutura de vigas e soalho, respetivo teto e sobrado do piso



Fig. 29. Teto emoldurado de madeira



Fig. 27. Teto renovado da torre

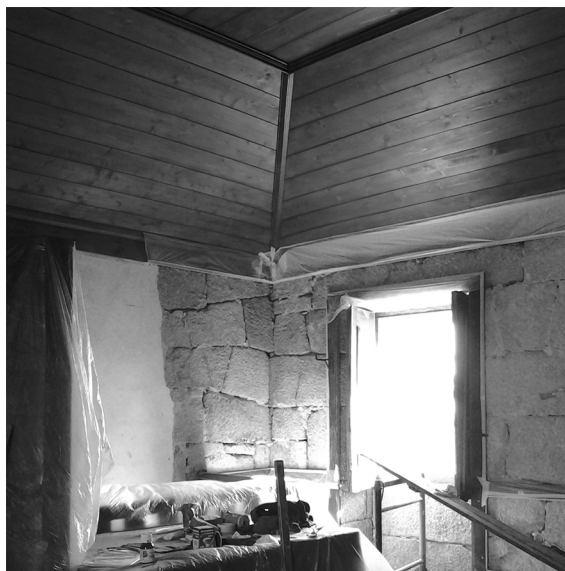


Fig. 30. Teto de masseira

## **Do LEVANTAMENTO**

Quanto ao desenho original da casa nada se sabe, restando apenas referências históricas aos tempos da sua fundação.

Este método permite fazer o levantamento de secções horizontais, as plantas, e dos verticais, cortes e alçados. Foram feitas quatro plantas correspondentes à planta de coberturas, para perceber o conjunto edificado, e as outras três plantas mostram cada piso. As plantas foram realizadas utilizando um plano de corte a aproximadamente 1.5 metros de altura do chão a que diz respeito, de forma a permitir desenhar as aberturas. Nestas é possível perceber a espacialidade do conjunto através das paredes estruturais que concebem e organizam o espaço interior, mostrando a divisão espacial atual no edifício, bem como da representação dos pavimentos e tetos. Os cortes permitem obter a organização dos espaços a nível vertical, através da altimetria, da relação dos vários pisos entre si e destes com a envolvente. O desenho dos alçados permite perceber a construção e a imagem exterior do edifício, que indicam análises sobre as distintas fases de construção. Nestes, são representados os vãos, a estereotomia dos silhares de pedra à vista e as diferentes linguagens artísticas.

A representação da estereotomia é feita com base na sobreposição da fotomontagem ao desenho. Deste modo, consegue-se representar da forma mais credível a pele dos materiais.

O levantamento tridimensional também será uma ferramenta imprescindível para a comunicação e especulação do edifício em cada uma das suas fases. Este permite conciliar a informação bidimensional da análise a uma comunicação tridimensional, de forma a realçar as características tipo-morfológicas de cada fase construtiva.



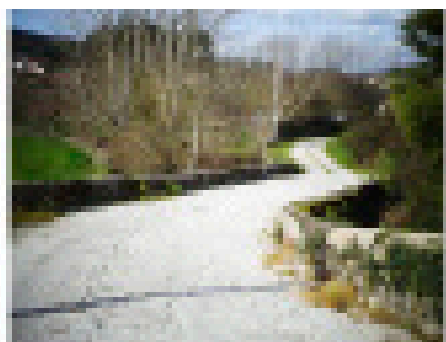


Fig. 31. Fotomontagem corte/alçado para desenho de estereotomias

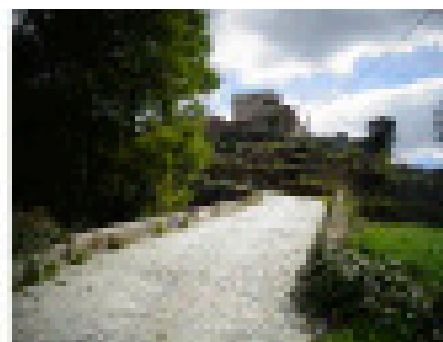


Fig. 32. Fotomontagem alçado nordeste com estereotomias

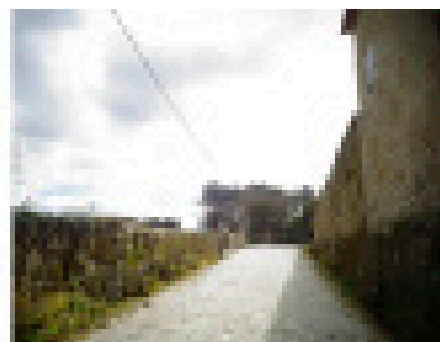




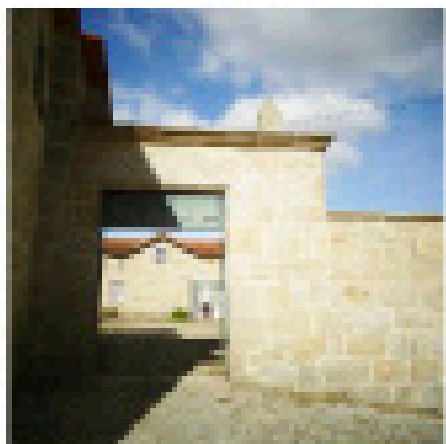
1. Pista de acces spre casa



2. Pista si zona scara pe dealul din spate



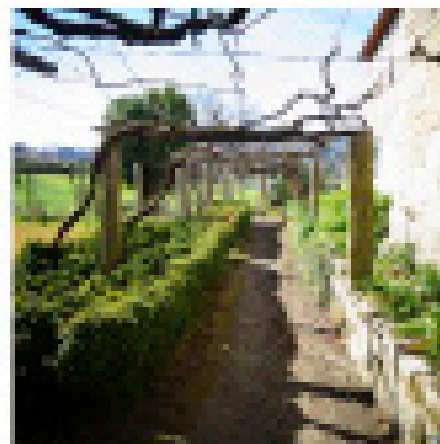
3. Caminul de acces la casa din



4. Intrarea de la intrarea la casa



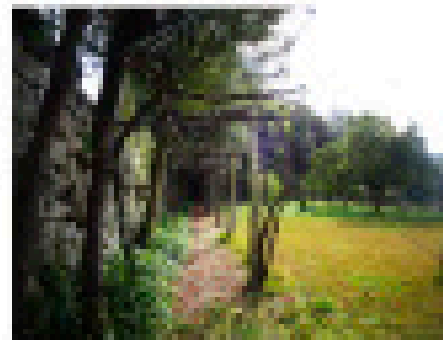
5. Pista de acces la intrarea la casa din spate



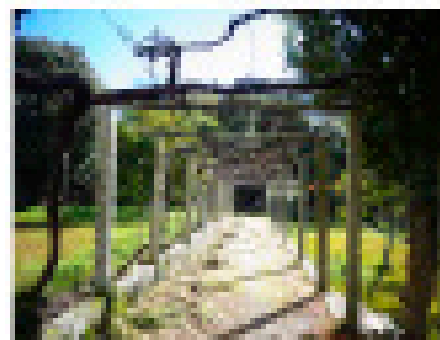
6. Intrarea de la intrarea la casa



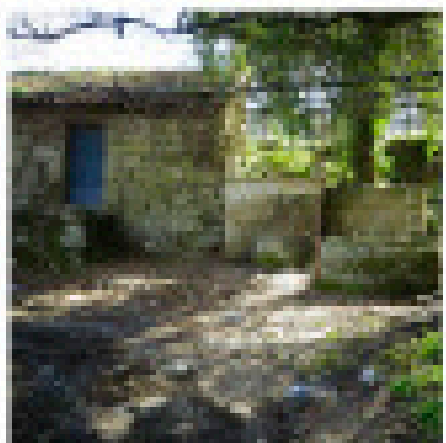
7. Caminul de acces la casa



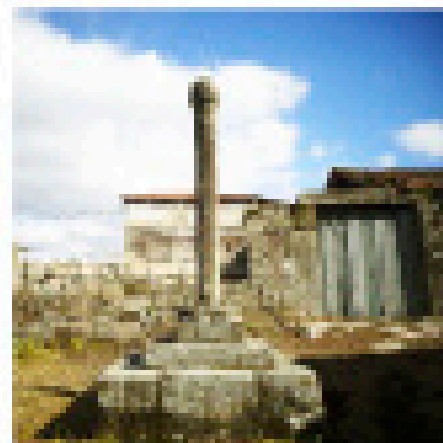
8. Zona de acces la casa



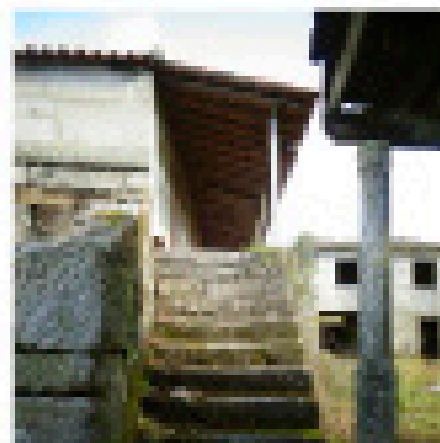
9. Pista de acces la casa



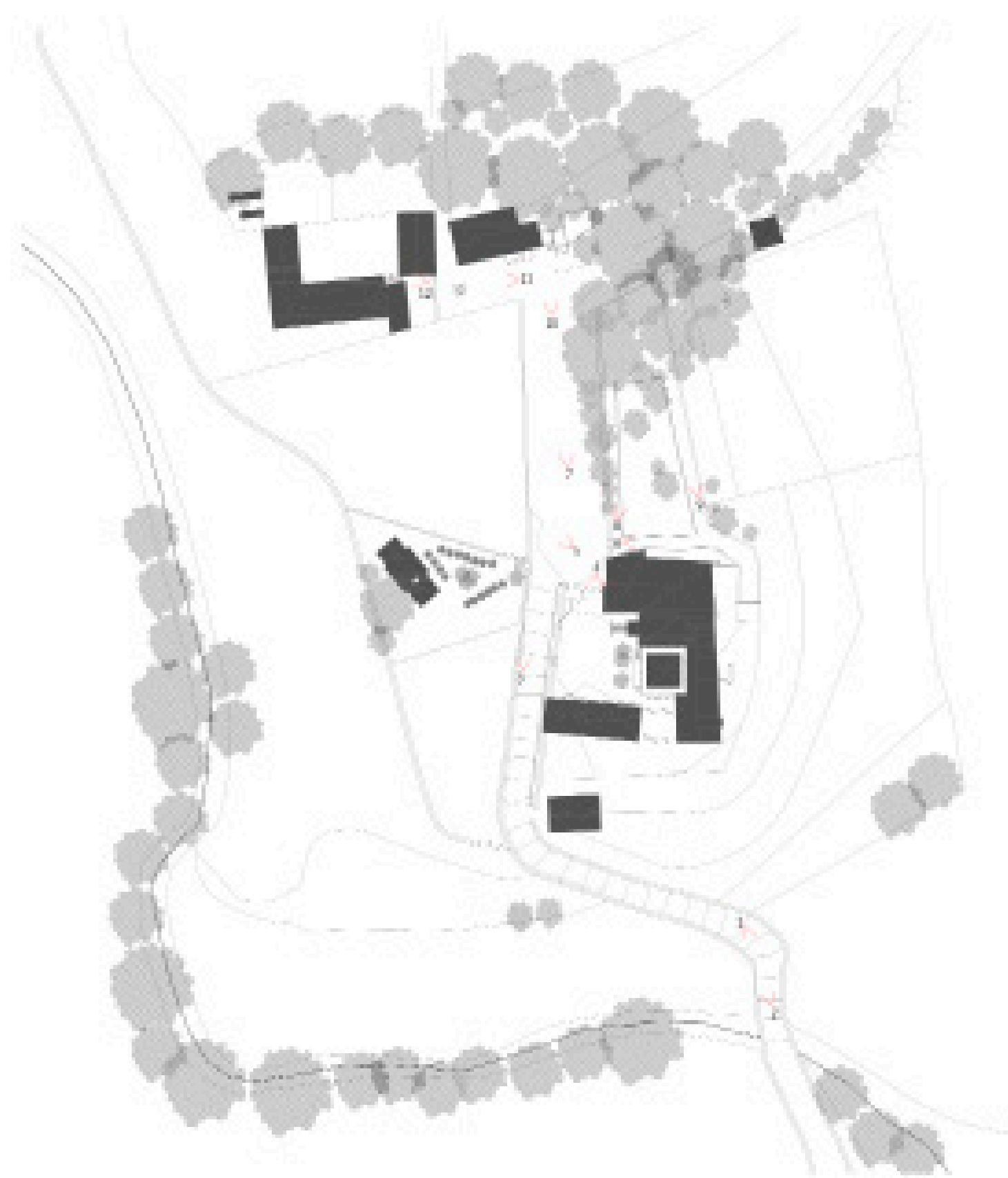
10. Pista de acces la casa



11. Pista de acces la casa



12. Pista de acces la casa



Planul de amenajare al terenului. Scara 1:200









1. Espaço de passagem para a cozinha



2. Espaço térreo onde são visíveis as fundações da Torre



3. Espaço térreo/arrumos



4. Entrada para a cozinha e copa



5. Cozinha



6. Cozinha



7. Arrumos



8. Arrumos



9. Espaço de distribuição



10. Espaço de entrada no rés-do-chão e acesso ao 1º piso



11. Acesso ao espaço térreo/arrumos



12. Acesso ao espaço térreo onde são visíveis as fundações da Torre



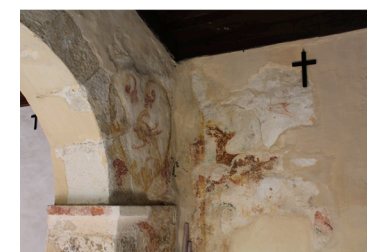
Planta de rés-do-chão Escala 1.200







1. Interior da nave da capela - arco triunfal



2. Pinturas encontradas na capela



3. Vista lateral da capela

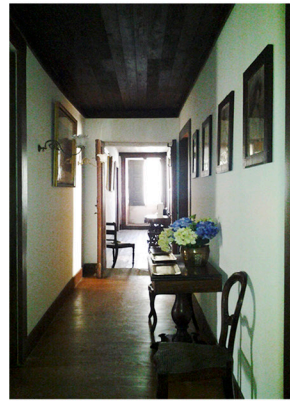


4. Vista do nãrtex para o interior





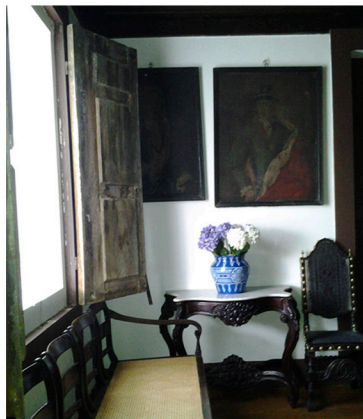
1. Salão nobre



2. Corredor



3. Quarto



4. Sala de visitas



5. Vista do corredor para a sala de jantar



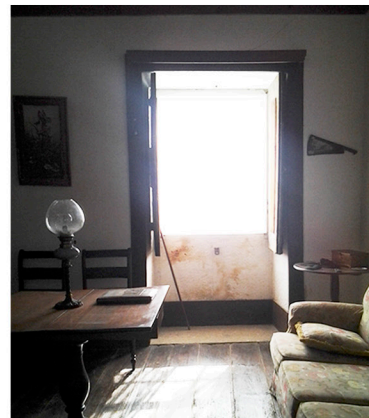
6. Copa



7. Corredor de distribuição para quarto, biblioteca e sala



8. Corredor de distribuição para salão nobre e quarto



9. Sala de leitura



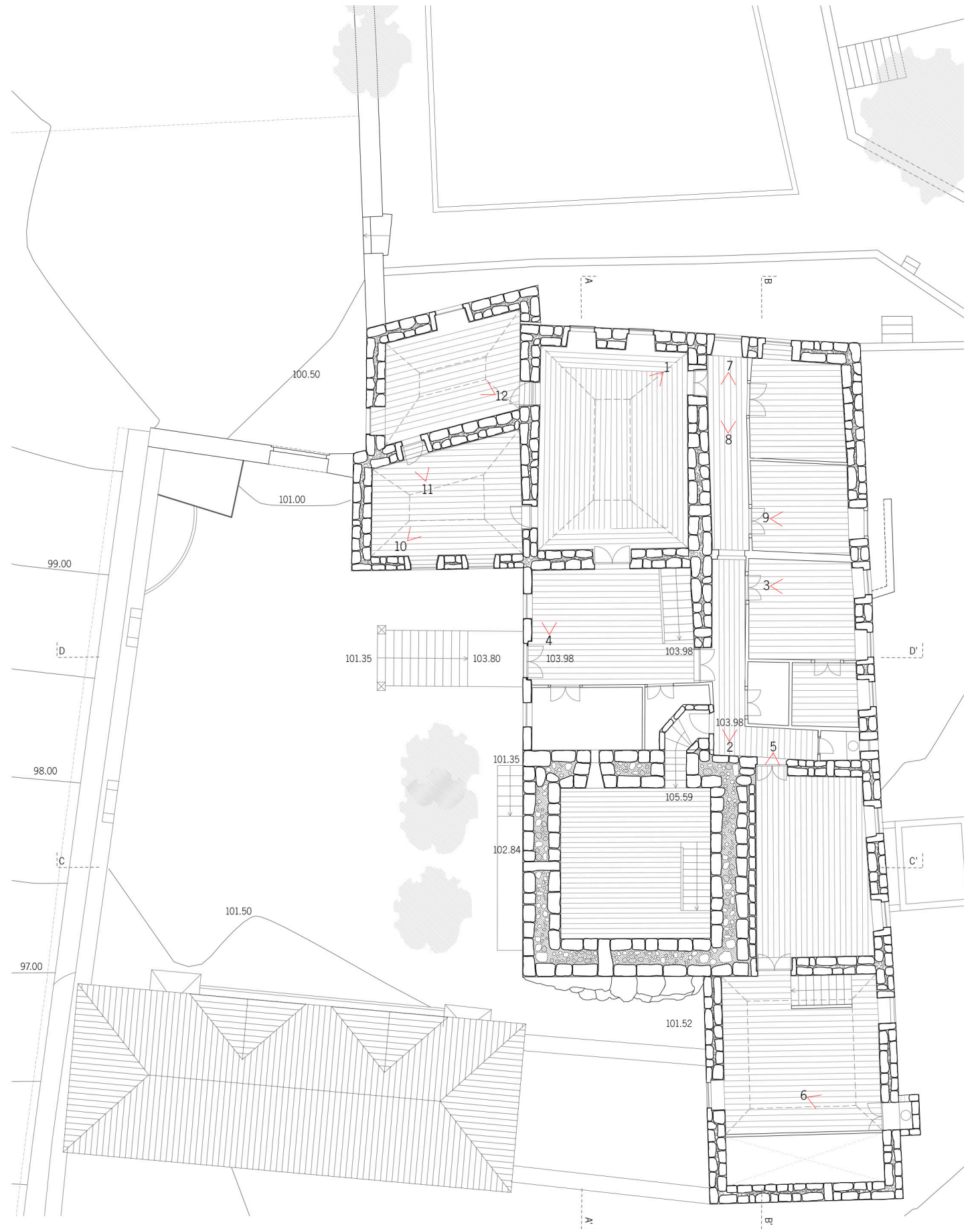
10. Quarto



11. Comunicação direta entre quartos



12. Quarto



Planta de 1º piso Escala 1.200











1. Acesso da casa ao 1º piso da Torre



2. Seteira localizada no 1º piso da Torre



3. 1º piso da Torre



4. Acesso ao 2º piso da Torre



5. Acesso ao 2º piso da Torre



6. Escadaria de acesso à Torre



7. Seteira orientada a sudeste no 2º piso



8. Vão orientado a noroeste



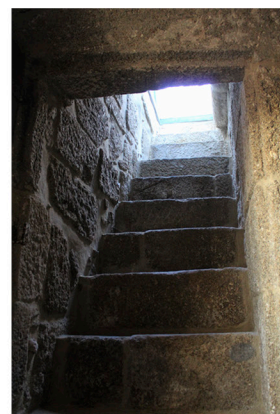
9. Espaço de lareira no 2º piso da Torre



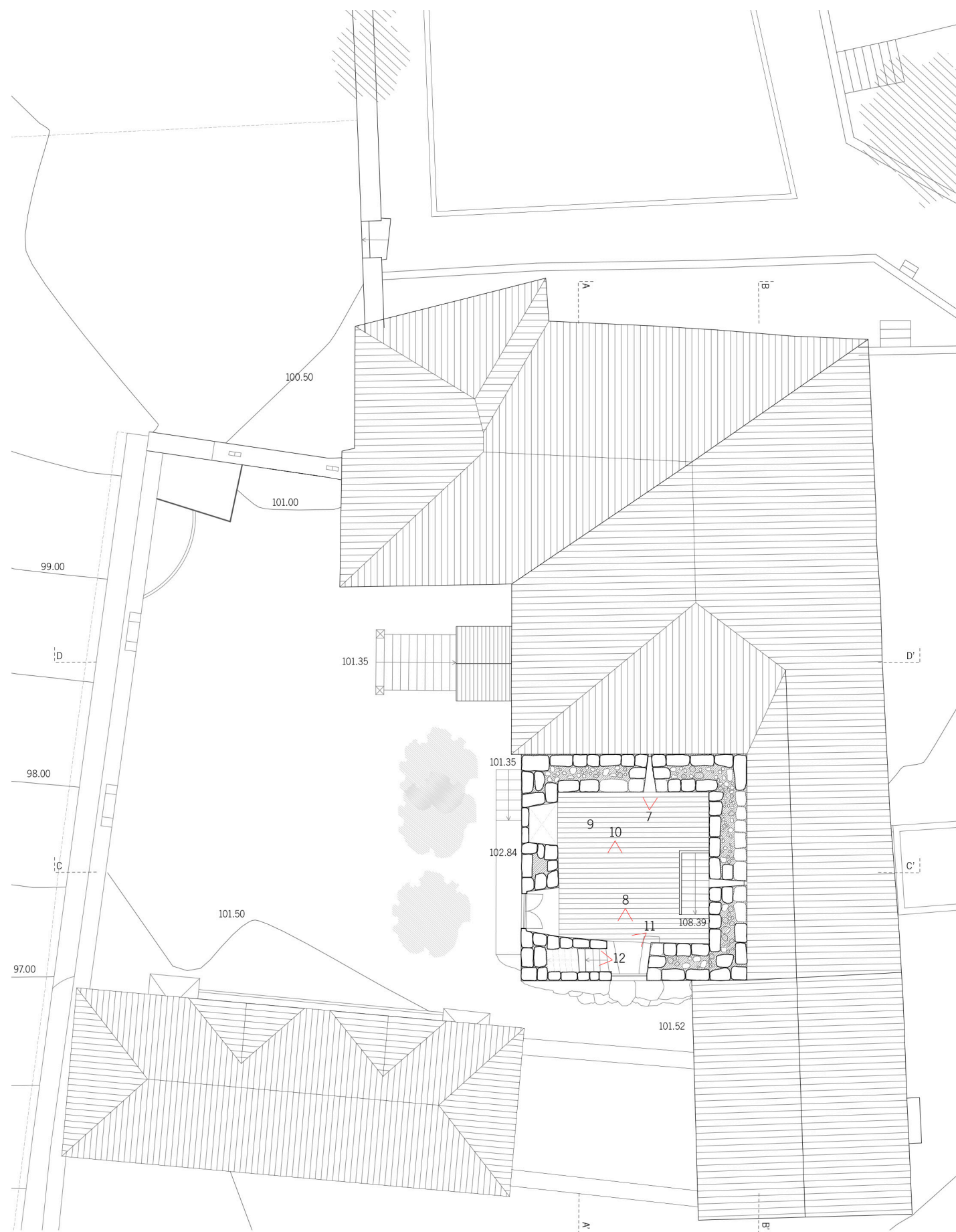
10. 2º piso da Torre



11. Escada praticada na espessura da parede



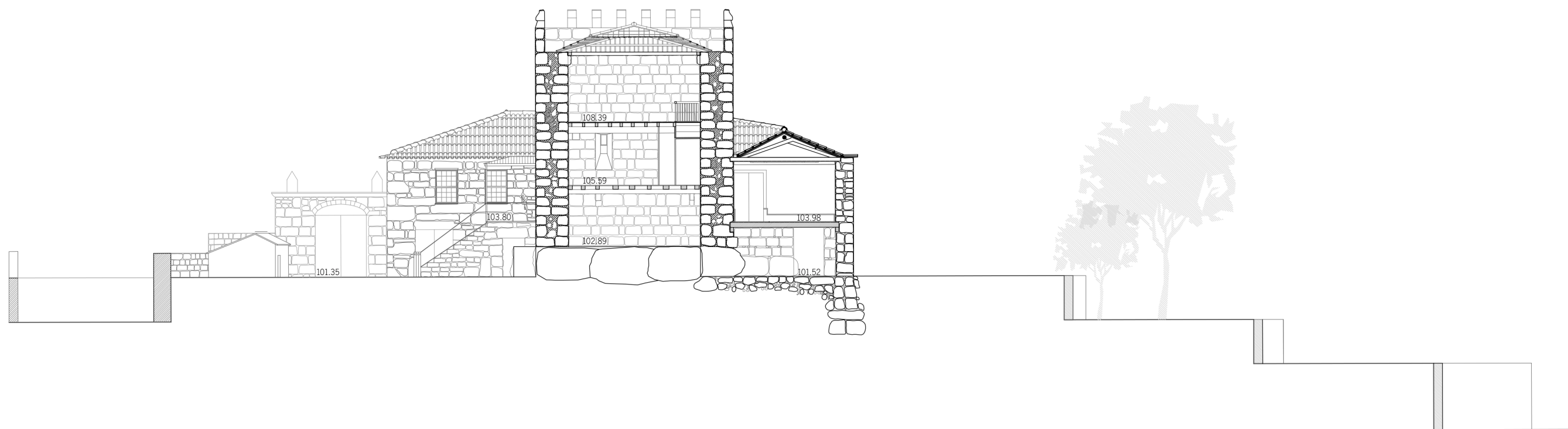
12. Acesso à cobertura da Torre



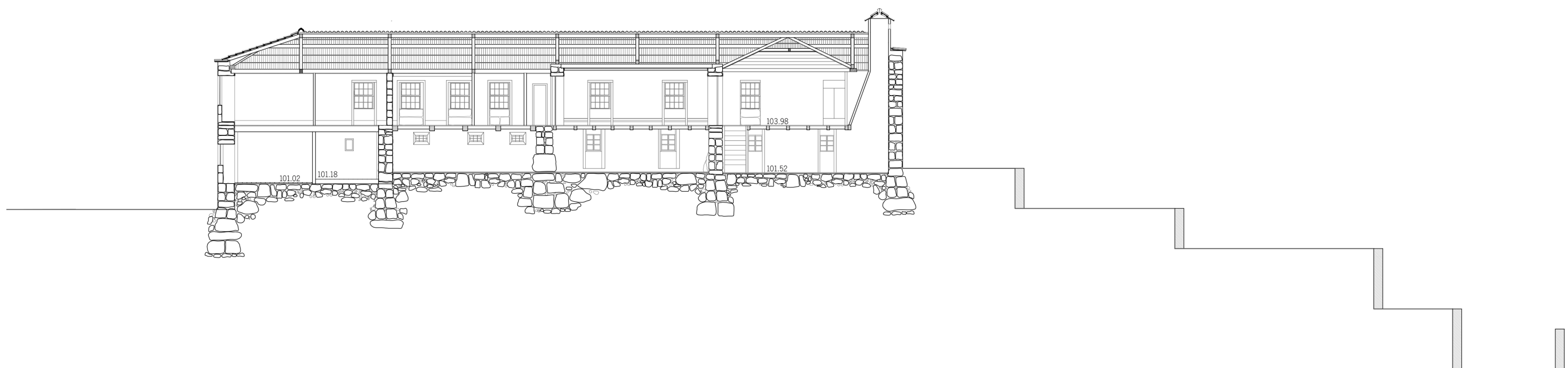
Planta de 2º piso da Torre Escala 1.200





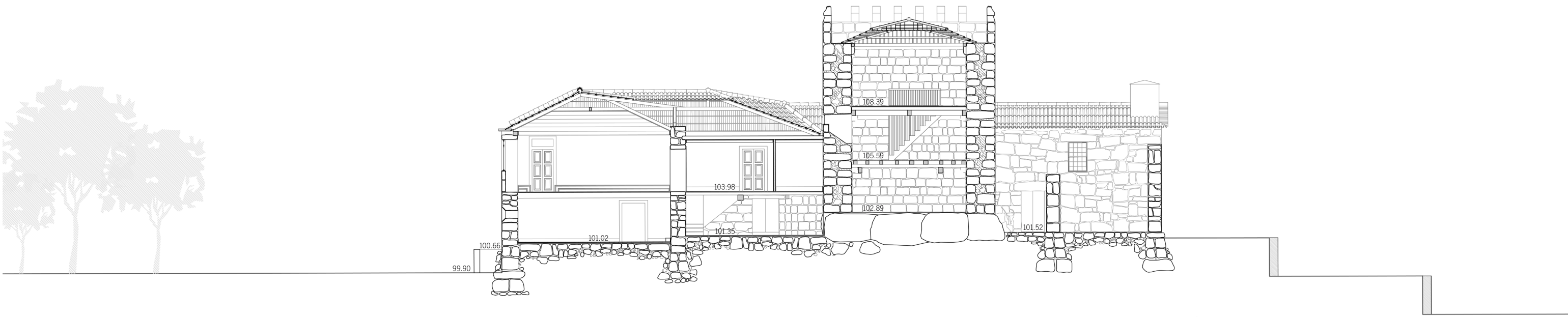


Secção CC' Escala 1.200

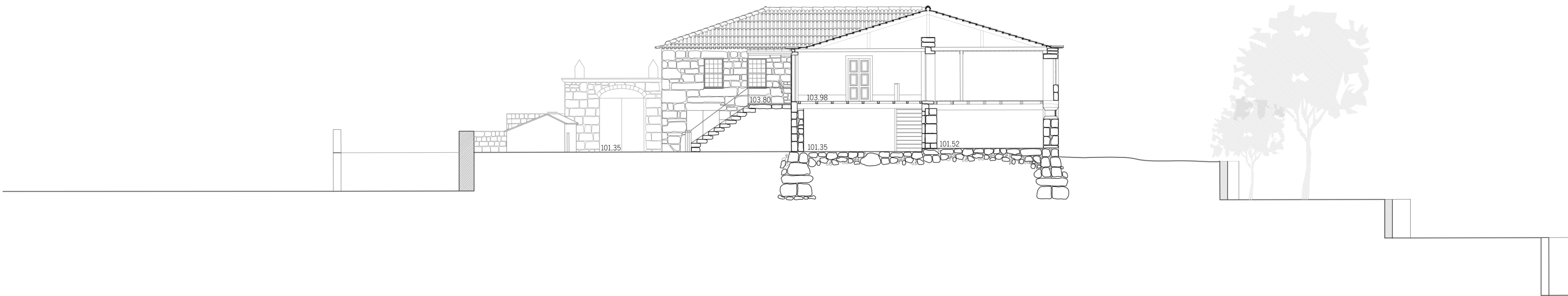


Secção BB' Escala 1.200





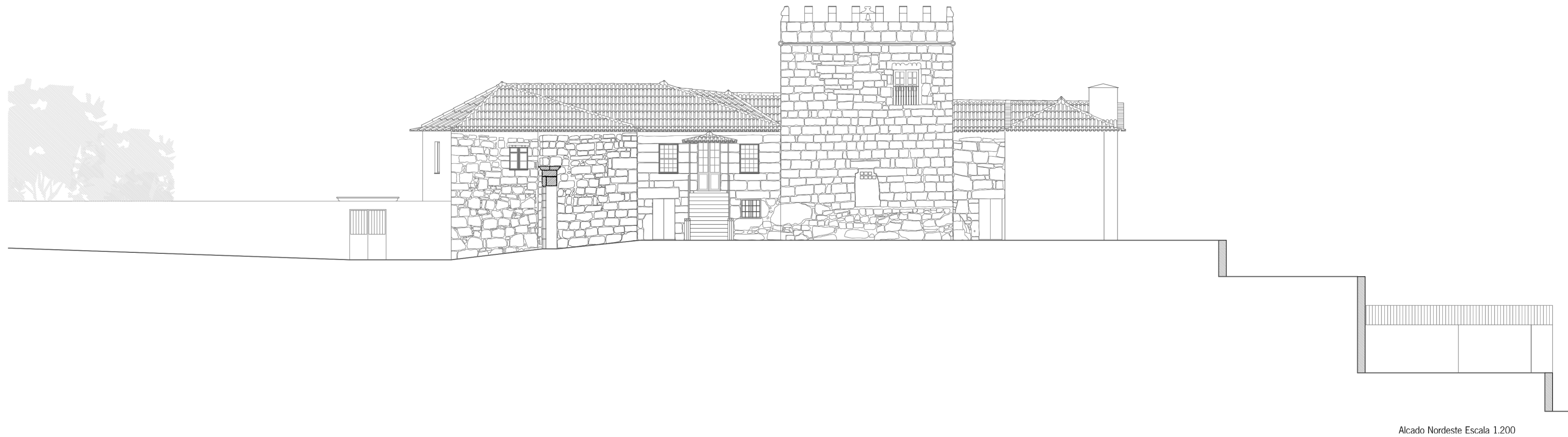
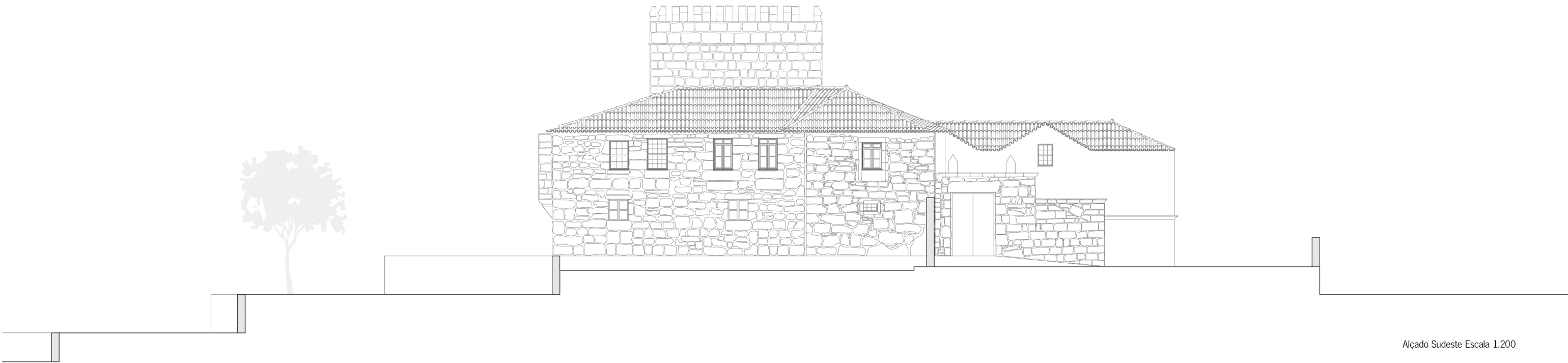
Secção AA' Escala 1.200



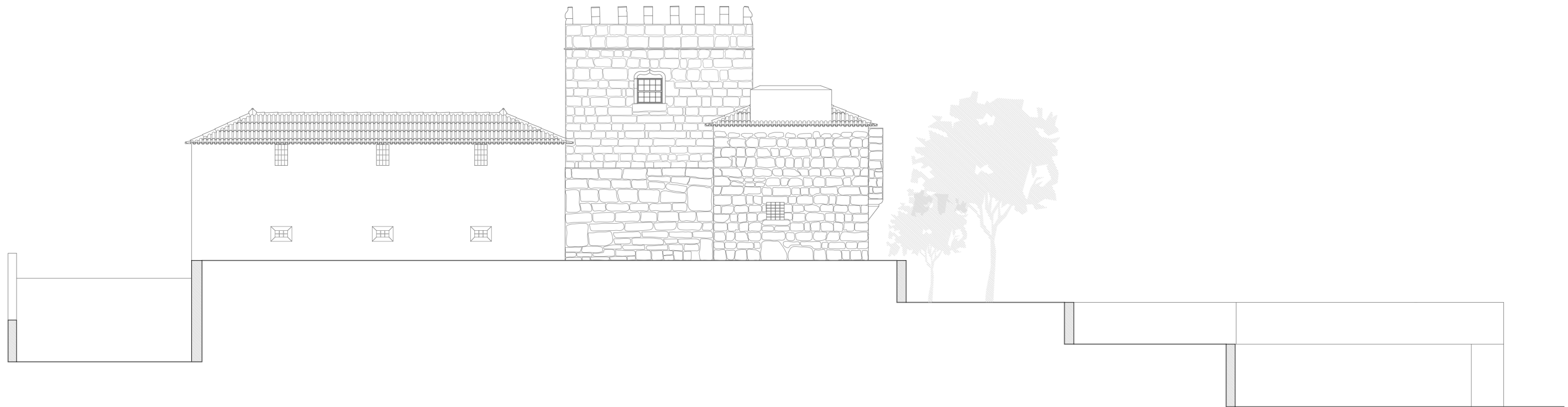
Secção DD' Escala 1.200



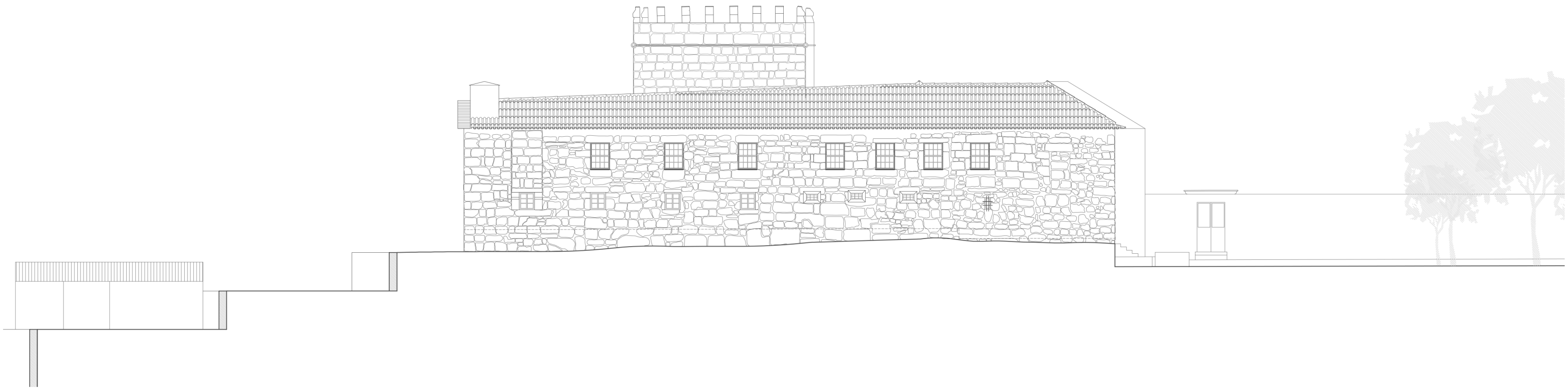








Alçado Noroeste Escala 1.200



Alçado Sudoeste Escala 1.200



### Parte III

#### ***Da Análise e Representação Evolutiva***

*“Todo o homem ponderado, lançado no desconhecido da invenção arquitetônica, só pode verdadeiramente apoiar o seu impulso nas lições dadas pelos séculos, os testemunhos que os tempos respeitaram têm um valor humano permanente. (...)*

*Flor do espírito criador, cadeia das tradições que o encarnam, em que cada elo é exclusivamente uma obra que foi, na sua hora, inovadora, muitas vezes revolucionária: um contributo.”<sup>33</sup>*

Le Corbusier





## SÍNTESE CRONOLÓGICA

Os documentos encontrados relativos às referências já citadas abordam principalmente os protagonistas da *Honra* e Casa de Barbosa e assinalam a dispersão temporal dos registos existentes. Torna-se necessário para esta investigação compilar os dados históricos estudados ao longo do trabalho numa linha síntese cronológica que permita cruzar a dita informação acerca dos proprietários com o enquadramento no devido período histórico a que se referem as vivências e ocupação de cada um deles.

Tal como supracitado, a fundação da torre da Casa de Barbosa por Mem Moniz é datada do segundo quartel do século XII. Contudo, outras fontes remetem a fundação para o seu neto D. Sancho Nunes de Barbosa, que adaptou o seu topónimo à *Honra*.<sup>34</sup> De meados do século XIII ao início do século XIV surgem registos relacionados com acontecimentos da transmissão da propriedade através das Inquirições de 1258 e das Inquirições de D. Dinis, em 1307-1311, onde a *Honra* era designada por “Barvosa-a-Velha”. Esta designação permite diferenciar as ideologias políticas de D. Dinis, onde as honras velhas eram de origem legítima e não foram destruídas ou abolidas, permanecendo como espólio desta tipologia nobre até aos nossos dias. Sabe-se que neste período era proprietária D. Urraca Abril, trineta de Mem Moniz, que deverá ter habitado aquilo que seria a Casa de Barbosa. Ainda há a anotação da repartição dos bens da família, em 1334, onde D. Leonor Mendes, neta de D. Urraca Abril, era a dona da parte que incluía a torre senhorial.

Desde este período até ao século XV a casa terá permanecido ainda na linhagem da família de Mem Moniz, perdendo-se o rasto dos proprietários durante cerca de um século.

Só em 1462, existem novos registos onde a *Honra* surge na propriedade de Fernão Gonçalves de Miranda<sup>35</sup> casado com D. Branca de Sousa. Os herdeiros deste casamento venderam a propriedade a Fernão de Sousa, primo direito de D. Branca. Nos primeiros anos do século XVI, a posse desta propriedade é do domínio de D. Joana de Castro<sup>36</sup>, filha deste último senhorio.

34 “Parece que a fundou D. Sancho Nunes de Barbosa, «rico-homem, companheiro d’armas e genro d’el-rei D. Afonso Henriques, e o primeiro do apelido Barbosa”, DOMINGUES, Ernesto – *Barbosas, Azevedos e Beato Inácio*, 1991/92, pág. 18

35 Num documento existente no Arquivo Histórico Municipal do Porto surge Fernão Gonçalves de Miranda como senhorio de Barbosa, este é também senhor de Gouveia de Riba Tâmega e partidário de D. Afonso V na batalha de Alfarrobeira, CARDOSO, Augusto -Pedro Lopes – *A Honra de Barbosa: subsídios para a sua história institucional*, 2005, pág. 22

36 Detentora de outra «quintã», designada por honra de Ataíde, situada na freguesia de S. Pedro de Ataíde no concelho de Amarante, CARDOSO, Augusto Pedro Lopes – *Honras e Coutos: O Contributo do Livro do Milhão*, 1998, pág. 12

Do casamento de D. Joana com o 31º bispo do Porto, D. João de Azevedo, nasceram vários filhos, destacando-se D. Manuel de Azevedo<sup>37</sup> como sucessor da *Honra*, em 1543<sup>38</sup>.

A linhagem descendente de D. Manuel de Azevedo, filho de D. Joana e comendatário dos mosteiros de Bustelo e Alpendurada<sup>39</sup>, surge como família proprietária do Solar da *Honra* de Barbosa. D. Manuel ao fundar o *Morgadio* de Barbosa proporciona um vínculo de rendimentos e bens aumentando a riqueza da família e sequentemente a importância que adquire neste território de Rans. Aliada à riqueza, a relevância da família é confirmada pelos soberbos poderes judiciais e administrativos que exerciam na *Honra*, onde documentos de meados do século XVI até meados do século XIX relatam as atividades jurisdicionais até à sua extinção.

A quinta de Barbosa tornou-se então num espaço representativo e emblemático para a família, conservando-se de geração em geração. Contudo, não sendo uma casa de carácter habitacional permanente, o último senhor da *Honra*, D. Miguel Vaz Guedes de Ataíde Malafaia não parece tê-la habitado por muito tempo, visto ser administrador da casa do Arco, em Vila Real. Entre 1578 e o primeiro quartel do século XVII a casa poderá ter tido maior ocupação, dado que a presença da família na própria freguesia é notória e regular.

De uma forma habitual ao longo dos séculos, ainda que nunca de habitação permanente e de longa duração, a casa teve uma ocupação esporádica, nunca deixada ao abandono mesmo a partir da sua supressão enquanto *Honra*. Com este último senhor, no século XIX, foi retomada uma maior presença na casa, havendo o registo de que em meados do século XX lá viveu, de forma regular, D. Ludovina Vaz Guedes de Ataíde Malafaia<sup>40</sup>, a favor da qual foi instalada a rede elétrica precária da casa. Esta habitabilidade inconstante da casa fez-se também pelos sucessivos nascimentos, batizados e casamentos dos senhores da Casa e Solar de Barbosa, destacando-se o nascimento de D. Mendo Vaz Guedes, filho primogénito de D. Miguel.

No entanto, ao longo do século XX, a ocupação da propriedade fez-se pela presença de sucessivos caseiros, que atualmente habitam as antigas cavalariças da casa, responsáveis por cuidar e preservar a propriedade, não a deixando cair em abandono

37 Mandatário dos mosteiros de Bustelo, em Penafiel, e de Alpendurada; e de outras propriedades nos concelhos de Lousada, Amarante, Fafe, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso e Cinfães. CARDOSO, Augusto Pedro Lopes – *A Honra de Barbosa: subsídios para a sua história institucional*, 2005, pág. 62

38 Data de confirmação da posse da honra a D. Manuel de Azevedo por carta régia de D. João III

39 Além destes mosteiros possuía “*numerosos bens próprios que compreendiam terras sitas nos atuais concelhos de Penafiel, Lousada, Amarante, Fafe, Cabeceiras de Basto, Póvoa de Lanhoso e Cinfães*”. CARDOSO, Augusto Pedro Lopes – *A Honra de Barbosa: subsídios para a sua história institucional*, 2005, pág. 62

40 Primeira mulher de D. Miguel Vaz Guedes de Ataíde Brito Malafaia

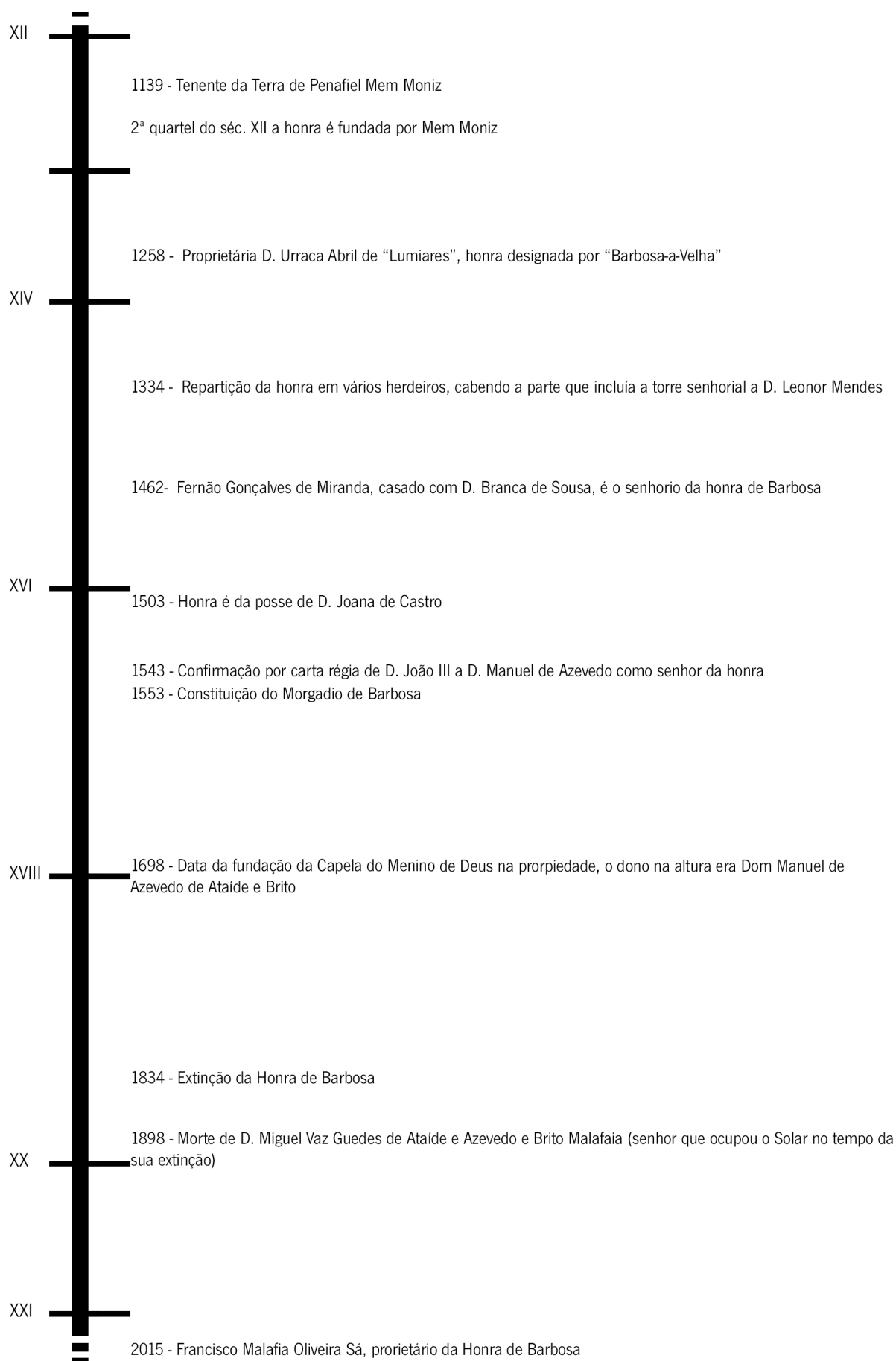


Fig. 33. Síntese cronológica das datas e proprietários marcantes da Honra





## PRÓLOGO ÀS FASES

Para uma investigação exaustiva e fundamentada foi necessário registar mais do que aquilo que subsiste até ao presente. Torna-se indispensável para este trabalho conhecer a biografia da Casa de Barbosa ao longo de nove séculos. Desta forma, além de documentar o existente através do levantamento e da linha síntese dos proprietários, torna-se necessário a análise e a especulação acerca da evolução e das circunstâncias das transformações construtivas na casa de Barbosa. A ausência de referências documentais relativas a obras ou reabilitações reforçam esta necessidade analítica.

Tendo consciência que este trabalho é um ponto de partida, com base na recolha bibliográfica apresentada, pretende-se que seja um contributo útil para a sua compreensão evolutiva enquanto casa com lugares administrativos, políticos e jurisdicionais. É um género de trabalho no qual importa registar tanto as certezas como as dúvidas inerentes ao método de análise, de forma a ser o mais plausível na forma como se argumenta e fundamenta a narrativa histórica da sua evolução. A base desta análise especulativa sustenta-se não só nos dados históricos já analisados mas, principalmente, na leitura arquitetónica e/ou arqueológica do existente.

Este método de análise é utilizado por vários arquitetos quando intervêm sobre o existente, o qual permite obter um conhecimento científico antes de projetarem no edificado tido como de valor ‘patrimonial’. Fernando Távora no seu projeto de adaptação do Convento de Santa Marinha da Costa, Guimarães 1975-1984, utiliza este *“método pelo qual se sintetizaram duas vertentes complementares a considerar na alteração de uma pré-existência: o conhecimento científico da sua evolução e dos seus valores, através da Arqueologia e da História e uma conceção criativa no processo da sua transformação”*.<sup>41</sup>

Para poder intervir no património o arquiteto tem o dever de ter conhecimento de forma a ter uma atitude informada, consciente e crítica da sua ideia de intervenção. Para isso deve usar diferentes ferramentas numa *“experiência modelo interdisciplinar onde a conceção arquitetónica é orientada pela informação histórica e pelos dados da investigação arqueológica”*<sup>42</sup>, que sustentam decisões de projeto e que proporcionam um maior conhecimento científico à investigação, baseado no rigor e consequentemente na valorização patrimonial.

41 TRIGUEIROS, Luiz – FERNANDO TÁVORA, Lisboa: 1993, pág.116

42 Idem

Neste trabalho o levantamento gráfico e a leitura arqueológica foram ferramentas imprescindíveis para fundamentar as várias fases especulativas da Casa. Através do desenho de levantamento foi possível conjecturar, analisar e conferir a unidade espacial de cada fase da casa, reconstituindo a sua lógica e organização através do traçado de cada uma delas. Já o registo arqueológico permitiu atender aos pormenores visíveis sobre o construído através de fotografias de vestígios materiais e indícios que possam identificar e compreender o desenho da época. O contributo destes dois processos possibilitaram a criação de novos desenhos esquemáticos acerca do fecho das paredes estruturais, identificando as paredes de menor e maior espessura, bem como reconhecer conceitos de simetria, métricas e alinhamentos, que permitiram sustentar as lógicas do desenho dos alçados e das plantas.

Assim, este método de análise propositivo desenha a casa desde a fase inicial até ao seu estado atual, sendo necessária a exposição dos desenhos por ordem cronológica e sequencial, ordenando as áreas construídas para que se tornem evidentes as transformações ocorridas no edifício.

## MÉTODO

No âmbito deste trabalho pretende-se através de um olhar específico produzir uma narrativa histórica sobre o objeto de estudo, resultando do cruzamento de dados já analisados e estudados com novos dados obtidos através da análise física do objeto. Este cruzamento permite retrair uma reconstituição acerca da forma, volumes e organização do edifício sobre o qual a informação disponível é praticamente omissa.

Para o enquadramento da linha cronológica do edifício têm-se em conta o contexto histórico-artístico e sociopolítico da sociedade portuguesa, bem como, a criação de uma linha cronológica relativa aos proprietários e mandatários conhecidos da construção do objeto arquitetónico. Quanto ao desenvolvimento da narrativa e para a sua argumentação e fundamentação procura-se a comparação como forma de entender as tipologias construtivas da época, tal como, as características morfológicas inerentes à sua conceção. O levantamento métrico e visual são as principais bases para o desenvolvimento evolutivo do objeto e para criação de novos desenhos analíticos a partir destes.

A composição de uma linha cronológica da Casa de Barbosa implica balizar o intervalo de tempo da sua existência. Foram identificadas três fases distintas na evolução deste edifício, correspondendo a primeira fase à sua fundação (século XII), que marca o primeiro ponto de observação, contrapondo com o estado atual (século XXI) como última fase de estudo. Estas são as únicas fases onde se encontram dados mais precisos que ajudaram a legitimar a morfologia da sua construção. O período da fundação da torre é sustentado também por referências à implantação, justificando um dos motivos que terão levado à sua edificação. Depois da consideração e estudo de várias hipóteses evolutivas entre o intervalo de tempo fundação - estado atual optou-se pela escolha da versão mais concisa e provável. A comparação e referência a casos de estudo coevos permitem validar e justificar cada fase construtiva pela similitude e distinção aos vestígios analisados na casa.

A apresentação da linha cronológica apresenta-se da fase mais antiga à mais recente permitindo visualizar uma exposição evolutiva da consolidação morfológica e expressiva da casa. Estas fases subdividem-se da seguinte forma: **‘Da Torre’** correspondente à implantação e fundação da primeira fase construtiva; **‘Da Torre a Paço’** que corresponde ao crescimento da área habitacional da casa; e a última fase **‘De Paço a Solar’** que diz respeito às várias modificações que conduzem ao estado atual.

A divisão e identificação de cada fase enquanto parte edificada contribuirão para a sua valorização relativamente ao todo.

A pesquisa para a definição de cada fase recorre a vários métodos e instrumentos documentais que serviram para a dissecação analítica e interpretativa em todas as fases. Para o registo e análise de cada estágio do edifício foram consideradas as seguintes ferramentas. O contexto histórico-artístico, tem por objetivo situar e contextualizar cada fase na sua época e tempo específicos da história de Portugal, mostrando aspetos sociais, históricos, artísticos e arquitetónicos que podem justificar intervenções e linguagens artísticas na casa. A análise, feita a partir do levantamento, resulta numa leitura dos vestígios e dos aspetos construtivos (idêntica à leitura arqueológica) a partir do estado atual do edifício, e enquadra a tipologia e a morfologia de cada setor edificado. A comparação que possibilita selecionar num leque de edifícios exemplares e coevos, com preferência a casos já documentados, de forma a não só colmatar dados desconhecidos sobre a casa em estudo, como também a derrubar ou assegurar teorias acerca do tipo de construção. E por fim, a interpretação visa a síntese reconstrutiva daquilo que seria o cenário tipo-morfológico, apoiando-se na composição e programa associados a cada fase, sendo outra das ferramentas que validam o objeto por si só, dando-lhe credibilidade e concretização formal enquanto parte edificada.

A similitude e a contextualização da história portuguesa com outros edifícios permitem mostrar sucintamente o que era feito nas distintas épocas de forma a compreender a tipologia construtiva da casa, assim como a razão e o modo de se edificar. Todas estas ferramentas proporcionam justificar, representar e narrar a linha cronológica e histórica através de um processo de criação e compilação originais relativos à vida do edifício. Metodologicamente, este processo narrativo permite dissecar os distintos estádios que resultam no palimpsesto que o conjunto edificado se tornou ao longo dos tempos. Têm-se a consciência que esta investigação é a conjectura possível, aberta a futuras interpretações e novos estudos propositivos sobre este edifício.

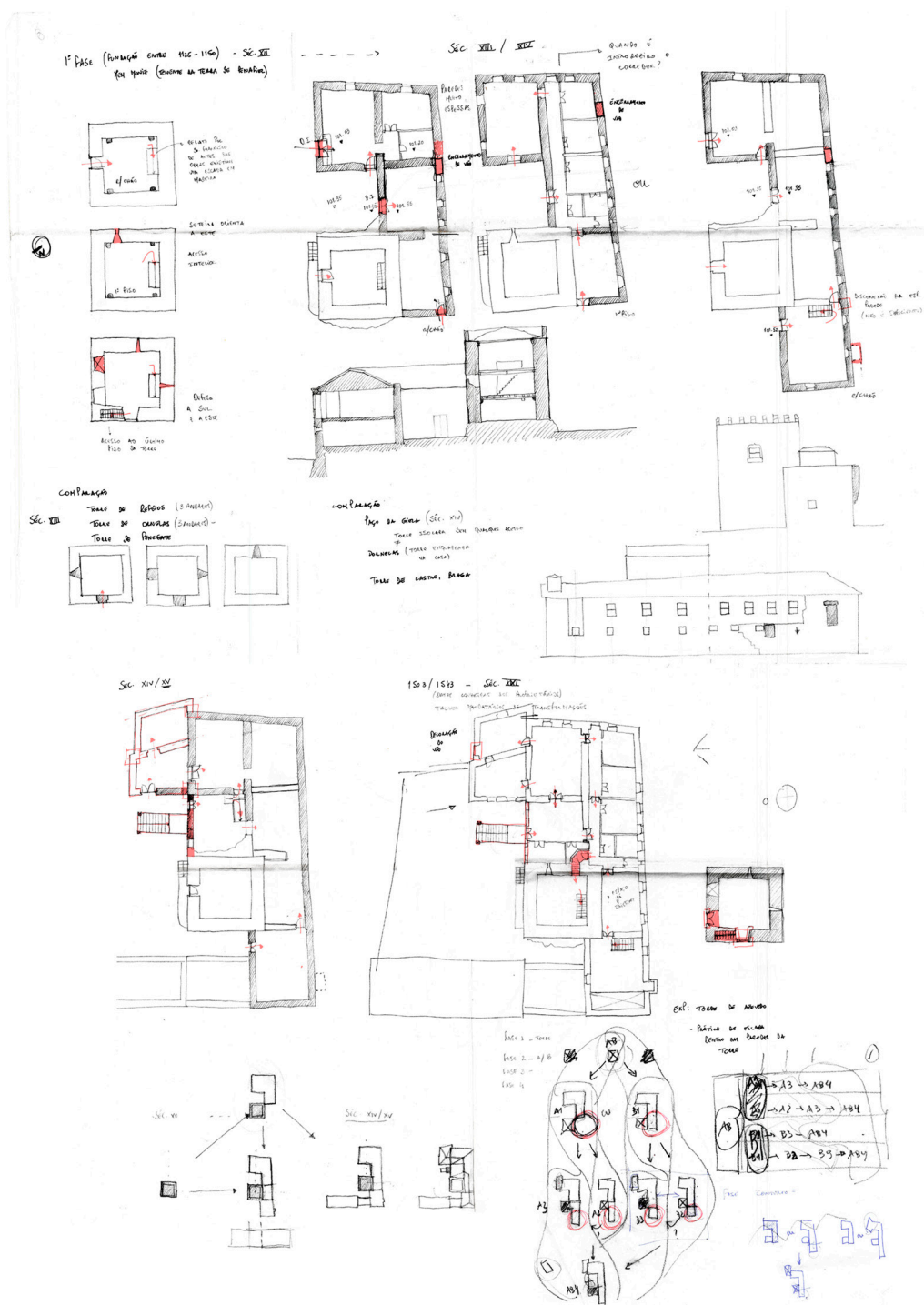
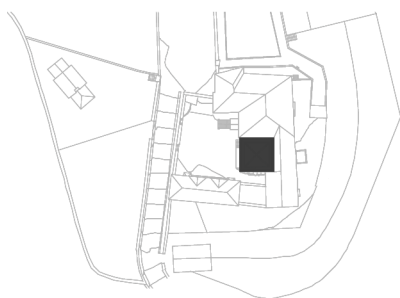
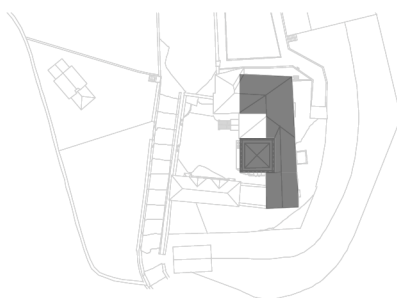
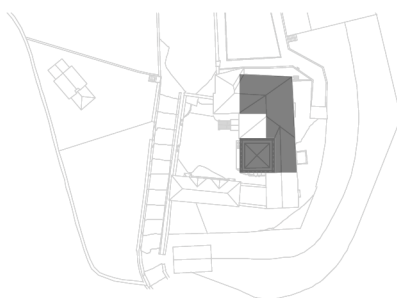


Fig. 34. Processo

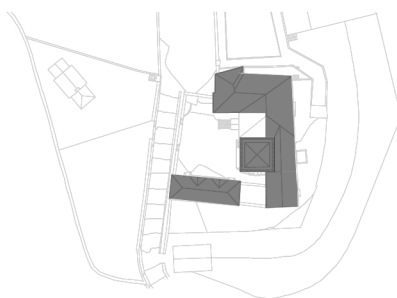




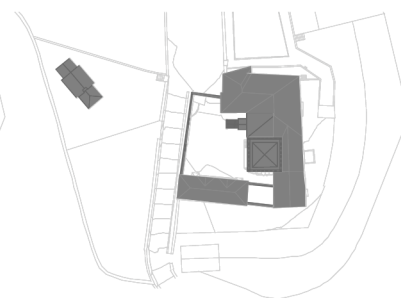




FASE 1



FASE 2



FASE 3

## **FASE 1 - Da TORRE**

### **Contexto Histórico-Artístico**

A proposta da primeira fase construtiva corresponde à torre de defesa criada por Mem Moniz no segundo quartel do século XII (1125 – 1150). Fundada nos tempos de definição da nacionalidade portuguesa a *Honra* surge assim referenciada nas Inquirições de 1258: *“Nuno Viegas de Oldrões, jurado e interrogado acerca do que sabe da quintã de Barbosa, de D. Urraca Abril, disse que aquele lugar onde está a quintã foi de seus avós, e os avós dele eram foreiros e a sua herdade era foreira do senhor Rei, a saber, que deviam ser mordomos tanto da «terra» como das eiras, e deviam guardar os presos e velar o castelo; e disse que aconteceu uma vez que D. Mem Moniz, então tenente da «terra» de Penafiel, mandou prender dois homens, e deram-nos aos avós dele (jurado) para que os guardassem no castelo, consoante deviam fazer por foro; e, estando à sua guarda, os presos fugiram, pelo que D. Mem Moniz lhes mandou tomar tudo o que tinham (vigias), e fez daquela quintã nesse «lugar».”*<sup>43</sup>

O período precedente ao século XII é caracterizado principalmente pela instabilidade política provocada pela ocupação árabe de 711 que perdurara até ao segundo quartel do século XIII. Durante o século XI os territórios cristãos estavam divididos pelo reino de Castela e Navarra, o reino de Leão e Astúrias e o reino de Galiza que incluía o território do futuro Condado Portucalense (fig.36). Este último *“veio a ser o embrião territorial do reino português e cuja génese apenas se pode compreender em função do casamento de D. Henrique com a infanta bastarda D. Teresa”*.<sup>44</sup>

O seu território era compreendido, a norte, entre o espaço da linha do rio Minho até à linha do rio Douro, e a sul até ao rio Mondego. As linhas limítrofes do Condado não eram estanques porque vivia-se um período de instabilidade política, um ambiente de conquista e subsequente reconquista, onde a indefinição marcava o ambiente da época. No século XII ocorrem significativas transformações e conquistas de ordem política, religiosa e administrativa que promoveram a independência do Condado Portucalense face ao reino de Leão. A procura de uma nacionalidade surge da transformação do Condado em reino, com a vitória de D. Afonso Henriques face ao cerco montado em Guimarães pelo rei de Leão.

43 GEPEB, vol. XXIV, pág. 414

44 SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, 1979, pág. 76

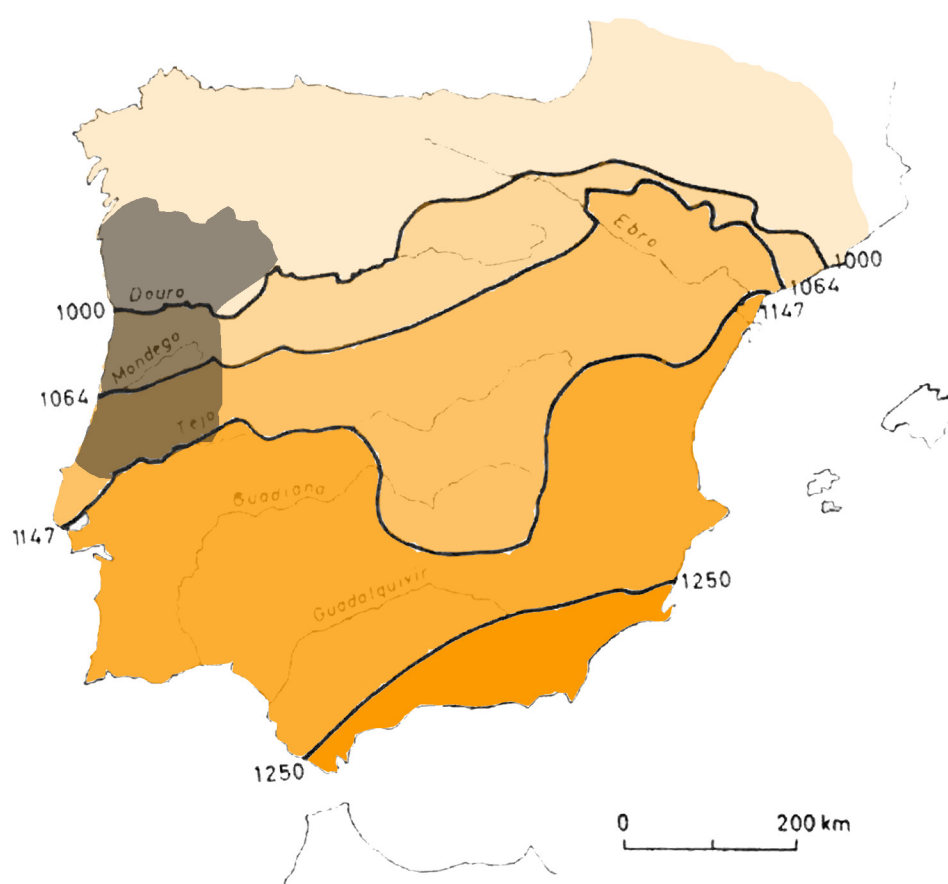


Fig. 35. O Condado Portucalense ao longo das conquistas cristãs, adaptado de "*História de Portugal: das origens às Revoluções Liberais*", de MARQUES, A. H. de Oliveira, pág. 109

No entanto, o reconhecimento de um reino independente aconteceu passados quatro anos através do Tratado de Zamora, em 1143.<sup>45</sup> A partir deste tratado D. Afonso Henriques e os seus sucessores intensificaram a reconquista das terras face aos mouros, necessitando de estruturas capazes de radicalizar, defender e ocupar o território já conquistado.

Se por um lado, neste século os tempos permitem a definição de uma linha limite definitiva a norte, onde o Minho fazia a fronteira com a Galiza<sup>46</sup>, a sul a linha do território português ia mudando constantemente e ser conquistada e recuperada gradualmente até meados do século XIII. Por esta altura são conquistados centros importantes para a proliferação do reino como as atuais cidades de Santarém, Alcácer do Sal, Évora, Beja, tendo sido algumas delas novamente tomadas pelas forças muçulmanas que ocupavam o território Al-Andaluz.

Foi durante o segundo quartel do século XII que a Reconquista permitiu a unificação do território norte, mais estável e cuja identidade estava definida há mais tempo, com o território sul, no qual ocorreu, em 1147, a conquista de Lisboa (fig.36). A administração do território norte *“resultava de reformas feudais típicas de propriedade e de renda. Dentro dos seus senhorios (coutos quando pertencentes à Igreja e honras se à nobreza), os senhores detinham autoridade plena para todos os efeitos embora o rei conservasse os direitos de justiça suprema”*.<sup>47</sup>

Todavia, para assegurar as terras conquistadas era necessário reformas e estímulos para unificar o reino através da fixação de povos e incentivos ao surto económico e agrícola<sup>48</sup>, (medida que a Norte já estava consolidada com o poder dos senhores nobres face às terras de cultivo). Na afirmação da independência de Portugal para sul surgem ordens de índole militar e religiosa que permitiam levar avante as medidas de conquista. O intervalo de transição do século XII para o século XIII, período final da Idade Média, é marcado por profundas guerras e razias, fomes e crises duradouras<sup>49</sup> que culminaram com a lenta definição e gestação do que viria a ser a configuração do território português face ao domínio árabe e espanhol.

45 No Tratado de Zamora D. Afonso VII reconhecia a existência de um novo Estado que se desmembrava do domínio leonês, mas só em 1179 é que a independência portuguesa adquiriu credibilidade internacional - SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, 1979, pág. 89

46 Em 1169 a fronteira do Minho é definitivamente estabelecida

47 MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal: das Origens às Revoluções Liberais*, vol. I, 1973-76, pág. 79

48 Consultar SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, 1979, pág. 112

49 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira – *História da Arte em Portugal: O românico*, 1986, pág. 9

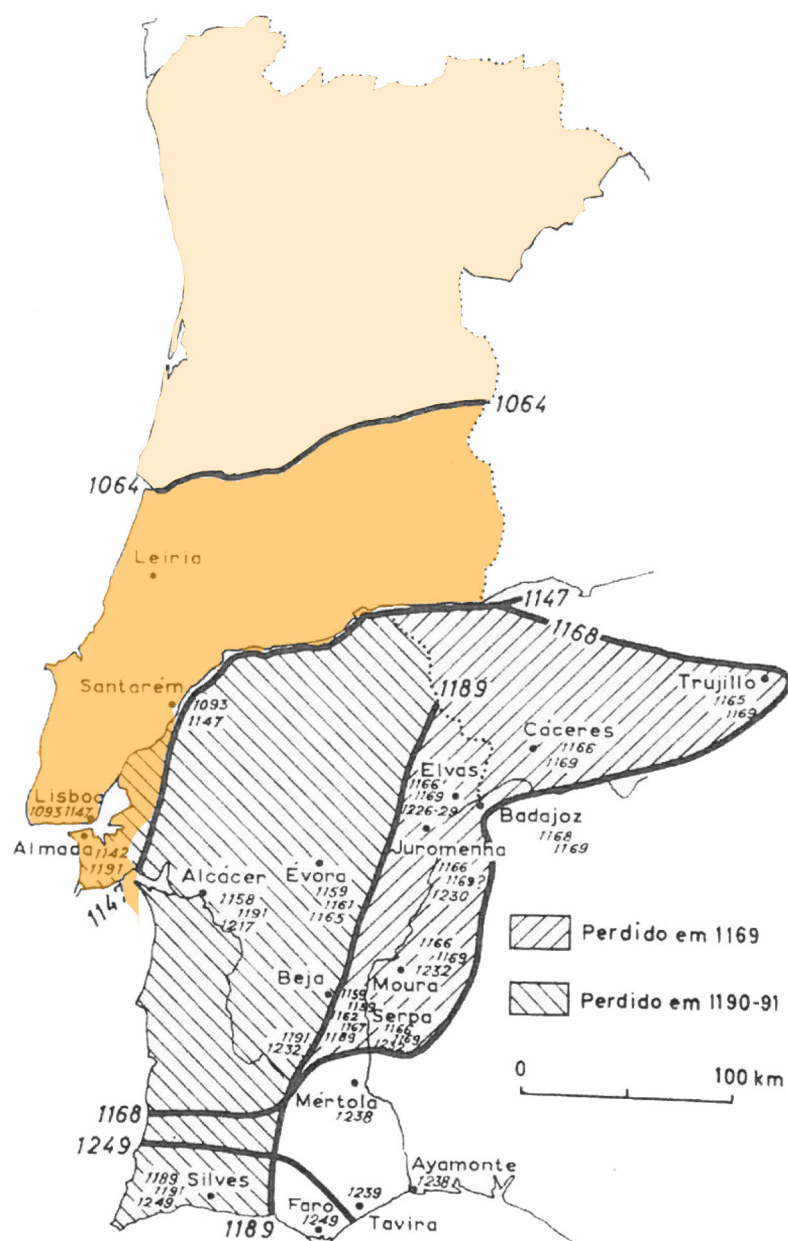


Fig. 36. Formação de Portugal durante a reconquista cristã, adaptado de "História de Portugal: das origens às Revoluções Liberais", de MARQUES, A. H. de Oliveira, pág. 112

Surge nesta época o que se denomina de arquitetura românica. Os primeiros castelos portugueses, torres de proteção, mosteiros e igrejas erguem-se nesta altura em maior número no Norte de Portugal. A proliferação desta arquitetura expande-se pelo território nacional até à bacia do rio Tejo com o reinado de D. Sancho I (1185-1211).

Interessa para este trabalho fazer referência à arquitetura militar e civil românica, para a qual concorre a tipologia da torre da Casa de Barbosa. Através da arquitetura militar revela-se a importância e a compreensão da sociedade da época de então, pois a construção de castelos refletia o símbolo máximo de defesa de um lugar ou população, além da afirmação e do exercício do poder senhorial que estão intimamente ligados à organização do território e ao funcionamento da sociedade<sup>50</sup>. O habitat era disperso mas implantava-se próximo destas estruturas defensivas procurando segurança e refúgio, *“organizava-se em lugares ou aldeias, paróquias, “terras”, julgados, concelhos e dioceses, mas a estruturação paroquial e a judicial são as mais características e as mais importantes deste tempo”*.<sup>51</sup> O castelo servia-se de uma defesa passiva para espessura e altura da sua cerca e por uma torre alta isolada no centro do seu cerco. Só posteriormente, com o desenvolvimento e inovação de estruturas defensivas ativas é que os castelos passaram a integrar outras torres no seu recinto amuralhado.

A torre de menagem dos castelos viria a exercer forte influência na adaptação de torres senhoriais a casas-torre ou casas-fortes. *“Este tipo de casa rural só poderá ser compreendido num ambiente de reconquista de terras aos mouros (...). No seu primeiro núcleo, o Condado Portucalense, Portugal limitava-se a uma pequena faixa de terra, implantada no Noroeste do atual território, sendo aí que viriam a aparecer os primeiros solares”*.<sup>52</sup> A Torre de Barbosa surge neste contexto defensivo e simultâneo à definição e conquista das linhas do território português, na qual a volumetria turriforme expressava uma das formas mais eficazes de defesa e fortificação.

Na análise que se segue entende-se o contexto que esta resenha histórica permite esboçar de forma a entender os demais elementos construtivos da casa, referentes à época primitiva desta proposta.

---

50 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira – *História da Arte em Portugal: O românico*, 1986, pág. 136

51 Idem, pág. 11

52 BINNEY, Marcus – *Casas Nobres de Portugal*, 1978, pág. 7-8





Fig. 37. Retrato do Rei D. Afonso Henriques, adaptado do livro "*Reis de Portugal*", de COSTA, João Paulo Oliveira e, imagem da capa

## **Da ANÁLISE**

Através do desenho de levantamento da casa consegue-se ler o que seria o primeiro corpo da casa - a torre de reduzida altura. É um volume completamente autónomo, estrutural e formalmente, e de expressão artística distinto da restante casa, o que sugere que este tenha sido o primeiro volume a ser construído.

A separação da estereotomia da torre face à restante casa é legível no alçado norte e oeste, onde o aparelho das paredes revela a autonomia morfológica da torre. No alçado norte lê-se duas aberturas distintas. A porta de entrada da torre mostra-se arcaica e assimétrica, destoando da linguagem da janela do último piso, com uma linguagem artística distinta que remete para um tempo muito posterior. A porta de entrada é centrada no alçado enquanto a janela se encontra alinhada à direita. Tal como esta última, é aberta no alçado oeste uma janela com dimensões distintas da anterior mas com as mesmas características expressivas. Através da leitura do alçado sul e este observa-se três seteiras, uma no segundo piso e duas no último piso, que remetem para o tempo remoto da construção desta primeira fase proposta. O alçado norte foi alvo de alterações na linha do último piso, visível pela estereotomia do aparelho de parede, quando possivelmente foi aberto o vão deste sobrado.

A justificação da abertura de seteiras orientadas a sul e a este legitima-se pela leitura da implantação do edifício. Este assenta sobre um maciço rochoso e está implantado no topo de um vale agrícola que privilegia a sua posição estratégica defensiva. No entanto, a linha de água que circunscreve a propriedade a norte é, por si só, uma excelente condicionante topográfica, pois alia o duplo significado de proteção e de abastecimento. Este curso ainda contorna o território da *Honra* para oeste, permitindo o seu difícil acesso. Por estes motivos de implantação, os únicos alçados protegidos por seteiras, são os orientados a sul e este, onde o terreno atualmente é desenhado por socalcos.

Em planta, consegue-se observar a espessura das paredes da torre, com cerca de um metro e meio, que se mantêm homogêneas na sua altimetria. Estas paredes definem um único espaço no interior de cada piso, com perímetro quadrangular. O acesso entre o segundo e o último piso faz-se por uma escadaria interior, enquanto o acesso do primeiro piso para o segundo é atualmente inexistente. Contudo, isto não quer dizer que não houvesse a continuação da escada para o primeiro piso, pois existem vestígios de estruturas de suporte para vigas, como cachorros e reentrâncias nas paredes, que indicam a possibilidade de ter existido uma escada, possivelmente de madeira, encastrada na parede.

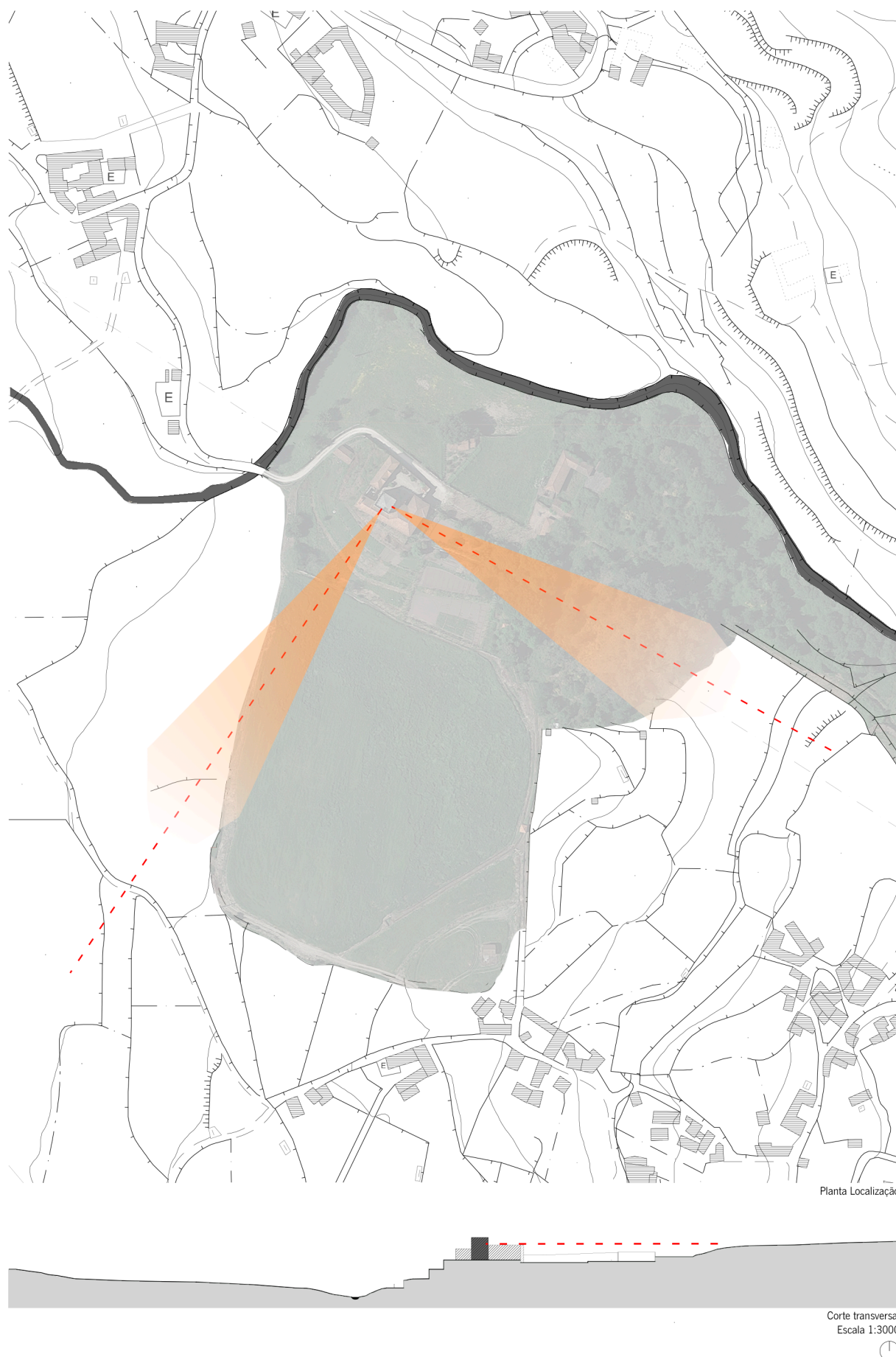


Fig. 38. Planta e corte dos limites e alcances territoriais

LEGENDA:

1. Elemento estrutural de maior espessura
2. Elemento estrutural de menor espessura
3. Estereotomia diferente
4. Desconexão do aparelho do pano de parede
5. Direção do pano de parede
6. Alteração de vão
7. Encerramento de vão
8. Diferença de cota de pavimento
9. Simetria de vãos
10. Mudança técnica construtiva
11. Continuidade dos elementos construtivos do pano de parede
12. Elementos com linguagem artística coeva

— Nova construção  
— Construção pré-existente/herdada  
— Levantamento atual



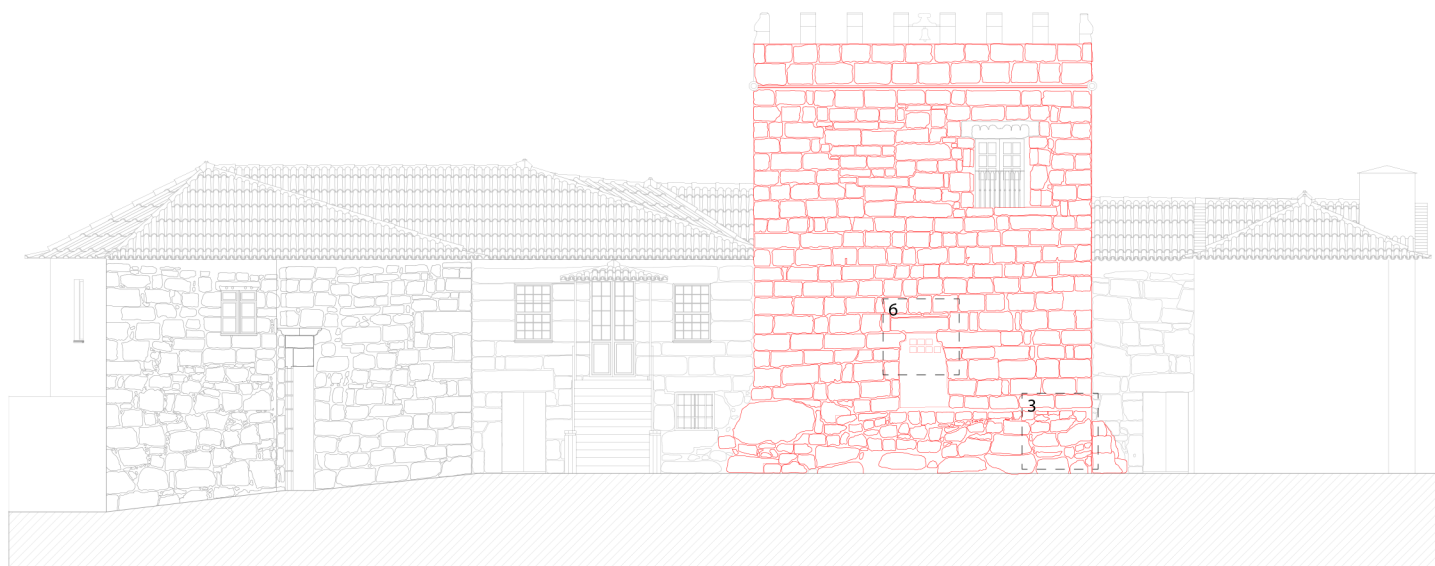
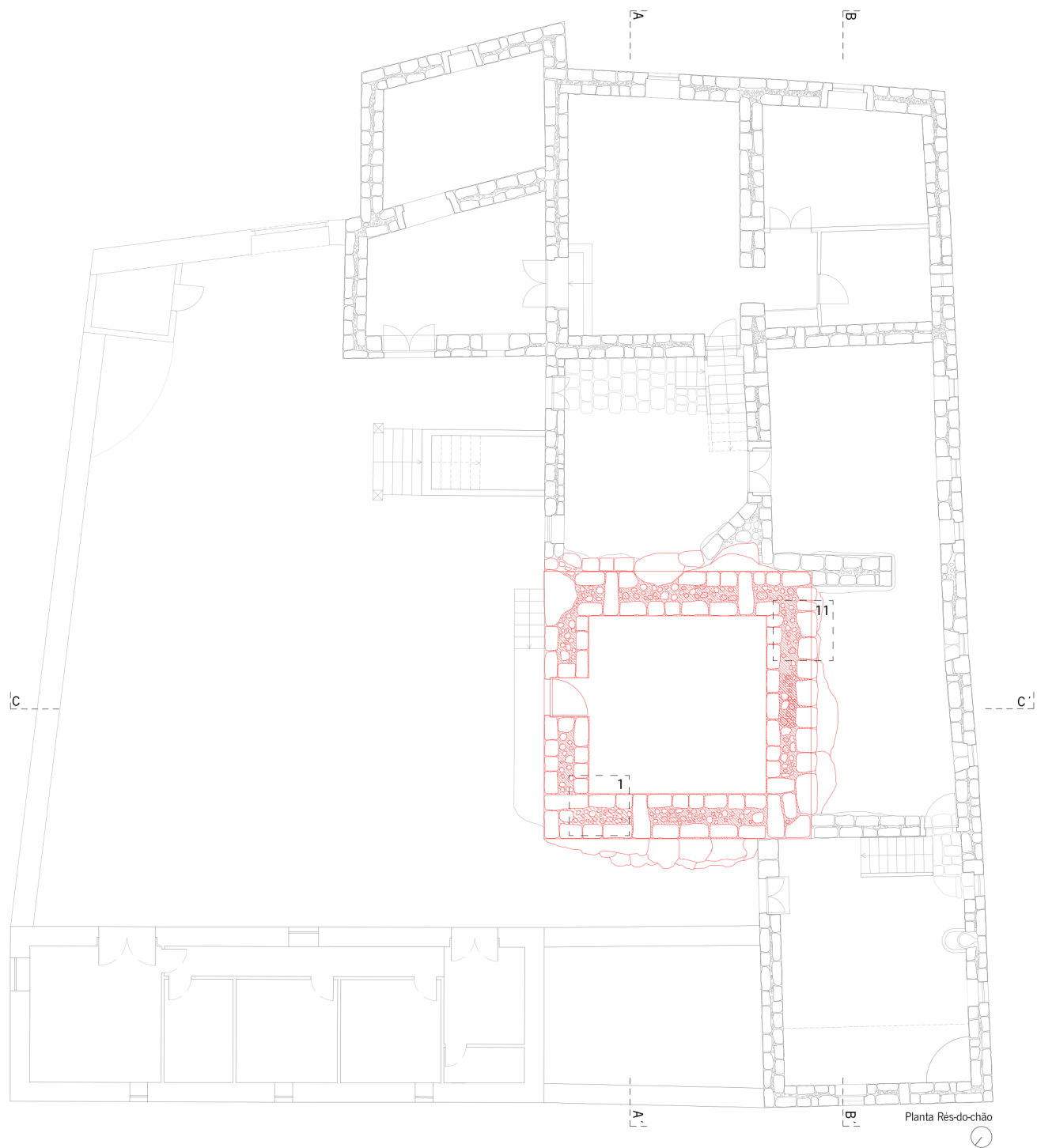


Fig. 39. Desenho 1 de análise - *Da Torre*

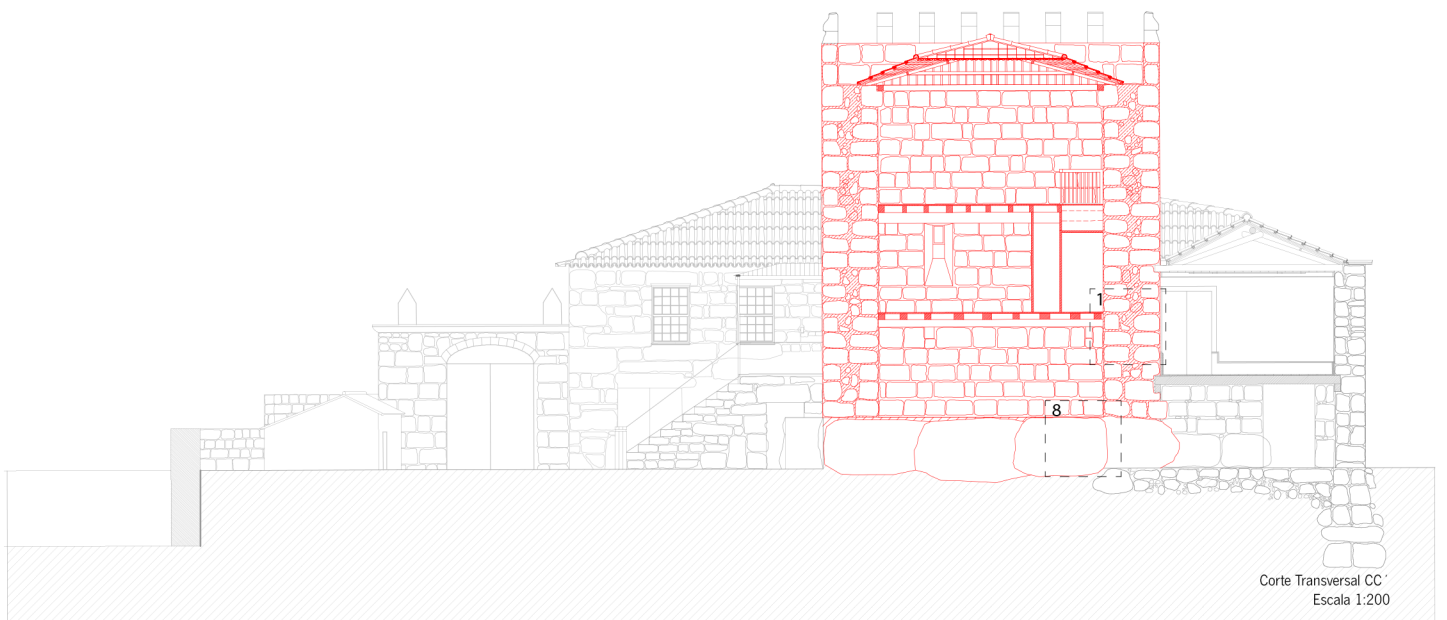
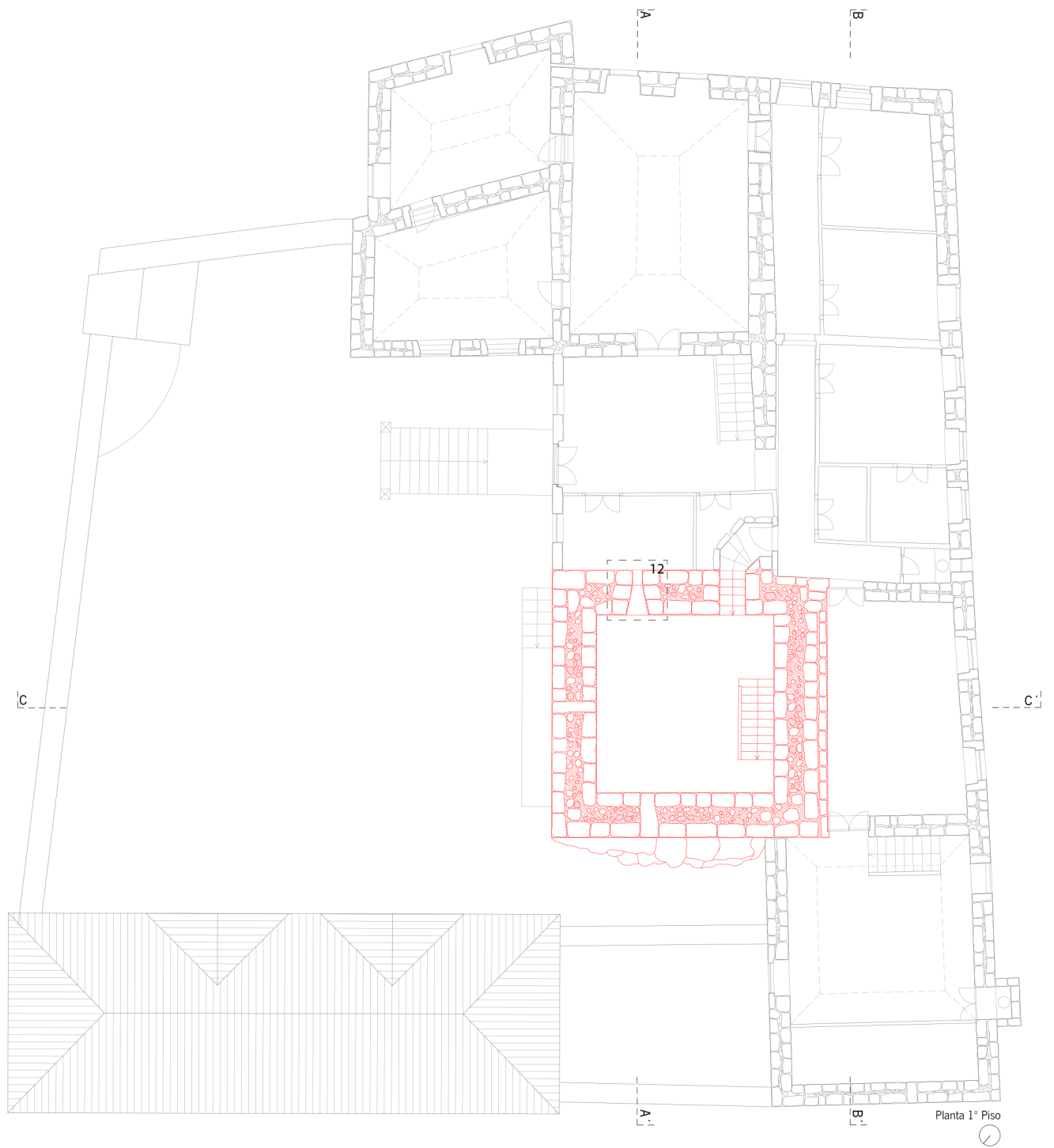


Fig. 40. Desenho 2 de análise - *Da Torre*



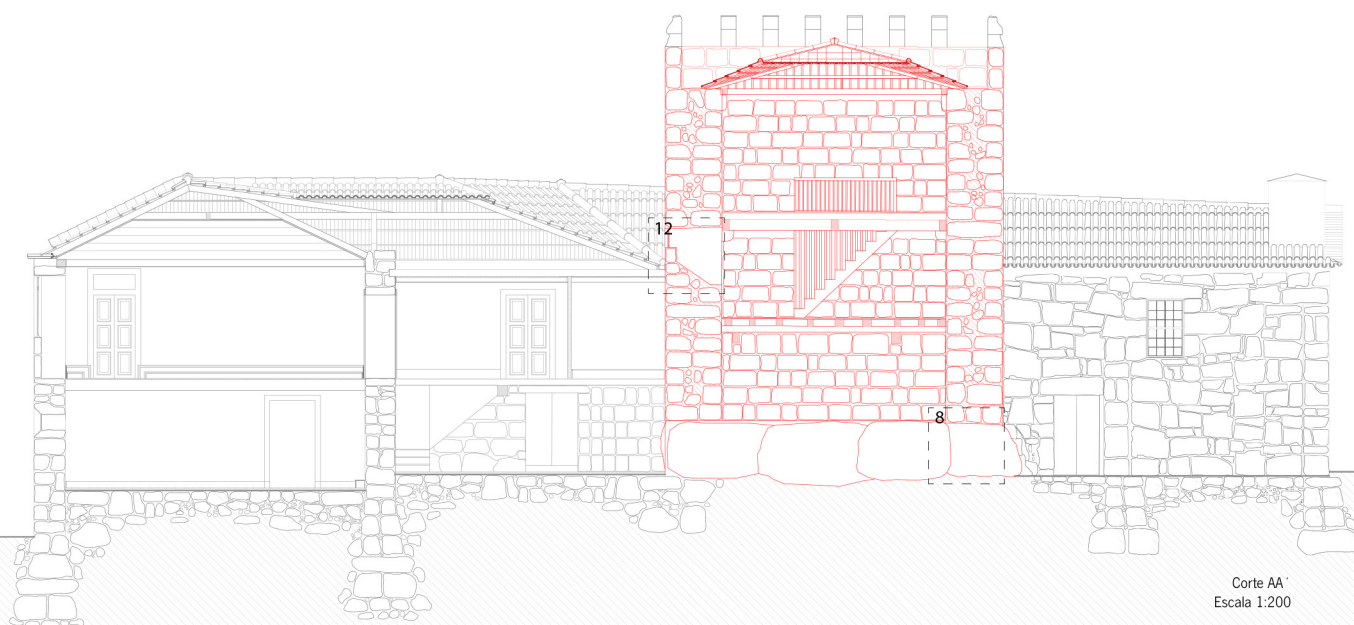
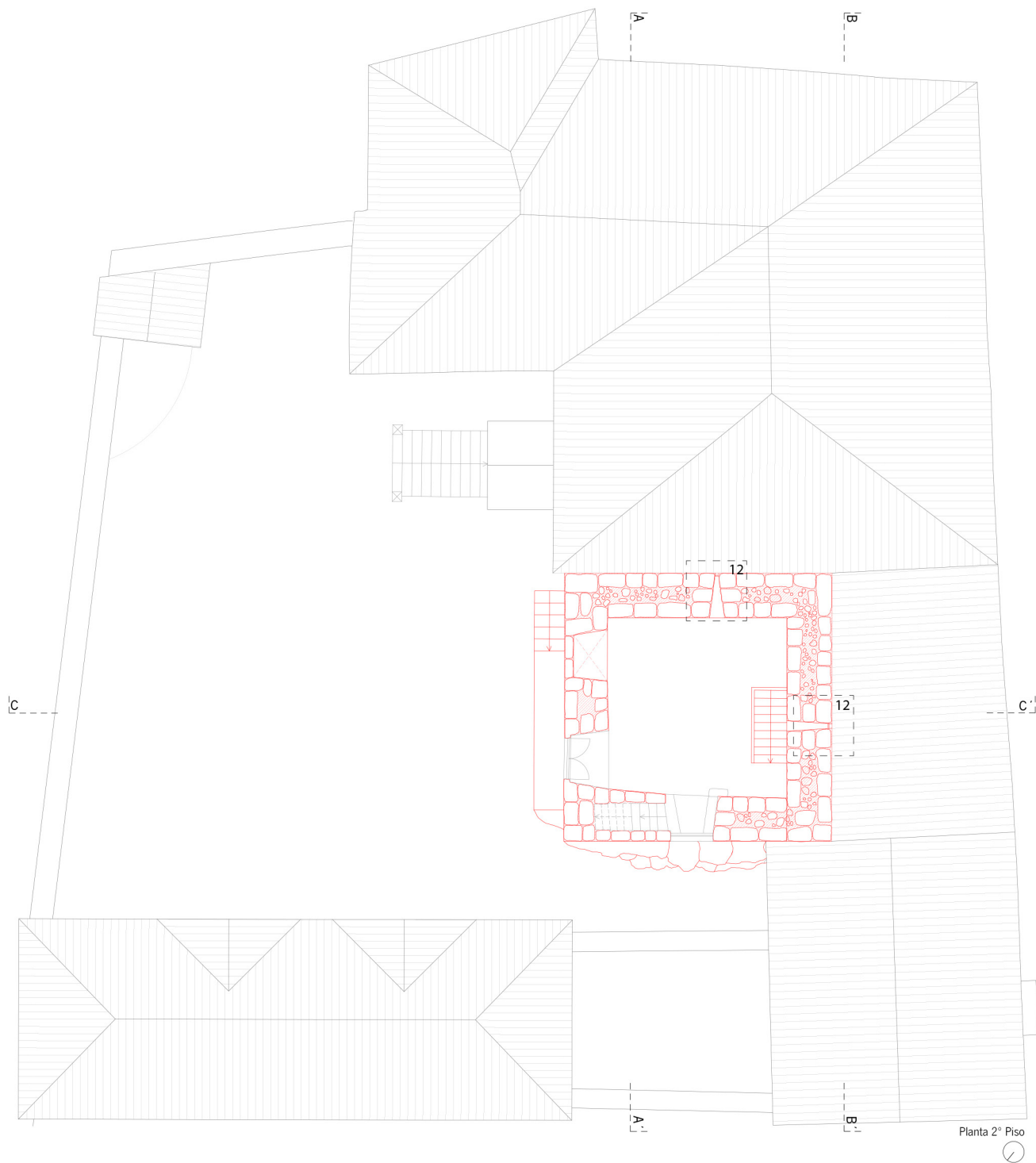


Fig. 41. Desenho 3 de análise - *Da Torre*

## **Da COMPARAÇÃO**

Para sustentar a primeira proposta construtiva da casa foi necessário recorrer à comparação desta tipologia de torres para caracterizar o modelo arquitetónico a que obedecem. Os exemplos estudados para esta temática são sobretudo de torres implantadas no seio rural e semelhantes na sua morfologia, mas de período posterior devido à escassez de informação referente às torres precoces do século XII, como é o caso da Torre da Cunha.<sup>53</sup> A análise feita anteriormente e a comparação dos elementos físicos análogos na conceção destas torres apoiam a formalização da proposta. Convém realçar que se estas torres eram construídas para habitação serviam um primário desígnio militar e defensivo das terras onde se encontram.<sup>54</sup>

Veja-se, por exemplo, a torre de Refóios, em Ponte de Lima, que se exhibe ao exterior com um grau de fortificação indicado pelo coroamento do parapeito da torre com merlões quadrangulares e pela métrica regular do espaçamento entre as ameias que acentuam o seu carácter bélico e militar. Segundo José Custódio da Silva, esta torre data possivelmente da primeira metade do século XIII.<sup>55</sup> Apresenta uma planta quadrangular com três pisos onde a porta de entrada se encontra a um nível bastante superior do solo. No entanto, Refóios mostra inovações posteriores à sua época visíveis no arco quebrado que encima a porta de entrada e na cobertura acessível por um alçapão. As únicas aberturas são no piso intermédio feitas através de frestas e janelas seteiras que evidenciam o paradigma pela qual estas torres se erguiam.

Outro exemplo semelhante à torre apresentada é a torre de Dornelas, em Amares, Braga. Fundada em meados da segunda metade do século XIII é igualmente implantada no seio de uma mancha agrícola, controlando o vale. Também de planta quadrada onde o acesso à torre é um padrão: a porta eleva-se acima do nível do solo, neste caso com porta em arco quebrado com aduelas mais elaboradas que Refóios. As janelas rasgam-se em número reduzido apesar de serem dimensionadas generosamente, sendo até incomum este género de aberturas nestas torres. Em cada piso, rasgadas em todos os alçados expeto no da entrada, existe uma janela seteira, evidenciando o carácter defensivo e cerrado.

---

53 A Torre da Cunha foi construída em 1171, e destruída por ordem de D. Sancho em 1210, e não constituiu por isso comparação para este trabalho pela falta de informação acerca da sua morfologia. SILVA, José Custódio Vieira da - *Paços Medievais Portugueses*, 1995, pág. 48

54 AZEVEDO, op.cit, pág. 22

55 SILVA, op. cit, pág. 51



Fig. 42. Torre de Refóios, adaptado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (SIPA)



Fig. 43. Torre de Dornelas, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Fig. 44. Torre de Oriz, adaptado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Fig. 45. Torre de Barbosa

Alinhada com a porta de entrada, no piso intermédio, há uma janela de dimensões consideráveis para o carácter militar da época, de arco quebrado com intradorso abatido<sup>56</sup>. O acesso interior destas torres faz-se por umas escadas encastradas na parede oposta à da entrada, sendo a única forma de comunicação entre pisos. Esta solução é, aliás, a mais vulgarizada e que se tornou um paradigma na construção desta tipologia.

É, igualmente, de mencionar a torre de Oriz, em Vila Verde, Braga. Como as anteriormente citadas, tem planta quadrangular e localiza-se sobre uma encosta de um vale dominando-o, sendo estes dois fatores que caracterizam esta tipologia. A data da sua construção é posterior, podendo-se inserir na primeira metade ou em meados do século XIV<sup>57</sup>. Apresenta duas portas de acesso, sendo uma delas clara exceção face às torres apresentadas. A primitiva porta de acesso situa-se no primeiro piso acima do nível do solo, com arco quebrado, enquanto a outra porta abre-se ao nível do piso térreo, também com arco quebrado e de nobres dimensões, ligando a casa à torre (sendo claramente uma solução posterior). O primeiro piso corresponde ao salão nobre da torre e é aberto em cada um dos alçados, quer pela porta e por janelas: duas duplas, *“com ambas as aberturas trilobadas e separadas por colunelo sem base nem capital; e a outra estreita, de arco pleno no exterior e no interior quebrado”*.<sup>58</sup> Esta torre também não tem qualquer remate e é coberta por um telhado de quatro águas. Apresenta-se muito danificada e não há registos se haveria mais um piso, acima do salão nobre, como seria comum nestas torres. Contudo, apresenta soluções tardias como as janelas que permitem datar em séculos posteriores à de Barbosa.

---

56 DIAS, António; PEREIRA, Ana, retirado de <www.monumentos.pt>, acesso a 12/12/2015

57 SILVA, op. cit, pág. 53

58 Retirado de <www.monumentos.pt> acesso a 12/12/2015





Fig. 46. Pátio exterior e conjunto da Torre de Dornelas, retirado de [patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)

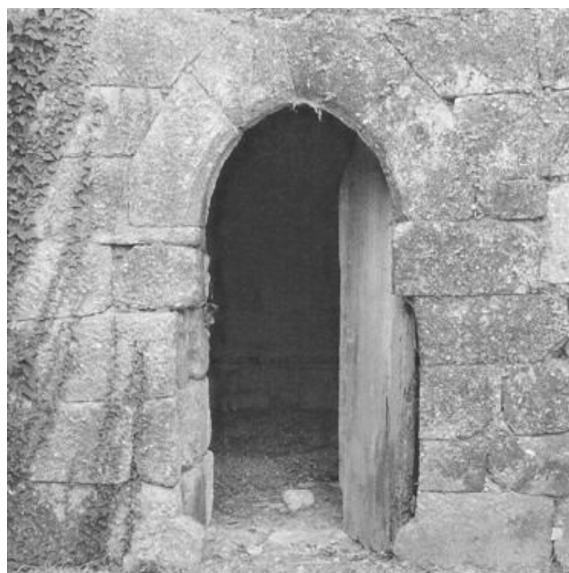


Fig. 47. Porta de entrada da Torre de Oriz, retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)

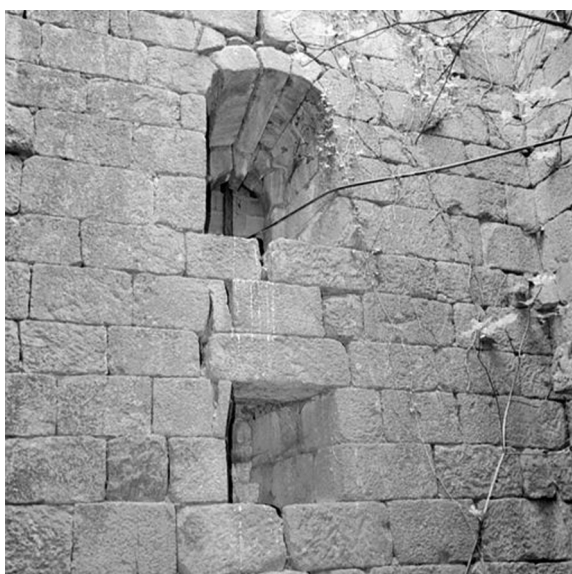


Fig. 48. Aberturas interiores, seteira e janela, da Torre de Dornelas, retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)



Fig. 49. Torre de Oriz, retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)



A composição tipo-morfológica destas torres é bastante idêntica entre si. A torre de Barbosa e de Oriz apresentam alturas semelhantes, com uma aparência atarracada, e altura desproporcional face ao perímetro exterior. Barbosa forma um perímetro quadrangular de 8,90m x 8,90m enquanto a torre de Oriz apresenta-se com medidas de 8,20m x 7,80m. A torre de Dornelas, de menor escala, tem um perímetro de 7,60 x 7,60m, mas não deixa de se mostrar proporcional, com uma altura adelgada. A torre de Refóios já se mostra mais harmoniosa, visto que a sua altura é proporcional relativamente ao perímetro exterior, com a dimensão de 10,40 x 10,20m. Como se verifica, a implantação, o acesso, as dimensões e escala destas torres são muito análogas evidenciando uma forma-padrão desta tipologia.

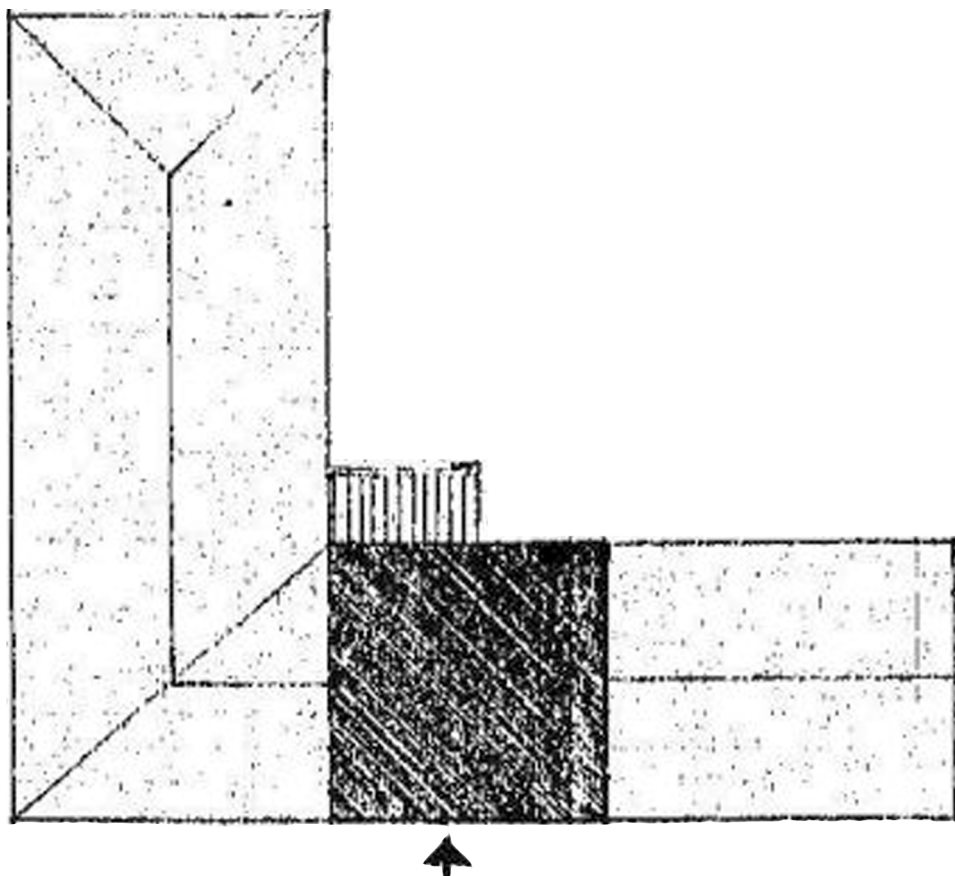


Fig. 50. Planta Coberturas Torre de Dornelas, escala 1:200 retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

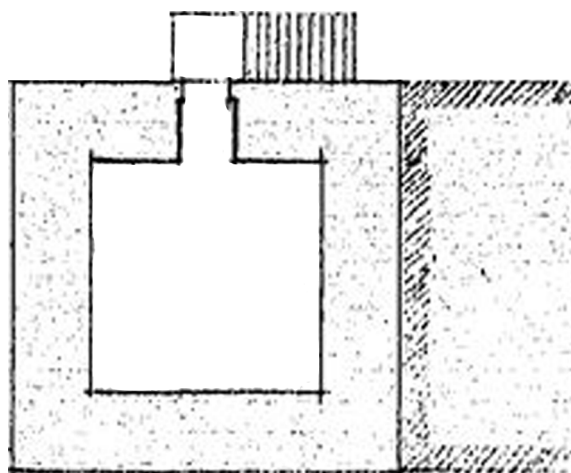


Fig. 51. Planta rés-do-chão Torre de Refóios, escala 1:200, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

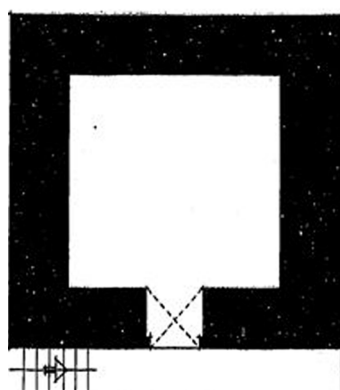


Fig. 52. Planta rés-do-chão Torre de Barbosa, escala 1:200, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

## Da INTERPRETAÇÃO

Conhecendo-se o contexto em que surgem as torres defensivas em Portugal consegue-se observar com outra exposição o que poderia ter sido a torre de Barbosa na época da sua fundação. No século XII, a torre deveria encontrar-se isolada neste território, dominando toda a extensão do seu vale agrícola, claramente muito vasto, ocupando a freguesia vizinha com que atualmente faz fronteira. A afirmação social dos proprietários era feita através do seu poder económico e construtivo, demonstrando a classe social em ascensão a que pertenciam: a nobreza, que se procurou erguer socialmente na segunda metade do século XII, com o advento de formação do reino de Portugal.

Tal como nos casos analisados, trata-se de implantações no Norte de Portugal onde a sua proliferação foi mais recorrente. *“Apesar de não se poder dizer que se trata de uma zona de afirmação precoce deste fenómeno, o Entre-Douro-e-Minho, terra tão senhorializada, não estava então muito desfasado em relação às tendências da época”*.<sup>59</sup> Todos os casos se implantam sobre um vale destacando-se pela posição estratégica no território: *“as torres senhoriais implantaram-se predominantemente do seio das honras, nos vales, junto de terrenos agrícolas de aluvião, muito férteis, e na periferia de manchas agricultadas”*.<sup>60</sup> Destacam-se pela dependência construtiva face ao terreno porque aproveitavam o maciço rochoso para a construção destes elementos, utilizando o material proveniente do sítio como a pedra e o granito.

A conformação destas torres seguia parâmetros simples generalizados: muros grossos de pedra, *“contendo duas ou três salas sobrepostas – um celeiro fechado no rés-do-chão, um primeiro andar com uma sala onde se rasga a única porta de acesso ao edifício (colocada muitos metros acima do solo)”*.<sup>61</sup> No caso de Barbosa não se verifica a altura muito elevada face à cota do solo. Contudo, não quer dizer que no tempo inaugural da sua construção não tivesse sido dessa forma. Ou seja, como a casa é implantada numa plataforma, alterada e nivelada pela mão do homem, sugere que tenha sido modificada de forma a dissimular a diferença de cota entre a entrada da torre e o terreno, resultando no atual terreiro que antecede a casa.

59 BARROCA, Mário – *Torres, Casas-torres ou Casas-Fortes*, pág. 43

60 Idem, pág. 67

61 SILVA, José Custódio Vieira da, Op. Cit, 1995, pág. 47



Fig. 53. Fotomontagem da torre nesta fase

A torre de Barbosa nesta altura também seria composta por três pisos, expressos na sua reduzida altura. A única abertura de acesso à torre seria pela porta de entrada, orientada a norte, de aspeto arcaico, e sem a utilização do arco quebrado como acontece nas torres analisadas. Similar à de Refóios, a de Barbosa apresenta-se apenas com seteiras, com os pisos muito encerrados em si mesmos de forma a cumprir o seu objetivo defensivo. O piso intermédio apenas apresenta uma seteira orientada a este e que defendia o território que se alcança a partir deste lado. O último piso, por se encontrar em posição sobranceira, possibilitaria um melhor alcance da vasta propriedade da torre, constituído por duas seteiras orientadas a este e a sul, respetivamente.

O acesso interior entre pisos deveria ser feito por intermédio de uma escada colocada na parede oposta à da entrada, idêntica ao que teria acontecido à de Dornelas e ao cânone destas torres. Atualmente o que se verifica é a ausência de qualquer comunicação entre o primeiro e o segundo piso. Contudo, os cachorros e as reentrâncias nas espessas paredes deste piso sugerem a existência de uma estrutura capaz de suportar as escadas, possivelmente de madeira como na génese destas construções. Os cachorros também se exibem nas paredes interiores do piso intermédio que ajudam a apoiar as vigas estruturais onde assenta o pavimento do piso superior, ambos em madeira. Os grossos muros que constituem a parede são em pedra, com os silhares à vista, denunciando o sistema construtivo e as modificações de que o pano exterior foi alvo ao longo do tempo. O material para a constituição do interior seria madeira, como as vigas estruturais, as escadas e o pavimento, que ainda o são, com aspeto renovado. A cobertura permanece como incógnita deste tipo de construções. No entanto, esta deveria ser em madeira e/ou colmo, materiais mais usuais na época.

Neste estágio é facilmente enquadrada uma tipologia defensiva de casa-torre que evoluiria para espaços anexos onde a habitação era mais cómoda. Apesar da sua designação literária, esta tipologia acomodava a primitiva torre com cariz defensiva e militar aliada, posteriormente, ao carácter habitacional.



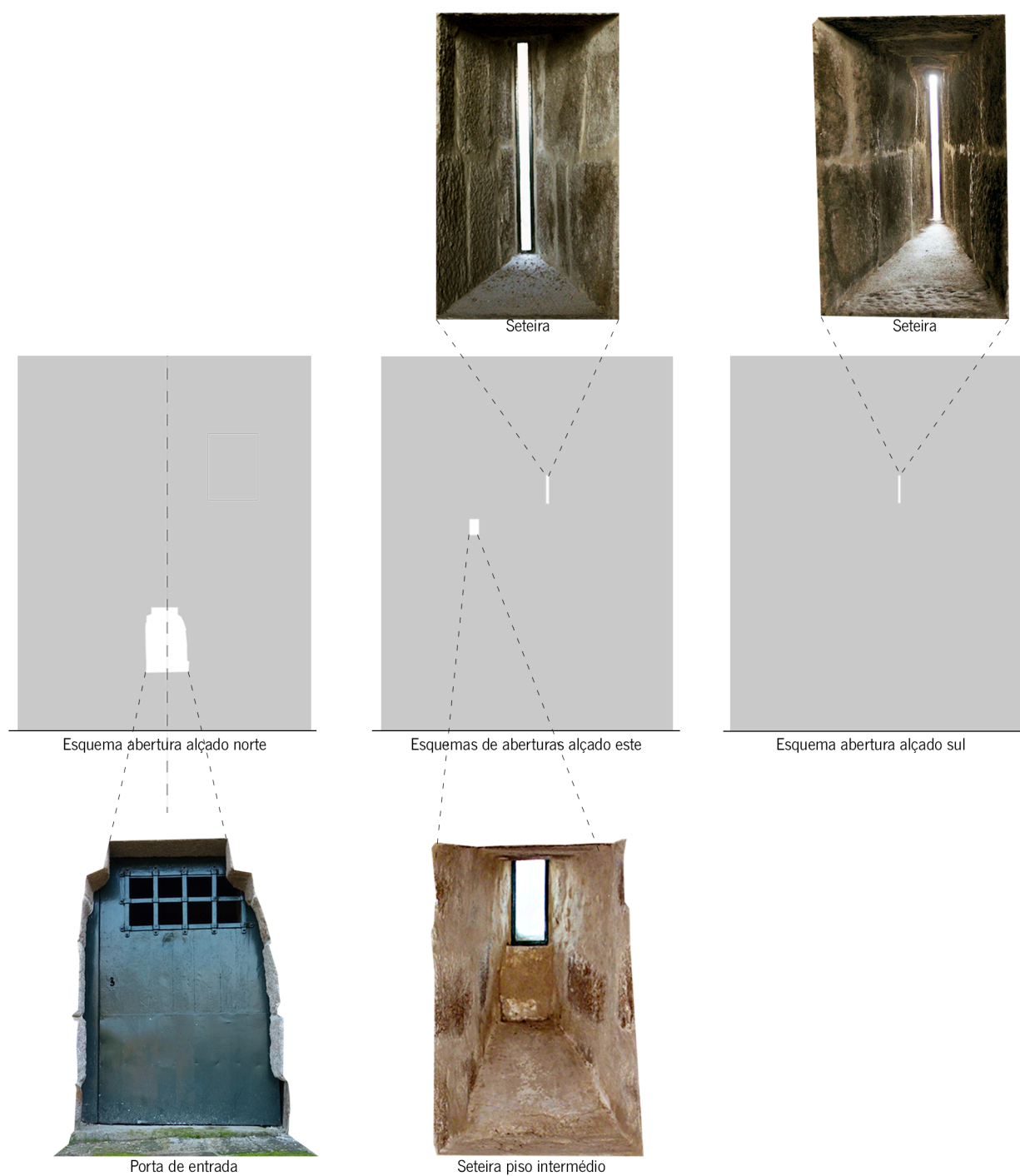


Fig. 54. Esquema interpretativo e fotografias das aberturas da época da fundação



Fig. 55. Representação tridimensional do 2º piso da torre

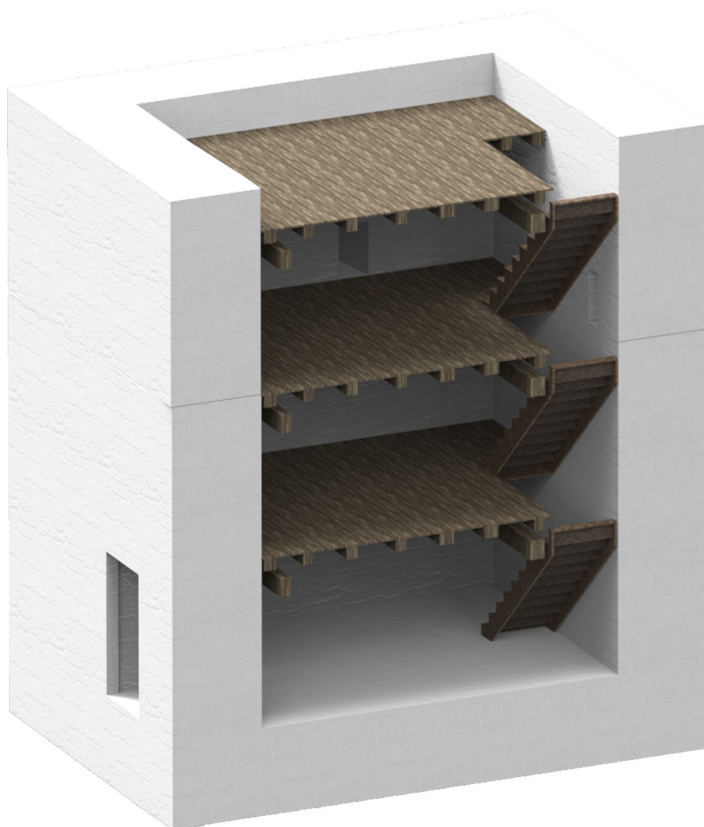


Fig. 56. Esquema especulativo da comunicação vertical no interior

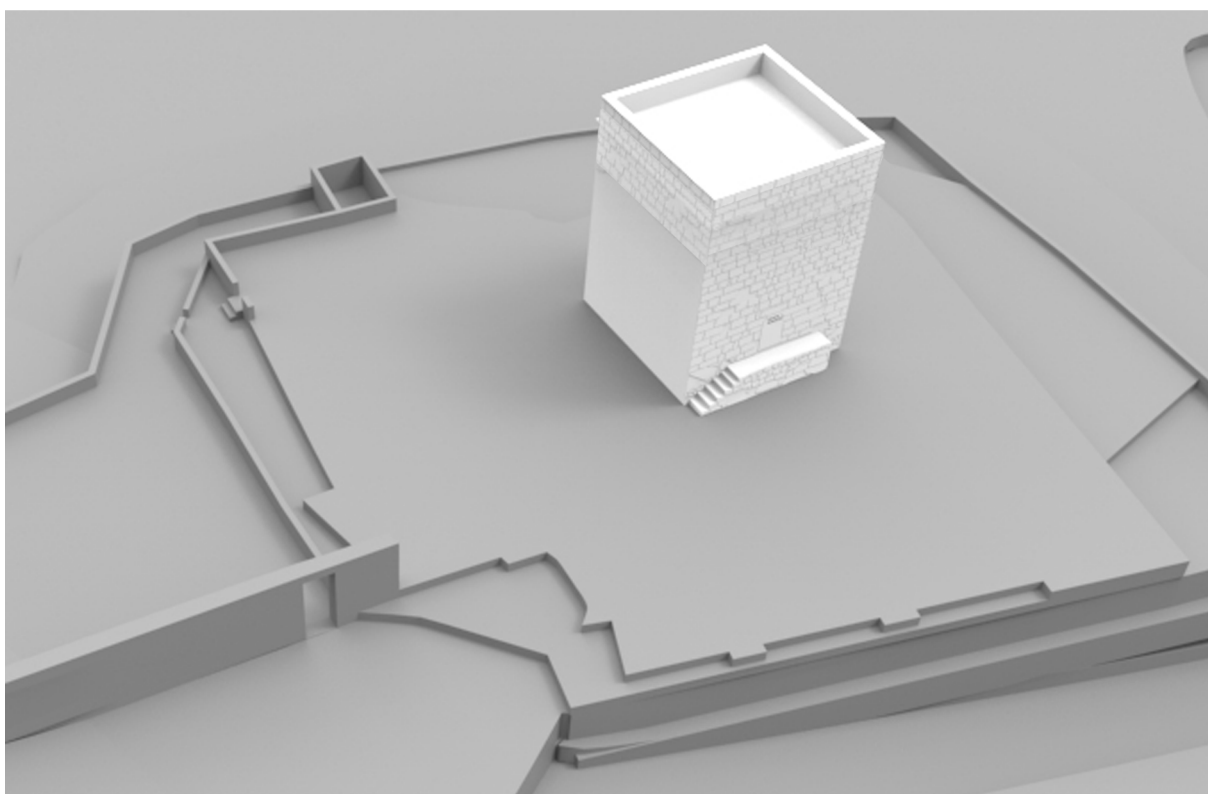
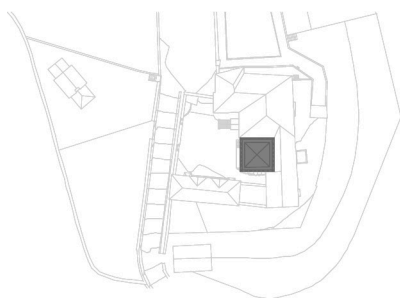
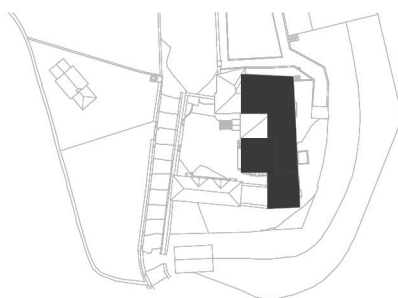
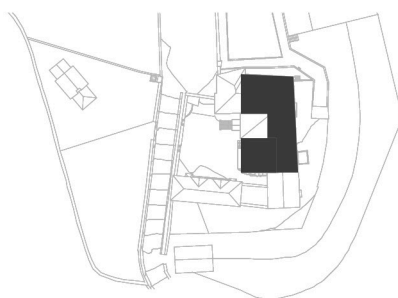


Fig. 57. Esquema tridimensional da implantação da torre aquando a sua fundação

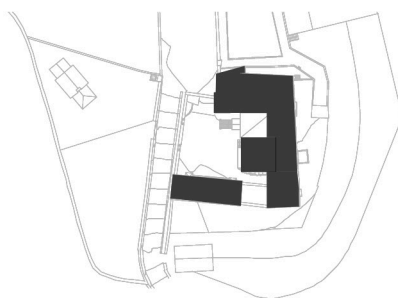




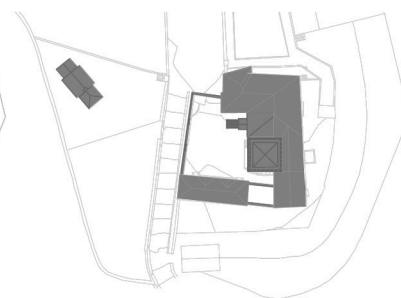




FASE 1



FASE 2



FASE 3



## **FASE 2 - Da TORRE A PAÇO**

### **Contexto Histórico– Artístico**

A segunda fase construtiva surge após um extenso período da construção da torre. Só ao fim de três séculos, em meados do século XV até à segunda metade do século XVI, é que se conhecem novas campanhas construtivas. A partir dos registos da família pode-se fazer uma análise à época anunciada.

A importância que a família adquire nesta época resulta principalmente do exercício dos poderes administrativos e jurisdicionais. Embora as primeiras referências a esta prática fossem da autoria de D. Joana de Castro, só com o seu filho, D. Manuel de Azevedo, é que a família parece ter aumentado os seus proveitos. Este senhor ao instituir o Morgadio de Barbosa inicia um vínculo monetário e de proteção dos seus bens que concorre com o seu extenso leque de poderes político-judiciais. Assim, nesta altura a *Honra* adquire a função de concelho autónomo com a prática dos poderes judiciais. Os seus senhores executavam o direito judicial, predominantemente relativos à aplicação das leis e justiça reais, quer sobre os crimes quer sobre o direito civil. Estas evoluções administrativas locais, num curto período de tempo, permitem que estes bens e proveitos residam na mesma família ou entre senhores relacionados por estreitos laços de parentesco. Assim, através da riqueza da família que vai passando entre casamentos e nascimentos de ricos homens pode perceber-se o advento de ensejos, vontades e recursos que promoveram as novas reformas.

Para compreender o tempo destas grandes campanhas construtivas é necessário analisar num contexto mais vasto as circunstâncias políticas e a linguagem da época a nível nacional, e até internacional. Portugal no início do século XV estava marcado pelo ambiente de crise que marcou o final trecentista. Vários fatores durante o final do século XIV culminaram com a instabilidade política e militar. Entre eles, assinala-se a Peste Negra<sup>62</sup> e a guerra dos Cem Anos<sup>63</sup> que levaram a períodos de fomes e secas. Com a subida do trono de D. João, Mestre de Avis, em 1385, inicia-se uma nova era em Portugal. É durante este reinado (1385-1433) que se lançam as perspetivas para a consolidação da Independência do reino e se inicia a expansão marítima portuguesa, com a conquista de Ceuta. Novas cruzadas no Norte de África promoveram o começo da evolução económica e social do país através do acesso a várias fontes comerciais.

---

62 SARAIVA, José Hermano - *História de Portugal*, 1993

63 Idem.



Fig. 58. Retrato do rei D. João I, adaptado do livro "*História de Portugal*" de SERRÃO, Joaquim Veríssimo, vol. II (1415-1495), pág. 17



Fig. 59. Retrato do rei D. Manuel I, adaptado da capa do livro "*Reis de Portugal*", de COSTA, João Paulo Oliveira e, Pormenor de *Casamento de D. Manuel I*, de Garcia Fernandes, 1541

No entanto, *“no início do século XV, o reino teria vivido em abundância, na produção de cereais, na fatura da carne e de peixe e na exportação de azeite, vinho e mel, o que era molde a suprir a carência da população: agora é Portugal o maior e mais aventurado reino que há no mundo, que nós temos entre nós todas as boas cousas que um reino abastado deve ter”*<sup>64</sup>.

A centúria de Quatrocentos fica assinalada pelos Descobrimentos, a par das conquistas magrebina, apontando os tempos iniciais da época moderna. Várias cidades foram conquistadas no Norte de África, nomeadamente a chegada a Ceuta, em 1415; Alcácer Ceguer, em 1458 e Arzila juntamente com Tanger, em 1471, foram conquistadas durante o reinado de D. Afonso V, O Africano. Com D. João II, a coroa retomou a direção das descobertas dobrando o cabo da Boa Esperança, em 1488, com o intuito de descobrirem o caminho marítimo para a Índia. Os Descobrimentos vieram acelerar o modo de enriquecimento e conhecimento através do processo de globalização, mudando o panorama nacional e internacional.

A expansão ultramarina trouxe consigo novas fontes comerciais<sup>65</sup> que sustentaram a existência de um novo estilo, muito ornamentado, posteriormente designado de Manuelino. O seu propósito advém do epicentro político durante o reinado de D. Manuel I (1495-1521). A época final de Quatrocentos e inícios de Quinhentos é marcada por diferentes panoramas artísticos do reino que ocorrem em paralelo. Estas correntes abrangem o gótico final, a arte luso-mourisca ou mudéjar, o manuelino e as primeiras experiências artísticas do Renascimento. Segundo Riccardo Averini *“o manuelino existe sem ser um estilo. Há em muitas manifestações artísticas qualquer coisa aquém ou além do estilo que permite sentir um ambiente e uma atmosfera que só se encontra em Portugal”*.<sup>66</sup> Este estilo arquitetónico trata a celebração de uma corte, de um Império além-fronteiras que resulta na sua expressão plástica dinâmica carregada de simbolismos. O manuelino é uma arquitetura ornamental que alude à epopeia marítima como tema de decoração, mas que não se fundamenta apenas a esta alusão, usando também motivos naturalistas e vegetais.

*“É um período em que a arte portuguesa mais se aproxima dos modelos clássicos ainda que, como é óbvio, distorcendo-os e procurando pô-los em causa”*.<sup>67</sup>

64 SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Vol. II, 1980, pág. 24

65 *“A saber, a introdução de toda uma gama de mercadoria exótica e cara, (...) produtos como o ouro, o açúcar, as especiarias, os escravos, certos tipos de madeira, o marfim, materiais corantes, etc.”* MARQUES, op. cit, pág. 241

66 DIAS, Pedro. *A Arquitetura Manuelina*, 1988, pág. 35

67 PEREIRA, Paulo. *História da Arte Portuguesa: O Classicismo (séculos XVI-XVIII)*. 2007, p. 37



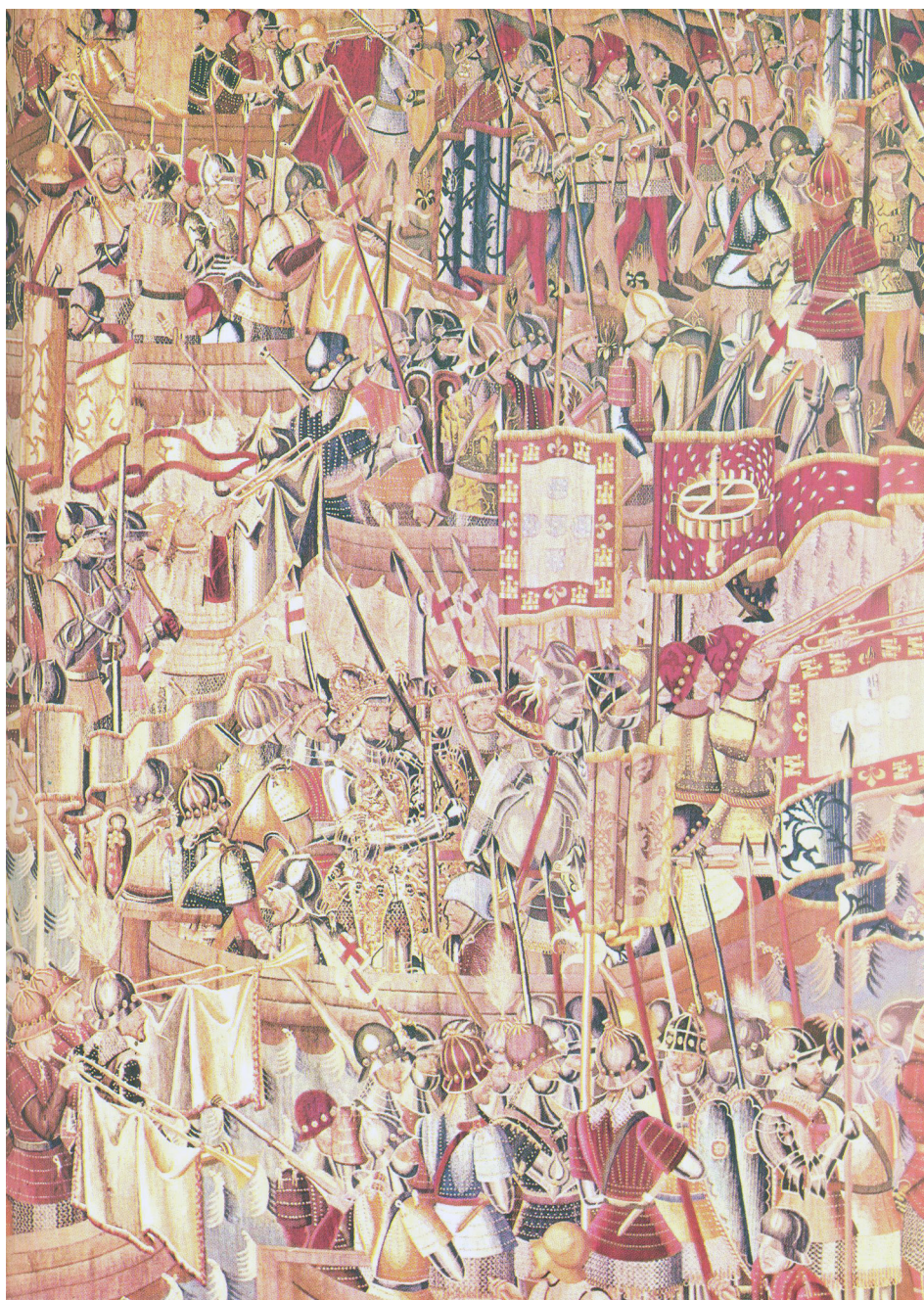


Fig. 60. D. Afonso V em Arzila, pormenor das tepeçarias de Pastrana, retirada de "História de Portugal" SERRÃO, Joaquim Veríssimo, vol.II, pág. 81

O final do século XV, em Portugal, é marcado por um período de mudança cultural protagonizado pela chegada do Renascimento. *“Com D. João II (1481-1495) nasceu finalmente um rei, amigo devoto não só da cultura italiana e dos seus estudos da Antiguidade, mas também da arte italiana, um enérgico promotor do renascimento em território português”*.<sup>68</sup> Mas, só em meados do século XVI é que o gosto pela arquitetura da renascença chega de forma consistente a Portugal, encontrando resistência na continuidade do estilo manuelino por todo o país. Por ordenação de D. João III (1521-1557) várias bolsas são atribuídas a artistas e arquitetos de forma a conhecerem a arte de vanguarda na Europa. Também, mestres estrangeiros chegam a Portugal de forma a empreender as novas linguagens renascentistas. Entre eles, destacam-se o escultor Nicola de Chanterene e o arquiteto João de Castilho, autores de trabalhos correspondentes à fachada principal e ao claustro renascentista do mosteiro dos Jerónimos. *“Há que dizê-lo sem rebuços: João de Castilho foi o maior arquiteto português do século XVI e um dos grandes da Europa do Renascimento”*.<sup>69</sup>

Nesta altura de avanço do estado centralizado no seu poder político acontece, em paralelo, a renovação da nobreza. A partir dos finais do século XV e ao longo do século XVI assiste-se à reutilização e reaproveitamento das antigas torres, casas-fortes, e à construção de novas torres. Estas surgem como reconhecimento da linhagem da família nobre. O surto construtivo da época manuelina coincidiu com uma nova tipologia: o paço. Da autoria dos mestres das obras reais, o paço é primordialmente de cariz habitacional, reutilizando as antigas estruturas militares e civis. No entanto, passam a ser reinterpretadas com elementos militares associados outrora à casa senhorial fortificada.

Estes edifícios são o reflexo de três grandes influências arquitetónicas. *“A arquitectura tradicional permitiu a adaptação da simplicidade de divisão do espaço. Por seu turno, a arquitectura militar medieval levou para as casas senhoriais a torre, como elemento simultaneamente de defesa e de habitação, que com os avanços da pirobalística perdeu as suas funções iniciais e tornou-se símbolo de prestígio, linhagem nobre e poder da família proprietária. Por fim, os elementos da arquitectura erudita do Renascimento chegam aos solares através da ação dos vários engenheiros militares que, aplicaram na arquitectura civil a teoria arquitetónica mais erudita”*.<sup>70</sup>

---

68 HAUPT, Albert. *Arquitetura Do Renascimento Em Portugal*. 1985, p.9

69 PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa*, vol. 5, 2007, pág. 175

70 OLIVEIRA, Catarina, retirado de: [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt) acesso a 11/01/2016, acerca do Solar dos Távoras



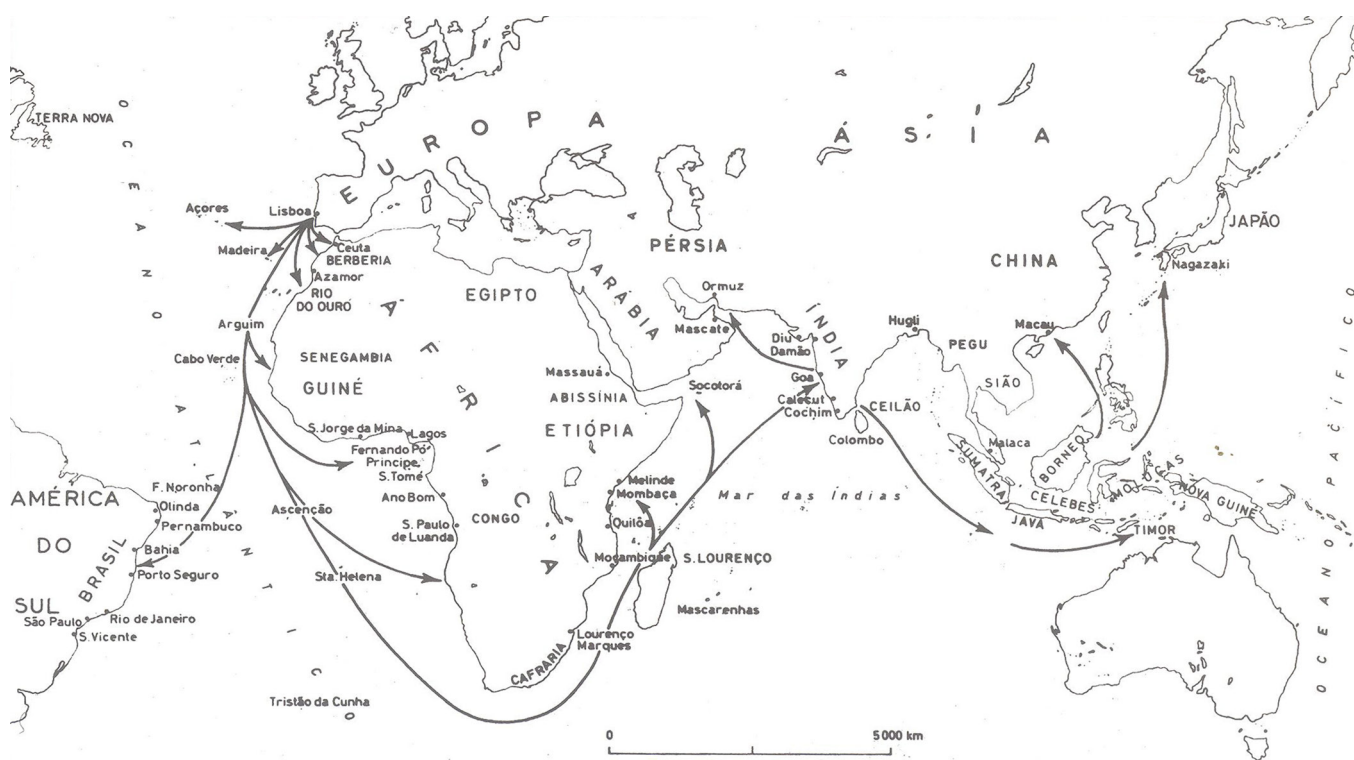


Fig. 61. Principais Rotas Portuguesas no Início do século XVI, retirado de "História de Portugal" SERRÃO, Joaquim Veríssimo, vol.III, pág. 96

## Da ANÁLISE

A análise dos elementos desenhados permite perceber que esta grande campanha construtiva é marcada por três impulsos construtivos. Apresenta-se a análise de cada fase individualmente, admitindo-se a sua leitura de forma sequencial, e nalguns impulsos especula-se a sua formação em simultâneo. Estes estímulos não são mais que pressupostos de crescimento da casa-torre, transformando-a em paço.

A presença da casa senhorial impõe-se com a tipologia de torre. Influenciada e reproduzida das torres de menagem provenientes dos castelos medievais, esta é claramente uma arquitectura civil revestida de propriedades militares resultando na casa-torre, *domus fortis*. Assim, a torre evolui para casa-torre, num período de cerca de três séculos em que a torre não sofreu construções. A *domus fortis* é uma tipologia determinada pela nobreza no quadro habitacional da Idade Média, entre o século XII e início do século XIII. Tornando-se numa residência fortificada em forma de torre que extrapola a sua função primitiva militar nas campanhas da reconquista para “um meio de afirmação social, adaptando uma nova forma arquitetónica como símbolo dos seus poderes senhoriais”<sup>71</sup>. A casa-torre estava dependente da autorização régia para a sua construção, e consequentemente poderiam ter o privilégio de serem “honradas” ou “coutadas”. A *Honra* dependia unicamente da nobreza do seu dono, e desta forma, antes de ser considerada *Honra* ou casa senhorial teria de haver e ser integrada a quintã: “*Havendo em todas as “quintãs” casa, nem todas as casas ha quintã*”<sup>72</sup>.

Ao longo dos séculos a casa-torre tornou-se num atributo senhorial que exercia influência sobre um certo território afirmando a sua autoridade face ao poder régio. Com o passar do tempo, em meados do século XV, a casa-torre evolui para o significado de paço<sup>73</sup>. A sua principal função é de habitação dos reis e da nobreza, onde se exerciam altos cargos ligados à justiça e ao direito. Se a particularidade das casas-torre sintetiza-se pela sua ideia defensiva, a dos paços passa a ser o símbolo de poder e o direito do exercício de justiça. A *Honra* de Barbosa conhece exatamente estas evoluções e funções, com a edificação de novos equipamentos como a Casa da Câmara, a Cadeia e o Pelourinho.

71 BARROCA, Mário Jorge – *Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes: Conceção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza da Baixa Idade Média (séc. XII-XV)*, 1995, pág. 40

72 FERNANDES, A. Almeida – *A Nobreza: na época vimarano-portugalense*, 1987, pág. 110

73 Para um melhor conhecimento sobre a morfologia dos paços consultar: SILVA, José Custódio da Silva – *Paços Medievais Portugueses*, 1995



Fig. 62. Fotomontagem do Pelourinho com a Casa da Câmara e Cadeia

## Do PRIMEIRO IMPULSO CONSTRUTIVO

A partir da observação dos desenhos da casa percebe-se um volume autónomo, de dois pisos e configurado por uma planta em “L”. A parte mais extensa deste elemento é adossada à fachada sul da torre existente, integrando e centralizando-a.

A identificação deste novo corpo é feita pelo desenho, em planta, das paredes estruturais de pedra que acomodam os espaços interiores, com cerca de 80cm de espessura. No rés-do-chão é notória a lógica medieval com que o espaço interior, balizado pelas paredes estruturais, é desenhado. Dispostos de forma contígua os espaços comunicam diretamente entre si, constituídos por grandes espaços não divididos, em que cada um se apresenta com uma volumetria idêntica. Contudo, um destes volumes interiores parece ter sofrido alterações pois apresenta paredes interiores divisórias de tabique, desenhando um espaço com características habitáveis. Isto é, com uma antecâmara que distribui para dois compartimentos, que pelas suas dimensões poderão ter sido dois quartos. Este volume modificado insere-se na parte mais pequena do L que se encontra a uma cota inferior da restante casa, pavimentando a madeira, e destoando do restante corpo d L que se encontra em terra batida. A inexistência de corredores pode explicar a sua origem medieval, prática e utilitária, associada a espaços do quotidiano com funções de serviços e arrecadações agrícolas.<sup>74</sup>

O desenho do segundo piso mostra semelhanças com o piso inferior. Além da disposição dos mesmos espaços volumétricos limitados pelas paredes estruturais, o desenho deste piso denota as características de espaços contíguos, onde o acesso se faz diretamente de uns espaços para outros, comunicando entre si. No entanto, é notória a introdução de um novo elemento compositor do espaço interior, o corredor, que deverá ser mais tardio a esta configuração espacial, pois em nenhum dos exemplos estudados se encontra nenhuma solução deste tipo.

Na leitura da estereotomia do alçado sul e este não há indícios e vestígios de rutura do aparelho de pedra da parede que nos mostre o início ou o fim deste volume. Contudo, ao contrapor o desenho do alçado com a planta do rés-do-chão esta permite obter uma leitura mais coerente destas transformações e mais precisa desta fase construtiva. No alçado sul pode perceber-se o fecho de um vão no rés-do-chão que pelas suas dimensões poderia ter sido uma janela. Também no piso superior próximo à extremidade da parede nota-se o fecho

<sup>74</sup> BARROCA, Mário Jorge - *Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes: Conceção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza da Baixa Idade Média (séc. XII-XV)*, 1995, pág. 40

de um vão, claramente distinto das dimensões das janelas que ocupam este piso. Este alçado é o que apresenta mais modificações resultando na permeabilidade de transformações que advém destes ímpetos de crescimento da habitação.

No alçado orientado a sudeste encontram-se no rés-do-chão duas aberturas iguais entre si, mas distintas das restantes aberturas da casa, correspondendo a dois espaços contíguos no interior. No piso superior lê-se três tipos de vãos com dimensões distintas, que sugerem a sua renovação numa fase posterior. Quanto ao alçado sul, lêem-se estereotomias diferentes dos aparelhos de pedra que sustentam a diversidade construtiva entre o rés-do-chão, claramente estrutural com silhares de pedra de grandes dimensões e irregulares, contrastando com a estereotomia do primeiro piso que se apresenta mais regular. A assimetria entre pisos é o que mais distingue este alçado.

O primeiro piso aparenta uma linguagem própria para uma caracterização como “andar nobre”, a fenestração é regular quanto às suas dimensões e métricas que compõem um alçado ritmado de aberturas que evidenciam um modelo construtivo diferente do que acontece no piso inferior. Este último é mais fechado, as suas aberturas apresentam-se por três postigos espaçados igualmente entre si, desenhando uma composição ritmada com as aberturas do piso superior. Outras três aberturas iluminam este piso, uma idêntica a um postigo defendido por grades, e outras duas alinhadas e centradas com os vãos que lhe encimam no andar nobre.

Não se encontram vestígios, no interior ou exterior, que indiquem como se faria o acesso ao piso de cima. Especula-se que seria por uma escadaria interior em madeira, pois, tal como na maioria dos paços o acesso era feito no interior. A génese deste ímpeto apresenta muitos elementos idênticos ao de um paço, nomeadamente, pelo facto da sua estrutura se desenvolver para o interior, numa procura de intimidade e de defesa.



LEGENDA:

1. Elemento estrutural de maior espessura
2. Elemento estrutural de menor espessura
3. Estereotomia diferente
4. Desconexão do aparelho do pano de parede
5. Direção do pano de parede
6. Alteração de vão
7. Encerramento de vão
8. Diferença de cota de pavimento
9. Simetria de vãos
10. Mudança técnica construtiva
11. Continuidade dos elementos construtivos do pano de parede
12. Elementos com linguagem artística coeva

— Nova construção  
— Construção pré-existente/herdada  
— Levantamento atual



Fig. 63. Desenho 1 de análise Fase 2 - 1º Impulso construtivo

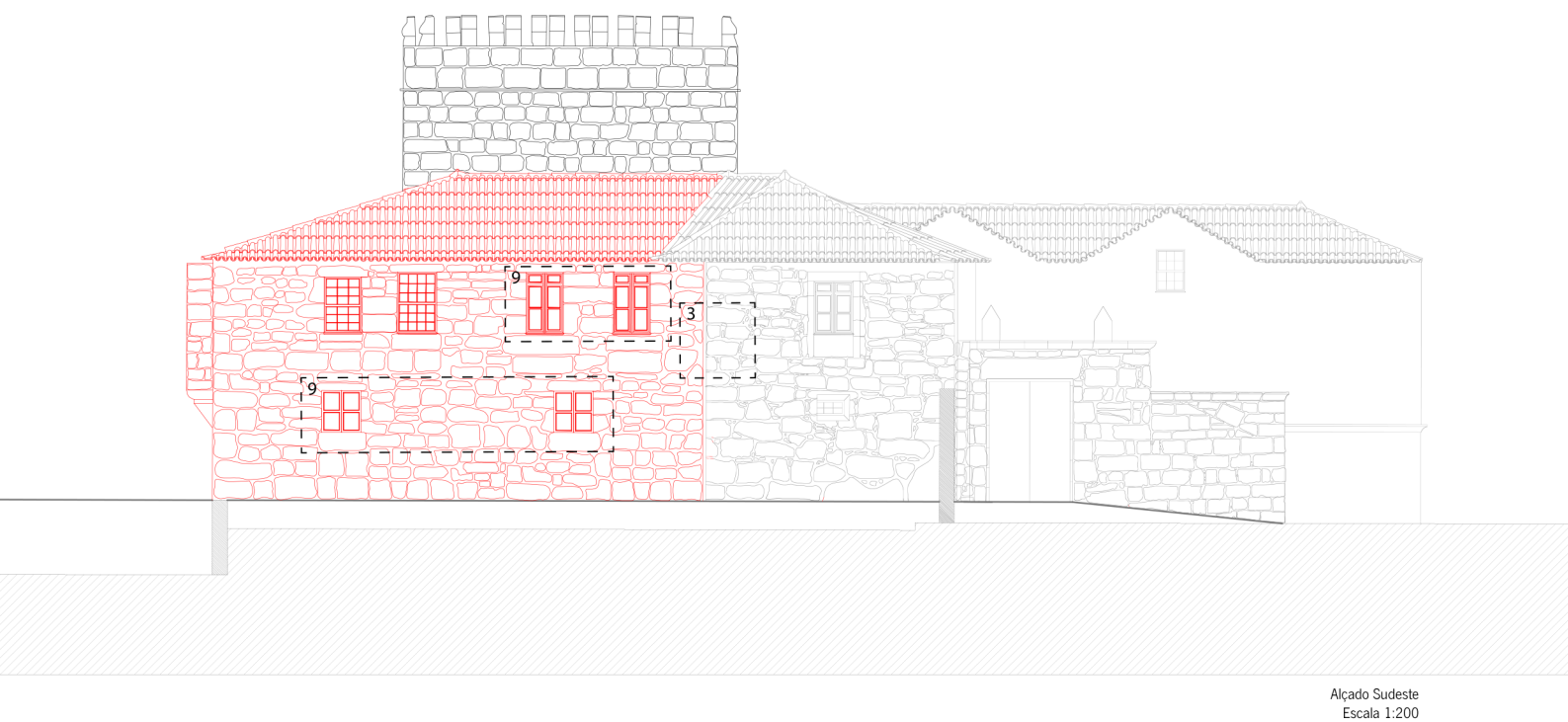
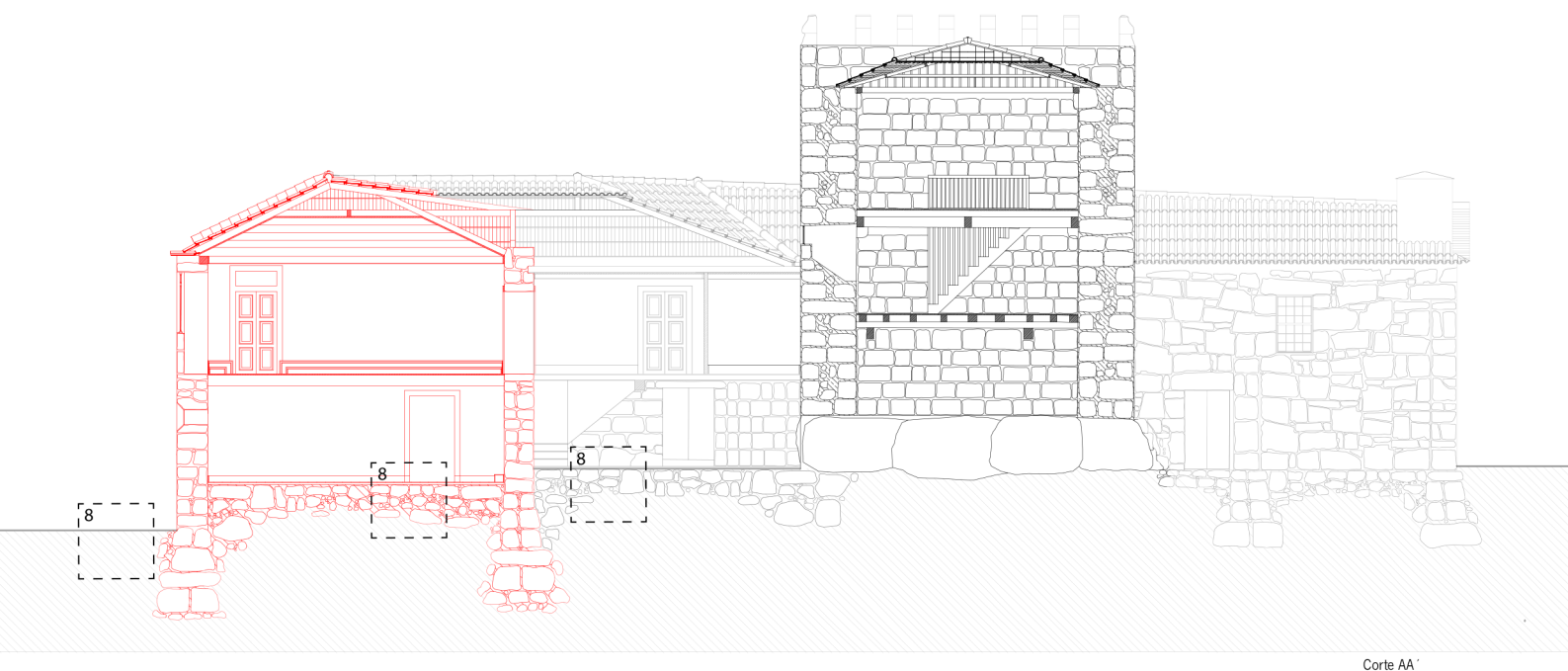
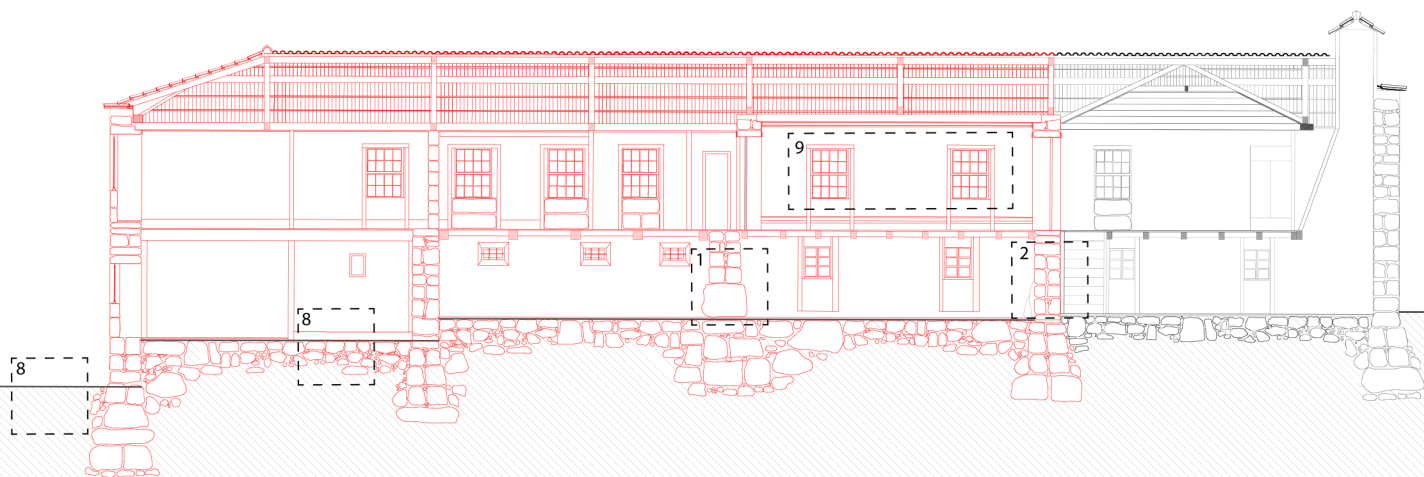
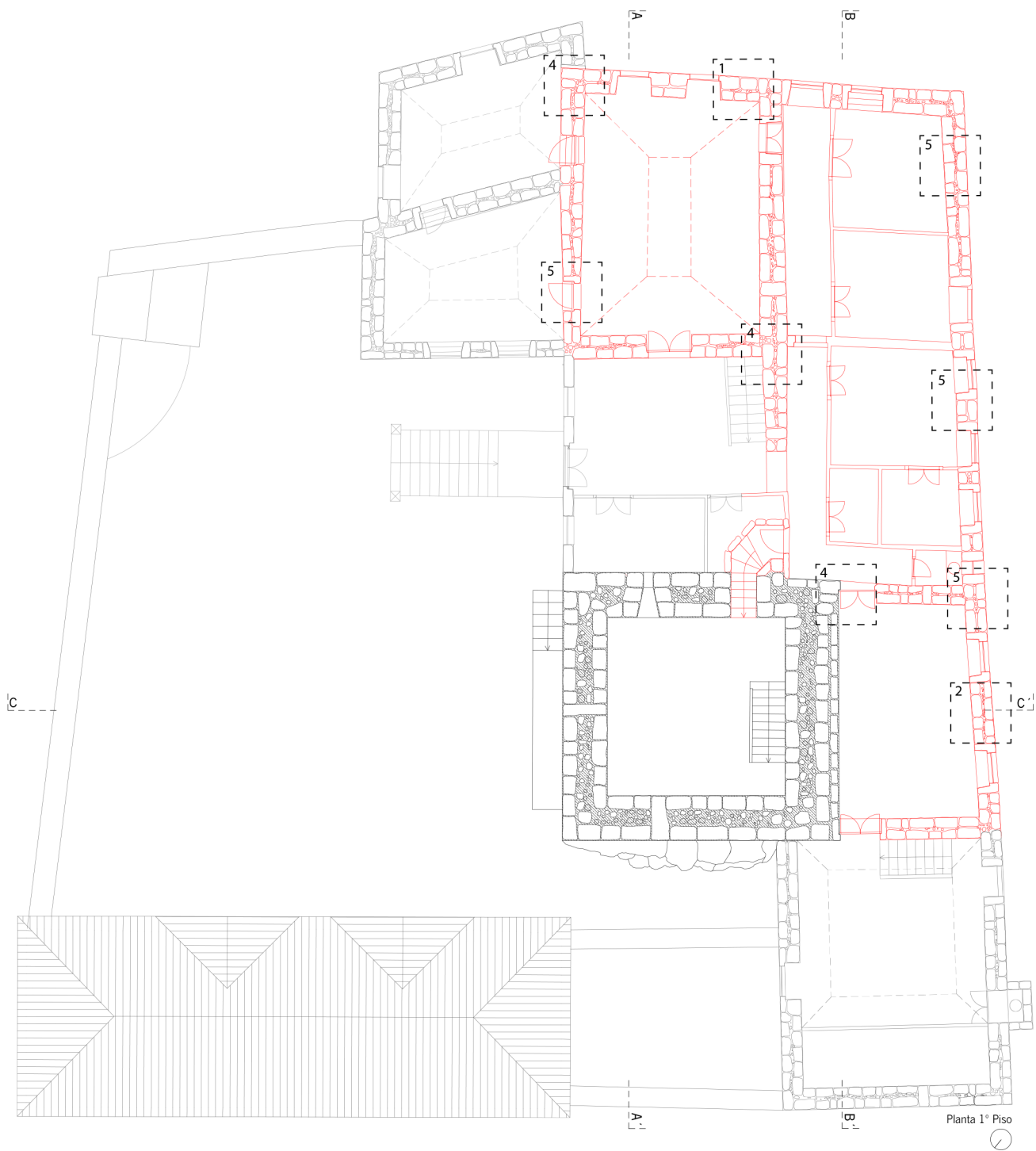
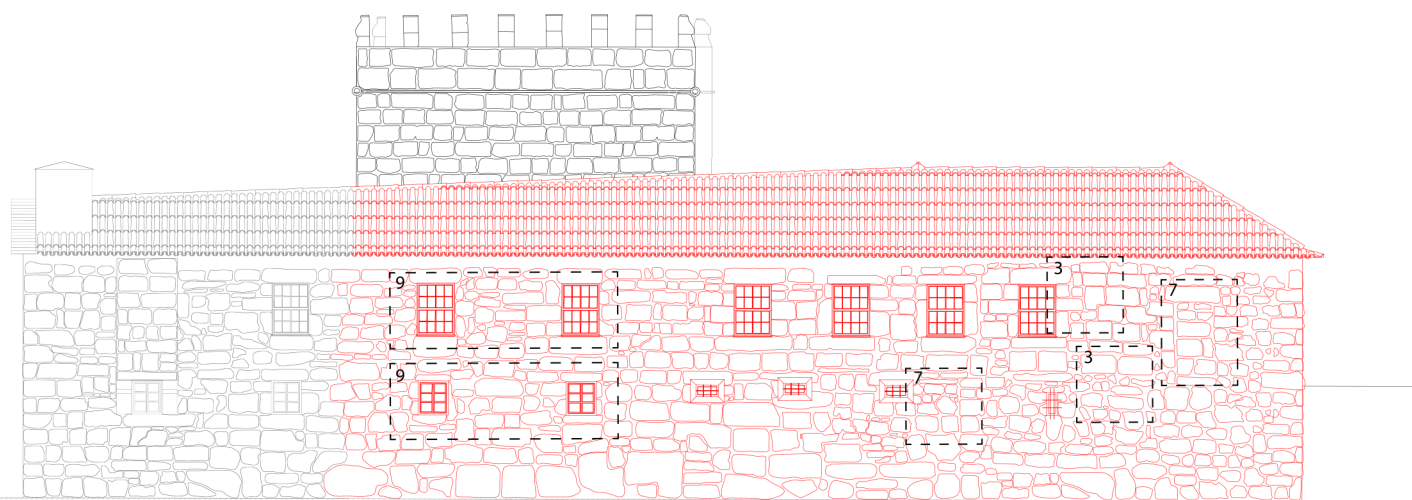


Fig. 64. Desenho 2 de análise Fase 2 - 1º Impulso construtivo



Escala 1:200

Fig. 65. Desenho 3 de análise Fase 2 - 1º impulso construtivo



Alçado Sudoeste  
Escala 1:200

Fig. 66. Desenho 4 de análise Fase 2 - 1º Impulso construtivo



## **Do SEGUNDO IMPULSO CONSTRUTIVO**

O segundo impulso construtivo corresponde ao aumento do corpo em L, precedente a esta fase. Este é constituído por dois pisos e desenha-se em continuidade com o volume existente, recuado face à torre. Em planta, lê-se a parede de menor espessura que permite assinalar a descontinuidade do cunhal com o volume em L, e admitir a sua sequência construtiva. Apenas a partir da observação em planta é que se consegue sustentar esta suposição, visto que, no traçado do alçado sul, este volume aparenta a mesma estereotomia, onde não é visível nenhuma linha de rutura coincidente com a nova parede que permita afirmar a sua adição ao existente. A expressão homogénea neste alçado também é conferida pela abertura dos vãos, simétricos e regulares, em continuidade com a lógica desta fachada. Este ímpeto construtivo reflete a necessidade de mais espaços habitacionais. O espaço interior é concebido por um único e amplo espaço correspondendo à cozinha, no rés-do-chão, e à copa no piso superior. A comunicação vertical entre pisos é feita neste novo volume por uma escadaria interior em madeira em madeira, encostada à parede existente.

Dois novos elementos são introduzidos neste volume: a chaminé, da largura da casa; e um balcão saliente, idêntico à estrutura de um mata-cão que ocupa o lugar de um dos vãos do piso superior. Este apresenta-se fechado até à altura do piso e a única abertura que apresenta é uma seteira direcionada para o alçado sul, garantido a sua defesa rasante.

LEGENDA:

1. Elemento estrutural de maior espessura
2. Elemento estrutural de menor espessura
3. Estereotomia diferente
4. Desconexão do aparelho do pano de parede
5. Direção do pano de parede
6. Alteração de vão
7. Encerramento de vão
8. Diferença de cota de pavimento
9. Simetria de vãos
10. Mudança técnica construtiva
11. Continuidade dos elementos construtivos do pano de parede
12. Elementos com linguagem artística coeva

— Nova construção  
— Construção pré-existente/herdada  
— Levantamento atual

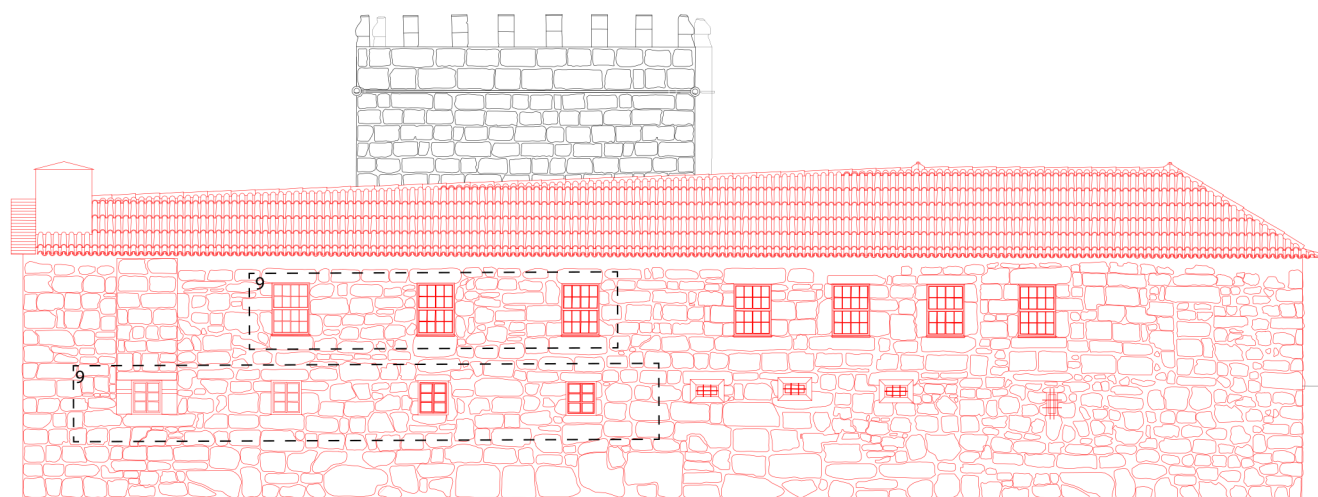
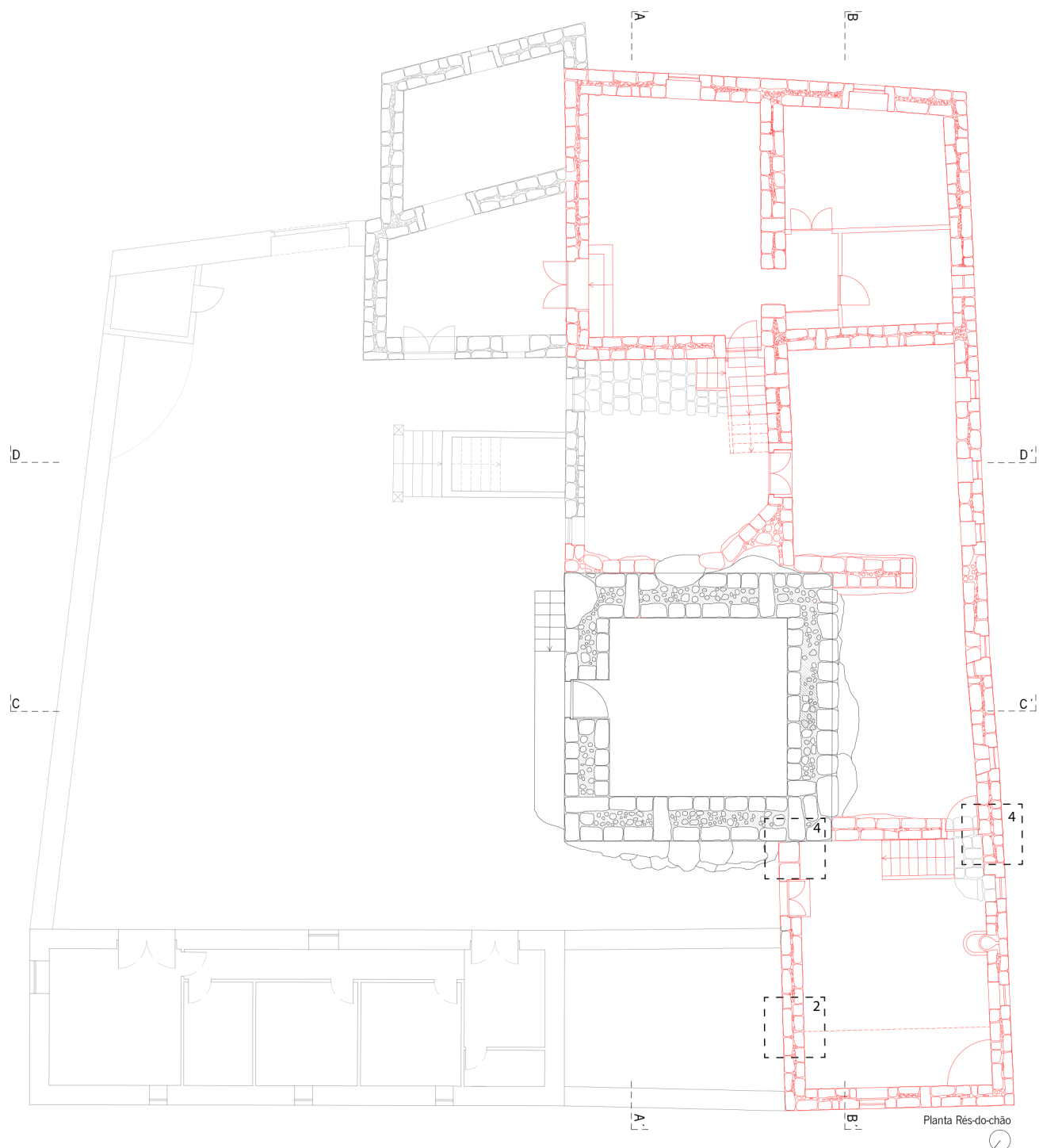


Fig. 67. Desenho 1 de análise Fase 2 - 2º impulso construtivo

Alçado Sudoeste  
Escala 1:200

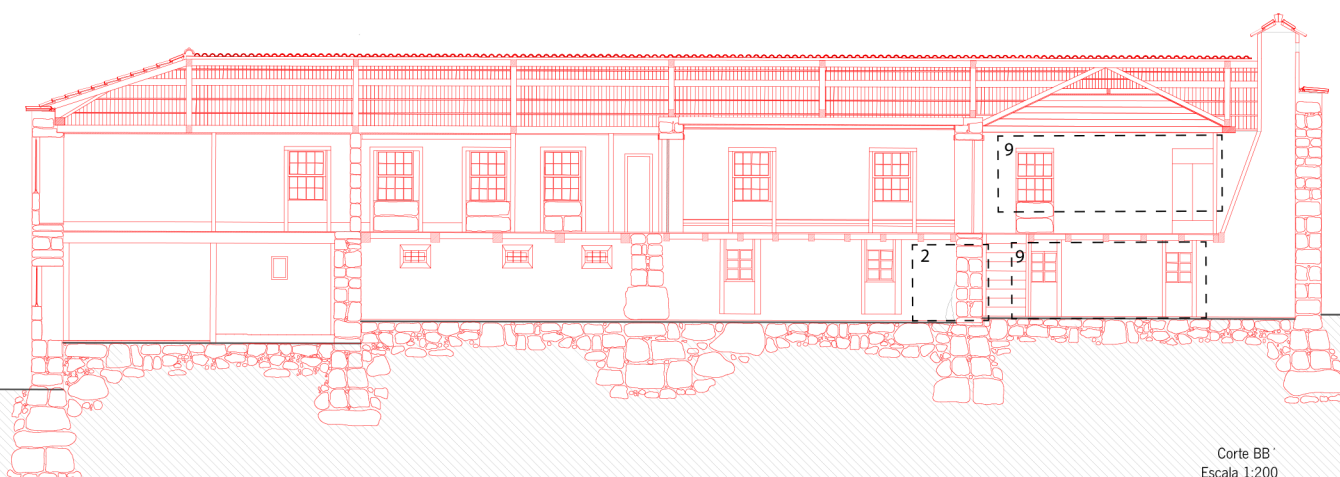
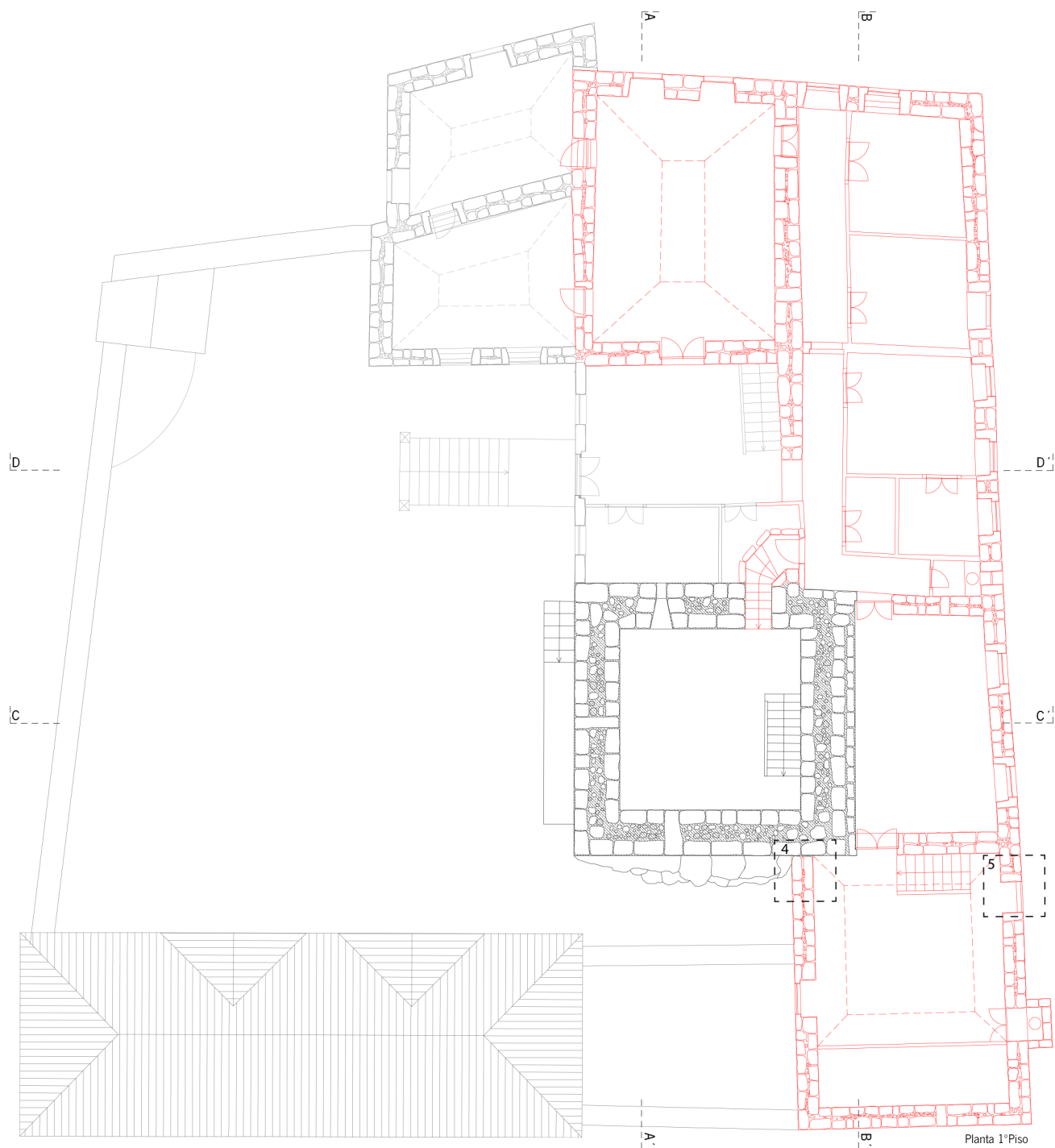


Fig. 68. Desenho 2 de análise Fase 2 - 2º impulso construtivo

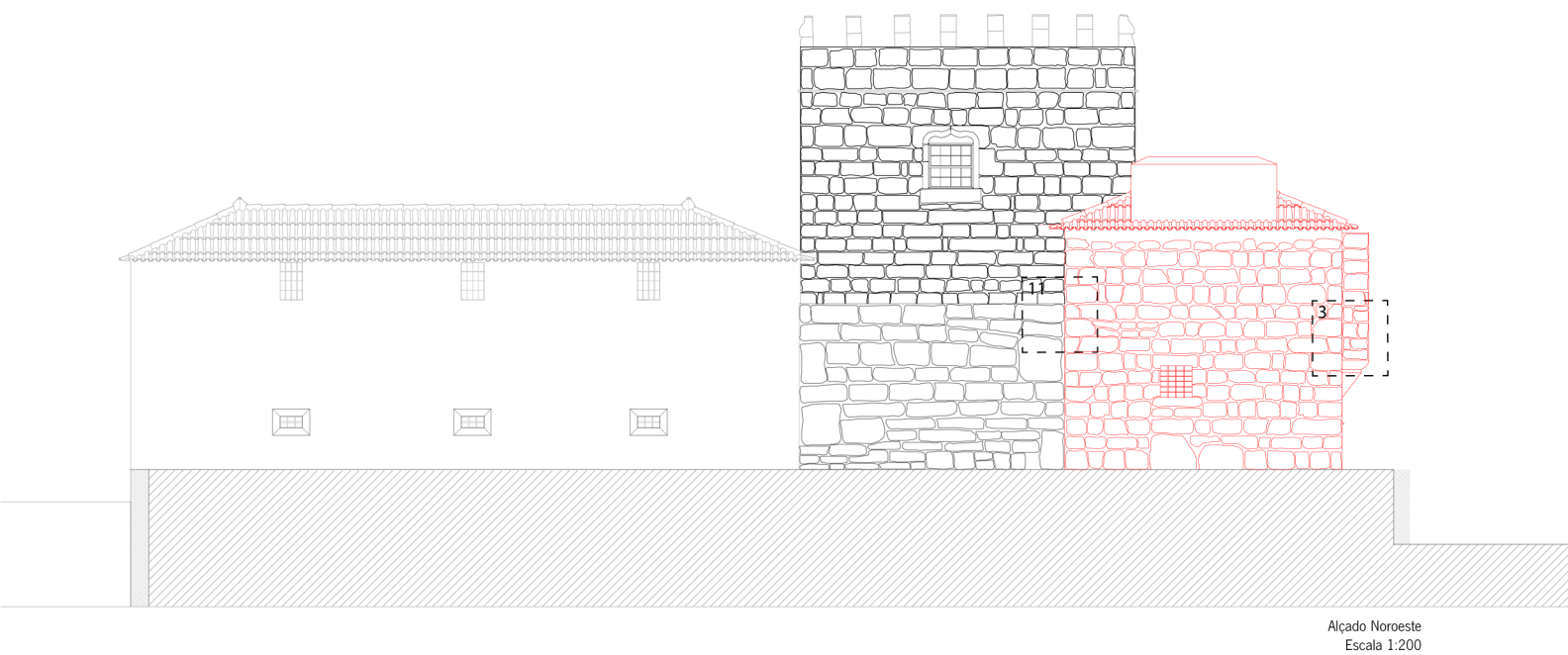
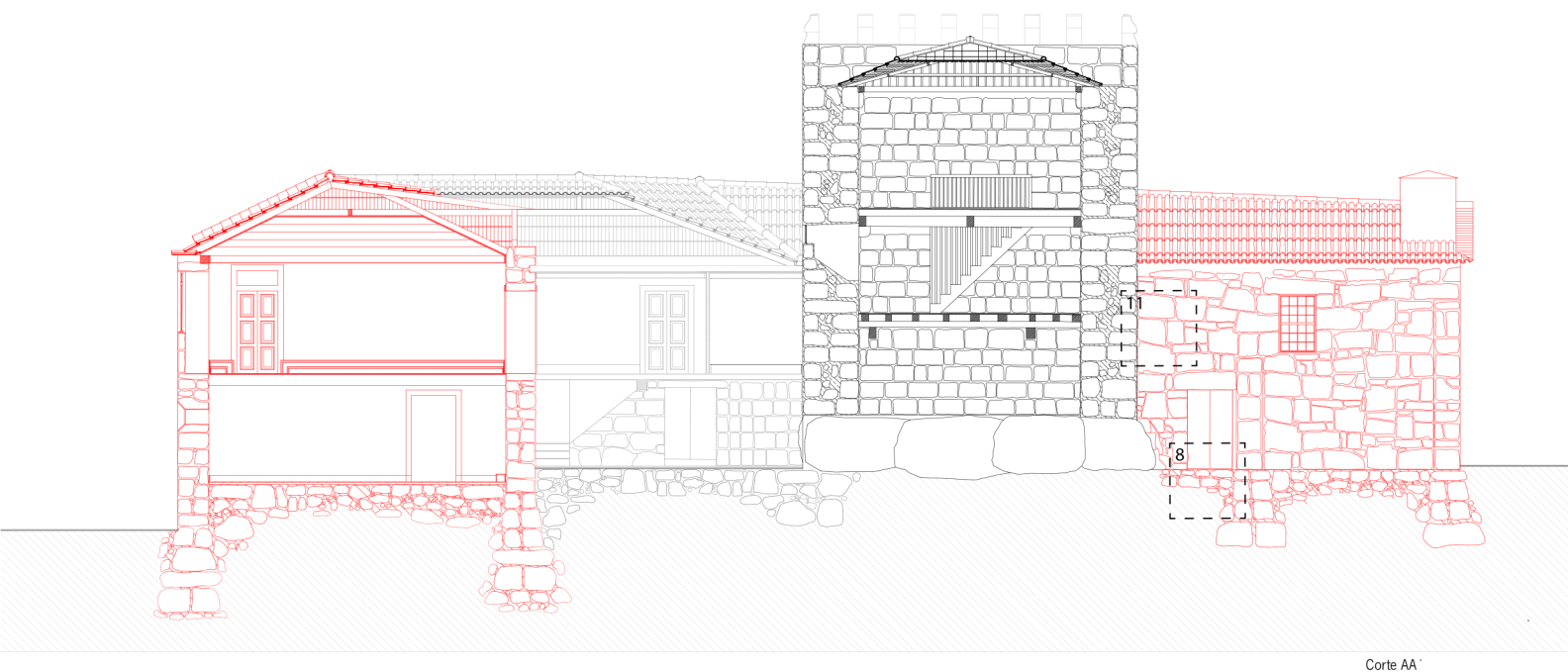


Fig. 69. Desenho 3 de análise Fase 2 - 2º impulso construtivo



## Do TERCEIRO IMPULSO CONSTRUTIVO

Quanto ao terceiro estímulo os sinais de análise ao edifício que sustentam esta proposta apontam duas intervenções distintas que ocorrem num tempo sincrónico. A remodelação da torre e o aumento da casa a partir de um novo volume habitacional são integrados nesta fase. Este corpo de planta trapezoidal é criado a partir do topo norte da casa, rematando-o. Esta nova construção desenvolve-se alinhada com um dos cunhais da casa e avança relativamente ao outro cunhal, com uma nova expressão técnica onde a rutura com o aparelho de parede é evidente. Cresce igualmente em dois pisos mantendo o traçado volumétrico do edifício. Este corpo vem introduzir uma nova orientação na casa, pela sua forma trapezoidal, refletindo-se esta inclinação no espaço interior. O seu exterior é recortado por uma saliência que forma o encontro do cunhal com a parede estrutural que divide este volume pelo interior.

Apesar da sua planta não ser ortogonal como a maioria do desenho da casa, demonstra uma grande vontade de adquirir uma composição erudita e diferente do restante edifício. Este volume acrescido à casa é subdividido em dois compartimentos comunicantes entre si através de uma porta, e diretamente ligados, cada um deles, com o salão nobre da casa. Esta subdivisão também é visível pelo exterior, nomeadamente, pelas janelas. O compartimento orientado a este apresenta duas janelas distintas. A única janela voltada a norte destaca-se pela decoração da sua padieira com quatro esferas de pedra, dispostas simetricamente no vão, que *“denunciam a sensibilidade manuelina da época”*.<sup>75</sup> A outra abertura apresenta pedras inteiras no remate das ombreiras e padieira, que sugerem uma posterior modificação de uma janela de sacada para uma janela de menor dimensões. As janelas do compartimento orientado a oeste são iguais entre si e estão dispostas no alçado de forma simétrica e regular.

Na torre também foram feitas modificações de vários elementos arquitetónicos que permitem enquadrá-los e caracterizá-los neste intervalo temporal, de igual sensibilidade manuelina. A adoção de uma solução singular desta altura é a construção de uma escada maciça em pedra, praticada no interior dos muros da parede da torre. Estas escadas permitem aceder do último piso à cobertura através de um alçapão.

75

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, 1995, pág. 170



Fig. 70. Pormenor de janela decorada com esferas



Fig. 71. Merlões de recorte chanfrado



Fig. 72. Janela manuelina e gárgulas em forma de canhão



Fig. 73. Janela com arco conopial

Desta campanha de modernização datam as gárgulas em forma de canhão que se exibem nos ângulos extremos encimadas por uma saliente cornija que remata todo o perímetro da torre, bem como, as ameias chanfradas que a coroam. A abertura de janelas no último piso também é indicada nesta reforma: dois grandes vãos, o maior orientado a norte e o menor a oeste, rasgam a parede da torre. O vão de maior dimensões é uma janela balcão que apresenta um arco polilobado abatido, de perfil manuelino. Este rasga na íntegra a largura da parede, exibindo-se quer no interior quer no exterior. O outro vão de dimensão mais pequena desenha-se em arco abatido pelo interior e no exterior é encimado por um arco conopial. Outra solução que terá sido construída nesta etapa é a comunicação interior entre o andar nobre da casa com o primeiro piso da torre, através de uma escada murada em pedra.

O curto intervalo de tempo entre estes acrescentos e modificações permite supor, com base na análise destes três impulsos, duas formas distintas da evolução construtiva da casa. A primeira hipótese seria pela lógica sequencial que se apresenta. Outra suposição admissível é a construção do primeiro corpo em L, analisado no primeiro impulso, seguido da construção em simultâneo dos dois ímpetus observados. Ambas as soluções lidas num tempo sequencial ou sincrónicas poderão ter sido construídas durante estas reformas proto modernas na casa. É importante perceber que estes aumentos atentam à ampliação da casa com o objetivo de responder às necessidades crescentes do conforto na habitação e ao símbolo do poder exercido pelos seus donos.

LEGENDA:

1. Elemento estrutural de maior espessura
2. Elemento estrutural de menor espessura
3. Estereotomia diferente
4. Desconexão do aparelho do pano de parede
5. Direção do pano de parede
6. Alteração de vão
7. Encerramento de vão
8. Diferença de cota de pavimento
9. Simetria de vãos
10. Mudança técnica construtiva
11. Continuidade dos elementos construtivos do pano de parede
12. Elementos com linguagem artística coeva

— Nova construção  
— Construção pré-existente/herdada  
— Levantamento atual

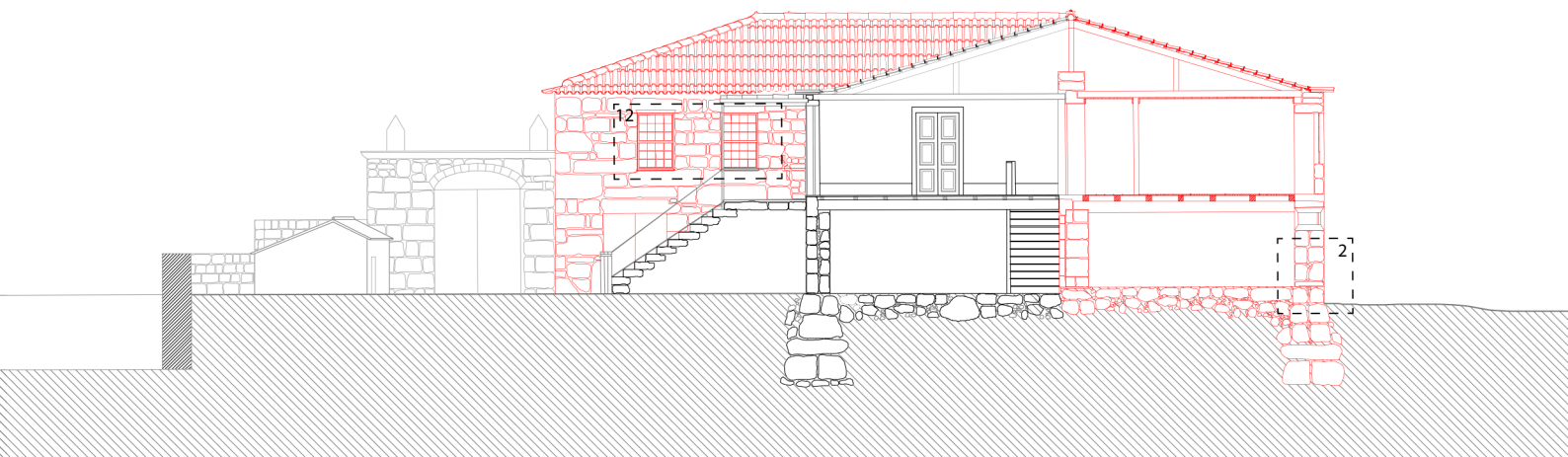
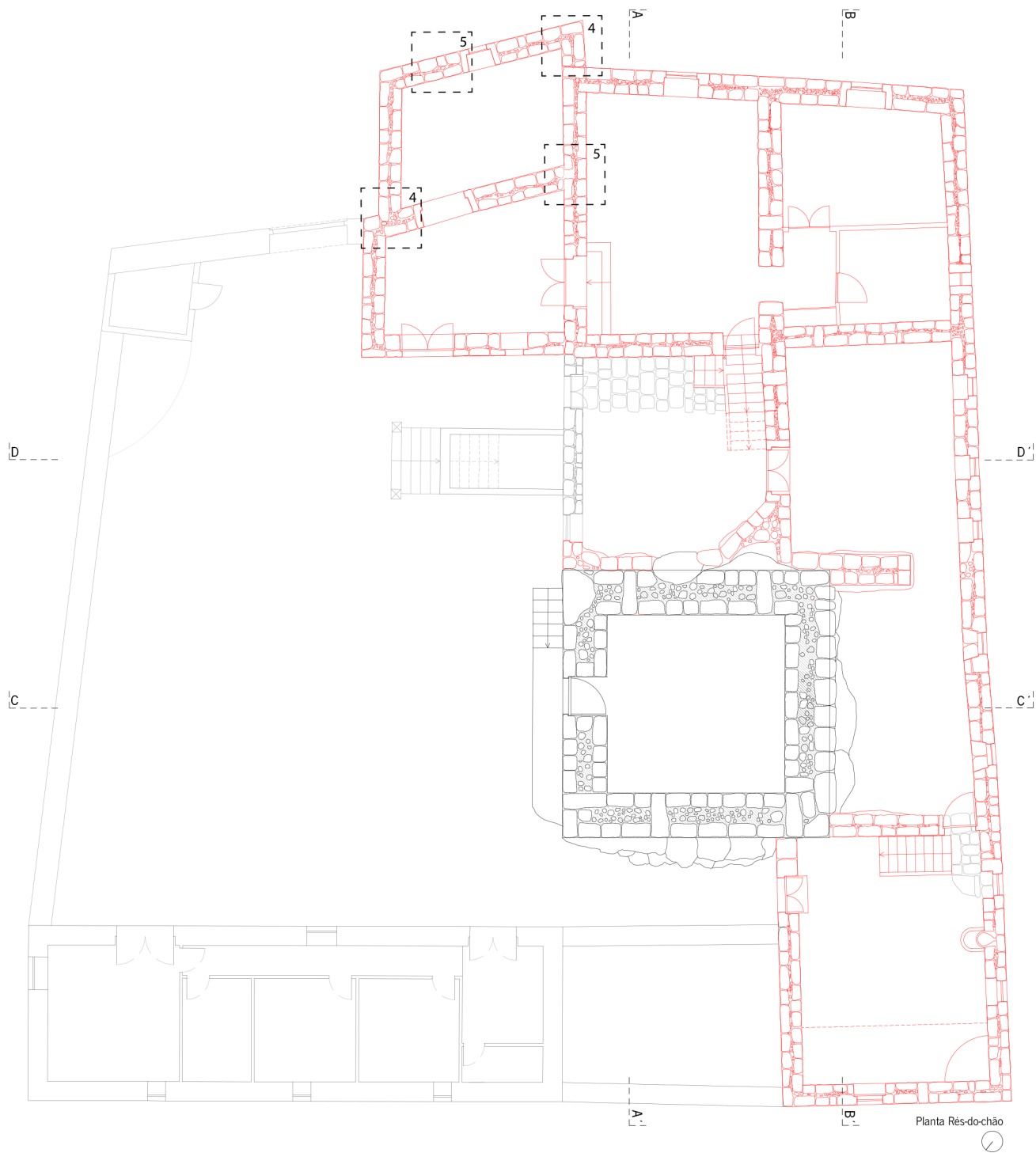


Fig. 74. Desenho 1 de análise Fase 2 - 3º impulso construtivo

Escala 1:200

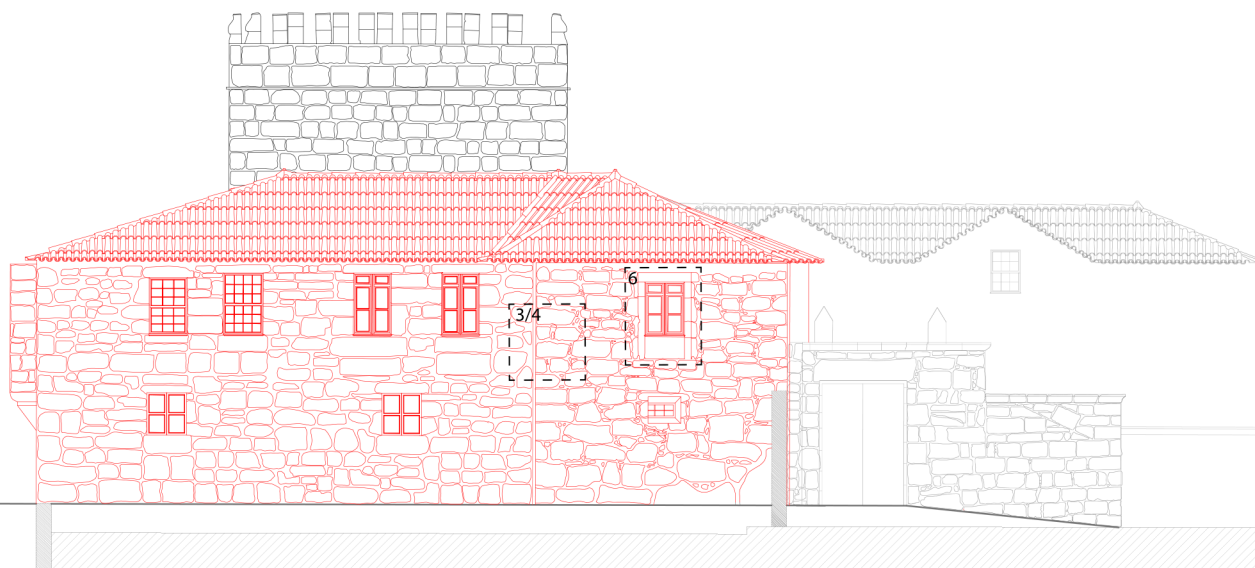
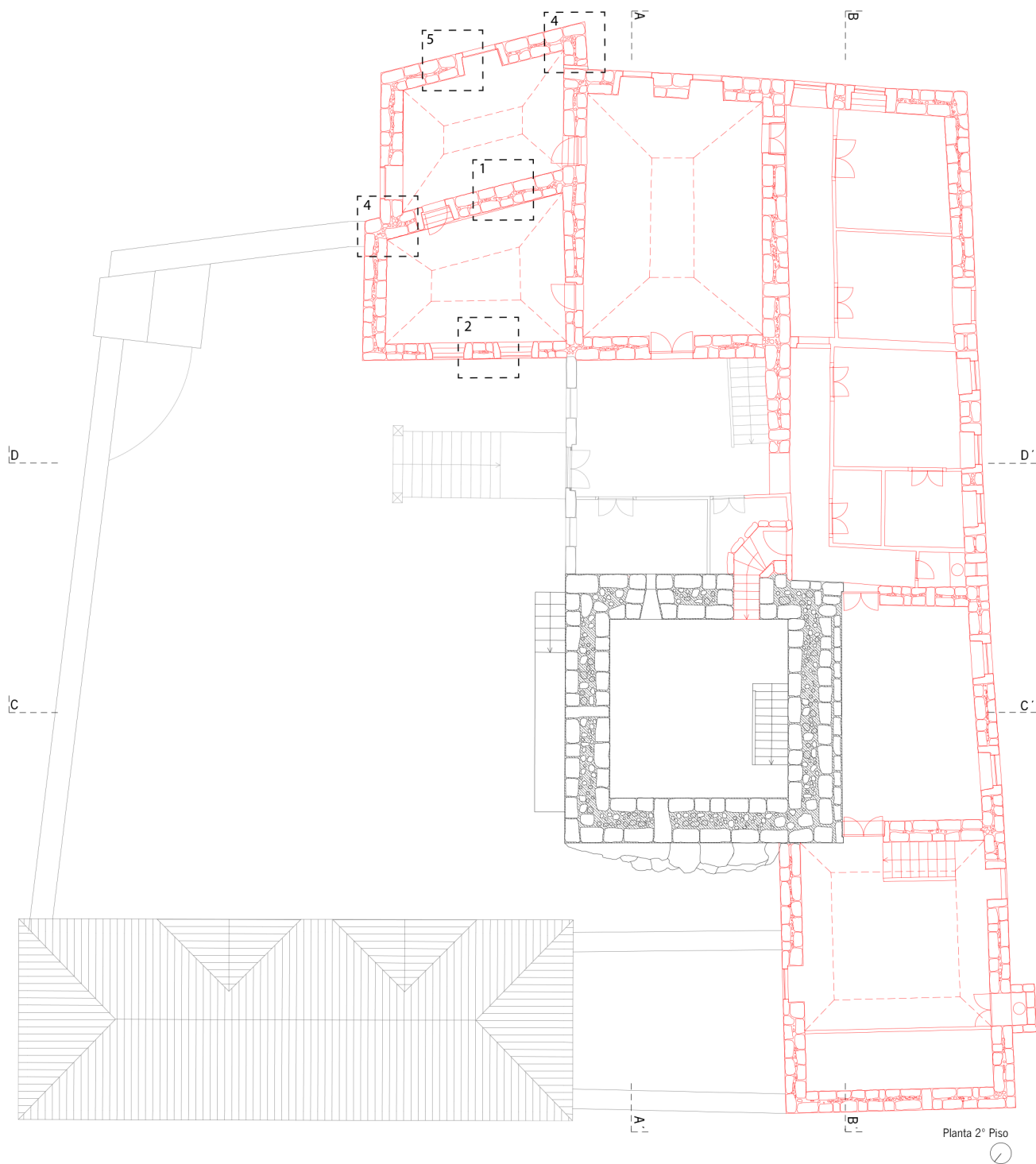


Fig. 75. Desenho 2 de análise Fase 2 - 3º impulso construtivo

Alçado Sudeste  
Escala 1:200



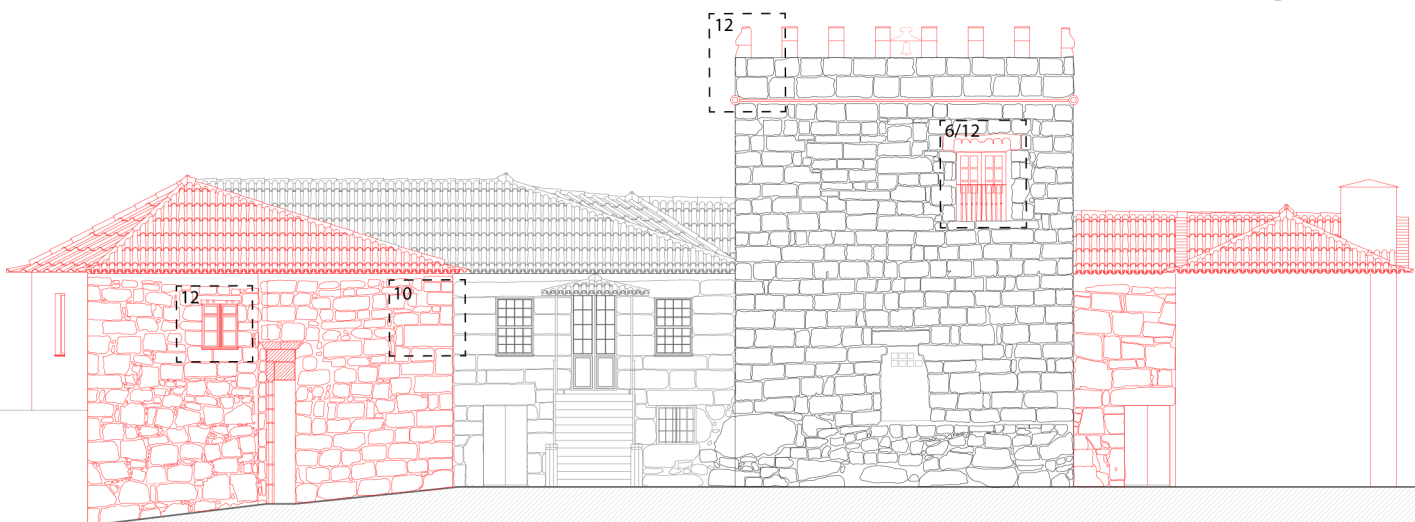
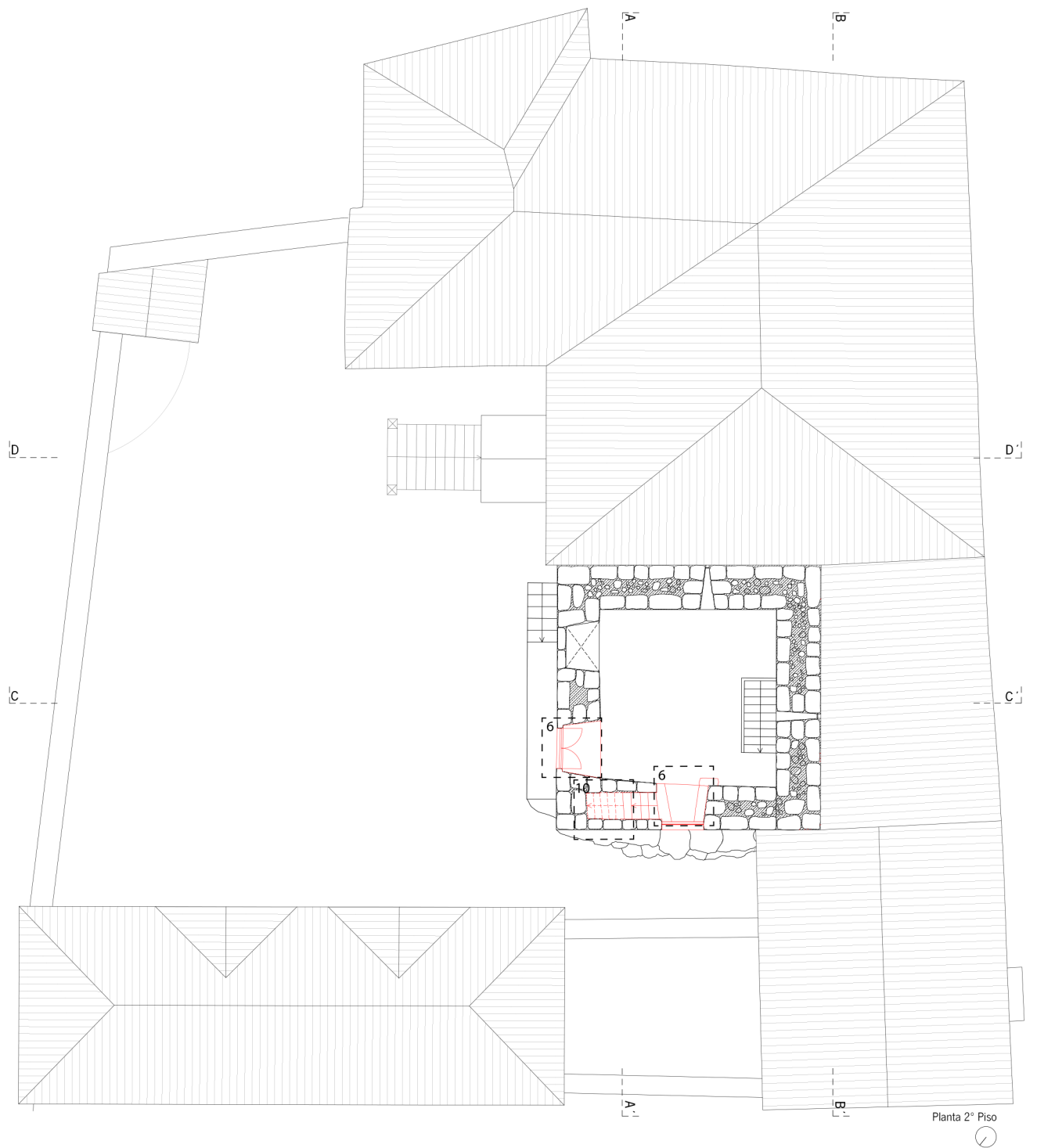


Fig. 76. Desenho 3 de análise Fase 2 - 3º impulso construtivo

Alçado Nordeste  
Escala 1:200

## Da COMPARAÇÃO

As escolhas dos casos de estudo comparáveis à Casa de Barbosa baseiam-se no mesmo período e intervalo histórico da fase proposta evolutiva da casa. Através dos elementos físicos analisados e pelo gesto construtivo inerente a este estágio procurou-se modelos que transmitam igual forma de conceção. Tem-se em consideração os elementos cronológicos, tipo-morfológicos e artísticos análogos à *Honra*.

A ideia de um corpo adossado a uma torre medieval é expressa no estudo “Solares Portugueses”, de Carlos Azevedo, onde expõem o crescimento da casa senhorial em torno da torre existente e a sua complexidade acrescida para tornar a torre solarenga num espaço capaz de servir de habitação. Entre os três modelos estudados por este autor a Casa de Barbosa enquadra-se na primeira tipologia de casa senhorial constituída por uma ala residencial adossada a uma torre. Os outros dois modelos não se verificam na análise precedente. Contudo, são caracterizados pela casa que adota duas torres e um corpo de ligação; e a casa em que a torre ocupa posição central.<sup>76</sup>

Como o final do século XV e o início do século XVI foram bastante ricos no número de solares construídos, manifestando várias soluções morfológicas, procurou-se um maior número de casas e paços comparativos. Não sendo possível enquadrar apenas os exemplos no norte do país, tentou-se optar pelos exemplos mais característicos desta fase que possam sustentar a comparação e o entendimento do crescimento da Casa de Barbosa com as transformações que sofreu.

O modelo mais exemplificativo com a *Honra* de Barbosa é o Paço da Giela, sendo também um dos mais importantes exemplos no panorama português. Situado em Arcos de Valdevez, articula “a torre medieval com um corpo residencial já quinhentista, da época manuelina”.<sup>77</sup> A planta do corpo residencial destaca-se e salienta-se da torre, avançando em relação a esta. O seu desenho é feito por um corpo retangular de 33,5m x 8,6m que se vai curvando do lado nascente para formar um corpo em “L” com vários volumes que conferem irregularidade à sua planta. Este corpo é muito idêntico ao de Barbosa pois, apresenta um volume retangular de 34,4m x 7,6m com equivalente morfologia em L.

<sup>76</sup> AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses*, 1969, pág. 26

<sup>77</sup> Idem, pág. 28

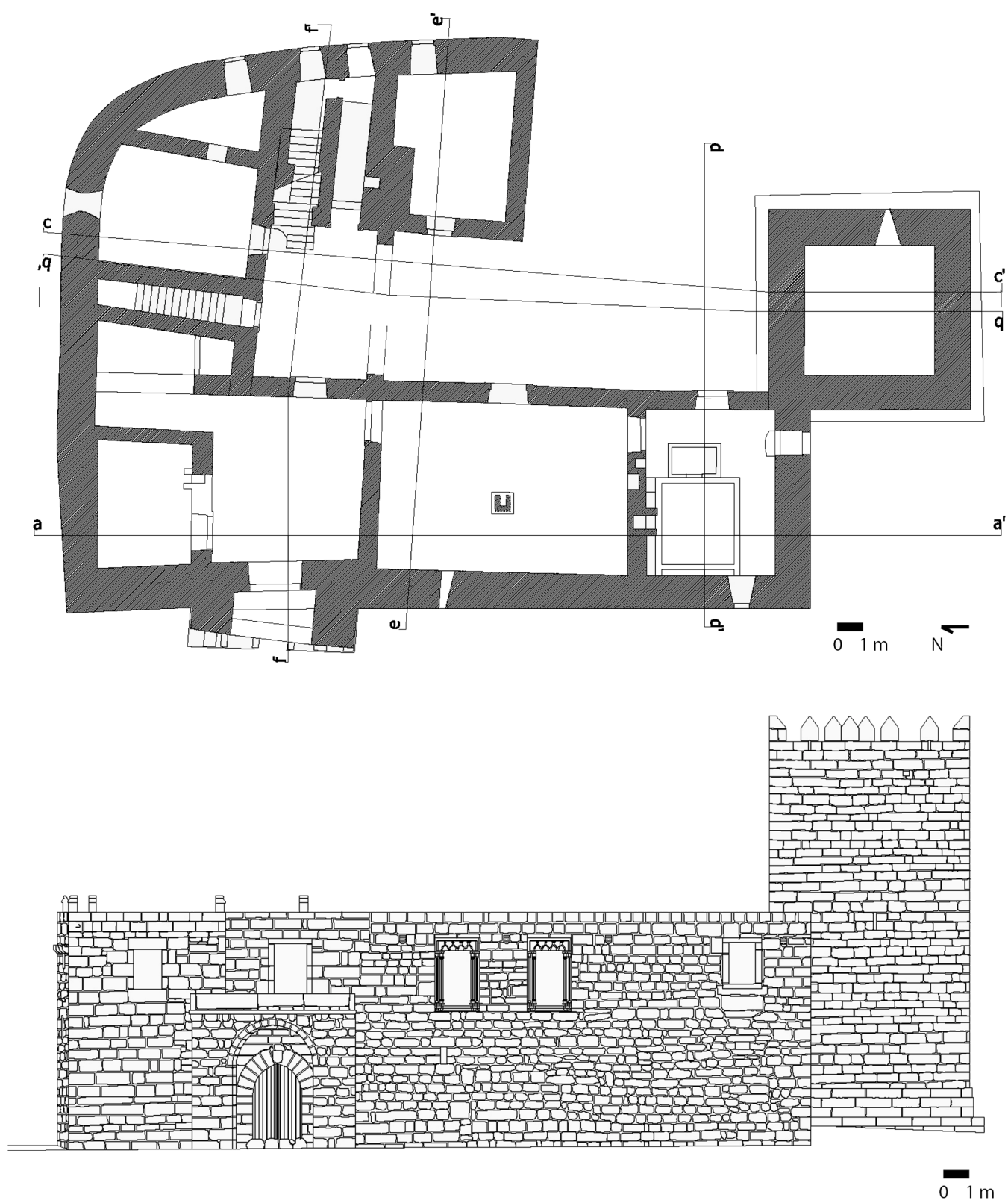


Fig. 77. Paço da Giela - planta piso térreo e alçado poente, sem escala, (Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Alice Bernardo, Cristiano Castro, Diana Couto, Sofia Fernandes, Mafalda Costa)

A torre é bastante alta, relativamente à de Barbosa, e desenha-se fechada em si mesma com muitas fenestrações e é, como habitual nestas torres quinhentistas, coroada por merlões piramidais, onde alguns apresentam seteiras incorporadas. Como paradigma das torres medievais o seu acesso é feito pela usual entrada que se situa alguns metros acima do nível do solo com uma porta de arco quebrado.

Tal como no primeiro impulso construtivo proposto de Barbosa, a ala residencial desenvolve-se adossada ao cunhal da torre mas sem qualquer comunicação com esta. O volume residencial é constituído por dois pisos, onde no alçado poente, descentrado e recuado face à fachada, é desenhada a porta de acesso em arco quebrado de pedra, enquadrado por uma maciço quadrangular. Ainda neste alçado, no primeiro piso, rasgam-se cinco aberturas de dimensões idênticas, onde as duas janelas centrais são molduradas e artisticamente decoradas com colunelos e arcaturas. Neste alçado restam ainda vestígios de intervenções que provêm deste período como as gárgulas encastradas na parede que se distribuem entre as janelas. No alçado sul, centrada no segundo piso exhibe-se uma janela de expressão manuelina, sendo provavelmente o ex-libris do Paço da Gíela. A disposição interior demonstra uma racionalidade e simplicidade característica desta época. No piso nobre *“a sala, ao centro, está ladeada, à direita e à esquerda, por uma câmara idêntica, comunicando a última com outra mais pequena”*.<sup>78</sup> Esta lógica verifica-se também na organização interior do piso térreo de Barbosa, onde os espaços comunicam diretamente entre si.

Nota-se também a preferência desta tipologia na **torre de Castro**, em Amares, Braga. Apesar da data da sua fundação não ser exata, é possível conjecturar a sua edificação entre o século XIV e XV. A torre apresenta-se com uma altura considerável. É coroada por merlões piramidais e por matacões nas suas quatro extremidades, evidenciando o progresso construtivo desta tipologia, exibindo bastantes fenestrações que ultrapassam claramente o carácter defensivo.

O corpo retangular adossado à torre é constituído por vários volumes que apresentam coberturas de forma isolada, em telhados de quatro águas, sendo difícil a leitura do conjunto. Contudo, importa comparativamente entender os elementos que constituem a ala residencial, que se desenvolve longitudinalmente à torre por dois pisos, com alçados bastantes distintos e irregulares. A fachada da entrada é feita no topo oposto à torre evidenciando o contraste entre o elemento vertical e horizontal, sucedendo o mesmo com Barbosa.

---

78 SILVA, op. cit, pág. 169





Fig. 78. Casa adossada à torre, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Fig. 79. Conjunto habitacional Paço da Giela, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Fig. 80. Alçado frontal Paço da Giela, corpo habitacional, retirado de <https://arcosnocoacao.files.wordpress.com>



O acesso é feito através de um patamar trapezoidal que desenha o único lanço de escadas de acesso ao piso superior. Este é rasgado por duas janelas retangulares, em cruzeta e com chanfro<sup>79</sup>, e disposta entre elas está a pedra de armas da família dos Machados. Os restantes alçados são constituídos por janelas de idênticas dimensões, com acesso direto pelo rés-do-chão, por uma ampla varanda alpendrada divergindo dos elementos habitacionais deste período.

A implantação destes dois casos de estudo é semelhante à de Barbosa. Se Guela se pronuncia sobre a elevação rural em que está implantada, a Torre de Castro salienta-se pela existência de um fosso e muralha (elementos militares comuns nos primeiros castelos) que circunscreve a área da sua implantação<sup>80</sup>.

Outro exemplo bastante semelhante com os casos de estudo apresentados é a Torre ou **Solar de Azevedo**, em Barcelos. Construída no início do século XVI<sup>81</sup>, é um exemplo do modelo de residência senhorial quinhentista que se tornou símbolo da nobreza e da linhagem. Esta torre é que se apresenta mais conservadora neste período. Com planta quadrangular, é coroada por ameias chanfradas e exhibe igualmente gárgulas em forma de canhão ao longo do perímetro e extremidades da torre. Contrariamente à composição arcaica de Barbosa, as fachadas da torre denotam muitas aberturas onde se destacam as janelas de balcão que ostentam a sua abundante fenestração. Porém, Barbosa apresenta uma única janela de balcão, mostrando a mesma influência artística num meio interior. Este edifício é também o único exemplo estudado que apresenta a mesma solução das escadas praticadas entre os espessos muros da torre. Torna-se um elemento peculiar e uma solução inovadora desta época. No entanto, o corpo residencial anexo é posterior, datado do século XVIII, o que comprova a continuidade permeável à construção e transformação de edifícios com matriz medieval, mesmo num século de transição.

Outros modelos, distintos pela sua tipologia e escala, mostram-se mais rudimentares. São disso exemplo: o **Solar dos Pinheiros**, em Barcelos; e o **Solar dos Távoras**, em Souro Pires, Guarda. O Solar dos Pinheiros é constituído por um corpo central de planta retangular enquadrado por duas torres. A sua edificação data do século XV mas as transformações que chegam aos nossos dias datam até ao século XVII. Apesar de corresponder a um arquétipo senhorial já referido, embora sem o emprego de ameias, importa salientar as transformações ocorridas durante a sua reforma manuelina.

79 PEREIRA, Ana; DINIS, António, 1999, retirado de: <www.monumentos.pt> acesso a 26/12/2015

80 SILVA, José Custódio da Silva – *Paços Medievais Portugueses*, 1995, pág. 171

81 Idem, pág. 111



Fig. 81. Implantação Torre de Castro, retirada de [www.googlemaps.com](http://www.googlemaps.com)



Fig. 82. Entrada da propriedade da Torre de Castro, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt) (SIPA)



Fig. 83. Casa de Azevedo em torno da torre, retirada de [www.patrimonius.net](http://www.patrimonius.net)



Fig. 84. Alçado da torre, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Fig. 85. Torre de Azevedo, retirado de [www.patrimonius.com](http://www.patrimonius.com)

Desta ampanha de obras são remodeladas e enriquecidas as fachadas, inclusive as janelas que são decoradas claramente com expressão manuelina<sup>82</sup>, com influências mudéjares e traços renascentistas. Neste século os proprietários também financiaram a construção de um segundo piso habitacional, sofrendo mais acrescentos e remodelações durante o século XVII. Esta corrente manuelina identifica-se numa janela voltada a poente, onde as idênticas esferas de pedra adornam o vão, como se vêem na janela norte da Casa de Barbosa. O vão é constituído por grandes aduelas decoradas com relevo onde se insere esculpido um arco canopial. As esferas estão dispostas no perímetro do arco enfatizando o seu contorno. Ainda, figuras antropomórficas constituem o interior do tímpano deste arco. Várias casas do século XVIII reutilizam e adotam este modelo mostrando a importância da escola destes séculos que perdurou na arquitetura doméstica e senhorial em Portugal.

O **Solar dos Távoras** é um exemplo mais primitivo. Edificado no final do século XV e os primeiros anos do século seguinte, enquadra-se na tipologia de casa medieval formada por duas torres que adota um corpo baixo de ligação. Tal como a *Honra* de Barbosa, sofreu alterações e modificações nos seus vários estágios que demonstram a passagem pela expressão manuelina. Apesar da traça medieval do edifício, onde as grandes superfícies das paredes apresentam poucas aberturas, destaca-se pelo progresso relativamente às janelas decoradas aquando a conceção da casa neste registo entre a arte manuelina e a arte do renascimento. As janelas são tipicamente renascentistas que se generalizaram na primeira metade do século XVI. O solar possui planta retangular, com fachadas dispostas simetricamente, e o conjunto integra ainda uma capela autónoma, de planta quadrada.

A escolha do seguinte exemplo recai sobre o gesto construtivo com os mesmos princípios que atentamos nos casos estudados e é, em suma, um modelo de transição que no seu conjunto se pode equiparar à casa de Barbosa nesta fase proposta.

Veja-se, a **Torre de Ribafria**<sup>83</sup>, em Sintra, que apresenta quer em planta, quer na composição dos alçados ou na disposição dos volumes um recurso ao equilíbrio e à regularidade métrica. Neste caso a construção do volume torre e casa, não se processou de forma faseada como nos outros exemplos, mas em simultâneo.

---

82 DIAS, Pedro – *A Arquitetura Manuelina*, 1988, pág. 153-154

83 Para um aprofundamento sobre a Torre de Ribafria consultar: SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*, 1995





Fig. 86. Solar dos Pinheiros, volumetria de duas torres, retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)



Fig. 87. Alçado principal do Solar dos Távoras, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)



Fig. 88. Pormenor da janela manuelina no Solar dos Pinheiros, retirado de [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com)



Fig. 89. Solar dos Távoras, retirado de [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

É um conjunto bastante exuberante pela procura de conforto doméstico onde apenas no piso térreo preserva as aberturas idênticas às frestas medievais. A torre eleva-se em quatro pisos, definida por aberturas regulares e retangulares. É igualmente coroada por merlões de recorte chanfrado onde o corpo habitacional é encostado à face nascente da torre. O alçado norte organiza-se em dois pisos, definidos no piso térreo por janelas retangulares baixas (como as de índole medieval) e o piso nobre é composto por janelas retangulares, mas geminadas por um colunelo.

Denota-se o paradigma máximo da evolução da torre medieval e da arquitetura medieval que assume a evolução desta tipologia pela génese no símbolo do solar e da nova linhagem que a habita. Outro aspeto comparativo entre Barbosa e Ribafria é o desenho do espaço destinado ao jardim e de fontes de água, relacionado com a contemplação da natureza.





Fig. 90. Torre de Ribafria, retirado de [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com)



Fig. 92. Fachada norte e fonte, retirado de [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com)



Fig. 91. Casa e Torre de Ribafria, retirado de [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com)

## **Da INTERPRETAÇÃO**

Através da análise morfológica da casa podem-se encontrar vários elementos, reconhecidos também nos casos de comparação, que permitem suportar esta fase evolutiva da casa-torre transformada em paço.

O primeiro estágio da casa seria composto por dois pisos numa volumetria em L, mais baixo que a torre medieval existente, destacando-a. Trata-se de um volume claramente habitacional adjacente à torre que adquiriria um lugar de assembleia e não de refúgio, manifestando o seu poder e símbolo da linhagem da família. O corpo da casa em L forma um espaço interstício entre a torre, não se fazendo por ventura a entrada da casa neste sítio. As lógicas de entrada, a partir do rés-do-chão, deveriam fazer-se pelo topo orientado a norte. Uma porta de duas folhas permite comunicar diretamente para os espaços deste piso. Outra entrada possível seria no topo voltado a oeste, adjacente à torre. Nesta fase proposta, a leitura dos vestígios quanto a acessos verticais exteriores ou interiores não é clara, podendo qualquer das duas escadarias existentes que se delineiam fora deste corpo proposto, ser o meio de acesso vertical entre pisos. Ambas as soluções parecem plausíveis, no entanto, a mais consistente deverá ser a escada situada no alçado norte, que permite ligar as diferentes cotas do novo volume, e onde o momento de entrada efetivo é desenhado posteriormente.

As coberturas do edifício seriam distintas, pois como os pés-direitos e os respetivos telhados do corpo menor do L são maiores, a cobertura teria de ser forçosamente maior. A cobertura deste corpo ligar-se-ia com a cobertura mais baixa do restante corpo do L, onde os pés-direitos são menores. Os materiais da casa consistem, essencialmente, em pedra, madeira e telha. A casa seria feita em alvenaria de pedra com os silhares à vista, podendo assim identificar o sistema construtivo utilizado. As estruturas do piso e da cobertura seriam em madeira, tal como o pavimento do andar nobre que seria em soalho de madeira. Este material era também mais acessível, quente e confortável para ser usado no interior. A cobertura seria em telha ou lousã, permitindo a sua impermeabilização.

A casa estaria dividida no rés-do-chão por espaços que serviriam de arrumos e para serviços agrícolas. O piso superior destina-se a espaços mais domésticos, sendo subdividido em compartimentos, para albergar quartos e salas de índole habitacional. Nesta etapa da casa, a cozinha seria provavelmente no rés-do-chão associada aos espaços de trabalho e arrumos, não havendo vestígios de onde poderia ser a sua localização.

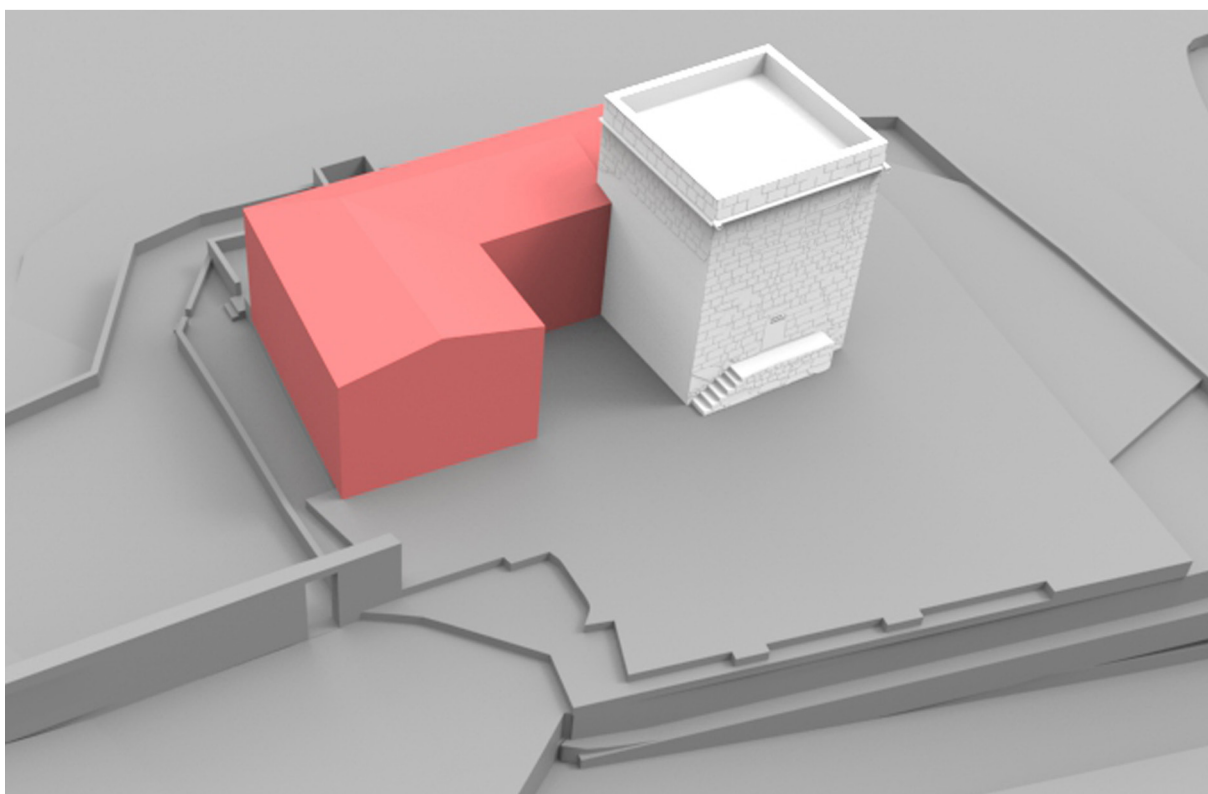


Fig. 93. Esquema da composição do 1º impulso construtivo

Por fim, este conjunto proposto mostra-se reticente à mudança de um novo estilo artístico que lhe precede: o manuelino. Este volume composto por lógicas e medidas medievais projeta a vontade de crescimento, em várias opções como se mostra posteriormente, permitindo entender a vontade e o gesto de aumentar a Casa e de enriquecer o seu desenho.

Como refere Carlos Azevedo, *“com efeito, a partir do século XVI as janelas que aumentam e se multiplicam e as chaminés que passam a arejar as casas são indício de um grande progresso nas concepções de conforto doméstico”*.<sup>84</sup> Em Barbosa, não sendo um exemplo do emprego desmedido das chaminés, como na Torre das Águias, tem apenas uma chaminé de uso prático e quotidiano na cozinha da casa (que corresponde ao corpo acrescentado no segundo estímulo). O acrescento de dois novos volumes e a remodelação expressiva da torre foram realizados obedecendo à procura de conforto habitacional.

Esta última suposição agrega um corpo retangular caraterizado de uma linguagem regular e equilibrada quer na sua volumetria quer na abertura de vãos. As janelas voltadas a sul mostram a lógica simétrica e regular iguais ao volume que lhe é diretamente adjacente: a sala de jantar do primeiro piso. Este corpo prolonga a volumetria que anteriormente era desenhada alinhada com a torre.

Destacam-se dois elementos compositivos: a chaminé, referida anteriormente, e uma estrutura semelhante aos mata-cães usados nas torres medievais. Esta última exhibe-se com um volume retangular avançado face à fachada com um carácter figurativo e inútil, visto que, a sua função defensiva não corresponde ao marco temporal em que é, possivelmente, edificado. Tal como a torre é coroada de merlões meramente decorativos, também este corpo poderá ter sido criado com o intuito de mostrar o carácter militar de outrora.

A torre e o corpo trapezoidal passam a ter um carácter nobre e monumental sendo os volumes que mais se destacam na proposição do terceiro momento construtivo. A torre vive da monumentalidade adquirida pela sua decoração que se exhibe através dos elementos arquitetónicos ornamentais aderidos à fachada, declarando o carácter militar e defensivo que teve em tempos anteriores. Além dos elementos decorativos, rasgam-se na sua espessa parede dois vãos, de expressão claramente manuelina, que reivindicam a sua posição pela forma como se abrem para a paisagem. Nesta conjectura a torre adquire uma nova imagem representativa da época, não só através das ameias chanfradas que lhe conferem mais altura, como também os vãos tornam a sua imagem mais permeável ao encerramento inicial

---

84 AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses*, 1969, pág. 35

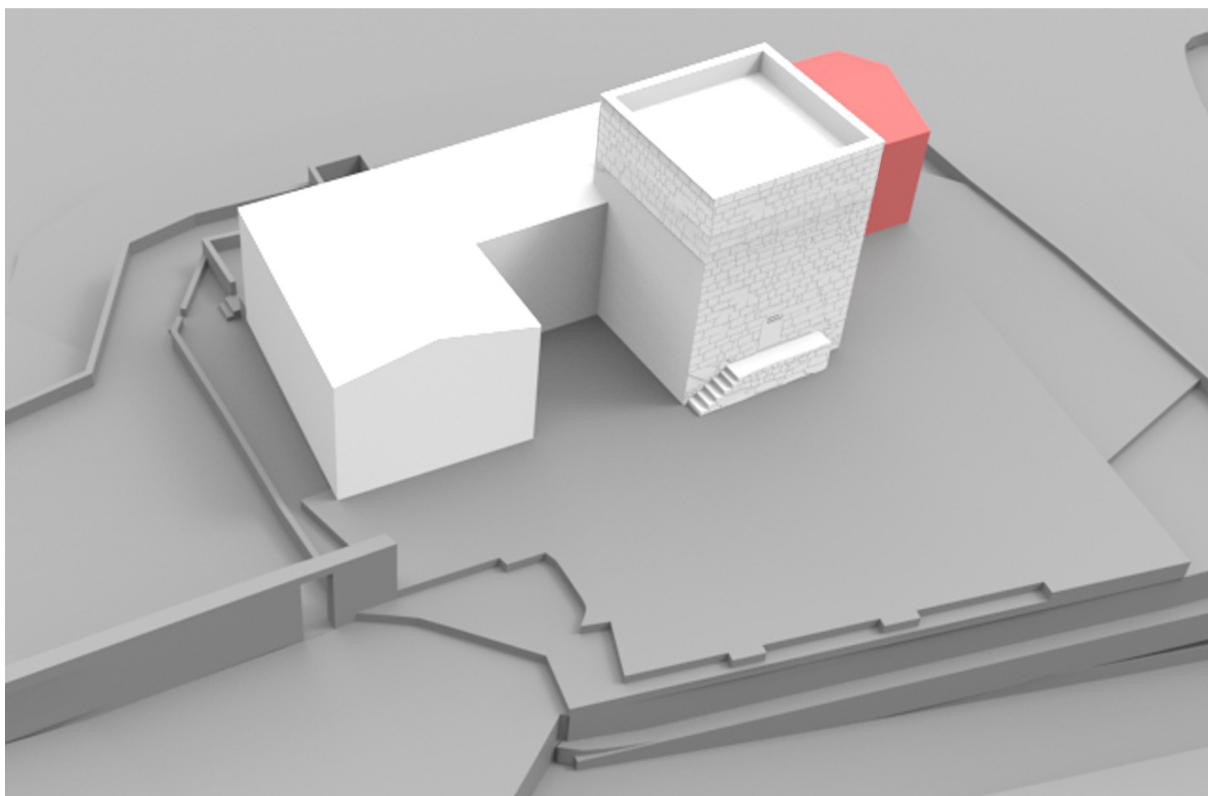


Fig. 94. Esquema compositivo do 2º impulso construtivo



da torre medieval. A habitabilidade do último piso da torre é conferida pela abertura de amplos vãos como pela introdução da lareira. Embora a chaminé seja um elemento presente e figurativo de outras torres desta época, a chaminé nesta torre é feita até à cobertura de forma discreta, não modificando a sua forma turriforme, e não sendo exposta pelo exterior.

A ligação do piso nobre para o primeiro andar da torre existiria também desta campanha construtiva da casa. O seu acesso seria por um volume independente aos dois corpos, torre e casa, que se destacaria pela forma facetada devido ao desenho em curvatura da escada maciça de pedra. Este gesto construtivo demonstra outro paradigma da exuberância deste estilo que tem por princípio mostrar o espaço interior através da sua imagem exterior.

O corpo proposto neste estádio destaca-se pela forma como o seu desenho encontra a casa. O volume desta nova parte do edifício apresenta planta trapezoidal, no entanto, esta não deixa de ser desenhada ortogonalmente ao cunhal orientado a este, desenvolvendo-se perpendicularmente ao corpo L da casa. O sistema construtivo mantém-se idêntico ao existente, que é constituído por paredes duplas de alvenaria de pedra. Contudo, a estereotomia revela a forma diferente como o aparelho da pedra seria assente.

Pode-se ler a evolução construtiva do conjunto edificado através da especulação de cada parte considerada individualmente e de forma consecutiva, ou ainda, a leitura sincrónica de uma ampla reforma construtiva. A grande campanha edificada neste período transforma a casa-torre num paço, a habitação por excelência da nobreza, expressos nesta edificação da casa anexada à torre e das suas ampliações. Estas transformações demonstram a grande vontade de ampliar a Torre de Barbosa, respondendo à necessidade de mais espaços habitacionais e ao enriquecimento do seu desenho através da lição manuelina. Em muito contribui as circunstâncias económicas e administrativas que a família adquire ao longo desta etapa, nomeadamente, pela constituição do *Morgadio* que favorece a posse das vastas terras na periferia da Casa de Barbosa.

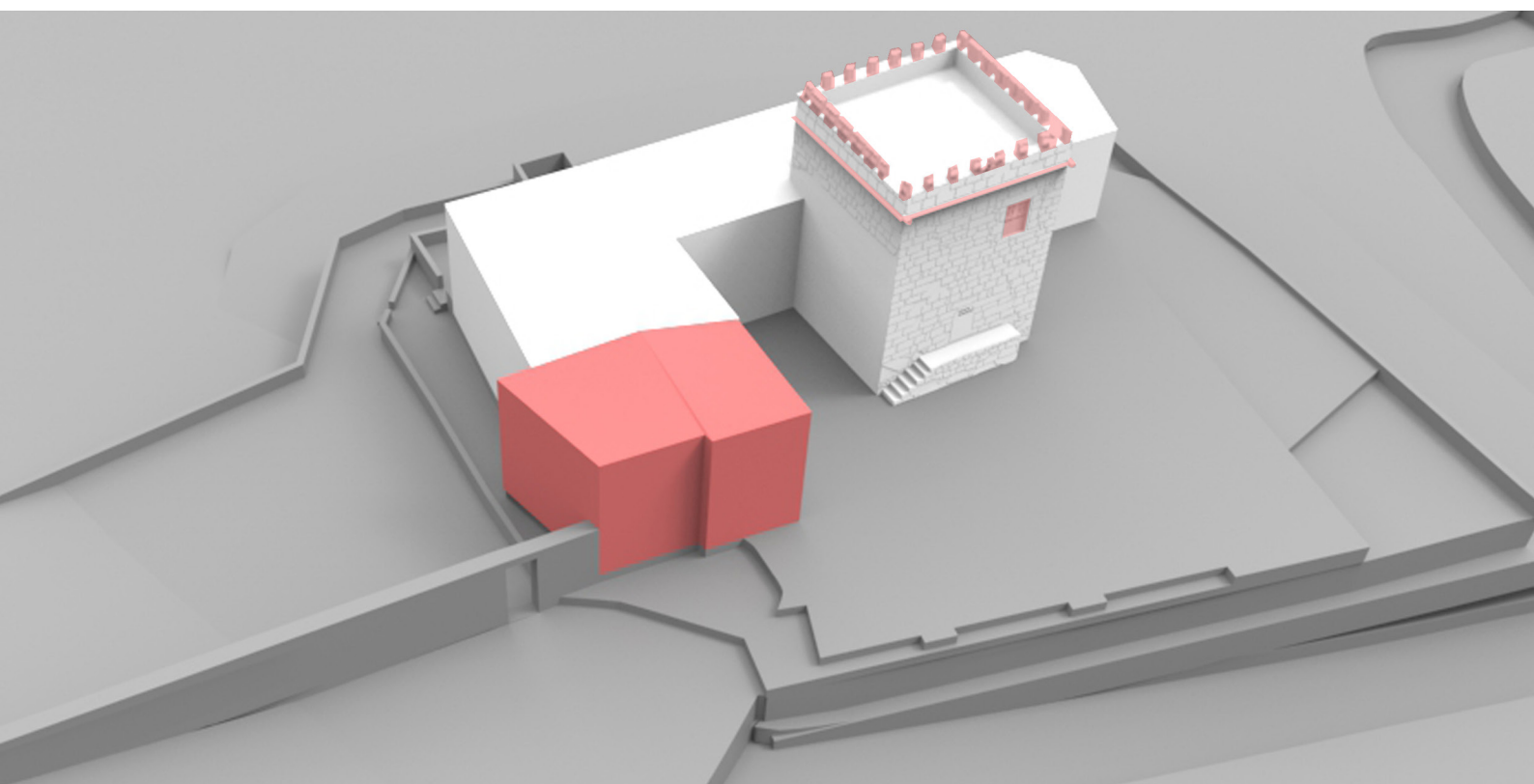
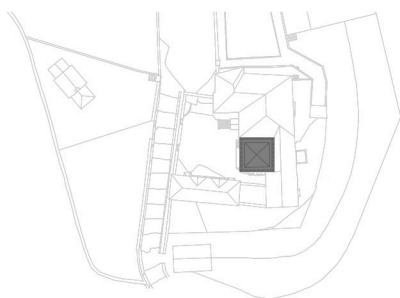
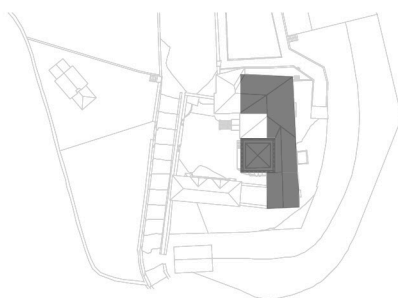
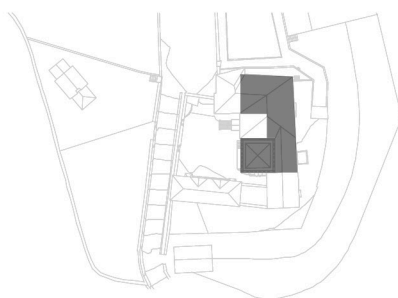


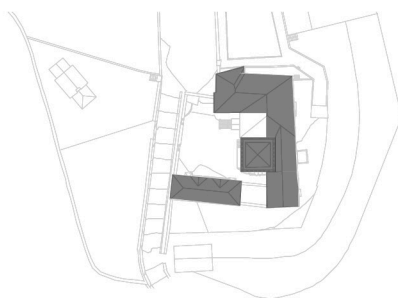
Fig. 95. Esquema compositivo do 3º impulso construtivo



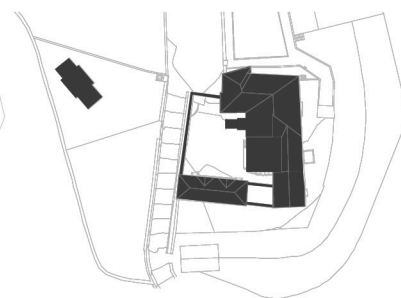




FASE 1



FASE 2



FASE 3

### **FASE 3 - Do PAÇO A SOLAR**

#### **Contexto Histórico-Artístico**

O enquadramento cronológico desta última fase situa-se entre o final do século XVII e o início do século XVIII. A partir dos elementos já estudados, nomeadamente a cronologia dos protagonistas da Casa, é possível recolher informação que sustente esta suposição. Sabe-se que em 1698 é fundada na propriedade a Capela do Menino de Deus. Segundo a genealogia da família, nesta data era proprietário da *Honra D.* Manuel de Azevedo de Ataíde e Brito (1649-1721)<sup>85</sup>, tetraneto de D. Manuel de Azevedo. Como são escassos os documentos acerca da herança da família e as suas ocupações é necessária a contextualização num campo mais vasto da história e da expressão artística da época. Com a colocação da origem da capela na data exata de 1698, pode-se conjecturar e compreender o período antecedente – meados do século XVII, e as perspetivas de passagem para a centúria seguinte.

Os primeiros quarenta anos do século XVII são marcados pela dinastia filipina com uma monarquia dual (um único rei para Portugal e Espanha). Entre o período de 1580 a 1640 a união ibérica regia o território aquém e além-mar: as colónias do Brasil ao Oriente, através de uma corrente *construtiva e civilizadora*.<sup>86</sup> Durante este intervalo a arquitetura nacional tinha de responder a um modelo exportável, flexível e económico, capaz de ser reproduzido a todo o império, correspondendo à internacionalização da arquitetura portuguesa.<sup>87</sup> Os jesuítas tiveram um papel importante na produção artística, visto que, o panorama nacional de seiscentos é infrutífero nesse sentido. A Companhia de Jesus, criada com a Contra-Reforma, tinha por objetivo enraizar e fomentar a aprendizagem cultural. É através da sua campanha que este modelo de arquitetura chã é difundido, sobretudo, na arquitetura religiosa.

Esta nova linguagem perdurou durante o longo período entre 1580 a 1680, sendo designada por George Kubler de “*estilo chão*” (*plain style*)<sup>88</sup>. É reconhecida a par do uso do léxico clássico pela simplificação das formas, pela sobriedade e rigor geométrico, pelo despojamento das paredes e pela unidade espacial conferida aos espaços, levando ao extremo a restrição decorativa.

85 Confirmação de senhorio deste senhor por carta régia de confirmação de 09/04/1671 que se encontra no Arquivo Municipal de Penafiel (C-16, fls. 4<sup>o</sup>v<sup>o</sup> e 5)

86 PEREIRA, Fernando António Baptista - *HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA: Época Moderna (1500-1800)*, 1992, pág. 65

87 Idem, pág. 59

88 CORREIA, José Eduardo Horta – *Arquitetura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, 1991, pág. 42



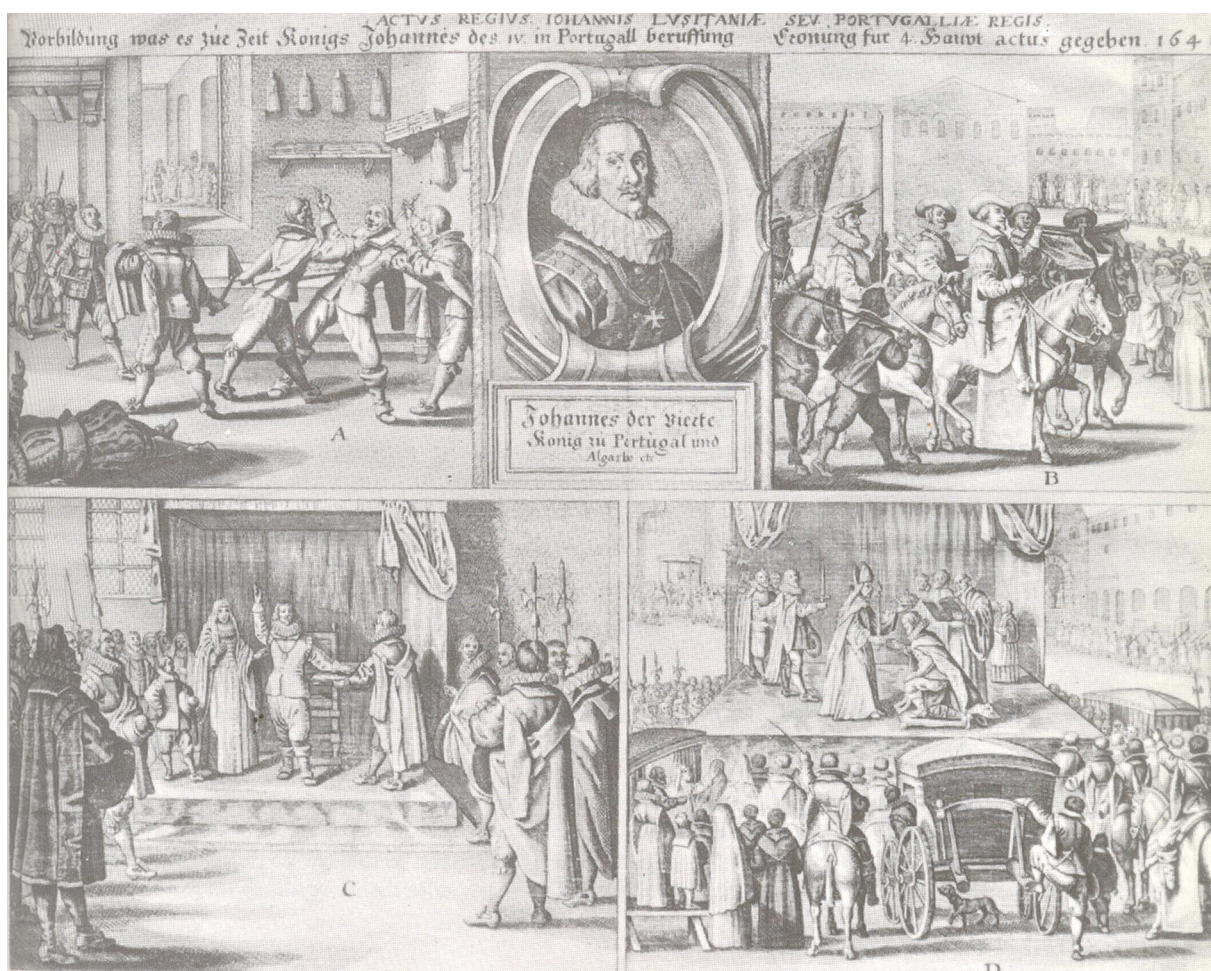


Fig. 96. Episódios da Restauração - A, morte de Miguel de Vasconcelos; B, C e D, respetivamente, aclamação, juramento e coroação de D. João IV, gravura da época, retirado de "História de Portugal", de SERRÃO, Joaquim Veríssimo, vol.V, pág. 17

Trata-se também de uma arquitetura divulgada pelas regras da tratadística italiana e flamenga que entram no reino de forma sólida através dos arquitetos Juan Herrera e Filipe Terzi<sup>89</sup>.

Com a subida ao trono do rei D. João IV, da dinastia de Bragança, em 1640, iniciou-se um novo tempo de luta pela independência: a restauração. A coroa nacional atravessou grandes dificuldades com um recomeço lento da atividade cultural e arquitetónica até obter o reconhecimento da autonomia face ao reino espanhol. Só em 1683 (data da morte de D. Afonso VI), e com a subida ao trono de D. Pedro II, é que foram impressos novos fluxos construtivos.

A partir de 1640, com a Restauração, a arquitetura caracteriza-se pelo retomar dos planos centralizados contrários à predileção longitudinal que marcou a produção do estilo chão. A estética da Restauração traduz-se pela *“regularidade dos espaços entre formas simples estudadamente colocadas para que se obtenha o máximo efeito de maior número de formas ornamentais geométricas”*.<sup>90</sup> Como também pela utilização inovadora do revestimento azulejar e da aplicação da talha dourada, reflexo do espírito que o gosto barroco já imprimia na Europa do Sul.<sup>91</sup>

Em Portugal, na última década de seiscentos, inicia-se uma época de transição de linguagens artísticas. O léxico barroco desenvolve-se de forma gradual da arquitetura chã, moderada pelo esplendor nacional passando para a arquitetura do restauro. A riqueza da coroa portuguesa foi, sucessivamente, sustentada pelo comércio de produtos coloniais: primeiro o açúcar, depois o ouro (na década de 90), e mais tarde, os diamantes, em 1728.<sup>92</sup> Estes permitiram uma nova corrente construtiva a partir das primeiras décadas do século XVIII, onde o estilo barroco adquire o seu auge. *“O século XVIII é, em Portugal, o século por excelência do barroco”*.<sup>93</sup> Onde se inicia um novo ciclo na história portuguesa.

O sequente domínio espanhol, com epicentro político em Madrid, levou a nobreza portuguesa a aproximar-se de forma intensa do mundo rural da província. *“É o tempo das «cortes na aldeia»”*.<sup>94</sup> Desta forma, ocorre um surto de edificações e renovações nas casas nobres rurais.

---

89 KUBLER, George – *A Arquitetura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*

90 Idem, pág. 154

91 PEREIRA, António Baptista Fernando – *HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA: ÉPOCA MODERNA (1500-1800)*, 1992, pág. 72

92 KUBLER, op. cit. pág. 66

93 AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses*, 1969, pág. 65

94 SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*, 1993. Pág. 203





Fig. 97. Retrato D. João V, autor desconhecido, (Academia das Ciências de Lisboa), retirado de "História de Portugal", vol.V, pág. 273

O curto intervalo de tempo entre o domínio espanhol e o fluxo monetário do comércio do ouro do Brasil culmina com conjunturas propícias a novas construções. Assim, pode explicar-se que neste período sejam feitos aumentos na Casa de Barbosa, especialmente a edificação da capela.

No domínio da arquitectura civil esta época de transição é marcada pela introdução da planta em U. As casas nobres passam a acusar *“maior regularidade, desenvolvendo-se em comprimento, e a composição, dos alçados caracteriza-se por grande simplicidade, repetindo, até, um tanto monotonamente as aberturas”*.<sup>95</sup> Outra inovação da casa seiscentista é a agregação da capela no espaço doméstico. Segundo o estudo de Carlos Azevedo a torre de índole militar foi adossada à casa, tal como neste período é, por vezes, incorporada a capela no desenho da casa nobre.

A estética do barroco também ganha eloquência com a importância dada à concepção teatral da fachada principal. Por efeito, no andar nobre é que se centraliza a maior parte da linguagem barroca que se caracteriza pela horizontalidade impressa através das janelas altas e constantes que rasgam os edifícios. A tendência da época é de acentuar a cornija, concentrando-se a decoração e o coroamento das fachadas nesta linha superior. No entanto, contrária à concepção exterior, o espaço interior é normalmente mais simples. *“No século XVII a arquitetura civil evolui num sentido de regularidade de planos e de uma compartimentação interior que indica profundas alterações quanto à concepção de família e de intimidade individual”*.<sup>96</sup>

Os efeitos cenográficos, dinâmicos e exuberantes tornam-se temas centrais da arquitetura. Este léxico extrapola a sua função arquitetónica para ser adequado e empregue nos novos elementos característicos da casa - a vegetação e a água. Este século traduz a intenção de exuberância, da construção de grandes massas, espacialmente dinâmicas, e capazes de captar a riqueza que a coroa adquire. Com o retorno do poder económico havia a vontade de construir e ostentar a riqueza, na qual a tarefa do arquiteto adquire importância no projeto da casa.

---

95 AZEVEDO, op. cit, pág. 56

96 PEREIRA, José Fernandes - *Arquitectura Barroca em Portugal*, 1992, pág. 170

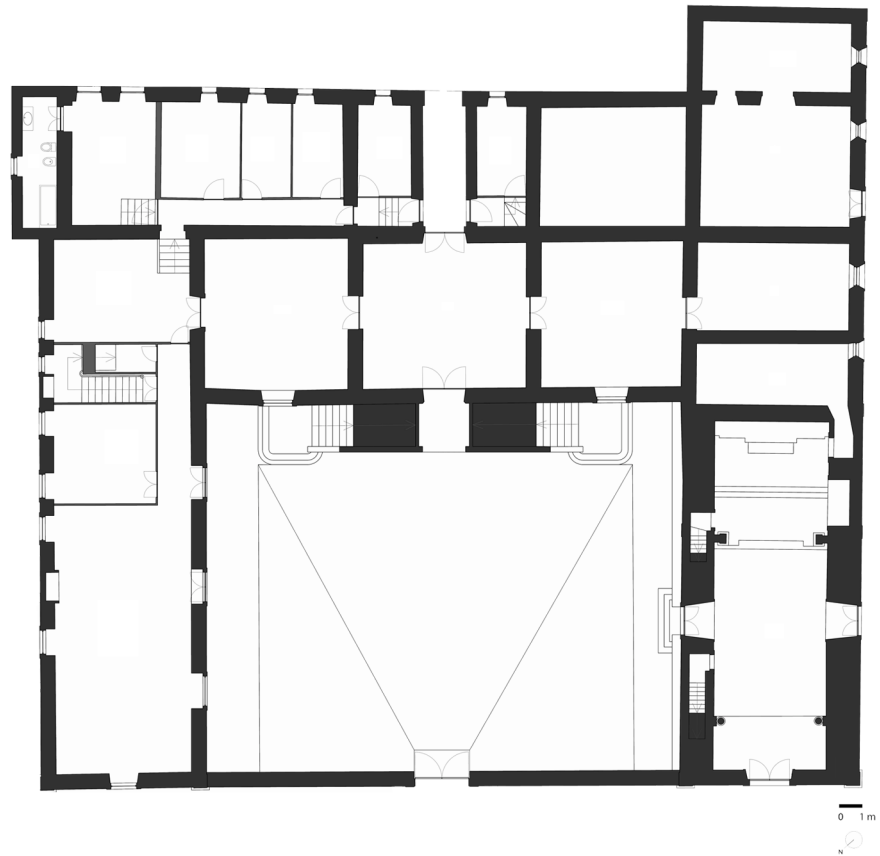


Fig. 98. Exemplo de planta em U - piso térreo e alçado sudoeste da Casa de Vale das Flores/Casa de Ínfias, Braga, sem escala (Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Bruno Arantes, Ricardo Lima, Rita Figueiredo, Yolanda Cunha)



## Da ANÁLISE

A partir da análise do objeto arquitetónico consegue-se registar as marcas que auxiliam esta terceira e última fase da casa. Os registos são sobretudo da espessura da parede que fecham o interstício entre a torre e o primeiro volume em L construído. Esta nova parede é desenhada integrando e completando o alçado norte da casa, onde o seu cunhal é construído a partir do existente da torre. Os silhares de pedra à vista acusam o seu tempo posterior pela diferença do aparelho do pano da parede.

Este novo alçado é desenhado com bases simétricas e regulares. As janelas são rasgadas a partir do novo eixo de simetria: a escadaria de um só lanço. Alinhada com este eixo é rasgada a porta de entrada da casa, afirmando o novo momento principal de acesso. A partir do desenho, em planta, lê-se este eixo de simetria que as escadas e a porta de entrada criam com a simetria das aberturas do piso superior. No entanto, esta simetria não se revê numa das aberturas do rés-do-chão. A porta de entrada desenhada neste alçado é ligeiramente desalinhada da janela que se coloca no piso superior. A presença das escadas é ainda marcada por duas pilastras que se encontram na base conferindo a ideia de pináculos que assinalam o seu início. O patamar desenha-se no fim das escadas, de planta quadrangular e coberto por um alpendre. A escada vem enobrecer o conjunto arquitetónico através do seu gesto monumental. Esta revela *“a inquietação do barroco e mais uma vez imprimem uma acentuada noção de movimento”*. (...) *o choque da escadaria com a casa – esta definida pelo plano da fachada, estática e presa à terra, aquela desenvolvendo-se em profundidade”*.<sup>97</sup>

É nesta fase que se conforma o terreiro orientado a norte por onde se acede à casa. Pela sua planta nota-se o gesto perspético que assume quer com o muro que o limita, quer com as cavalariças, também possivelmente construídas nesta altura. Este muro encerra o espaço do pátio entre as cavalariças, orientadas a oeste, com o cunhal da casa orientado a norte, desenhando-se em L de forma a unir cunhal a cunhal. A norte, o muro apresenta as dimensões de uma guarda e o terreiro volta-se para a paisagem, nomeadamente para a capela, um novo elemento do conjunto habitacional criado nesta altura. Quando o muro contorna o terreiro de forma a unir-se ao cunhal da casa, é alteado com a dimensão de uma parede.

---

97 AZEVEDO, op.cit, pág. 72

É neste espaço de quebra do L que se desenha a entrada para o terreiro e sequentemente para a casa. Este gesto de mudança de direção é marcado pelo acrescento da altura do muro, onde na parede se nota a sua remodelação. A entrada é feita por um arco abatido, encimada por uma cornija e, ainda, é coroada por dois merlões piramidais. Estes acentuam a sobrevivência da arquitetura militar medieval, tão presente na primitiva torre deste conjunto.

A capela apresenta as características de uma arquitetura de transição. A lápide inscrita na padieira da entrada da capela data de 1698 aquando a edificação deste último volume do conjunto habitacional. A linguagem chã é reconhecível na composição geométrica e na espacialidade interna, enquanto o exterior revela uma fase consequente de gosto protobarroco através de objetos artísticos de pequena escala com eixos e centralidades. O arco triunfal e a cobertura em abóbada denunciam a linguagem chã. Enquanto o altar da capela-mor é o objeto que mais expressa o léxico barroco pelo revestimento azulejar e pela talha dourada, apesar do seu estado de degradação. Porém, estes azulejos são hispano-árabes. Datam do século XVI, e caracterizam-se pelos motivos geométricos e vegetalistas, evocando a amálgama de estilos artísticos diferentes. Também, as pinturas nas paredes da capela-mor revelam a expressão barroca pelos tons dourados e quentes que fazem alusão ao tempo áureo do reino.

Os temas da água e da vegetação que caraterizam o jardim adjacente à casa exploram os conceitos de centralidade, marcado pelo desenho da mancha arbórea que carateriza este espaço com gesto cenográfico e preferência pela sombra. *“Quanto aos jardins, considerados agora como um prolongamento formal dos palácios, traçam-se de forma a serem abarcados como um conjunto, vistos do andar nobre”*.<sup>98</sup>

Em geral, nesta última fase proposta existiu uma vontade muito vincada de desenhar com o gosto barroco. Isto entende-se na nova matriz inerente ao desenho do alçado e nos elementos da entrada como os merlões, a representar pináculos barrocos. Também a conformação do espaço do terreiro, guardado por um muro, enaltece a entrada da casa. A edificação da capela e a conformação do espaço do jardim são novos elementos característicos do vocabulário barroco, onde se nota a predileção pelo culto da palavra e do lazer.

LEGENDA:

1. Elemento estrutural de maior espessura
2. Elemento estrutural de menor espessura
3. Estereotomia diferente
4. Desconexão do aparelho do pano de parede
5. Direção do pano de parede
6. Alteração de vão
7. Encerramento de vão
8. Diferença de cota de pavimento
9. Simetria de vãos
10. Mudança técnica construtiva
11. Continuidade dos elementos construtivos do pano de parede
12. Elementos com linguagem artística coeva

— Nova construção  
— Construção pré-existente/herdada  
— Levantamento atual

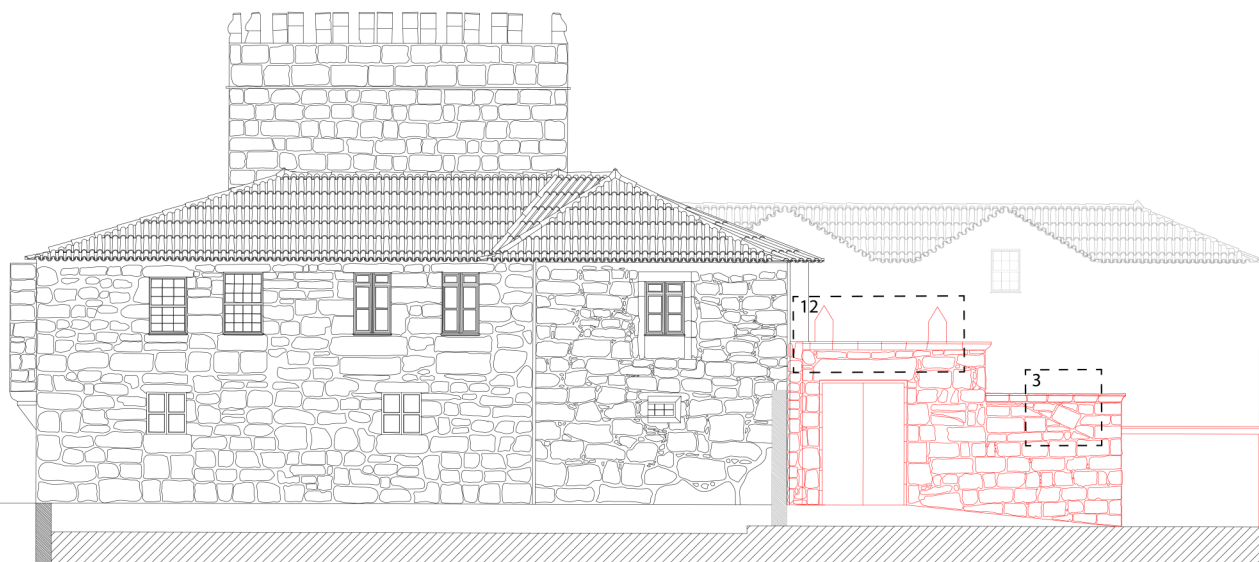
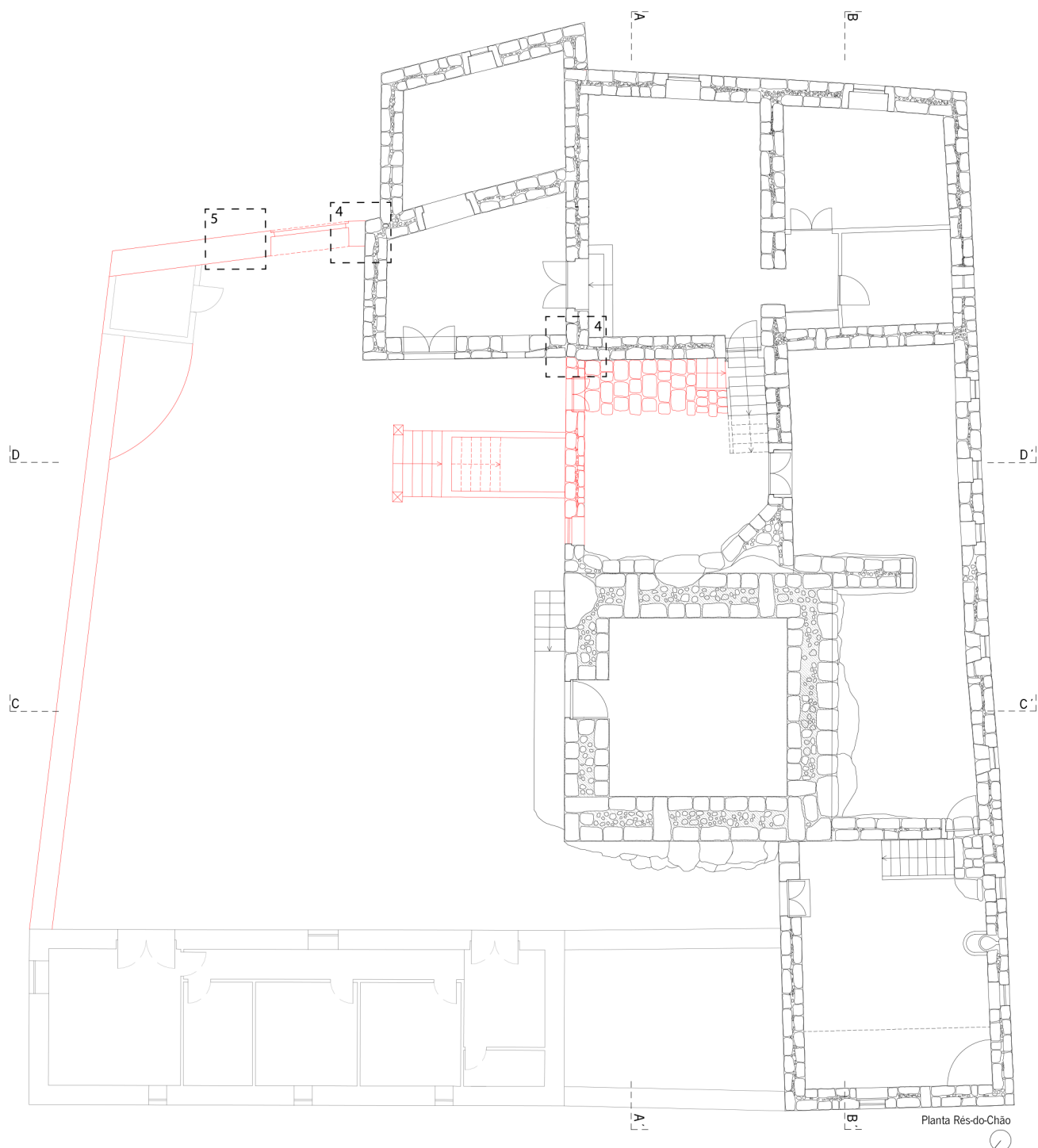


Fig. 99. Desenho 1 de análise Fase 3

Alçado Sudeste  
Escala 1:200

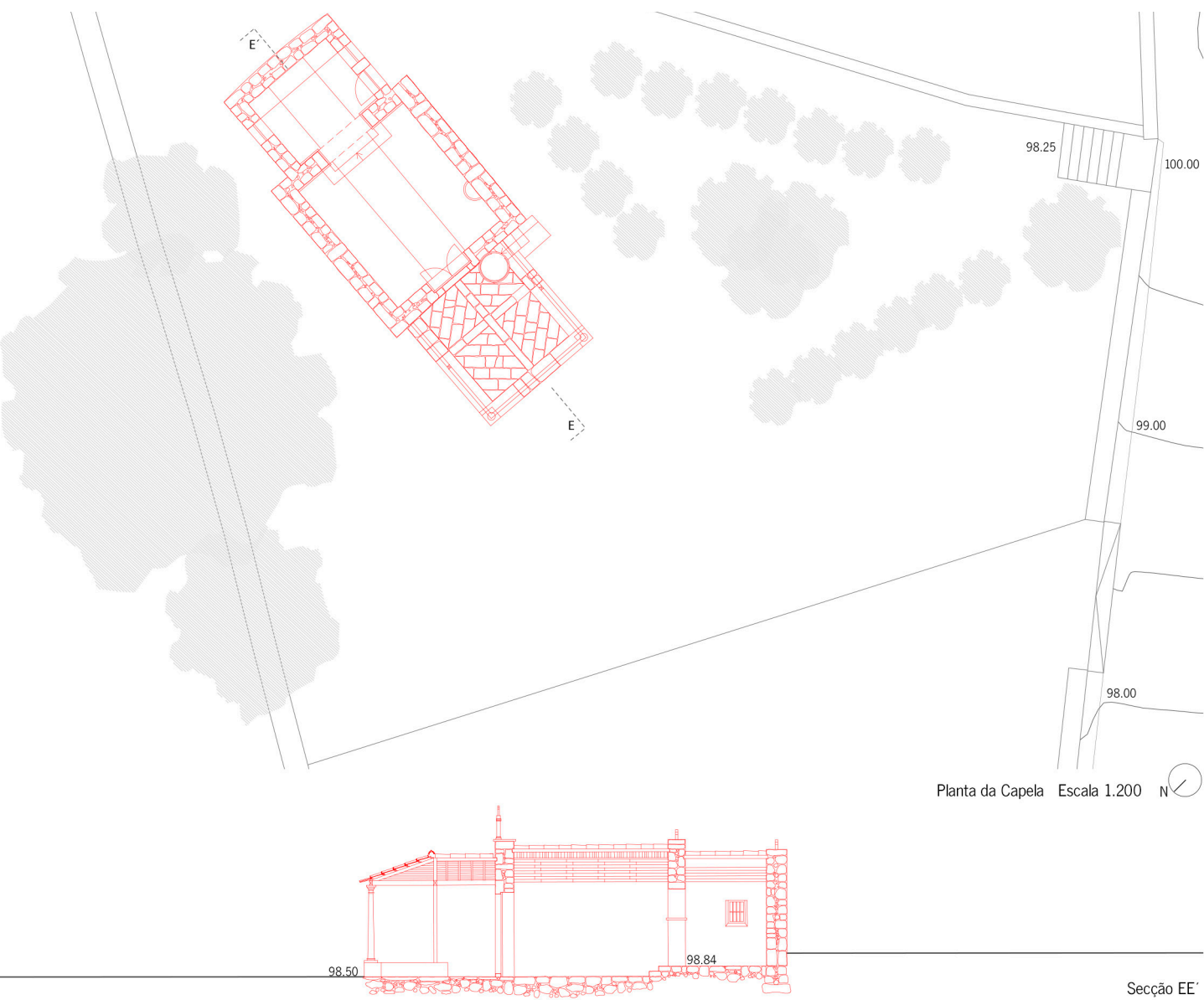


Fig. 100. Desenho 2 de análise Fase 3



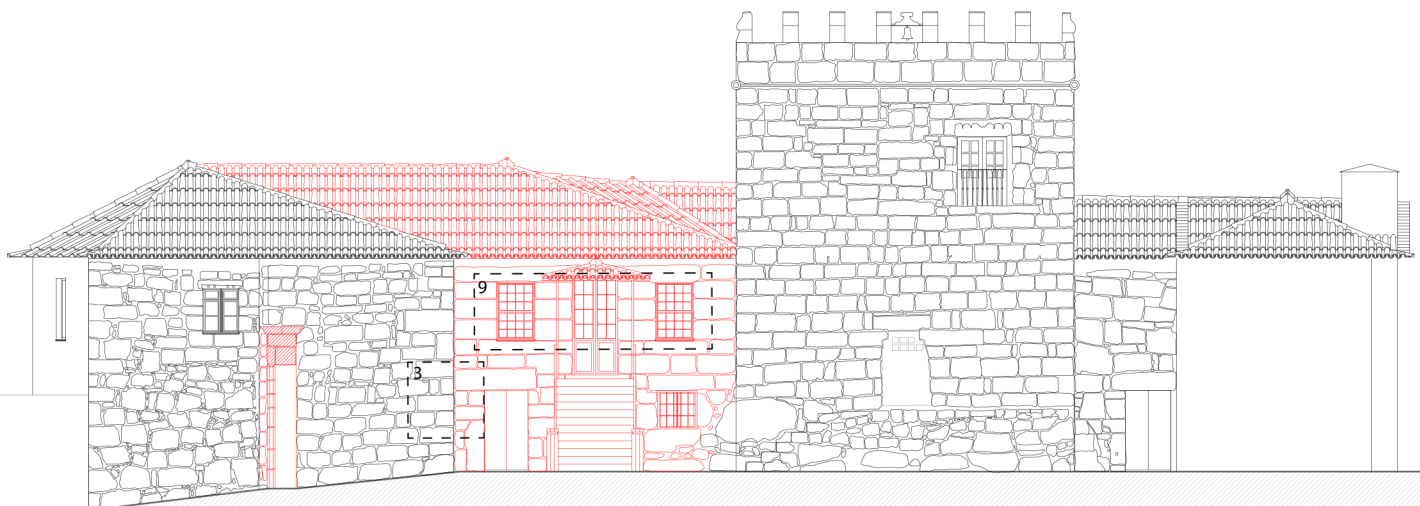
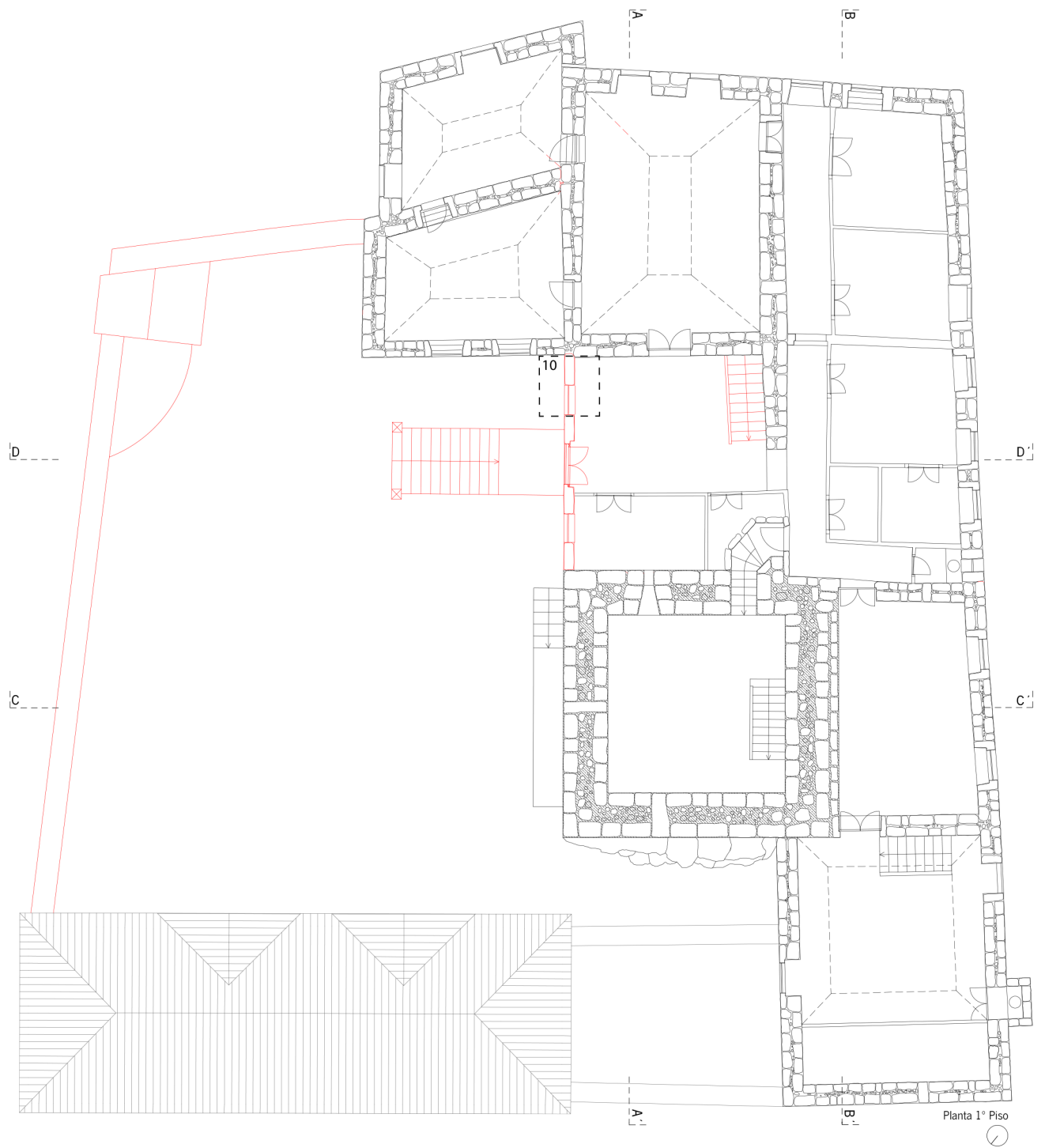


Fig. 101. Desenho 3 de análise Fase 3

## **Da COMPARAÇÃO**

Para a melhor compreensão destes acrescentos e novas construções na casa importar comparar com modelos análogos a Barbosa, contextualizando no panorama português esta manifestação artística. Os casos de estudo escolhidos incidem sobre elementos e gestos característicos da linguagem chã, e consequentemente, da restauração e do léxico protobarroco que culminam no gosto barroco. Como são exemplos de uma época de transição de seiscentos para setecentos, importa relacionar os elementos, que mesmo diferentes entre si, permitem estabelecer paralelismos com os já analisados da Casa de Barbosa. Assim, independentemente do estilo a que obedecem procurou-se casos em que os temas tratados revelam aspetos da casa nobre. Desta forma importa analisar as características tipo-morfológicas da linguagem arquitetónica, e naturalmente, os modos de criação da casa nobre rural seiscentista e setecentista. Optou-se pela seleção de objetos implantados no Norte de Portugal por corresponderem a uma arquitetura mais idêntica entre si.

Veja-se, como exemplo, a **Casa de Selores**, em Bragança, distinta no uso destas linguagens de transição, mas que incorpora o equipamento religioso. A casa é constituída por dois corpos, um datado do século XVII e outro do século posterior, que apesar de distintos apresentam-se em continuidade altimétrica, onde na extremidade da parte setecentista encontra-se a capela.

A linguagem arquitetónica presente na ala seiscentista traduz as soluções maneiristas da época através do uso de varanda alpendrada, com gosto clássico. Contudo, esta é suportada por colunas torsas que denotam a transição para o estilo barroco que qualifica o corpo central. Este, por sua vez, apresenta a única entrada do alçado, a eixo, de forma simétrica na fachada acusando a perfeição regular barroca. Este vocabulário é de igual modo aplicado na nova fachada que compõem a entrada da Casa de Barbosa. O corpo central apresenta-se caiado e com as janelas do piso superior emolduradas com decoração em avental, com elementos de estilo rococó. Pelo contrário, a parte seiscentista é construída em granito sobre um entablamento de feição clássico. Interessa comparativamente perceber que este exemplo apresenta a amálgama inerente à evolução construtiva das casas senhoriais rurais.



Fig. 102. Casa de Selores, retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)



Fig. 103. Fachada principal do Paço de São Cipriano, retirado de [www.google.pt/maps](http://www.google.pt/maps)



Fig. 104. Capela integrada na fachada da Casa de Selores, [www.patrimoniocultural.com](http://www.patrimoniocultural.com)



Fig. 105. Pátio e jardim do Paço de São Cipriano, retirado de [www.google.pt/maps](http://www.google.pt/maps)

Outro exemplo muito próximo da constituição tipo-morfológica de Barbosa é o **Paço de São Cipriano**, localizado na freguesia de Tabuadelo, em Guimarães. O seu conjunto demonstra várias fases construtivas onde é erguida a casa que hoje se apresenta a partir da tipologia casa-torre. Ao longo de vários séculos a família foi aumentando a casa em torno da torre primitiva e isso é visível pela dupla fachada principal que mostra duas altimetrias diferentes. No século XVIII a casa foi aumentada e passou a incluir a tipologia de casa em U, tão característica do século anterior. Nota-se que a escala e as dimensões são bastante desiguais, ressaltando a importância da família enquanto mandatária das sucessivas construções. Foram vários os proprietários que fizeram modificações na casa mas, durante o século XVIII, foi significativa a atitude de *“Domingues Gonçalves Cibrão (1704-1798) que como administrador, aumentou consideravelmente a propriedade e fez importantes obras na casa, reedificando a Capela de Santo António”*.<sup>99</sup> Ao contrário do que acontece em muitas casas do século XVIII a capela não está integrada no edifício, tal como se verifica no objeto desta investigação.

O interesse cultural e arquitetónico desta casa reside também no gosto dos jardins que conferem um percurso monumental até à entrada do edifício. Uma alameda voltada a sul liga a entrada da casa com um lago que finaliza o jardim de inspiração francesa.<sup>100</sup> No lado norte, o terreiro é centralizado por uma fonte, colocada a eixo com outra entrada a partir do muro que encerra este espaço.

De modo semelhante aos casos expostos, verifica-se o **Paço ou Solar de Lanheses**, erguido em Viana do Castelo. Apesar de ser fundado nos finais do século XV e inícios do século XVI, a sua configuração atual remonta aos finais do século XVII e à centúria seguinte. Sabe-se que em 1723 a capela foi alvo de modificações sendo tornada pública e desintegrada do conjunto residencial que outrora ocupava posição central.<sup>101</sup> A presente capela está implantada numa das extremidades da casa sendo separada pelo muro que delimita o terreiro. Apesar de estar no espaço exterior da casa encontra-se em continuidade com o seu plano frontal.

99 SOTTOMAYOR, Ana Isabel Santiago. Paço de S. Cipriano: Historia. <[Http://www.pacoscipriano.com](http://www.pacoscipriano.com)>. Acesso em 16 Fevereiro de 2016

100 Para mais informações acerca do Paço de São Cipriano, consultar: BINNEY, Marcus – Casas Nobres de Portugal, 1987, pág. 174 e consultar o site: [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

101 Em 1723, Joseph Pereira de Brito, seu proprietário, pede a transferência da capela para o local atual, tornando-a pública, tendo sido benzida em 1757. Por essa altura, a casa terá sido objeto de uma remodelação geral, pois toda ela apresenta a mesma traça, sem emendas, e a sua pedra de armas - Abreu, Castro, Brito e Pereira – está por cima da escadaria da referida entrada. Retirado de <http://www.pacodelanhese.com>, consultado a 17 de fev. de 2016



Paço de Lanheses



Fig. 106. Muro e terreiro, retirado de [www.pacolanheses.com](http://www.pacolanheses.com)



Fig. 107. Sala de estar interior com teto de masseira, retirado de [www.pacolanheses.com](http://www.pacolanheses.com)



Fig. 108. Capela integrada no espaço contíguo ao muro, retirada de [www.pacolanheses.com](http://www.pacolanheses.com)



Fig. 109. Escadas como eixo de simetria da fachada principal, retirado de [www.pacolanheses.com](http://www.pacolanheses.com)



O paço é constituído por uma planta em L de dois pisos e formado por duas alas distintos. O centro do corpo mais alongado do L é recortado em forma de U para receber a escadaria, a eixo, de um só lanço de gosto barroco. Este gesto recuado juntamente com a varanda alpendrada suportada por colunas dóricas<sup>102</sup>, voltada para a escada, imprime dinamismo e movimento à fachada. A casa é, identicamente, antecidida por um terreiro delimitado por muro ameado, rasgado por um portão de entrada em arco de volta perfeita e encimado por um frontão triangular onde se encontra a pedra de armas da família.

Outro complexo original na conjugação do gosto medieval com as influências quinhentistas e barrocas é o **Solar de Bertandos**. Situado em Ponte de Lima, destaca-se pela sua composição, tipologia e escala. A torre quinhentista de tipologia de casa-torre ocupa uma posição central face aos dois corpos retangulares, datados do século XVIII, e que crescem em torno desta. O conjunto não é regular: *“um corpo é mais alto e avançado face ao outro, mas tenta obedecer a um desenho simétrico e regular na composição da fachada”*.<sup>103</sup> De gosto mais maneirista, a fachada é composta por elementos seiscentistas como as loggias de arco de volta perfeita e as varandas alpendradas com colunatas. O corpo da casa mais a nascente é coroado com merlões chanfrados tal como a Torre de Bertandos e a de Barbosa, acusando a influência manuelina. O outro corpo é constituído por duas torres unidas por um corpo baixo. Estas são ainda rematadas por pináculos e urnas de gosto barroco.

A fachada é assim o elemento mais característico do barroco pelo tratamento cenográfico e dinâmico que apresenta. A escadaria revela-se um componente primordial da desta, integrando-a, ocupando uma posição central. Como os restantes casos, este complexo também agrega uma capela, orientada a nascente, característica primordial presente na Capela do Menino de Deus e das capelas barrocas.

A **Casa de Pomarchão** também em Ponte de Lima é outro exemplo singular da combinação e continuidade de influências maneiristas e barrocas. Embora tenha sofrido uma grande campanha reformista em 1755, a sua expressão artística conjuga elementos barrocos e da centúria anterior.

---

102 Para mais informações acerca do Paço de Lanheses consultar: AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses*, 1969, pág. 151  
103 CARVALHO, Rosário em <www.patrimoniocultural.pt>, acesso a 17 de Fevereiro de 2016

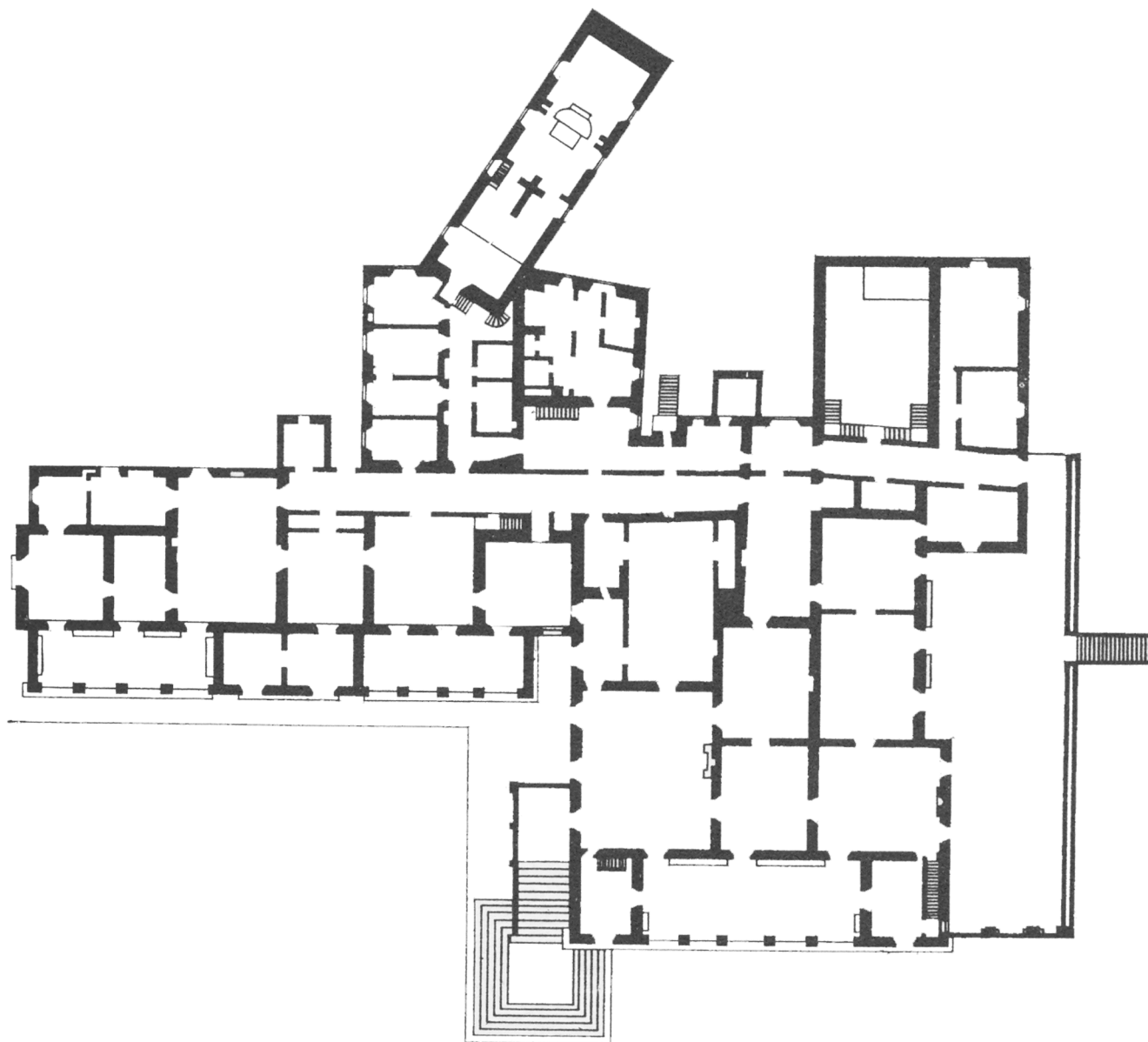


Fig. 110. Planta 2º piso do Solar de Bertandios, s/escala retirada de *Solares Portugueses*, pág.73



Fig. 111. Alçado principal do Solar de Bertandios, s/ escala retirado de *Solares Portugueses*, pág.72

O elemento que expressa a transição para o período barroco é a escadaria, de um só lance, que se encontra em duas fachadas permitindo o acesso às respetivas varandas. Embora a data da sua remodelação aponte para o tempo áureo do estilo barroco, esta casa conjuga elementos de uma arquitetura em continuação.

O conjunto arquitetónico é constituído por uma planta em U, onde a torre é adossada a um dos cunhais, ocupando uma posição extrema. Esta é de três pisos e de planta retangular e foi construída na altura das campanhas construtivas de meados do século XVIII. Integra, deste modo, um modelo de casa-torre na qual a torre não está na génese da sua construção.<sup>104</sup> Esta é estilizada de elementos barrocos tal como a capela, orientada a nascente, e anexada perpendicularmente à casa. Os cunhais da torre e da casa são coroados pelos tradicionais pináculos e fogaréus<sup>105</sup> de origem barroca, denunciando a unidade estilística em partes de épocas diferentes. A fachada demonstra o léxico barroco pelo dinamismo impresso pelo desenho do frontão contracurvado e pelo remate dos cunhais em fogaréus. Tal como em todos os exemplos anteriores, o terreiro frontal ao edifício é fechado por um muro alto a meio do qual é aberto um portal encimado pela pedra de arma da família.

Como se verifica nesta exposição, os casos de estudos revelam características comuns que são transversais a todos estes solares: a integração do equipamento religioso no seu conjunto; a noção de privacidade do complexo através do muro que encerra o terreiro; os elementos água e jardim que ganham importância da consideração do espaço de lazer; bem como, o elemento escada que alcançam outro significado no desenho da fachada principal: eixo de simetria que desenha a métrica e regularidade dos alçados.

---

104 AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses*, 1969, pág. 80

105 Ornato escultural terminado em forma de chama



Fig. 112. Escada de traço barroco da Casa de Pomarchão, retirado de [www.casadepomarchao.com](http://www.casadepomarchao.com)



Fig. 113. Torre e acesso do alçado principal do Solar de Bertandos, retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)



Fig. 114. Capela contígua à fachada principal da Casa de Pomarchão, retirado de [www.casadepomarchao.com](http://www.casadepomarchao.com)



Fig. 115. Corpo mais avançado face à torre do Solar de Bertandos, retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)

## **Da INTERPRETAÇÃO**

Através dos casos de comparação e da análise morfológica da casa podem-se identificar vontades, gestos e elementos que permitem caraterizar esta última transformação de paço em solar. Esses elementos, apesar de não corresponderem a grandes obras como na fase anterior, são os que permitem identificar as caraterísticas arquitetónicas de um solar de essência barroca.

A conformação de um novo espaço de entrada e de uma nova fachada horizontal, em contraposição com o plano vertical da torre, vem conferir importância ao momento de entrada. Nota-se, contudo, que é partir de remodelações e acrescentos do pré-existente, que a casa ganha nesta etapa uma consciencialização da relevância do desenho pelo arquiteto. No desenho em planta vê-se o eixo de simetria que a escada e a porta de entrada desenharam no alçado em relação às janelas. Este traçado muito vincado confere ao alçado os mesmos conceitos de equilíbrio e regularidade. As escadas também vêm conferir monumentalidade ao piso nobre da casa, enfatizando o novo espaço de entrada, e por conseguinte, do terreiro.

O espaço interior do andar nobre, conformado pela fachada construída nesta fase, corresponde a novos espaços: a sala de receção (que antecede e comunica diretamente ao salão nobre), uma pequena biblioteca e uma dispensa. Tanto a parede exterior como as interiores deste espaço apresentam um sistema construtivo aprimorado por permitirem o adelgaçamento das mesmas. A parede exterior mostra-se mais estreita, construída num só pano de parede, usando pedras de maiores dimensões e regulares. As novas técnicas construtivas também são aplicadas no espaço interior, nomeadamente no teto do salão nobre e dos quartos trapezoidais (erguidos na fase anterior) construídos em masseira. Similarmente aos exemplos comparativos do Paço de Lanheses e no Paço de São Cipriano encontram-se igualmente tetos trabalhados e decorados, em forma de gamela invertida. Como refere Marcus Binney *“o exterior dos solares é muito rico em comparação com o seu interior. Os tetos são em madeira, nos casos mais ricos em masseira, em forma de gamela invertida, com uma decoração de caixotões”*.<sup>106</sup> Desta forma, o espaço interior deve ter sofrido alterações de forma a albergar os tetos de masseira e simultaneamente conferir uniformidade à cobertura da casa.



É também nesta fase que poderão ter sido construídas as cavalariças. Estas obedecem igualmente a um desenho regular e simétrico tão característico desta fase construtiva. No alçado frontal, a cornija transmite o dinamismo e o movimento do traço barroco a partir de duas saliências triangulares na empena, colocados simetricamente na fachada. A única janela no rés-do-chão é o eixo de simetria deste alçado, desenhando em equilíbrio as duas portas de sacada de acesso a este piso e as duas janelas a uma altura superior.

Do jeito tão barroco, a planta é *“concebida na intenção de uma teatralização da fachada, criando forte efeito cenográfico, com o estabelecimento de uma continuidade espacial entre o interior e o exterior. Este esquema é rapidamente subvertido pela mentalidade tipicamente portuguesa de que a arquitetura deve ser claramente estruturada em virtude do espaço interior. Assim, a planta é fechada através da adoção de um muro, onde se encontra o portão, geralmente coroadado com as armas da família proprietária”*.<sup>107</sup>

Tal como em todos os casos comparativos o espaço da casa de Barbosa é antecedido por um terreiro, murado e alteado, rasgado pelo portal de entrada com carácter cenográfico pelo uso dos merlões piramidais. O novo volume que receberia as cavalariças teria, assim, acesso direto ao terreiro e desenhava o início do muro. Este começa agarrado às cavalariças, de forma linear, e contornando o terreiro em forma de L, culminando no cunhal da casa. O objeto – muro – traz consigo uma forte carga emblemática através do seu desenho, expressando uma vontade muito carregada de simbolismo, mostrando uma das características do barroco. Por sinal, a entrada torna-se um elemento complementar, que rasga o muro e tenta exibir um certo movimento pelo emprego de merlões piramidais a encimar a cornija da entrada. Embora não sejam pináculos na sua composição morfológica, os merlões são empregues com o mesmo intuito e valor simbólico, enriquecendo o léxico protobarroco da casa. O terreiro passa também a ter um carácter mais nobre por proporcionar o encerramento face ao espaço exterior, evidenciando as questões de privacidade inerentes ao solar.

Esta fase construtiva revela a reconhecida posição que o arquiteto começa a ter nesta época, quer pelo desenho enriquecido face ao traço medieval do paço, quer pela junção de novas ideias face ao edifício pré-existente. Tal junção é feita através de uma aproximação a um gosto clássico e barroco, que invade as casas nobres rurais da época, em detrimento

107 BIINEY, op. cit, pág. 10

de uma arquitetura medieval.

Influenciado pelos jardins franceses e pelas villas italianas, os jardins setecentistas procuram estabelecer uma profunda relação com a casa. No Solar de Barbosa esta aproximação é feita pelo alçado voltado para o extenso jardim, ladeado por dois percursos que o envolvem e dão acesso a outra plataforma elevada por dois degraus. No último terraço do jardim uma fonte circular, com pedras em forma de concha e um repuxo de água, marca a centralidade deste espaço. A solução teatral do percurso, protegido por um muro e voltado amplamente para a paisagem, procura um tratamento cenográfico característico do século XVIII. Assim, as vistas tornam-se parte da composição e da qualidade espacial do prolongamento do jardim, na ideia de concorrer para o infinito.<sup>108</sup> No jardim de Barbosa as preferências barrocas são reconhecidas pela tentativa de produzirem o conceito “luz-sombra” através de manchas arbóreas de grande densidade, pela conceção de espaços intimamente protegidos, pelo emprego da fonte centralizada, e ainda, num patamar inferior um tanque contracurvado, tão ao gosto barroco. *“O elemento barroco por excelência, as fontes de parede e as fontes independentes, onde repuxos caem em taças junto ao chão”*.<sup>109</sup>

O novo edifício totalmente erguido neste estádio é a Capela do Menino de Deus. A data de 1698 inscrita na padieira da entrada principal aponta os elementos de uma arquitetura de transição. Esta apresenta componentes austeros pela composição longitudinal da planta e pela aplicação do arco triunfal muito característicos da arquitetura chã. Também elementos barrocos caracterizam a capela pela presença do altar-mor em talha dourada e pelo revestimento azulejar demonstrando que *“a zona mais rica, quanto à decoração interior, era sempre a capela”*.<sup>110</sup> Todos os casos de estudo comparativos apresentam no seu conjunto o equipamento religioso sendo um elemento importante para a definição do conjunto do solar.

A capela insere-se numa tipologia de peregrinação, perceptível através do seu nártex pronunciado face ao corpo da nave e pelo púlpito. O culto da palavra ganha força: *“a lição é o sermão, e tudo se dispõe de forma que a figura do pregador seja vista, a sua voz ouvida de toda a parte”*.<sup>111</sup> Este equipamento é, assim, uma amálgama de estilos tal como o conjunto edificado da casa.

---

108 AZEVEDO, op. cit, pág. 75

109 BINNEY, op. cit, pág. 10

110 Idem, pág. 12

111 SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*, 1993, pág. 218

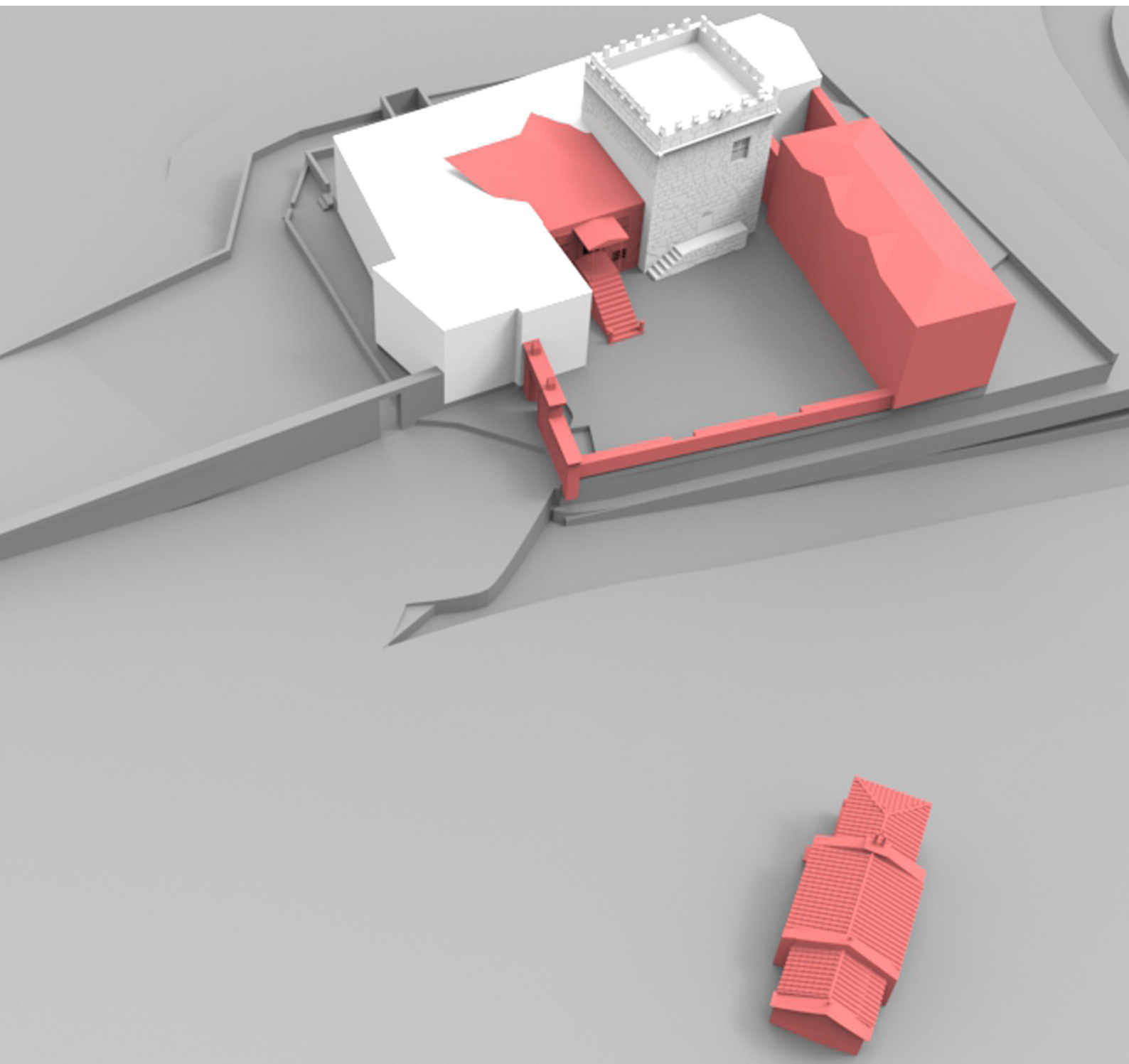


Fig. 116. Esquema compositivo da 3ª fase construtiva

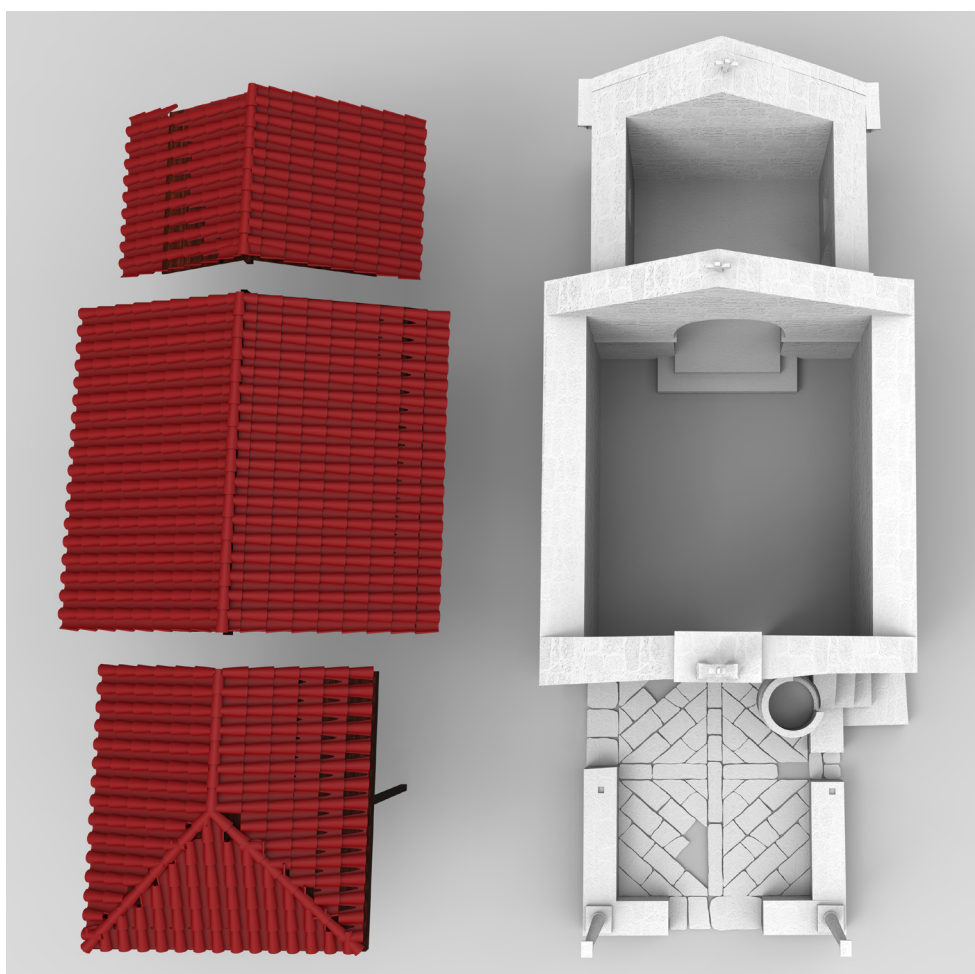


Fig. 117. Vista axonétrica do interior da capela

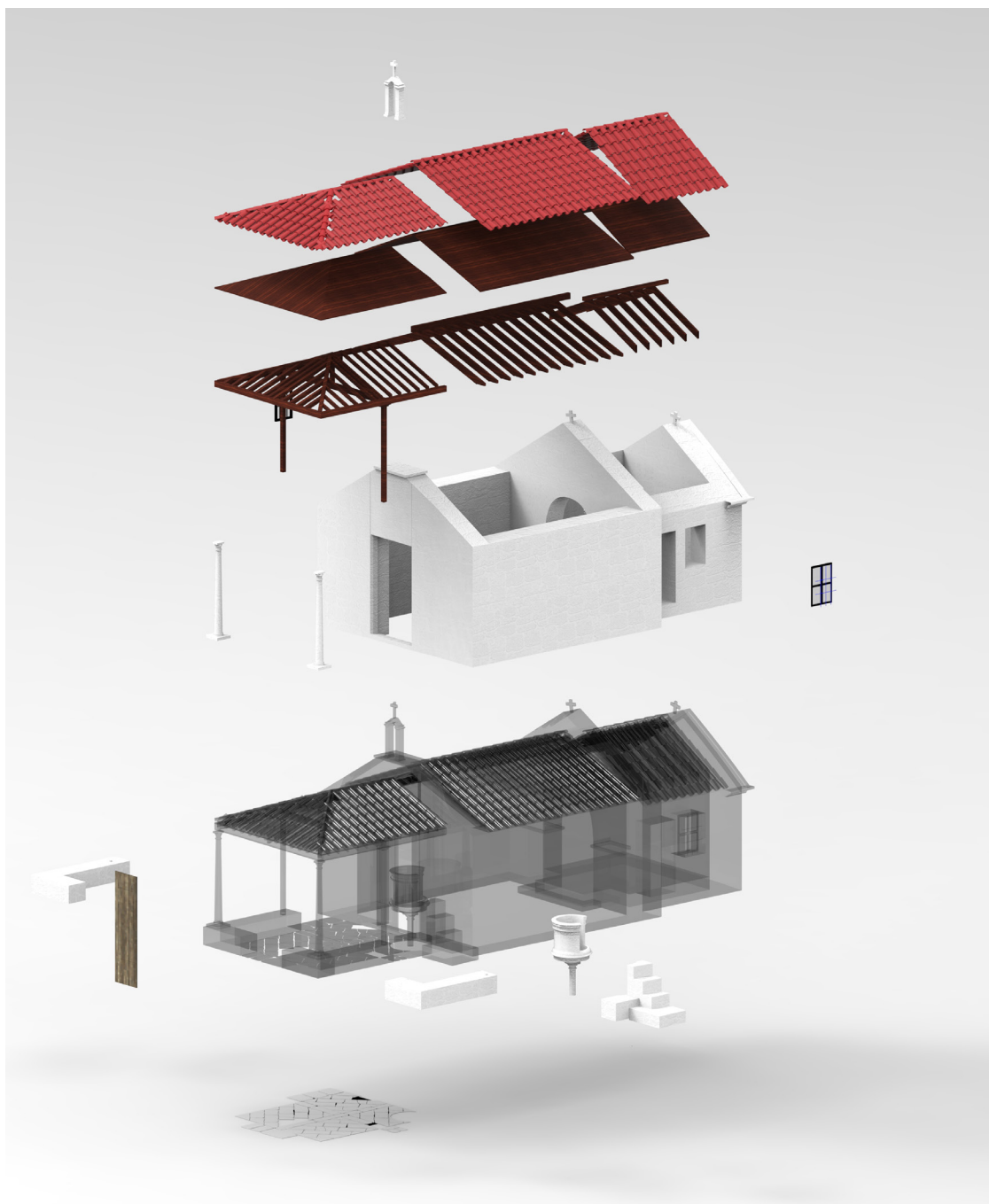
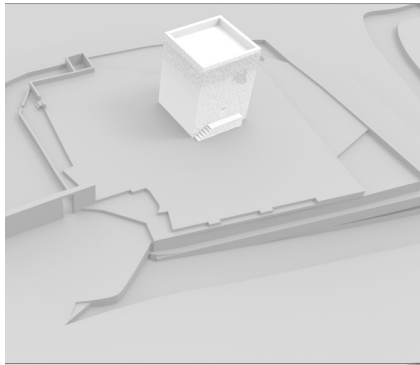


Fig. 118. Axonometria explodida da capela

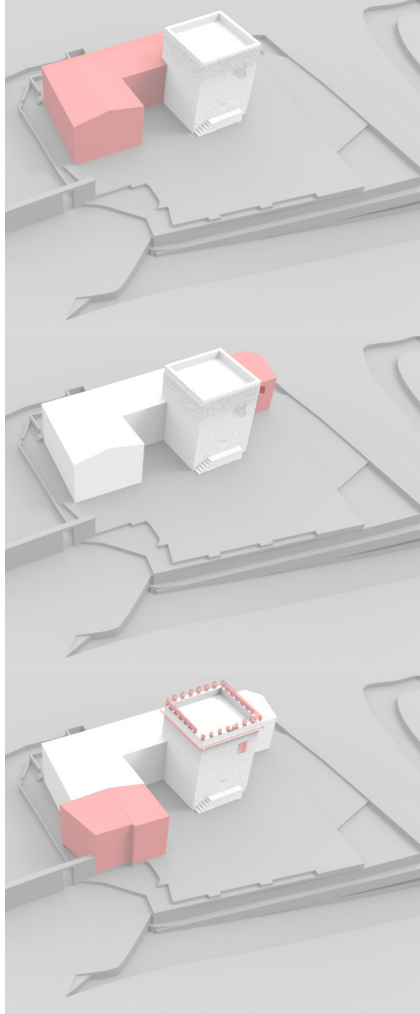




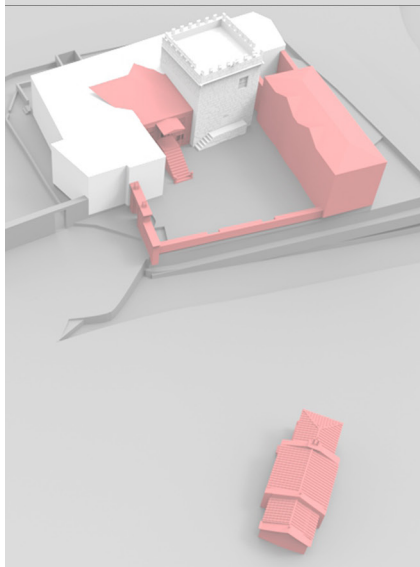
Fase 1 - Da Torre



Fase 2 - Da Torre a Paço



Fase 3 - De Paço a Solar





## Parte IV

### ***Compreensão do Valor Patrimonial do Edificado***

*“Há uma continuidade entre as velhas coisas e as novidades.  
Se fizeres um risco excelente num quadro clássico cometerás um atentado ou farás,  
afinal, ali mesmo, de súbito, uma nova obra.  
A história classificará o autor desse traço - assassino ou artista-  
de acordo com uma lei desconhecida mas forte.  
O progresso na arte é uma invenção dos antigos”<sup>112</sup>*

Gonçalo M. Tavares





## COMPREENSÃO DO VALOR PATRIMONIAL

No presente capítulo pretende-se entender o conceito de património com a finalidade de compreender essa categoria no Solar e *Honra* de Barbosa.

Segundo a Unesco, património é: “*o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras*”.<sup>113</sup> Apesar de ser uma definição simples, o conceito de património é inerente à continuidade humana e a um sentimento de pertença relacionado com os tempos: passado, presente e futuro. A noção de património não se fundamenta numa definição isolada, podendo ser identificada nos âmbitos histórico, cultural, artístico, arquitetónico, arqueológico, paisagístico, entre outros.

No início do século XX, com o fim da 1ª Guerra Mundial (1914-18), surgiram as primeiras normas internacionais direcionadas à salvaguarda do património. No que diz respeito às questões do património recorreu-se à criação de instrumentos e entidades de gestão, quer através de cartas e convenções internacionais, quer por meio de entidades e organismos responsáveis. Estes ditam os princípios básicos de ação e métodos a considerar na preservação e restauro dos edifícios, sítios e monumentos, como também são uma ferramenta crítica que fomentam a responsabilidade coletiva, social e humana sobre o meio envolvente<sup>114</sup>.

O primeiro documento internacional normativo foi a Carta de Atenas, redigida em 1931.<sup>115</sup> Inaugura um dos pontos cruciais sobre a conservação dos monumentos, nomeadamente “*o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem eliminar estilos de nenhuma época*”<sup>116</sup>, tal como, a garantia de um reuso adequado respeitador de uma identidade em continuidade.

Dos principais organismos internacionais destaca-se a ONU (Organização das Nações Unidas), que logo em 1945, após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), fundou a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Desde então enquanto entidade representativa e relevante, regula e veicula os documentos normativos internacionais. Posteriormente, com a criação da Carta de Veneza, em 1964, designada Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, surge o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios), em 1965.

113 Informação retirada no sítio [www.unesco.org](http://www.unesco.org)

114 Retirado de [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)

115 LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – PATRIMÓNIO CULTURAL: CRITÉRIOS E NORMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO, 2014, pág. 26

116 Idem, pág. 59

Outras organizações são criadas tendo como objetivo máximo uma ideia claramente mais global sobre preservação e restauro. Para tal, tem contribuído também o Conselho da Europa, criado em 1949, por dez países europeus. Portugal aderiu em 1976, fazendo parte desta comissão europeia com o objetivo de adoção “de medidas adequadas para salvaguardar e fomentar o desenvolvimento da sua contribuição para o património cultural comum da Europa”.<sup>117</sup> No entanto, diversas cartas e convenções foram criadas destacando-se a Carta de “Cracóvia 2000” sob o título de *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*.<sup>118</sup> Baseada na Carta de Veneza, aprofunda-a e atualiza-a, expondo, uma vez mais, a necessidade de uma estratégia a longo prazo da preservação. Este documento introduz também o estudo e a investigação, bem como, a noção participada de conservação através da ação dos cidadãos, como pilares centrais da ação.

A partir da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, redigida em 1972, pela UNESCO<sup>119</sup>, são estabelecidos novos critérios que visam a integração da proteção do património universal. Esta convenção estabelece os bens que fazem parte da Lista de Património Mundial, fixando os deveres e a responsabilidade de cada estado-membro no desenvolvimento coletivo para a conservação do património. Portugal adere em 1979.

Baseada em leis internacionais, a norma legislativa nacional é, atualmente, da responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) em parceria com os organismos das Direções Regionais Culturais. Segundo as convenções internacionais, são considerados património cultural imóvel: os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse público.<sup>120</sup> A classificação de um lugar, monumento ou sítio rege-se por conceitos de importância nacional, pública ou municipal.

Deste modo, o Solar e *Honra* de Barbosa inserem-se na categoria de Conjunto de Interesse Público (CIP). Por isto entende-se: “*um grupo de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excecional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência*”.<sup>121</sup>

---

117 LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*, 2014, pág. 27  
118 Carta de Cracóvia 2000 – Princípios Para a Conservação e o Restauro do Património Construído, Cracóvia (Polónia), 26 de outubro de 2000

119 LOPES, op. cit. pág. 159

120 Convenção Para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, Paris, 1972

121 Princípio estabelecido na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972

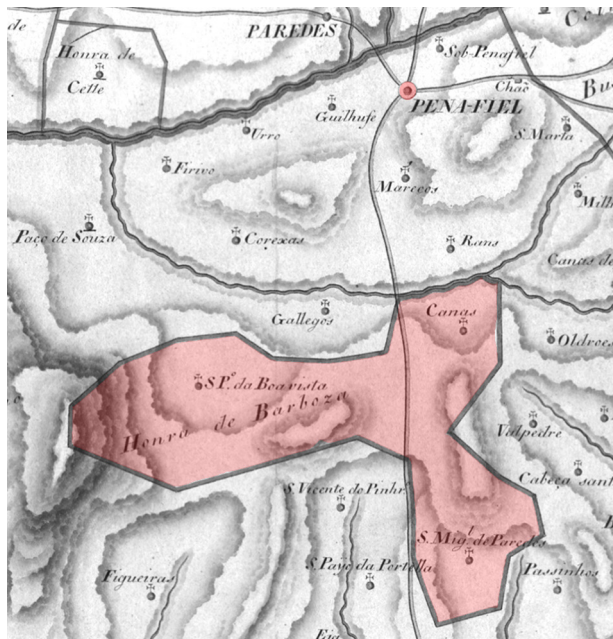


Fig. 119. Território da *Honra* em 1794-95

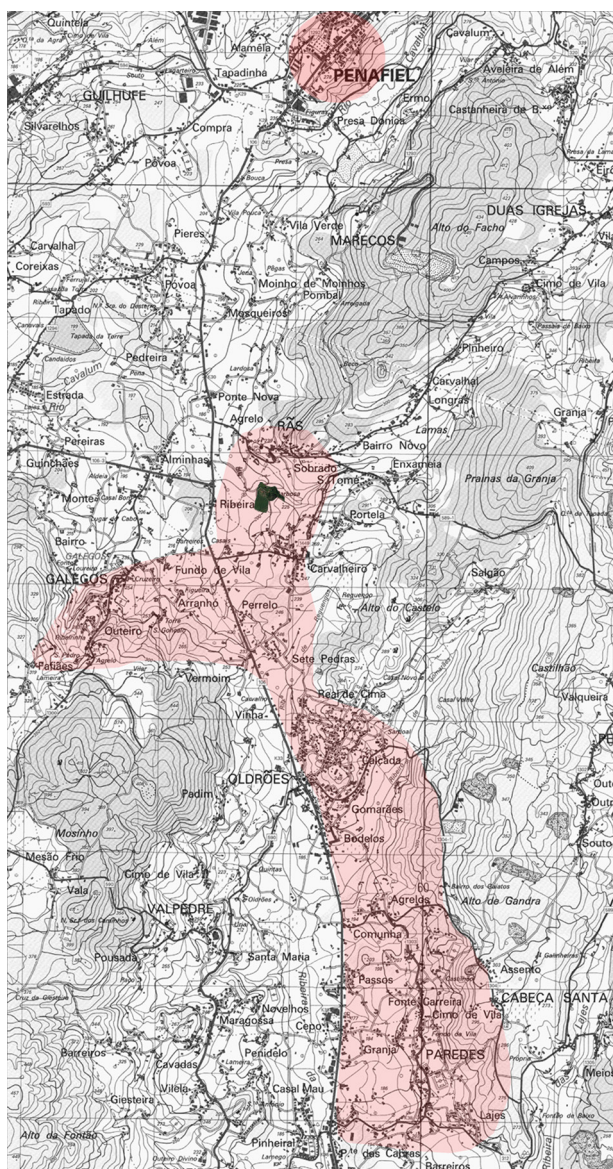


Fig. 120. Suposição da área abrangente da *Honra* na Cartografia de 1995



Fig. 121. Ortofotomapa da área atual da propriedade



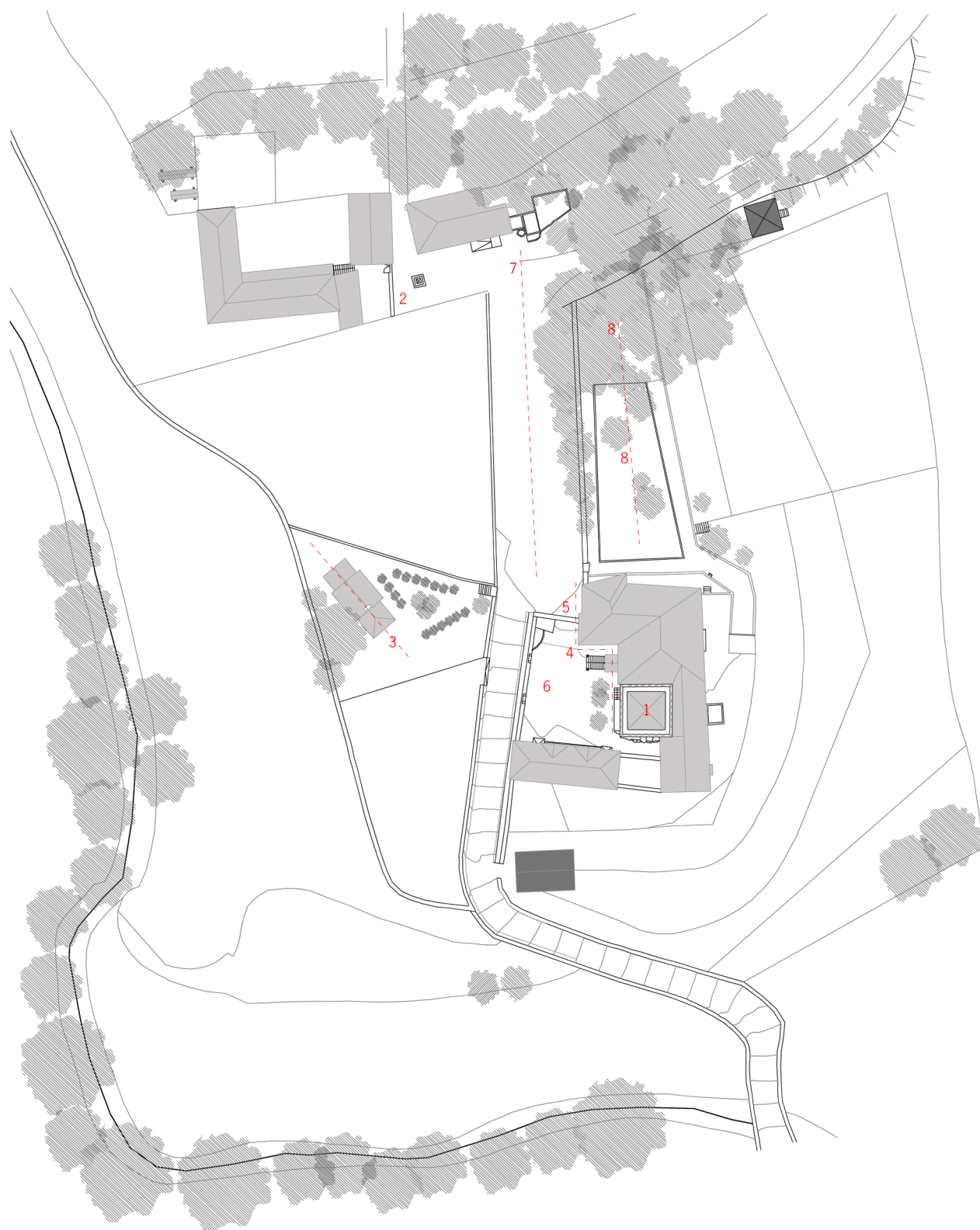
Ainda que a sua importância cultural nacional seja reconhecida, prevalece com uma identidade de proteção e valorização de nível público. Ou seja, *“um bem considera-se de interesse público quando a respetiva proteção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de proteção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado”*.<sup>122</sup>

De tal maneira, pretende-se mostrar as valências artísticas e históricas dos componentes arquitetónicos e paisagísticos que conferem autenticidade a esta classificação. Como os capítulos anteriores mostram, o Solar e *Honra* de Barbosa ocupou uma posição fulcral na freguesia e nos territórios envolventes pelas funções defensivas, político-administrativas, judiciais e religiosas acumuladas ao longo de nove séculos, podendo ser consideradas uma das mais importantes para o desenvolvimento da freguesia de Rans. Apesar de atualmente não se reconhecer esses domínios, a casa resulta num palimpsesto simbólico do poder de outrora. Por estes motivos, a sua preservação patrimonial representa uma base consistente de conhecimento que garante às gerações presentes e futuras o contacto direto com a sua história.

Em jeito de resenha histórica, podem-se considerar sucessivas denominações/estatutos do conjunto construído. Na época de fundação e estruturação da identidade nacional é criada a torre (1) medieval com carácter defensivo e estratégico. Enquanto lugar de refúgio passa a abranger funções habitacionais, sendo denominada casa-torre senhorial. Mais tarde, esta ocupação ressurgiu com a função de paço, local por excelência da nobreza, com o carácter civil aliado ao estrato militar existente. O paço assume-se, sobretudo, pelos cargos e símbolos do poder administrativo e organizador da sociedade, concorrendo com a formação do *Morgadio* de Barbosa. O seu conjunto passa a implementar um sistema autónomo: governativo e judicial, com a construção da Casa da Câmara e da Cadeia (2). As ações político-administrativas e os domínios judiciais resultam nos vestígios ainda presentes do pelourinho – símbolo máximo de poder local. Como propriedade abastada integra posteriormente funções religiosas com a construção da Capela do Menino de Deus (3), no final do século XVII, culminando com a designação de Solar, que ainda hoje persiste. Este surge relacionado com a sociedade com contínuos serviços religiosos, visto que, com uma certa periodicidade abria portas à comunidade para a realização de atividades litúrgicas.<sup>123</sup>

122 Distinção estabelecida pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC) na classificação de um bem imóvel de interesse público.

123 A missa de Ano Novo realizava-se todos os anos nesta capela estando aberta aos moradores locais. Informação obtida através do diálogo com habitantes de Rans



- |   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| 1. Torre  | 5. Entrada murada                     |
| 2. Antiga Casa da Câmara, Cadeia e Pelourinho     | 6. Terreiro e escadaria               |
| 3. Orientação a nascente da Capela Menino de Deus | 7. Relação axial do caminho com fonte |
| 4. Alcôdos norte/este e sul                       | 8. Relação do jardim com a casa       |

N  
Escala 1:1000

Fig. 122. Planta do conjunto edificado com indicação dos elementos que contribuem para o seu valor patrimonial



A panóplia de distintos estilos artísticos expressa a composição da implantação desde a sua camada original. A escolha propicia a um lugar de interesse defensivo e sobranceiro sobre as terras ao seu domínio culmina com a posição estratégica da torre. Resultado de uma constante sobreposição, os espaços da propriedade são, por vezes, marcados axialmente como se verifica na entrada do solar, no acesso à Casa da Câmara e da Cadeia, assinalado pela fonte, e consecutivamente, pelo Pelourinho. O espaço do jardim é igualmente vincado pela conexão tanto com a casa como pela fonte que ocupa uma posição central, assinalando um momento mais privado e de lazer. A permanência destas transformações construtivas, acumuladas desde então, evoca as características muito presentes no solar, o edifício que mais traduz estas camadas.

O Solar representa uma construção com vários estratos de expressões artísticas distintas que lhe conferem uma identidade cultural e arquitetónica ímpar e particular. O estilo românico, muito recorrente nas torres e castelos medievais, está presente no volume arcaizante e turriforme. É, ainda, claramente um objeto “vivo” que traduz o contexto político e cultural coevo à sua fundação. A marcada verticalidade, presente na postura soberba da sua implantação e forma, evocam as características raras e excecionais deste objeto. A perseverança da sua existência genuína, original e secular fixam o seu inerente valor patrimonial.

A expressão manuelina desponta no solar em pequenos elementos e singularidades que se exibem no exterior, como por exemplo, na decoração das orlas das janelas com arcos canopiais e polilobados, ou esferas no lintel, por vezes estas transpõem-se para o interior. Sobrepondo-se igualmente à camada medieval da torre, os merlões chanfrados e as gárgulas em forma de canhão (4) protagonizam a reforma manuelina, retórica e sem qualquer utilidade militar.

A constituição por estratos ainda é mais significativa com os traços protobarrocos que vieram enaltecer o recinto da casa, no século XVII/XVIII. A entrada para o pátio da casa faz-se por uma porta encimada de uma cornija saliente onde assentam dois merlões piramidais, quais pináculos com sentido cenográfico. O terreiro (6) murado e a escadaria de acesso ao andar nobre, exposta num eixo de simetria, assinalam igualmente a vontade de esboçar o léxico barroco. Contudo, é na capela (3), nos jardins (8) e nas fontes (7) que se exhibe o paradigma desta corrente artística. A talha dourada presente no altar da capela-mor, juntamente com o revestimento azulejar e as pinturas em tons quentes, são os elementos mais peculiares e relevantes deste gosto.



Fig. 123. Implantação da torre e posição vertical face ao território

No entanto, o estilo depurado, rígido e a volumetria em caixa da nave da capela acusam uma linguagem próxima da arquitetura chã. O desenho do arco triunfal preconiza assim este fundamento despojado.

Relativamente à casa, a implantação da capela procura uma posição privilegiada. A sua orientação a nascente, oblíqua face ao conjunto, parece estar alinhada com o complexo da casa, procurando, senão mesmo, ser o centro de atenções desta, como num contrabalanço com a posição e forma vertical da torre. A interação das diferentes escalas - edificado, lugar e paisagem, contribui para a singularidade do Solar e *Honra* firmando mais um dos aspetos de reconhecimento do seu valor patrimonial.

Sendo uma propriedade privada torna-se relevante questionar acerca dos modos de preservação do conjunto pelo seu inerente valor histórico e artístico. Ao longo da sua vida secular a família foi sempre responsável pela sua subsistência. Para a preservação desta propriedade contribuem uma consolidação e reparação que passa pelo restauro na casa e na capela. Contrariamente devido à falta de meios financeiros para sustentar o que este género de manutenção exige, os edifícios da antiga Casa da Câmara e da Cadeia encontram-se abandonados e degradados.

Como referido, a extinção das *Honras* em 1834, ditou o fim das atividades administrativas, judiciais e militares exercidas na casa da Câmara e na cadeia. A perda do seu significado político-administrativo originou a minoração das terras dominantes, resultando no reduto físico que se conhece. Estes dois edifícios apresentam um aspeto de ruína e deterioração, impondo-se como solução a necessidade de intervenção. Trata-se de um edifício histórico e representativo de uma época, que se encontra fechado e inabitado, até para o conjunto da propriedade. Considera-se, por conseguinte, relevante pensar que forma a extinta câmara e cadeia podem ser reocupadas, uma vez que *“requer-se ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico, compatível com os seus espaços e o seu significado patrimonial. As obras em edifícios com valor histórico devem analisar e respeitar todas as fases construtivas pertencentes a períodos históricos distintos”*.<sup>124</sup> Ou seja, é imperativo o conhecimento aprofundado da história do objeto em questão e da sua envolvente, participando numa exposição informada e crítica para as decisões do projeto de restauro.

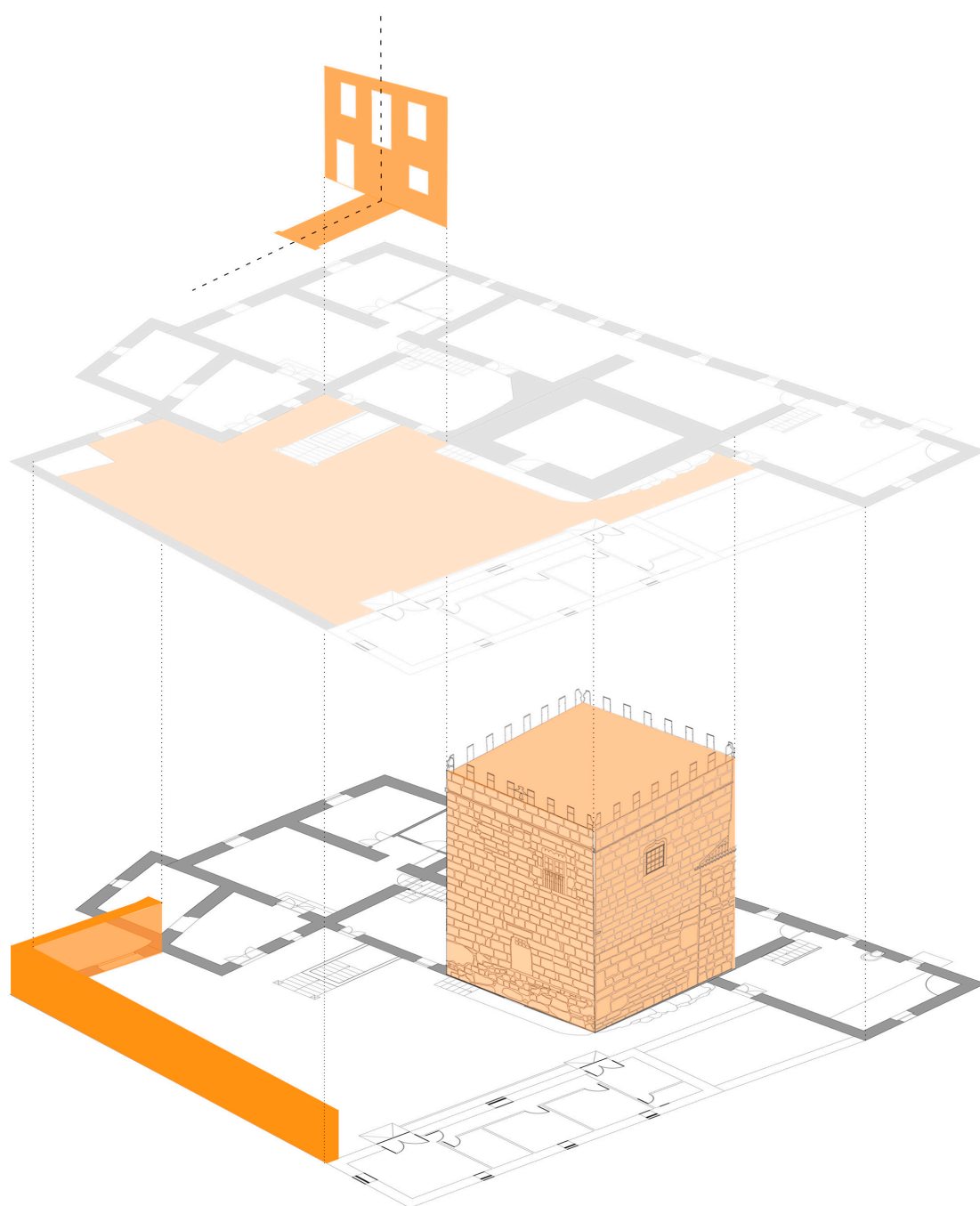


Fig. 124. Planta axonométrica com indicação dos elementos que conferem valor patrimonial

Pelo contrário, os edifícios da casa e capela permanecem atualmente como casas-memórias. Este conceito condiz com as referências patrimoniais expressas na Carta de Cracóvia: *“o objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspeto original”*.<sup>125</sup> Nas cartas internacionais é expresso o significado de restauro como *“uma operação altamente especializada que deve ter um caráter excecional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos”*.<sup>126</sup>

Assim, as obras de restauro feitas na torre, e as obras atuais de reabilitação na casa, favorecem usos adequados à apropriação destes espaços. Ou seja, as condições residenciais mostram o respeito pela pré-existência, nomeadamente pela autenticidade do uso dos mesmos materiais, como o soalho de madeira na reconstrução dos pisos e o restauro das vigas existentes, como também adaptam-se aos paradigmas habitacionais atuais.

No espaço interior dos quartos, das salas da torre e do salão nobre da casa exibem esta memória fiel dos objetos de uma vivência de outrora. Porém, algumas mudanças introduzidas no interior estão camufladas e apropriadas aos modos de habitar atuais, interferindo por vezes de forma intrusiva na conservação e memória espacial. Os ideais atuais de intimidade, domesticidade e quotidiano vão sendo gradualmente introduzidos na habitação como solução ajustada à realidade e pertinência contemporânea. No decorrer desta investigação, foram feitas novas obras transformando dois quartos em suítes privadas. Estes rompem a comunicação direta existente entre os dois quartos para passar a ter um armário embutido na parede. O novo espaço da casa de banho é introduzido em forma de caixa que não toca no teto de masseira, e tenta assumir-se o mais similar possível ao existente. Todavia, nota-se a diferente presença por ser um elemento novo e díspar face ao traçado original da casa. Estas adaptações concorrem para uma nova camada que tenta respeitar o existente, e assume-se como nova, prática e útil aos modos de habitar contemporâneos.

---

125 Carta de Cracóvia- PRINCÍPIOS PARA A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO, Cracóvia (Polónia), Outubro de 2000

126 Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios, 1964



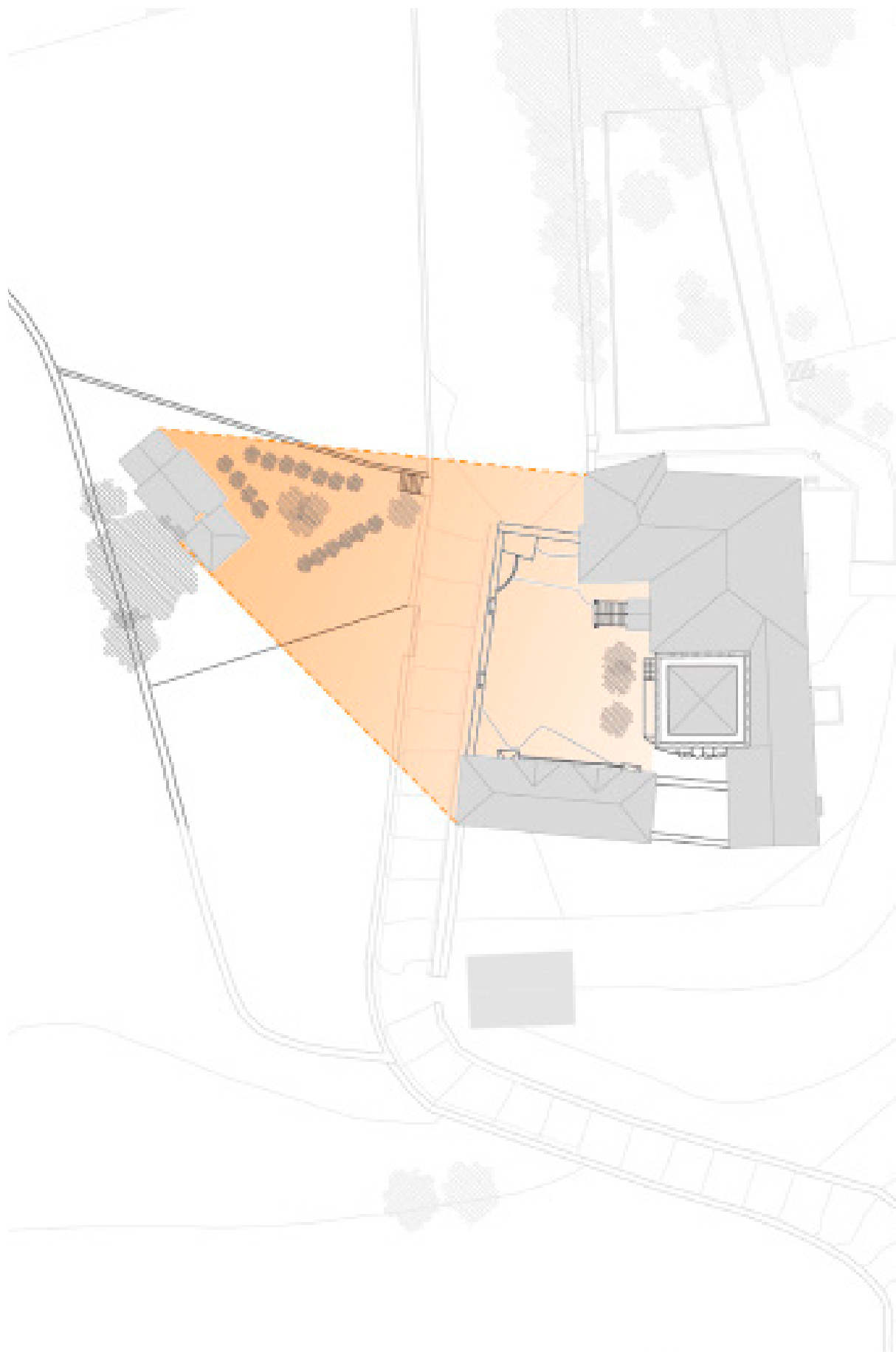


Fig. 125. Relação da implantação da capela com o Solar



Fig. 126. Alçado oeste



Fig. 127. Estado atual de conservação da capela



Fig. 128. Estado de atual do altar-mor



Fig. 129. Caixa de escadas restauradas



Fig. 130. Adaptação de espaço sobrando da chaminé na copa



Fig. 131. Anulação de comunicação entre quartos para apropriação de armário

Portanto, a importância arquitetónica resulta do palimpsesto materializado através dos distintos períodos, refletindo um documento vivo e complexo sobre as culturas e sociedades da época, em contínua mutação. Por esta mesma questão é essencial a preservação desta propriedade, salvaguardando-a como componente patrimonial. É a memória coletiva que preside ao conjunto que lhe confere uma identidade insubstituível. Nota-se a procura de um reconhecimento pelo seu valor patrimonial devido à posição imponente que ocupa. Mas, a sua permanência isolada face ao atual desenvolvimento da freguesia, parece anular a sua afirmação.

No entanto, o Solar e *Honra* de Barbosa estão integrados num dos percursos complementares da Rota do Românico<sup>127</sup> possibilitando a sua divulgação e reconhecimento enquanto lugar de interesse público, histórico e patrimonial.

Na atualidade, umas das formas de transformação destes complexos e solares rurais passa pela convenção sustentada no turismo rural, sendo claramente um risco pelas condicionantes financeiras e de mercado que fundamentem este tipo de consumo. Uma das vantagens que teria este género de programa seria a de atrair visitantes e turistas à região, dando-lhe projeção local, de forma a reabilitar e conservar, de certo modo, o património construído. Contudo, trata-se de uma ocupação sazonal e efémera, que porventura, não justificaria a sua reabilitação. Uma das valências que poderia resultar no edifício da Antiga Câmara e da Cadeia seria hospedar um programa específico voltado para a freguesia, visto que a população local é a mais conhecedora desta propriedade. Evitando uma solução tão em voga e firmada como o turismo rural, o contributo para a relação bem imóvel/reuso/destinatários passa pela promoção cultural à comunidade. Tal, garante uma forma de salvaguarda desse património a longo prazo.

Sabendo que não se pode reaver inevitavelmente o passado, a conservação da pré-existência e a continuidade da transformação são parte integrante na conduta para a salvaguarda do património.<sup>128</sup> Com isto, considera-se distintos modos passíveis de atuação como forma/atitude de legitimar a intervenção. Assume-se que não existe uma única forma nem método de atuação de restauro ou reabilitação.

---

127 A Rota do Românico é um projeto multimunicipal no seio dos concelhos do Vale do Sousa – Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, e alargada aos municípios do Tâmega - Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende. Tem por objetivo fomentar e dar a conhecer os sítios e lugares valorizados do ponto de vista patrimonial, histórico e cultural comum ao românico. Informação retirada de [www.rotadoromanico.com](http://www.rotadoromanico.com)

128 COSTA, Alexandre Alves – *A arte de construir a transformação*, 2002, pág. 128





Fig. 132. Conjunto edificado na envolvente próxima, visto de oeste



Fig. 133. Conjunto edificado na envolvente próxima, visto de nordeste





Assim, “o restauro é a outra face, obrigatória, da conservação; necessário, ele deve e pode ser fiel. É uma questão de método e de competência técnica”.<sup>129</sup> A interpretação das normas expressas nas cartas de conservação do património são ambíguas, complexas e subjetivas permitindo leituras com significados latos. Devido à pluralidade dos termos atuais, a ação/atitude face à intervenção do património pode ser legitimada por diversas opções e possibilidades.

A verdadeira questão que se levanta é a legitimidade das distintas atuações: a salvaguarda como abandono, como se a ruína fosse intangível; se a demolição é também uma forma de contínua mutação; ou ainda, se a transformação aos nossos dias é, em si, uma forma respeitadora de preservação. Quanto mais o arquiteto é sensível e ciente da evolução narrativa do edifício, reconhecendo os elementos constituintes da identidade patrimonial, mais criterioso será na escolha da nova vida do edifício. “*Tende hoje a considerar-se que cada caso é um caso e que cada teoria de intervenção nascerá de cada circunstância nunca generalizável – circunstância de que fazem parte não só a expressão da individualidade de cada autor, como a obrigação ética de um rigoroso e exaustivo reconhecimento histórico e arqueológico do edifício a transformar*”.<sup>130</sup>

Tentar representar modos de habitar seculares, além de uma réplica muito dispar dos modos de habitar contemporâneos, não traz consigo a mudança necessária à ocupação desses espaços. É pertinente a mudança e a adaptação aos arquétipos atuais. Porém, será esse um estrato a manter fiel e simbólico, ou assumir-se-á como um novo e dispar estrato do modo de residir contemporâneo. A harmonia entre as coisas “velhas” e novas será uma forma de preservar, mas transformando a nostalgia e o reduto para um uso convenientemente apropriado ao edifício.

“*Tudo será reconhecido como património coletivo e, nessa condição, objeto de mudança e de continuidade. Os instrumentos de reconhecimento do real chamam-se HISTÓRIA, a arte de construir chama-se ARQUITECTURA. Uma sem a outra chama-se fracasso da arquitectura moderna*”.<sup>131</sup>

129 CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*, 1999, pág.134

130 COSTA, Alexandre Alves – *O Património entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade*, pág. 99, retirado de JA – *Jornal dos Arquitetos* n°213, Novembro/Dezembro 2003

131 SIZA VIEIRA citado por COSTA, Alexandre Alves – *A arte de construir a transformação*, 2002, pág. 128



## CONCLUSÃO

As análises realizadas ao longo da presente dissertação revelaram-se primordiais para o estudo e especulação das transformações morfológicas ocorridas no Solar e Honra de Barbosa. As várias ferramentas de investigação, desde a busca de conhecimento histórico e artístico, em paralelo com os registos gráficos, analíticos e comparativos, permitiram criar a evolução cronológica apresentada. Através do enquadrando de vários agentes e circunstâncias como a família, a amostra territorial, as políticas administrativas e histórico-artísticas portuguesas, é possível enunciar quais as principais conclusões deste estudo.

Metodologicamente, o trabalho estruturou-se em quatro capítulos. Numa primeira aproximação, o entendimento das circunstâncias políticas e administrativas do advento das Honras, coevas à fundação do território nacional, tornou-se essencial para contextualizar a construção do objeto de estudo. A partir deste entendimento, é possível perceber o estado atual da propriedade. Classificada como conjunto de interesse público (CIP), esta pode ser considerada o espólio acumulado ao longo de nove séculos, prevalecendo como uma marca muito vincada e presente na paisagem deste território. A coabitação entre o primitivo programa militar, residencial, político-administrativo, judicial e religioso, demonstra a capacidade autónoma deste género de complexos. Assim, o levantamento métrico é o método adotado para registar as diferentes evoluções desde a sua génese até aos dias de hoje.

Na seguinte abordagem, a par do registo fotográfico, o levantamento métrico possibilitou uma análise interpretativa do faseamento evolutivo da casa. Para legitimar o enquadramento histórico-artístico de cada época, foi necessário recorrer à comparação de casos contemporâneos, compreendendo num campo mais vasto as características tipo-morfológicas de cada objeto. Com este método, a interpretação faseada resulta numa especulação através do cruzamento das análises, das comparações e dos contextos histórico-artísticos estudados.

O abrangente campo cronológico (desde o século XII até à atualidade) justifica, assim, a sobreposição de várias ocupações/camadas que o caracterizam. As distintas tipologias habitacionais introduzidas no solar trouxeram as correntes artísticas eruditas que se usavam em meios urbanos para uma região rural e interior. A leitura diacrónica da formação da casa até à sua transformação, por vezes resiliente às mudanças da época, culmina com o seu reconhecimento em solar nobre rural.





Em suma, é pertinente pensar na possibilidade de aprofundamento deste trabalho que ultrapassa o proposto numa tese de mestrado integrado. A investigação acerca da Antiga Casa da Câmara e da Cadeia iria promover uma melhor compreensão da administração pública e social, uma vez que contribuiu para a contínua riqueza e importância desta família na freguesia. Da mesma forma, seria igualmente importante a articulação de outras áreas disciplinares, como a arqueologia, de forma a colmatar dificuldades e dúvidas, consequentes do estado de negligência em que se encontra este edifício.

O método de investigação utilizado apresenta-se como uma possível resposta para estudos sobre edifícios que carecem de consistentes registos históricos. Assim, para além de ser mais um registo interpretativo da história do solar, o trabalho contribui para uma reflexão do seu valor patrimonial. Em última análise, os valores referidos são fundamentais ao futuro trabalho do arquiteto, sendo esta reflexão mais um elemento ativo e preponderante na introdução de novas camadas de história. Só a partir de um trabalho de análise e conhecimento, como aqui é explorado e proposto, é possível intervir e contribuir para a contínua permanência e memória da identidade singular deste solar.



## Bibliografia

AGUIAR, J. P. Monteiro – *A Terra de Penafiel*. 2ª Edição. Porto: Casa Nun ' Alvares, 1943

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira – *História da Arte em Portugal: O românico*. Volume III. Lisboa: Publicações Alfa, 1986 ISBN: 972-23-2924-3

ANDRADE, Amélia Aguiar – *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros o Horizonte, 2001. ISBN: 972-24-1122-5

AZEVEDO, Carlos - *Solares Portugueses: introdução ao estudo da casa nobre*. 1ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte, 1969. ISBN: 9789722401661

BARROCA, Mário Jorge – *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XIII)*. Volume XI-XII. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1990-91. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/8327/2/3803.pdf>

BARROCA, Mário Jorge – *Torres/ Casas-torres ou Casas-fortes: a conceção do espaço de habitação de pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (século XII-XV)*. Revista de História das Ideias: "A Cultura da Nobreza". Coimbra: Universidade de Coimbra. ISSN: 0870-0958. Volume 19 (1995), p. 39 – 104

BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal: nos séculos XII a XV*. 2ª Edição. Lisboa: Sá da Costa, 1945-1954

BINNEY, Marcus; SAPIEHA, Nicolas – *Casas Nobres de Portugal*. 4ª Edição. Lisboa: Difel, 1987 ISBN: 978-972-29-0160-4

CARDOSO, Augusto Pedro Lopes – *Honras e Coutos: o Contributo do Livro do Mi-lhão: A honra de Barbosa e o couto de Bustelo*. Cadernos Vianenses – Separata. Viana do Castelo. Vol. 23 (1998)

CARDOSO, Augusto-Pedro Lopes – *A Honra de Barbosa: Subsídios para a sua História Institucional*. Porto: Livraria Esquina, 2005 ISBN: 972-97294-6-8

CARDOSO, Isabel Lopes – *Paisagem Património*. 1ª Edição. Porto: Dafne Editora, 2013 ISBN: 978-989-8127-27-1

CHOAY, Françoise – *A alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 1999 ISBN: 972-44-1037-4

COELHO, Manuel Ferreira - *O Concelho de Penafiel nas "Memórias Paroquiais" de 1758*. Boletim Municipal de Cultura. Penafiel. 3ª Serie, nº 4/5 (1987/88) p. 257-343

CORBOLÁN, Fernando – *A Proporção Áurea: a linguagem matemática da beleza*. Barcelona: RBA, 2010 ISBN: 978-84-473-7020-7

CORREIA, José Eduardo Horta – *Arquitetura Portuguesa: Renascimento, Maneirismo, Estilo Chão*, 1º Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1991 ISBN: 972-23-1442-4

COSTA, Alexandre Alves – *A arte de construir a transformação*. Estudos/Património. Lisboa: IPPAR. ISSN: 1645-2453. N°3 (2002), p. 124-128

COSTA, Alexandre Alves – *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa: outros textos sobre Arquitectura Portuguesa*. 1º Edição. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1995 ISBN: 972-9483-11-6

COSTA, Alexandre Alves – *O Património entre a Aposta Arriscada e a Confidência Nascida da Intimidade*. JA – Jornal Arquitectos. Lisboa: n°213 (2003). ISSN 0870-1504 p. 7-13

COSTA, António Carvalho da – *Corografia portuguesa, e descripçam topográfica do famoso reino de Portugal*. 1ª Edição. Lisboa: Na Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706

COSTA, João Paulo Oliveira e – *Reis de Portugal*. Volume 14. Lisboa: Temas e Debates, 2007 ISBN: 978-972-759-920-2

CUNHA, Rui Maneira – *As medidas na arquitectura séculos XIII-XVIII: o estudo de Monsaraz*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003 ISBN: 972-8801-01-7

D´ALMEIDA, António – *Descrição Histórica e Topográfica da cidade de Penafiel*. Edição fac-similada da separata publicada nas memórias da Academia Real de Ciências de Lisboa, tomo X, 2º parte, 1830. Penafiel: Biblioteca Municipal de Penafiel, 2006

DIAS, Pedro – *A Arquitectura Manuelina*. Porto: Livraria Civilização, 1988 ISBN: 972-26-0458-9

DOMINGUES, Ernesto – *Barbosas, Azevedos e Beato Inácio*. Penafiel: Boletim da Cultura da Câmara Municipal. Penafiel. 3º Série, n° 6/7 (1991/92) p. 18-20

ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA, vol. 10. Lisboa: Editorial VERBO

FERNANDES, A. Almeida – *A Nobreza: na época vimarano-portugalense*. Guimarães: Campainha Editora do Minho, 1987

FERNANDES, Mário Jorge Gonçalves – *O Solar de Vila Garcia: Redescoberta da sua Fábrica*. Guimarães: EAUM, 2014. Tese de mestrado

GIMÉNEZ, Juan Francisco Noguera – *La conservación activa del patrimonio arquitectónico*. Loggia, Arquitectura y Restauración.. N°13 (2002) ISSN: 1136-758X p. 10-31

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, volume XVII, Lisboa: Editorial Enciclopédia

HAUPT, Albert – *Arquitetura do Renascimento em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1985 ISBN: 978-972-23-0115-2

KUBLER, George - *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes 1521-1706*, Lisboa: Veja, ISBN 1988 972-69-9758-5

LE CORBUSIER – *Conversa com estudantes das escolas de Arquitectura*. 2º Edição. Lisboa: Edições Cotovia, 2009 ISBN: 972-795-082-5

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário geographico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades*. Lisboa: Mattos Moreira e Companhia, 1990

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2014 ISBN: 978-989-658-250-0

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal: das origens às Revoluções Liberais*. Vol. I. Lisboa: Edições Ágora, 1973-1976

MATOS, Armando de – *Brasonário de Portugal*. Volume I e II. Porto: Liv. Fernando Machado, 1940-1943

MATTOSO, José – *História de Portugal: Antes de Portugal*. Volume I. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. ISBN: 972-33-1262-X

MATTOSO, José – *História de Portugal: o Liberalismo*. Volume V. Lisboa: Editorial Estampa ISBN: 972-33-0935-1

MATTOSO, José – *Reis de Portugal*. Volume 1. Lisboa: Temas e Debates, 2007 ISBN: 978-972-759-911-0

MEDINA, João – *História de Portugal: Dos Tempos pré-históricos aos nossos dias*. Volume III. Amadora: Ediclube, 1995 ISBN 84-407-0254-X

MOREIRA, António; PEDROSA, Alcino – *As Grandes Datas da História de Portugal*. 2º Edição. Lisboa: Notícias, 2004 ISBN: 972-46-1555-3

PEREIRA, Fernando António Baptista – *História da Arte Portuguesa: Época Moderna (1500-1800)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1992 ISBN: 972-674-101-7

PEREIRA, José Fernandes - *Arquitectura Barroca em Portugal*, 2º Edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992 ISBN: 972-566-171-0



PEREIRA, Paulo – *História da Arte Portuguesa: Do “Modo Gótico” ao Manuelino (séculos XV-XVI), Do Renascimento ao Maneirismo (séculos XVI-XVII)*. Volume 5. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007 ISBN: 978-972-42-3957-6

RIBEIRO, Orlando – *A Formação de Portugal*. 1ª Edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987

SARAIVA, José Hermano – *História Concisa de Portugal*. 16ª Edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1993 ISBN: 7-80611-220-0

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, Volume I: Estado, Pátria e Nação (1080-1415). 3ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1979

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Volume II: Formação do Estado Moderno (1415-1495). 3ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*, Volume III: O século de Ouro (1495-1580). 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1980

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Volume V: A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750). 2ª Edição. Lisboa: Editorial Verbo, 1982

SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995 ISBN: 972-873-611-8

SOEIRO, Teresa – *Penafiel: composição de um espaço administrativo*. Cadernos do Museu: Município de Penafiel uma longa história. Penafiel. ISSN 0873-5484. Volume 10 (2005)

SOUSA, António Gomes de; COELHO, Manuel Ferreira – *Temas Penafidelenses: (subsídios para a Monografia de Penafiel)*. Volume V, Penafiel: Gráfica de Paredes, 1996

SOUSA, Fernando Pereira de – *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*. (ed. Polic). Porto, 1979

TAVARES, Gonçalo M. – *Dicionário Ilustrado: Parede*, Notícias Magazine, 2014, disponível em [www.noticiasmagazine.pt](http://www.noticiasmagazine.pt)

TRIGUEIROS, Luiz – *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, 1993 ISBN: 97-294-8330-2

**Documentos eletrónicos:**

- [www.casadepormachão.com](http://www.casadepormachão.com)
- [www.pacoscripiano.com](http://www.pacoscripiano.com)
- [www.casarealportuguesa.org](http://www.casarealportuguesa.org)
- [www.patrimoni.us.net](http://www.patrimoni.us.net)
- [www.patrimoniocultural.pt](http://www.patrimoniocultural.pt)
- [www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)
- [www.culturanorte.pt](http://www.culturanorte.pt)
- [www.rotadoromanico.com](http://www.rotadoromanico.com)



## **Anexo I**

Fotografias Maquete 1:100

